UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

**Redatores no Rio de Janeiro e Deputados nas Cortes de Lisboa pela
Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)**

Paula Botafogo Caricchio Ferreira

Versão corrigida da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. A versão original está disponível no Departamento de História.

De acordo: _____
Prof^a Dr^a Márcia Regina Berbel

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Regina Berbel

São Paulo
2011

SUMÁRIO

Introdução	p. 06
Dimensão Atlântica e a Crise do Sistema Colonial	p. 16
Espaço Público: Definições e Circulação da Prática Constitucional Atlântica ..	p. 26
Capítulo 1 – A Liberdade de Imprensa: Fim da Censura Prévia e Lei de Imprensa	p. 35
1.1. A Censura Prévia	p. 38
1.2. A Lei de Liberdade de Imprensa	p. 59
Capítulo 2 – O Processo Eleitoral: Instruções Espanholas e Assembleia na Praça do Comércio do Rio de Janeiro	p. 71
2.1. Instruções Eleitorais Espanholas	p. 76
2.2. O Processo Eleitoral no Rio de Janeiro	p. 94
Capítulo 3 – A Soberania da Nação: Representação e Organização do Império	p. 107
3.1. Concepções da soberania da nação: o “Programa de São Paulo”, a delegação do Poder real e um Executivo no reino do Brasil	p. 121
3.2. Uma nova apropriação da concepção do exercício da soberania da nação: o Ato Adicional à Constituição Portuguesa e uma Assembleia Legislativa no reino do Brasil	p. 163
Considerações Finais	p. 175
Bibliografia	p. 185
Fontes	p. 194

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa constitui uma das atividades mais prazerosas e importantes da minha vida e posso dizer que estes agradecimentos são também para as pessoas que possuem a mesma importância e que tornaram possível a realização deste trabalho. Primeiramente, tenho que agradecer a minha família que com tanta atenção e carinho sempre me apoiou e esteve presente, incentivando e colaborando durante todo o período de graduação e pós-graduação. Minha avó, Myriam Caricchio, com todo amor que nem tenho como descrever que é tanto, sem conseguir conter, me vêm lágrimas nos olhos. Meu pai, Pierre Dias Ferreira, de uma confiança incrível na minha capacidade. Minha mãe, Fernanda Caricchio Bueno Franco, que com seu modo despreocupado me fez em tantos momentos acreditar. Minha irmã, Gabriele Caricchio Ferreira, que com toda a sua seriedade me fez seguir em frente quando pensava que não era possível.

Outra pessoa a quem agradeço imensamente é a minha orientadora, professora Márcia Regina Berbel. Agradeço toda a sua paciência, dedicação e ensinamentos que me fizeram crescer de forma que nunca pensei que poderia. Agradeço por ter acreditado em meu trabalho e em minha paixão pela História, desde os primeiros semestres da graduação. Agradeço por ter sido a principal responsável por minha formação como historiadora e o meu maior exemplo como tal.

Não posso deixar de mencionar os professores e pesquisadores do grupo temático “Fundação do Estado e da nação brasileiros”. Recordo-me das primeiras reuniões, quando era uma aluna de graduação e me animava e impressionava com os textos e debates desse grupo. Sentia-me fazendo parte de algo muito grande e, realmente, orgulho-me imensamente de dizer que essas pessoas também fizeram parte da minha formação como historiadora. Agradeço, especialmente, à professora Cecília Helena de Salles Oliveira por ter acompanhado esta pesquisa e, inclusive, pela leitura atenta do meu texto na época da qualificação, o que contribuiu de forma decisiva para a reelaboração dos caminhos de investigação. Da mesma maneira, quero mencionar e dedicar este trabalho à memória do professor István Jancsó, um exemplo de docente dedicado e intelectual sem limites.

Agradeço a bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que viabilizou esta pesquisa. Ao Instituto de Estudos Brasileiros, que realizou o trabalho de digitalização de diversos periódicos, prestando um serviço a esta investigação e

contribuindo para o desenvolvimento de outros estudos e à conservação de documentos.

Por fim, agradeço aos meus amigos que também me apoiaram para a realização deste trabalho: Aline Vidal, Ana Lucia Casanova, Ariel Feldman, Felipe Bregalda, Gilberto Toyota, Francisleide Maia, Julio Ramos de Toledo, Michel Sorci, Paula Bernardelli e Raquel Sobral.

RESUMO

O presente estudo analisa a apropriação da experiência constitucional atlântica às vésperas da Independência do reino do Brasil. Para isso, a pesquisa examina fontes de duas naturezas: os discursos dos deputados portugueses reunidos nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, realizadas em Lisboa, durante os anos de 1821 e 1822, e os periódicos fluminenses, publicados no mesmo período.

Nesta pesquisa, procura-se explorar a convicção que parecia generalizada entre esses liberais portugueses de que a experiência constitucional portuguesa, por ser a última de uma série de tentativas de reorganizar os Impérios e solucionar a crise do Antigo Sistema Colonial, era capaz de usufruir do exame das experiências constituintes pretéritas e estabelecer a monarquia constitucional “mais liberal” do Atlântico, conservando a unidade dos domínios do Império. Nesse sentido, apesar das diversas maneiras de diagnosticar os erros e acertos dos representantes britânicos, franceses e espanhóis, a pluralidade dos deputados e redatores fluminenses concordava a respeito da definição de três pilares fundamentais da monarquia constitucional em que deviam concentrar seus esforços: a regulamentação da Liberdade de Imprensa, a existência do processo eleitoral e a defesa da soberania da nação.

Com esta análise, pretende-se contribuir para a compreensão da construção da monarquia constitucional portuguesa nos anos de 1821 e 1822 e do processo de independência do reino do Brasil. Para isso, esta pesquisa explora a apropriação da história dos constitucionalismos atlânticos em torno daqueles três pilares do governo constitucional português e mostra a crescente radicalização dos posicionamentos políticos desses liberais até a independência política do reino do Brasil e, então, o fracasso da convicção inicial dos liberais portugueses.

PALAVRAS-CHAVE

Império Português, Independência, Constitucionalismo, Liberalismo, História Política

ABSTRACT

This study analyses the historic review of the Atlantic constitutionalism right before the Brazil's kingdom independence. In pursuit of this, the research looks into two types of documents: the speeches that occurred during the meeting of the Extraordinary General and Constitutional Courts of the Portuguese Nation, performed in Lisbon between 1821 and 1822 and the periodical from Rio de Janeiro which were published at the same period.

It intends to explore the conviction, which seems to be generalized between these representatives, that the Portuguese constitutional experience, for being the last of a series of actions which aimed to reorganize the empires and to solve the crisis of the Old Colonial System, would be capable to use ancient constitutional experiences and establish "the most liberal" constitutional monarchy of the Atlantic, conserving its unit in both sides of the ocean. In this sense, besides the many different ways of diagnosing the mistakes and right actions of those who have represented Britain, Spain and France, the plurality of the representatives and journalists from Rio de Janeiro agreed about the definition of the three fundamental bases in which they should concentrate their efforts: the regulation of press' freedom, the existence of an electoral process and the conception of nation's sovereignty.

With this analysis, this study intends to contribute to the comprehension of the Portuguese constitutional monarchy's construction between 1821 and 1822 and to the process of Brazilian Kingdom independence. For this, it explores the historical appropriation of the Atlantic constitutionalisms around those three bases and the increasing radicalization of the political positioning of these liberal men until the political independence of Brazil's Kingdom and, the flop of their initial conviction which aimed to keep both empires as one.

KEYWORDS

Portuguese Empire, Independence, Constitutionalism, Liberalism, Political History.

Introdução

“A Nação era governada pelo sistema de uma Monarquia pura, ou absoluta, queria agora sê-lo pelo de uma Monarquia temperada, na qual tivesse lugar a Representação Nacional; e indicou para base da sua Constituição a que fizeram as Cortes Extraordinárias e Constituintes da Espanha em 1812. Eis aqui os limites do poder conferido aos Representantes da Nação a este respeito, porquanto ainda que recomendassem que a Constituição da Monarquia Portuguesa não ficasse menos liberal que a da Monarquia Espanhola (cujo vocábulo nunca definiram para que se assentasse de unânime acordo o que deviam entender neste lugar por mais ou menos liberal) não podiam jamais admitir-se que se consistisse este Liberalismo em edificar um sistema fora das bases que se lhe foram assinadas.” Redatores José Joaquim da Rocha e Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, *O Constitucional*¹

As “Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa” iniciaram seus debates no dia 26 de janeiro de 1821 com a presença de cem deputados eleitos pelo reino de Portugal². Eles se responsabilizavam da tarefa de formular uma Constituição para governar o conjunto do Império. Dentre os debates sobre as disposições constitucionais, uma convicção parecia generalizada: a experiência constitucional portuguesa, que, por ser a última de uma série de tentativas de reorganizar os Impérios atlânticos, seria capaz de usufruir do exame das experiências constituintes pretéritas e estabeleceria a monarquia constitucional “mais liberal” do Atlântico³. Isso solucionaria a crise e manteria os domínios ultramarinos do Império Português.

Como está informado na epígrafe, nos discursos dos deputados portugueses a construção do Império “mais liberal” era uma espécie de tarefa autoproclamada⁴. Era uma

¹ O CONSTITUCIONAL, nº 02.

² BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 50-51.

³ Importante destacar a gênese do termo “liberal”. Os autores Juan Francisco Fuentes e Javier Fernández Sebastián analisam a formação do conceito Liberalismo na Espanha e afirmam que, ao longo do século XIX, especialmente, na primeira metade, o termo ganhou uma nova “linguagem política” capaz de “projetar uma nova ordem social, política e econômica”. No início do século, porém, sua utilização se confundia com a de “constitucionalismo” e aparece no vocabulário dos contemporâneos apenas com o uso da palavra “liberal”. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco. “Liberalismo”. In: *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madri: Alianza Editorial, 2002, pp. 413-414. Além disso, nos discursos registrados no Diário das Cortes de Lisboa, verificamos que os deputados utilizaram 78 vezes “governo representativo” e 164 vezes “governo constitucional”. Pode-se dizer que, da mesma forma, que o termo “liberal” se confundia com “constitucional”, os deputados também não eram rigorosos na diferenciação de “governo representativo” e “governo constitucional”, em muitos momentos, utilizando-os como sinônimos.

⁴ Essa informação presente em *O Constitucional* pode ser verificada em alguns discursos, tanto de deputados de Portugal quanto do Brasil. Alguns podem ser citados, como o deputado de Pernambuco, Araújo Lima: “[...] Nós somos obrigados a fazer uma Constituição tão liberal, ou ainda, mais liberal que a Constituição Espanhola.” (DIÁRIO das Cortes de Lisboa, 24 de setembro de 1821, p. 2391.); o do deputado do Rio de Janeiro, Bastos: “[...] Os ilustres redatores do projeto da Constituição imitaram a este respeito a constituição espanhola, e os da constituição espanhola os franceses. Mas os franceses, que tem vertido rios de sangue, e feito milhares de sacrifícios pela liberdade, ainda a não possuem: e o código da liberdade espanhola ainda não tem a

obrigação da “procuração” que cada deputado recebeu de seus eleitores através do processo eleitoral. Essa convicção dos deputados tinha repercussão na Imprensa do Reino do Brasil. Nessa pesquisa decidiu-se pela análise dos periódicos da província fluminense, levando-se em conta dois fatores: o considerável número de investigações já realizadas sobre essas fontes e a presença, desde 1808, da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, o que tornava a capitania e, posteriormente, a província, um centro de poder do Império português na América.

Os redatores fluminenses publicavam em seus periódicos a crença de que o constitucionalismo português não cometeria os erros ingleses que culminaram na independência das treze colônias, nem os franceses que geraram convulsões sociais e a “anarquia” e, menos ainda, os equívocos dos deputados espanhóis, punidos com as independências na América e o regresso do Absolutismo, em 1814. Para deputados e redatores portugueses, por diversas razões, o relacionamento entre os reinos de Portugal e Brasil era especial e eles seriam os “mais liberais” no quadro das revoluções atlânticas, superando o fracasso dos liberais ingleses, franceses e espanhóis para manter a unidade do Império português.

Assim, deputados portugueses e redatores fluminenses analisavam as experiências constitucionais pretéritas e diagnosticavam os erros e acertos da história constitucional do Atlântico conforme seus interesses políticos. Eles debatiam para defender as melhores soluções dessa história que diziam adequadas à realidade do Império Português. Nesse momento, essa não era tarefa fácil e não havia uma receita consagrada. Além disso, a dificuldade crescia com os temas ligados à porção americana do Império. Assim, como é visível na epígrafe da citação do periódico *O Constitucional*, o momento era de provisoriedade⁵, de criação e de definição de quais decisões eram as “mais liberais”⁶. No

seu favor o cunho da experiência, para seguir-se, ou copiar-se sem receio. Nem nossos constituintes querem que o nosso pare, onde parou o deles: desejam-no mais liberal, e assim o manifestaram e ordenaram quando nos mandaram para aqui.” (Ibidem, 10 de outubro de 1821, p. 2590.); e do deputado de Portugal, Borges Carneiro: “[...] Nós viemos a este Congresso com a condição de não fazer nosso estatuto político menos liberal que o de Espanha [...]” (Ibidem, 22 de outubro de 1821, p. 2738.).

⁵ István Jancsó (JANCSÓ, István, *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: HUCITEC, 1995.) usa o termo para expressar a percepção e, então, a prática social e política dos atores desse momento histórico. Essa sensação era determinada por outra: a da aceleração do tempo histórico. Essas concepções estão presentes nos estudos de R. Koselleck (KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ/Contraponto, 2006 e *Crítica e Crise: uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999) e servem como fundamentos para a compreensão do caso da desintegração dos Impérios ibéricos, por exemplo, nos artigos em: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003 e JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

⁶ A autora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves analisa o termo “Liberal” na Imprensa fluminense e

entanto, se o diagnóstico da experiência constitucional atlântica era diversificada entre esses liberais, a pluralidade desses homens defendia seus interesses com o argumento que a superação liberal do quadro das revoluções constitucionais atlânticas se realizaria com medidas que evitassem a fragmentação do Império.

Dessa maneira, na Imprensa fluminense e nas Cortes de Lisboa prevalecia entre os liberais portugueses uma nova retórica política da defesa e valorização dos argumentos pela justificativa de realizarem a decisão “mais liberal” para o Império português. Esse estudo pretende mapear as diversas apropriações desses liberais da experiência constitucional atlântica. Assim, a definição da solução política “mais liberal” na regulamentação do Império português era diversificada: para alguns era superar a “liberalidade” da história constitucional atlântica, para outros corrigir, ou ainda, adequar as determinações da história dos constitucionalismos Atlânticos às condições do Império português.

A decisão “mais liberal” para alguns desses atores políticos significava a superação da experiência constitucional atlântica por meio de medidas que, para eles, avançassem a “liberalidade” das normas do passado. Nesse caso, esses liberais censuravam as normas espanholas e se apropriavam da experiência britânica ou dos princípios franceses, tais como, o do exercício da soberania da nação, una e indivisível, da representação do “deputado da nação” e da “vontade geral”.

Com essa retórica, na tentativa de retirar do poder e dos cargos de governo seus adversários políticos ligados à censura régia, a pluralidade dos deputados integracionistas defendeu o fim da censura prévia da Imprensa e a aprovação do “Juízo de Jurados” na lei de Liberdade de Imprensa. No caso das movimentações das eleições realizadas no Rio de Janeiro, os redatores da *Gazeta* da cidade e o próprio D. João VI, em Manifesto publicado nesse periódico, com essa argumentação justificavam o respeito às decisões das Cortes de Lisboa e, portanto, se opunham ao grupo político dos liberais ligados a Gonçalves Ledo e Clemente Pereira. No debate da concepção do exercício da soberania da nação, inicialmente, os deputados integracionistas e, posteriormente, também os moderados, utilizaram a justificativa do princípio da soberania da nação, una e indivisível, como o “mais liberal” e,

afirma que ele foi “(...) inicialmente usado como sinônimo de 'dadivoso', ou seja, 'o que é largo no dar'. (...)”, mas quanto ao seu sentido político, a autora registra: “(...) o termo veio da Espanha, utilizado nas Cortes de Cádiz, em 1812, para designar os que tinham sempre o vocábulo liberdade em seus lábios, e que passavam a apelidar o grupo oposto com o termo pejorativo de servis. (...)” - NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais — A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 145.

desse modo, legitimaram a proposta de organização do Império com centralização em Lisboa.

Havia igualmente outros deputados portugueses e redatores fluminenses que justificavam a decisão “mais liberal” como a que de acordo com a reflexão da experiência constitucional atlântica adequava-se à realidade e particularidade da história, dos costumes, da tradição e dos hábitos portugueses. Para isso, eles recorriam a apropriação da experiência espanhola por causa da similaridade entre a natureza do Reino de Portugal e da Espanha e refutavam a utilização da experiência britânica como inspiração para o constitucionalismo português por uma incompatibilidade entre o caráter das duas Nações.

Na questão da censura prévia, essa argumentação foi utilizada pela maioria dos liberais moderados para defenderem a aprovação da censura prévia no caso dos escritos religiosos, em semelhança ao estabelecido na Constituição espanhola. No Rio de Janeiro, José da Silva Lisboa publicou o *Conciliador do Reino Unido* em defesa da manutenção da censura prévia à Imprensa. Nesse sentido, o interesse político concreto parecia o mesmo nas duas porções do atlântico: ao manter alguma marca do Antigo Regime na Constituição, esses liberais garantiam de alguma forma a conservação de cargos e/ou articulações políticas ligados aos poderes régios.

No caso do debate da regulamentação do processo eleitoral, o periódico o *Gênio Constitucional*, escrito em Portugal e republicado no Rio de Janeiro, utilizava essa arguição para valorizar as Instruções eleitorais espanholas e, então, legitimava o decreto de D. João VI de 07 de março de 1821 que a adotava para o Império português.

Na definição do exercício da soberania da nação, os deputados moderados, interessados em uma aproximação aos deputados do Brasil e em oposição aos interesses integracionistas, legitimavam a aprovação dos artigos espanhóis nas Cortes portuguesas com essa justificativa, inclusive, relacionando-a com a ideia da representação do deputado provincial e da defesa da igualdade política de todas as “partes” do Império português em benefício da sua unidade.

Para outros atores políticos, a decisão “mais liberal” também traduzia-se na superação das outras experiências constitucionais atlânticas pelo constitucionalismo português, porém, para eles, isso se realizaria através da moderação das normas das experiências anteriores, com o fim de corrigir o que eles diagnosticavam como um “radicalismo” prejudicial ao governo. Esses liberais, minoritários nas Cortes, eram os representantes mais conservadores da Assembleia e defenderam posições com o objetivo de manter características do Antigo

Regime na Constituição. Por exemplo, com essa intenção discursaram pela censura prévia indiscriminada. Na Imprensa fluminense, com a mesma retórica, o redator Cônego Francisco Vieira Goulart publicou o periódico *O Bem da Ordem* com o fim de criticar o “radicalismo” das Instruções eleitorais espanholas, devido ao seu caráter muito inclusivo no primeiro estágio eleitoral, e propunha como solução o estabelecimento de um critério censitário para a seleção dos eleitores, a exemplo do estabelecido na experiência da América inglesa.

Deste modo, deputados portugueses e redatores fluminenses diagnosticavam de diversas maneiras os erros e acertos da história constitucional Atlântica. Essas são as principais linhas argumentativas mapeadas nesse estudo, porém, não eram as únicas e possuíam uma complexidade que permite apenas essa identificação como um esboço. Elas serão melhor compreendidas em suas nuances no desenvolvimento desse estudo, inclusive, com a tentativa de sinalizar a relação de cada uma com os interesses de seus porta-vozes. No entanto, pode-se dizer que a pluralidade deles concordava a respeito da definição de três pilares fundamentais a que deviam concentrar seus esforços com o fim de estabelecerem o Império “mais liberal” do Atlântico. O primeiro era o da Liberdade de Imprensa. Essa promovia a Instrução Pública e o debate político necessários a um espaço moderno com representação, ligando deputados e eleitores. O segundo era a existência do processo eleitoral, pois, para eles, as eleições eram a condição básica para a formação de uma “Representação Nacional” legítima. O terceiro era a definição do exercício da soberania da nação, pois consideravam que essa era a nova fonte de legitimidade do governo constitucional.

A questão percorreu todo o período constitucional às vésperas da Independência do Reino do Brasil. Ela será analisada neste estudo em três capítulos. Em cada um deles se pretende mapear aquelas diversas interpretações e apropriações da experiência constitucional atlântica utilizadas pelos deputados portugueses e redatores fluminenses, ligadas ao que cada um deles entendia como pilares do governo constitucional para, depois, vinculá-las como diferentes concepções de configurações de sistemas de representação. Por fim, o capítulo conclusivo pretende relacionar os diferentes significados da decisão política “mais liberal” para o Império português no que a pluralidade desses liberais entendia como os três pilares do governo constitucional. Dessa maneira, este estudo também visa esboçar as diferentes concepções das configurações possíveis de sistemas de representação para esses atores políticos, cada uma defendida por eles como a “mais liberal”.

No primeiro capítulo, denominado “A Liberdade de Imprensa: Fim da Censura Prévia

e Regulamentação da Lei de Imprensa” mapeia-se a relação que os liberais portugueses estabeleciam entre a Liberdade de Imprensa e a definição do governo constitucional e a discussão em torno da decisão “mais liberal” sobre ela. Para eles, o debate periódico informava os deputados dos anseios da “Nação” e, ao mesmo tempo, permitia-lhes controlar o Poder Legislativo. Segundo eles, a difusão do debate público colaborava com a formação da “Nação” cada vez mais “ilustrada” e menos “manipulável”, por isso, com cidadãos mais preparados para escolher os deputados dentre os mais “capazes”, isto é, os mais “ilustrados”. Nesse estudo, as apropriações da experiência constitucional atlântica são discutidas por meio de duas questões: o fim da censura prévia e o estabelecimento de inspiração britânica, presente no projeto de regulamento da Lei de Liberdade de Imprensa e chamado de “Juízo de Jurados”.

No segundo capítulo, intitulado “O Processo Eleitoral: Instruções Espanholas e Assembleia na Praça do Comércio do Rio de Janeiro”, examina-se o debate na Imprensa e nas Cortes de Lisboa em torno da existência do processo eleitoral como um pressuposto à definição do governo constitucional e a discussão em torno da regulamentação “mais liberal” das eleições. A maioria dos liberais portugueses entendia que, através das eleições pelo voto, a “Soberania da Nação” depositava-se na “procuração” de cada deputado eleito. Nesse sentido, no terceiro capítulo, as diferentes concepções do exercício da soberania da nação serão exploradas, porém, como veremos, não deixam de se relacionarem com a idéia da existência do processo eleitoral como um dos pilares do governo constitucional, discutida no segundo capítulo. Assim, para eles, a existência do processo eleitoral era o que autorizava o deputado como representante da “Nação”, dando a ele poderes legislativos como exercício de soberania para estabelecer o Império “mais liberal” do Atlântico.

Nesse sentido, no segundo capítulo, analisa-se a adoção das Instruções Eleitorais Espanholas para a escolha dos deputados portugueses às Cortes de Lisboa e sua realização no Rio de Janeiro, onde, em abril de 1821, formou-se uma Assembleia pública na Praça do Comércio. A reunião desdobrou-se no decreto de D. João VI pela adoção da Constituição Espanhola em 21 de abril de 1821, na repressão violenta dos participantes da Assembleia em 22 de abril e, conseqüentemente, na revogação do decreto.

No terceiro capítulo, chamado de “A Soberania e o pacto da Nação: Representação e organização do Império”, analisa-se como, a partir da apropriação das experiências constitucionais anteriores à portuguesa e com a tarefa de criar o Império “mais liberal” do

Atlântico, a maioria dos deputados e redatores fluminenses compreendia que, no novo governo constitucional, o exercício de poderes era autorizado como expressão da soberania da nação. A partir disso, diversas concepções do seu exercício foram debatidas entre os liberais portugueses e condicionavam diferentes propostas de organização do Império, relacionadas a um modo particular de entender a representação do deputado. Tais propostas foram registradas nas Cortes portuguesas e divulgadas na Imprensa fluminense como as medidas consideradas “mais liberais” para a definição do governo constitucional.

Depois dos decretos de 1º de outubro de 1821 das Cortes de Lisboa até a separação política do Brasil em 1822, cada vez mais os posicionamentos entre os liberais de Portugal e do Brasil se radicalizaram em torno da polarização da defesa de duas concepções do exercício da soberania⁷. Uma delas era a defendida, inicialmente, pelos deputados escolhidos pelas elites do centro-sul do Brasil e, depois, admitida pela maioria dos deputados do Brasil; a outra era sustentada, primeiramente, pelos deputados “integracionistas” e, posteriormente, generalizada entre os deputados de Portugal.

Em 11 de janeiro de 1822, os deputados paulistas tomaram assento nas Cortes em Lisboa e estavam acompanhados de um programa político que dava as diretrizes para sua atuação⁸. Essa proposta ficou conhecida na historiografia pelo nome de “Programa de São Paulo” e, dentre seus artigos, reivindicava a manutenção do Príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro e, então, do estatuto político do Brasil de Reino Unido de Portugal. A defesa do

⁷ Márcia Berbel apontou essa polarização na obra *A Nação como Artefato*. De acordo com sua análise, a concepção de organização do Império dos deputados “integracionistas” expressava-se na afirmação do princípio de “vontade geral”. Os deputados de Portugal utilizavam esse termo para afirmar as Cortes como depositárias dessa “vontade” e, por isso, para eles, a Constituinte representava a soberania da nação. Assim, a nação portuguesa era entendida como orgânica, fruto da tradição e imemorial. Para a historiadora, no caso dos deputados do Brasil, o alinhamento das bancadas do Pará, Maranhão e Rio de Janeiro às propostas de integração feitas pelos deputados de Portugal, não coincidia com a atuação dos deputados de São Paulo, Bahia e Pernambuco. Com o decorrer dos debates constituintes, o programa da Junta de São Paulo, redigido por José Bonifácio sobre uma proposta de manutenção do Reino Unido, tornou-se um projeto de “[...] caráter explicitamente federativo, permitindo a negociação com os deputados da Bahia e Pernambuco”. Ela relaciona essa defesa à apropriação da experiência do Estado norte-americano e das repúblicas sul-americanas. Cf. BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 198-200.

⁸ Esse texto recebeu o nome de “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província” e foi aprovado e assinado pela Junta de São Paulo: João Carlos Augusto Oeynhausén, Presidente; José Bonifácio de Andrada e Silva, Vice-Presidente; Martim Francisco Ribeiro d'Andrada, Secretário; Miguel José de Oliveira Pinto, Secretário; Lázaro José Gonsalves, Secretário; Antônio Maria Quartín; Francisco de Paula e Oliveira; André da Silva Gomes; Manoel Rodrigues Jordão; Francisco Ignácio de Souza e Guimarães; João Ferreira de Oliveira Bueno. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província (9 e 10 out. e 3 nov. 1821)”. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br>>. Acesso em: 29 nov 2001.

programa foi liderada pelo deputado Antonio Carlos⁹, ele utilizou o exemplo do Império britânico para justificar uma determinada organização do Império e, então, da delegação do poder real como a decisão “mais liberal” para a manutenção do Império português. Seus discursos sofreram oposição, principalmente, dos deputados “integracionistas” que se opunham com a defesa da radicalização do princípio do exercício da soberania da nação una e indivisível. Esse embate político se radicalizou ainda mais a partir de 17 de junho de 1822, quando a Comissão de Negócios do Brasil apresentou uma proposta de Ato Adicional à Constituição. Nesse momento, aquela concepção de exercício de soberania foi reelaborada pelo próprio deputado e utilizada na legitimação do pedido de Cortes no Brasil como a decisão “mais liberal” para a manutenção da unidade do Império português.

A concepção de exercício da soberania da nação una e indivisível, era influenciada pelos princípios franceses da Constituição de 1791 e uniu em sua defesa os deputados de Portugal “integracionistas” e “moderados”. No início dos debates constitucionais portugueses, os “moderados” relativizavam o princípio de exercício de soberania da nação, una e indivisível, para apoiarem a aprovação de artigos espanhóis na Constituição portuguesa. Essas normas eram fundamentadas pelo princípio de representação do deputado como porta-voz dos interesses da província pela qual foi eleito e tinham o significado histórico como concessões dos deputados metropolitanos espanhóis às reivindicações dos deputados hispano-americanos nas Cortes espanholas. Assim, os deputados “moderados” justificavam as aprovações como as decisões “mais liberais” a serem tomadas pela Assembleia, pois, para eles, demonstravam o esforço dos deputados pela igualdade política das “partes” do Império e, então, diziam recuperar a memória da experiência espanhola, colaborando para a unidade do Império português.

Até aquele momento, Borges Carneiro arquitetava uma proposta de “mercado

⁹

Natural de São Paulo, ele nasceu em Santos em 01 de novembro de 1773 e faleceu no Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1845. Filho do coronel Bonifácio José de Andrada e de Maria Bárbara da Silva. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu a sua carreira inicialmente como Juiz de Fora em Santos, em seguida foi Ouvidor e Corregedor de Olinda, sendo nomeado Desembargador da Relação da Bahia, onde não tomou assento por ser eleito deputado para a Constituinte brasileira. Foi preso na cadeia da Bahia, em 1817, por aderir à revolução de Pernambuco, fazendo parte de seu conselho. Na ocasião, Antonio Carlos lecionou a língua inglesa, direito natural e direito civil. Em 1821, tornou-se Deputado para as Cortes Portuguesas pela província de São Paulo. Ele e outros deputados brasileiros, como Cipriano Barata, saíram ocultamente de Lisboa e dirigiram-se a Falmouth, onde redigiram o manifesto de 22 de outubro. Em 1823, no Brasil, foi deputado da Constituinte, onde tendo sido relator da Comissão para o projeto de constituição. Depois de dissolvida a Assembleia, foi preso e deportado para a França. Cf. MELO, Luis Correa de Melo, *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1954, pp. 575-576; SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, volume 1, p. 104; SISSON, S. *A Galeria dos Brasileiros Ilustres*. São Paulo: Martins Editora, 1859, pp. 183-193.

integrado” que poderia estabelecer uma aliança entre deputados de Portugal e do Brasil. No entanto, a radicalização dos posicionamentos, as indicações dos deputados do Brasil - como a de Cipriano Barata, em dezembro de 1821 - que ameaçavam a legitimidade das decisões tomadas pelas Cortes pela inexistência na Assembleia da reunião da totalidade dos deputados das províncias do Império¹⁰ e o “Programa de São Paulo” como uma nova proposta política que tentava articular os deputados do Brasil, dificultaram essa aliança¹¹. A partir disso, os “moderados” passaram a apoiar uma mesma concepção do exercício da soberania da nação, una e indivisível, utilizada pelos “integracionistas”. Nesse momento, os deputados de Portugal privilegiaram a construção liberal do reino português, minimizando a necessidade de manter o Império transatlântico.

Ao fim, pretende-se interligar as diversas concepções dos liberais portugueses sobre o que eles entendiam como a decisão “mais liberal” relativa a cada um daqueles três pilares do governo constitucional e, então, esboçar as suas diferentes noções da configuração de sistemas de representação nesses debates. Além disso, busca-se sinalizar os grupos políticos ou mesmo os interesses que estavam implícitos na utilização das diferentes apropriações da história constitucional atlântica, defendidas cada qual por seus porta-vozes como a “mais liberal” e entendidas neste estudo como parte da nova retórica política do regime liberal.

Portanto, prevalecia a ideia entre deputados portugueses e redatores fluminenses que esses três pilares, consagrados pela história constitucional atlântica, sustentavam o novo regime constitucional. Os construtores do novo Império tinham muito a definir a partir deles. Eles não entendiam a história como repetição¹² e, por isso, avaliavam as escolhas das constituintes anteriores para legitimarem seus interesses políticos concretos e com a justificativa de edificar o Império “mais liberal” do Atlântico. Então, as justificativas desses atores políticos sobre cada um desses três pilares em benefício da decisão “mais liberal” para o Império português podem ser relacionadas e esboçarem defesas de diferentes configurações de sistemas de representação. Para a compreensão dessas apropriações e argumentos, algumas premissas que fundamentam esse estudo necessitam de esclarecimento: primeiramente, o que se entende por “dimensão atlântica” e “crise do sistema colonial” e, segundo, a definição de

¹⁰ Essas indicações pediam pela suspensão das decisões constitucionais até se reunirem todos os deputados do Brasil ou contestavam as decisões tomadas em relação a uma província, quando esta ocorreu sem a presença dos deputados por ela eleitos nas Cortes.

¹¹ Cf. BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 127-168.

¹² HARTOG, François. “Time, history and writing of history: the order of time”. In: *KVHAA Konferenser* 37, Stockholm, 1996 - pp 95-113. Tradução: Profº Drº Murari Pires. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em 20 de novembro de 2007.

espaço público moderno como meio de circulação das informações da prática constitucional atlântica.

Dimensão Atlântica e a Crise do Sistema Colonial

“[...] a ordem Social consiste, por assim dizer, em um empréstimo mútuo; porque aquilo que se diz nas Tribunas da Inglaterra e da França é aplicável (com pequenas alterações) à Madrid, à Lisboa, ao Rio de Janeiro, e ao mundo todo.” Redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, *Reverbero Constitucional Fluminense* de abril de 1822¹³

A epígrafe acima foi publicada na província do Rio de Janeiro em abril de 1821 e a sua concepção não era a única e nem representava uma unidade na Imprensa Fluminense. Pelo contrário, pode-se dizer que uma marca do periodismo do recente espaço público moderno fluminense era a diversidade de opiniões divulgadas¹⁴. No entanto, o entendimento da apropriação da prática constituinte atlântica como um diagnóstico necessário para a construção do Império “mais liberal” era recorrente nos periódicos e entre os deputados portugueses.

No início do século XIX, os Impérios do Atlântico viviam uma crise que foi iniciada com o processo de independência das treze colônias e que se prolongou na experiência francesa, nas Cortes espanholas e, por fim, chegou a Lisboa, isto é, tratava-se de uma tensão estrutural e única¹⁵. Apesar da carga negativa comumente atribuída ao termo “crise”, os redatores fluminenses e deputados portugueses que se autoproclamavam defensores da liberdade, valorizavam a época diante de seu principal desdobramento: a redefinição das relações imperiais. Nesse momento, a prática legislativa consolidava-se com a finalidade de redefinir as relações entre os inúmeros âmbitos dos Impérios: as províncias, os reinos, as municipalidades, as capitanias etc. Essa prática acompanhou a crise e a desagregação dos Impérios coloniais e lançou as bases para a construção dos Estados nacionais americanos nas

¹³ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 23 de abril de 1822, p. 291.

¹⁴ Alguns estudos demonstram essa diversidade: OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999; LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005 e “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 617-636; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003; NIZZA da SILVA, Maria Beatriz, *Semanário Cívico – Bahia, 1821-1823*. Salvador: Edufba, 2008, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007 e *A primeira gazeta da Bahia – Idade D’Ouro do Brasil*. Salvador: Edufba, 2005.

¹⁵ Esse conceito será explorado de maneira detalhada no balanço historiográfico discutido mais adiante, mas um nome de destaque na conceitualização é Fernando Novais em: NOVAIS, Fernando, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1877-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001 (1ª Ed. 1979).

primeiras décadas do século XIX.

Assim, pode-se caracterizar o período de 1770 até 1850 pela contestação ao Antigo Regime e pela superação das relações coloniais. O controle metropolitano sobre os Impérios se enfraquecia frente à série de convulsões revolucionárias na Europa e no Novo Mundo. Na América, tais convulsões expressavam-se em diversos movimentos emancipatórios. Nessa época, o poder crescente das elites coloniais reclamava um quadro de reformas “modernizadoras”, visto como exigência para a conservação da aliança política entre o poder imperial e as classes proprietárias das colônias. O desenvolvimento de instituições e recursos reduziu a dependência colonial com a metrópole, o que também contava com a eficácia do comércio transatlântico ao desafiar a manutenção dos monopólios comerciais¹⁶. O conjunto de eventos ocorrido nesse período foi denominado por vários autores como a “Era das Revoluções”¹⁷.

Essa caracterização do período apresenta o quadro de uma crise estrutural do Sistema Colonial e da afirmação de ideias e valores liberais ante o Antigo Regime¹⁸. Tal oposição ganhou muitos adeptos em todo o Atlântico, as informações sobre eventos de ruptura entre metrópoles e colônias e a respeito da eliminação radical de estruturas do Antigo Regime circulavam pela Imprensa e eram debatidas nas rotas que acompanhavam o comércio¹⁹. Desse

¹⁶ BLACKBURN, Robin. “Introdução”. In: *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁷ Hobsbawm foi quem consagrou o termo usualmente utilizado por historiadores. Cf. HOBSBAWN, E. J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

¹⁸ Quanto ao conceito de Liberalismo, Pierre Rosanvallon destaca a dificuldade de uma definição precisa, afirmando a impossibilidade de uma explicação do termo como um movimento de bases econômicas pela defesa do livre comércio. Nesses termos, ele cunha o vocábulo com o adjetivo “opaco” e se explica: “Opacidade, em primeiro lugar, ligada à dificuldade de se encontrar um denominador comum verdadeiramente significativo entre os múltiplos usos da expressão.” (ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. São Paulo, Edusc, 2002, p. 7). Isso também não exclui a preocupação que Marco Morel ressalta em relação à polissemia das apropriações dos conceitos políticos. Ele afirma que diferentes usos eram mascarados por uma base ideológica unificada na época da defesa do liberalismo e da Constituição: “[...] A defesa do liberalismo político era majoritária no período estudado, como a apologia de tudo que era constitucional. Mas tratava-se sempre da mesma Constituição e da mesma liberdade para os diferentes protagonistas? A legitimidade das vontades do ‘povo’ e da ‘nação’ eram alardeadas, mas correspondiam sempre a concepções idênticas do que seria cada um destes? As mesmas palavras, ainda que referenciadas pela modernidade política, podiam ter significações diferentes. E as palavras também têm sua história.” - MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 63.

¹⁹ Morel (MOREL, Ibidem; MOREL, M. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003) e Bastos Neves (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003) delineiam um quadro de circulação de ideias que demonstra essa disponibilidade de informações. István Jancsó descreve o mesmo, desde o período colonial: “Uma das características dos partícipes dessa cultura política emergente, e isso independia de condição social, era a avidez na busca de informações sobre as mudanças que o mundo experimentava. Para os membros das elites locais, fossem da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro ou de Pernambuco, os grandes centros de convergência do

modo, o Império Português integrava um Sistema de proporções atlânticas.

O enquadramento dessa crise na perspectiva da história dos Impérios Atlânticos teve seu marco historiográfico datado na Segunda Guerra Mundial. Até aquele momento, predominavam estudos que viam no Atlântico o que se denominava de “histórias imperiais”. Estas continham a ideia de que esses Impérios eram diferenciados e independentes, pois derivavam da formação de nações imemoriais e, por isso, únicas. Estudos como o de Ross Hoffman²⁰ e Carlton J. H. Hayes²¹ salientaram a ideia de uma “comunidade atlântica” com a preocupação de defender uma pretensa unidade do Ocidente cristão contra o Comunismo. Ao término da guerra, o termo “dimensão atlântica” ganhou significados mais amplos com análises de autores como J. Pirenne²², Michael Kraus²³, Godinho²⁴, Pierre e Huguette Chaunu²⁵ e J. L. Godechot²⁶. No entanto, o estudo de grande destaque para a conceitualização do olhar para o Atlântico foi o de J. Godechot em parceria com Palmer²⁷.

Godechot e Palmer defenderam a existência de uma “civilização atlântica” em contraste direto com o Oriente. Eles entendiam a Revolução Francesa como parte de um distúrbio internacional único, diluído em diversos pontos do Atlântico. Nesse sentido, o período de 1770 até 1850 corresponderia a uma época revolucionária, fundada no questionamento ao Antigo Regime e na suplantação das relações coloniais, isto é, na reestruturação dos Impérios. Para eles, o marco inicial desse movimento foi a independência das treze colônias, devido à propagação das ideias iluministas, enquanto se referem à Revolução de 1848 como o episódio final. Nesse último marco, eles viam a intervenção das massas operárias, “[...] que as transformações industriais concentraram nas grandes capitais

‘continente do Brasil’ [...] o acesso a essas informações era tido por rotineiro, privilégio de suas condições. Das viagens que faziam à Europa retornavam trazendo livros, ainda que proibidos. [...] Outra forma de burlar os controles (do acesso a informações) se dava pela compra de impressos nos navios que chegavam da Europa, quer se tratasse de livros, quer das gazetas cuja circulação era vedada pelo governo”. - JANCSÓ, István, “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, vol. I, 2002, pp. 401-402.

²⁰ HOFFMAN, Ross. “Europe and the Atlantic Community”. In: *Thought*. Nova York, nº 20, 1945.

²¹ HAYES, Carlton J. H. “The American frontier – frontier of what?”. In: *American review*. Nova York, nº 51, 1946.

²² PIRENNE, Jacques. *Grands courants de l’histoire universelle*. Neuchâtel, vol. III, 1948.

²³ KRAUS, Michael. *The atlantic civilization: eighteenth-century origins*. Nova York: Cornell University Press, 1966.

²⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. “Problèmes d’économie atlantique: Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l’or (1670-1770)”. In: *Annales, économies, sociétés, civilisations*. Paris: Fayard, nº 5, 1950, pp. 184-197.

²⁵ CHAUNU, Huguette e Pierre. “Économie atlantique. Économie mondiale (1504-1650): problèmes de fait et de méthode”. In: *Cuadernos de Historia Mundial*, nº 1, 1953, pp. 91-104.

²⁶ GODECHOT, Jacques. *Histoire de l’atlantique*. Paris: Bordas, 1947.

²⁷ Idem; PALMER, Robert R. “Le Problème de l’Atlantique du XVIIIème au XXème Siècle”. In: *Relazioni del X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, Florence: Storia Contemporanea, 1955.

ou jazidas mineiras”, como a novidade que modificou os interesses, os objetivos e as transformações, dando fim a essa crise iniciada com a Revolução Francesa²⁸.

As contestações à conceitualização de Godechot e Palmer são centradas em dois pontos principais. O primeiro é o reconhecimento de que as estruturas sociais e econômicas dos Estados Unidos, do resto da América, da Inglaterra, dos Países-baixos, da Suíça e da França são muito diferentes entre si, inviabilizando a concepção de que as revoluções verificadas em cada parte integravam um mesmo movimento²⁹. O segundo ponto criticado é em relação a um suposto determinismo geográfico presente nas afirmações dos autores. Em contrapartida, Godechot responde à primeira questão ao afirmar que, apesar de todas as diferenças internas, econômicas e sociais, o movimento era único em sua estrutura mental, ou seja, na esfera das ideias e da política era possível que as diversas realidades econômicas e sociais interagissem em um único movimento revolucionário, afinal, “[...] as ideias ultrapassam facilmente as fronteiras [...]”³⁰.

Ainda como resposta ao primeiro ponto censurado, Godechot afirma que os próprios revolucionários franceses tinham a preocupação de expandir suas ideias e primavam por uma concepção universalista da revolução. Ele entende que o mundo ocidental atlântico se fundamentava em bases políticas comuns, o que ele chama de “idéés maîtresses”. Estas eram, principalmente, três: a fundação do judaico-cristianismo; a lei romana – entendida como a expressão da justiça, definindo e limitando o poder legítimo –; e a razão grega que refletia uma crença na perfectibilidade humana e na liberdade³¹. A resistência acadêmica a essa conceitualização pode ser entendida como uma reação dos nacionalistas da França e dos EUA pela defesa de um excepcionalismo de suas histórias pátrias. Ao mesmo tempo, a perspectiva

²⁸ GODECHOT, J. *As Revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, p. 174.

²⁹ Sobre essa discussão, Ian K. Steele, ao resenhar o livro de Bailyn, afirma que as histórias anti-imperiais e pós-imperiais não pretendiam negar a existência dos Impérios, como parece entender Bailyn. Suas tentativas são de analisar as realidades sem suposições eurocêntricas. Além disso, Steele rechaça um ponto importante do balanço historiográfico de Baylin: ele descarta a relevância dos estudos que possuem inspiração na análise de Fernand Braudel (1983), privilegiando de maneira arbitrária uma “[...] genealogia da história Atlântica deliberadamente americana [...]” (STEELE, Ian K. “Review essays: Bernard Bailyn’s american atlantic”. In: *History and Theory*. Middletown: Wesleyan University, nº 46, 2007, p. 51. No original: “[...] genealogy of Atlantic history is deliberately American [...]” – (tradução nossa).

³⁰ GODECHOT, Jacques. *As Revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, p. 171.

³¹ “[...] tem sido capaz de criar uma sociedade mais liberal e mais dinâmica do que a do leste do velho continente. Cada vez mais, na medida em que atribui o maior valor para a liberdade e a perfectibilidade do indivíduo, à ideia do direito como expressão da justiça, à concepção de um poder legítimo, tal como definidos e limitados pela lei [...]. Cf. BAILYN, Bernard. *Atlantic History. Concept and Contours*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005, p. 26, tradução nossa. No original: “[...] it has been able to create a society more liberal and more dynamic than of the East of the old continent. To an ever growing extent it attached the highest value to liberty and the perfectibility of the individual, to the idea of law as an expression of justice, to the conception of a legitimate power as defined and limited by law [...]”.

Atlântica foi também criticada como algo que “[...] servia vergonhosamente aos objetivos norte-americanos, internos e externos, na Guerra Fria [...]”³².

Quanto a um possível determinismo geográfico da história com perspectiva atlântica, é importante lembrar que essa crítica se dirige também e diretamente a alguns estudos influenciados pelas análises de Fernand Braudel³³. No entanto, Dale Tomich, inspirado pelas teses do *Mediterrâneo*, rebate essa crítica com a formulação da ideia de um Atlântico estruturado como “espaço histórico-social”. Ele nega o oceano apenas como um campo de realidade física e como cenário determinante das interações históricas, para afirmá-lo como “elemento constitutivo dos processos históricos”³⁴. A preocupação metodológica e teórica desse autor é a de criar conceitos capazes de apreender as diversas dimensões desse espaço, sem perdê-lo de vista como uma unidade distinta diante de um complexo mais amplo de relacionamentos: o da criação da Economia-Mundo especificamente europeia, pensada por Tomich a partir das ideias de Wallerstein³⁵.

Assim, Dale Tomich, respondendo às contestações a suas formulações, identifica no período estudado a configuração de unidades particulares no Atlântico, que, segundo ele, não corresponderiam a histórias nacionais ou imperiais. O que ele entende por unidade é o “[...] produto de uma densa rede de relações e processos que operam em escalas espaciais e temporais diversas”. Isto é, o fundamento da sua concepção reside justamente na ideia de que a unidade não é algo fechado e autossuficiente. Enfim, a referência mais relevante para este estudo é a consideração de que a dimensão atlântica não compreende a soma das diversas histórias nacionais, ao contrário, quer dizer a negação da análise dos Impérios coloniais atlânticos como sistemas fechados, isolados entre si e entendidos como determinados por identidades nacionais diferentes³⁶.

³² Tradução livre de: “[...] shamelessly serving America’s Cold War objectives, foreign and domestic” - STEELE, “Review essays: Bernard Bailyn’s american atlantic”. In: *History and Theory*. Middletown: Wesleyan University, nº 46, 2007, p. 49.

³³ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Imprensa Dom Quixote, 1983.

³⁴ TOMICH, Dale. “O Atlântico como espaço histórico”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. São Paulo: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, ano 26, maio-agosto de 2004, p. 223.

³⁵ Esse conceito de “Economia-Mundo” foi pensado por Tomich a partir das ideias de Wallerstein (Cf.: WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. Capitalist agriculture and to the origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.): “[...] A heterogeneidade geográfica dos territórios unidos pelo Atlântico determina a forma da incorporação da região na economia-mundo européia.” – Idem, Ibidem, p. 228.

³⁶ “[...] É freqüente que se escreva a história atlântica como se os objetos de investigação fossem unidades políticas, sociais ou culturais já constituídas. Assim, as fronteiras dos impérios são tomadas como marcos de Atlânticos distintos – o britânico, o holandês, o francês, o português, ou o espanhol. Cada um desses

Na historiografia brasileira, o enquadramento atlântico é algo recente. A História comparada entre os Impérios Coloniais foi o que prevaleceu na História da independência até a década de 1970³⁷. A partir desse decênio, os estudos de Godechot influenciaram decisivamente vários pesquisadores brasileiros e podem ser apontados como uma das principais influências para a formulação de Fernando Novais sobre a crise do Antigo Sistema Colonial³⁸. Esse foi o princípio de uma mudança significativa na conceitualização de uma História comparada entre os Impérios para uma História com a perspectiva Atlântica.

Na coletânea intitulada *1822: Dimensões*, organizada por Carlos Guilherme Mota³⁹, Fernando Novais, J. Godechot e Frédéric Mauro usam expressões como “Revolução Atlântica” e “crise do Antigo Regime” e oferecem novos tons à compreensão da independência do Brasil no mundo atlântico. Fernando Novais, influenciado pelas ideias de Caio Prado e pelos estudos de Godechot, fundamentava a existência de um sistema com bases mercantilistas que compreendia todo o Atlântico⁴⁰. A tríade em que essa estrutura se baseava

impérios é tratado então como uma unidade fechada, coerente, internamente integrada e com história própria. Estas unidades são tratadas, ainda, como entidades exteriores umas às outras. Desta perspectiva, o Atlântico aparece como um conjunto de unidades autônomas – sejam impérios, territórios coloniais, ou nações – e não como um espaço histórico integral. A expectativa implícita aqui é que a combinação das histórias de tais unidades parciais e independentes possa realizar as ricas possibilidades de uma história atlântica.” E continua: “Um tal método destrói a promessa de uma história atlântica. [...] De um lado, estes métodos efetivamente eliminam o Atlântico como relação constitutiva da história atlântica para, de outro, tentar reintroduzi-lo como um produto de histórias nacionais ou imperiais.” – Idem, *Ibidem*, pp. 223-224.

³⁷ Nessa época a Universidade brasileira amadureceu e interagiu com debates que ultrapassavam seus limites. Isso resultou em inúmeros estudos do ISEB e da CEPAL que focavam a temática do subdesenvolvimento do Brasil no sistema capitalista. A época foi de crescimento do marxismo, ao mesmo tempo, de violenta repressão política. – COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia brasileira”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 87-89.

³⁸ Isso não exclui de Caio Prado Jr. a qualidade de principal nome que influenciou as formulações de Novais. Segundo Wilma Peres Costa “Fernando Novais incorporou de Caio Prado a ideia de que, para os países que foram colônias, o entendimento do fenômeno colonial é chave, a matéria-prima da qual se faz a construção da nação, tanto nas continuidades como nas rupturas. Sua construção procura negar duas polaridades da historiografia coeva: a persistência da colônia na nação e a antevisão da nação na colônia.” – Idem, *ibidem*, p. 95.

³⁹ O objetivo era o enquadramento da problemática da independência em panoramas analíticos mais amplos. Essa tentativa percebia a revisão historiográfica da independência como uma “transferência de tutela, da portuguesa para a inglesa”, alicerce das teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento do século XX. Ao mesmo tempo, a crítica também se fazia aos “estudos tradicionais” que se centravam excessivamente (e quase exclusivamente) nos “aspectos políticos”, desvinculando a América portuguesa do resto do mundo. Cf. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁴⁰ Novais ampliou sua argumentação em sua tese de doutorado *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Regime Colonial (1777-1808)*, publicada em 1979 e que serve para a discussão historiográfica aqui feita (NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1877-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001 (1ª Ed. 1979). Além disso, para o tema da Independência, escreveu, juntamente com Mota, um estudo nomeado *A Independência Política* (MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando. *A Independência Política*. São Paulo: Moderna, 1986), que também é utilizado nesse balanço historiográfico. Ele recebeu críticas diretas de Valentim Alexandre (ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993.) e ainda recebe, por exemplo, dos

era a da imposição do exclusivo comercial, da utilização do trabalho compulsório e da subordinação política das colônias. Para Novais, das próprias bases do sistema emergiam os elementos centrais de sua crise e as situações limites decorriam de tensões de diversas naturezas. Uma delas foi aquela entre senhores e escravos, que culminou na rebelião de São Domingos, e outra, na relação metrópole e colônia, pondo fim à escravidão e ao exclusivo, mas mantendo a dominação política nas Antilhas Britânicas.

Essa crise, conceitualizada por Novais, provocou eventos complexos, principalmente no caso do Brasil, onde, para o autor, a efetivação da Independência ocorreu na contramarcha da revolução liberal iniciada na metrópole. Segundo Novais, na colônia luso-americana, os princípios liberais foram utilizados para legitimar o fim dos vínculos coloniais, e, ao mesmo tempo, justificar a manutenção da escravidão e da dominação senhorial⁴¹. Para ele, a América Portuguesa era um dos elos de articulação desse sistema. A crise era sistêmica e, necessariamente, manifestava-se em todas as suas ligações.

Para o autor, na medida em que o Sistema Colonial evoluiu pela continuada exploração metropolitana com o propósito de aumentar o ganho da metrópole, fomentou-se a economia colonial, o que gerou a necessidade de reformas “modernizantes” em todo o mundo atlântico⁴². No entanto, ele afirma que essas mudanças produziram uma maior autonomia para os colonos e, como resultado, esses homens tomaram consciência de sua importância no conjunto do Império⁴³.

Nessa perspectiva afirmada por Novais, a colonização moderna é concebida como um sistema que integrava o processo de construção do capitalismo mundial⁴⁴. Nesses termos, a crise desse sistema, da qual resultou a Independência, não significava o confronto *stricto sensu* metrópole *versus* colônia. Na realidade, ressalta-se uma crise da articulação entre o Antigo Regime e o Antigo Sistema Colonial que só poderia ser investigada pelo exame dos fluxos entre as partes desse sistema mais amplo⁴⁵. Assim, para essa perspectiva, o principal

estudos de (PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 55-98.), além de muitos outros.

⁴¹ MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando. *A Independência Política*. São Paulo: Moderna, 1986, p. 144.

⁴² NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1877-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001 (1ª Ed. 1979), pp. 239-284.

⁴³ Idem. Ibidem, pp. 143-174.

⁴⁴ Idem. Ibidem.

⁴⁵ “[...] O Antigo Regime Colonial, na realidade, como já indicamos, era parte de um todo, que se explica nas suas correlações com esse todo: o Antigo Regime (absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial). Os mecanismos de base atuam no conjunto, e uma vez rompido o primeiro elo – a independência das

ponto de deficiência estava localizado na sua base de sustentação: o monopólio de comércio ou o “exclusivo colonial”⁴⁶.

Nas últimas décadas, a História Atlântica foi retomada pela historiografia brasileira. As mais recentes críticas às colocações de Novais, apesar de não se dedicarem diretamente à problemática da independência da América Portuguesa, produziram assertivas que contestam o que eles entendem como um exacerbado olhar extrovertido da análise de F. Novais. Tais reflexões apontam questões importantes quanto à metodologia e à teoria do enquadramento atlântico. Dessa maneira, ao longo da década de 1990, estudos baseados em pesquisas realizadas por grupos de investigação do Rio de Janeiro retomaram o tema da conjuntura atlântica em novas bases⁴⁷.

O pressuposto dessas investigações é que a ancestralidade do enraizamento de interesses mercantis – por exemplo, o comércio de abastecimento do tráfico de escravos – atingia redes de longo alcance⁴⁸. Nesses estudos, essa extensão se fundamentava na ideia de uma “economia do bem comum”: havia monopólios, mercês, redes clientelísticas e arranjos institucionais que eram comuns ao conjunto do Império e, por isso, acabavam por impedir as especificidades atribuídas e polarizadas pelo estatuto de colônia e metrópole nas relações políticas, econômicas e sociais⁴⁹. Para esses estudiosos, apesar de marcas do Antigo Regime, esses elementos criaram as “pré-condições” para a Independência do Reino do Brasil⁵⁰. No

colônias inglesas da América Setentrional – todo o arcabouço do Antigo Regime entra em crise. É nesse sentido que os movimentos sediciosos ou mesmo de emancipação das colônias participam do mesmo quadro das revoluções ‘atlânticas’, como formulou Godehot. [...]” – Idem. Ibidem, p. 144.

⁴⁶ “[...] o sistema colonial do Antigo Regime tem de ser apreendido como uma estrutura global subjacente a todo processo de colonização da época moderna, [...] não apenas nas relações de cada metrópole com as respectivas colônias. Nestas relações particulares – ou, como se diz, nos sistemas coloniais português, espanhol, francês etc. – a crise dá sempre impressão de vir de fora, porque na realidade procede do desequilíbrio do todo [...]”. Idem, Ibidem, pp. 19-20.

⁴⁷ BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁸ “[...] Tenho defendido a necessidade de relativizar a excepcional importância conferida à metrópole na historiografia do ‘primeiro’ império europeu [...]. Em resumo, um exame das relações intercoloniais [...]” – RUSSEL-WOOD. “Prefácio”. Ibidem, p. 15.

⁴⁹ “[...] O que os historiadores têm demonstrado é que a visão de pacto colonial, baseada em noções dualistas, polarizadas, ou mesmo bipolarizadas, necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holista e flexível, que seja mais sensível à fluidez, permeabilidade e porosidade dos relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios, assim como da variedade e nuance de práticas e crenças religiosas. [...]” – Idem. Ibidem, p. 14.

⁵⁰ “[...] Presente em vários dos ensaios aqui considerados destaca-se uma reavaliação do Antigo Regime e do grau no qual o Brasil e outras partes do império encontravam-se perpassados pelas mentalidades e práticas do Antigo Regime. Na raiz deste processo emergia o sistema que caracteriza o Antigo Regime e que assumia a forma de mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores. Enquanto estes favores régios podiam aumentar o

limite, o aprofundamento da crítica a Novais nega a especificidade do estatuto colonial, diluindo-o no conjunto do Império e, por isso, esses pesquisadores não abordam as especificidades desse estatuto na criação de relações políticas, econômicas e sociais no atlântico. Assim, essas análises, quando não radicalizadas, nos oferecem bases para afirmar que as questões aventadas em todas as dimensões do Império Português e em todo o sistema colonial atlântico eram semelhantes⁵¹.

Os pesquisadores fluminenses também dialogam com uma das mais recentes linhas de abordagem da História da Independência do Brasil, composta pelas investigações realizadas em linhas de pesquisa da Universidade de São Paulo que eram coordenadas por István Jancsó⁵². Em linhas gerais, o pressuposto fundamental dos pesquisadores desse grupo e também desse estudo⁵³ é o de que a Independência e a construção do Estado Nacional constituem um processo de longa duração e possuiu inúmeras facetas⁵⁴. A teorização mais exemplar desse novo olhar está inscrita no estudo de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, publicado sob o título *Peças de um mosaico*⁵⁵.

Pode-se estabelecer uma relação entre o título do estudo sobredito e a ideia que o fundamenta. Na imagem do “mosaico” transparece, por um lado, o caráter composto da identidade e, por outro, a qualidade de artefato. Através do estudo das práticas cotidianas, das formas de sociabilidade e do vocabulário político é possível verificar que a crise estrutural de desagregação dos Impérios Atlânticos afeta de modo variado cada estrato social, cada reino, cada província, cada vice-reino, portanto, cada uma das diversas abrangências do sistema. Logo, de acordo com essa visão, a independência da América Portuguesa só pode ser

status quo através do reforço da grandeza e da nobreza, eles contribuíam para a reprodução de uma sociedade altamente hierarquizada e excluía amplos segmentos da população de participarem do império, sendo igualmente utilizados como instrumento de representação e disputa entre diferentes grupos. Vários dos ensaios discutem de que forma tais favores régios e o acesso a contratos monopolistas podem ser traduzidos em *status* social e instrumento de acumulação de capital. Ironicamente, no caso brasileiro, isso parece ter criado as pré-condições e os elementos que precipitaram o processo de Independência. [...]” – Idem, Ibidem, pp. 16-17.

⁵¹ “As páginas deste livro trazem também um poderoso corretivo à historiografia imperial, frequentemente bifurcada. [...] Em geral os historiadores têm focalizado seja o Brasil e a presença portuguesa nos dois lados do Atlântico, seja o Estado da Índia. Hebe Maria Mattos e Maria de Fátima Silva Gouvêa demonstraram o valor de se examinar as instituições e o governo no contexto Atlântico. [...]” – Idem, Ibidem, p. 16.

⁵² JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003 e JANCÓS, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

⁵³ Essa pesquisa faz parte desse grupo temático de investigação, financiado pela FAPESP e intitulado “Brasil: Formação do Estado e da Nação (c. 1780- c.1850)” que era coordenado pelo Prof. Dr. István Jancsó.

⁵⁴ COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia brasileira”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 111-118.

⁵⁵ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Coimbra: Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Faculdade de Letras, 2000.

entendida como um processo de longa duração, com distintas temporalidades, que manifestavam a crise do sistema nas variadas partes do conjunto do Império Português. Segundo István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, a complexidade dessas “partes” pode ser compreendida somente quando inseridas em conjuntos, quando há a convivência de diferentes níveis de identificação⁵⁶.

Enfim, os autores dessa linha interpretativa parecem reavaliar os conceitos forjados nos anos precedentes de forma a considerarem a unidade, a monarquia e a escravidão não mais como especificidades, mas como reinvenções e recriações⁵⁷. Elas são vistas como problemáticas atlânticas e coloniais, inseridas nas soluções políticas arranjadas em um complexo sistema de relações políticas, econômicas e sociais. Esse sistema seria formado por diversos fluxos vividos de diferentes maneiras e em diversos pontos do Atlântico. Para eles, no período entre 1750 e 1850, o que unia as particularidades no interior do sistema era a inserção delas em uma crise, vivida como única e estrutural, e que atingia todos os Impérios Coloniais do mundo atlântico.

Nessas investigações, o olhar para as formas de sociabilidades, as práticas cotidianas e o uso do vocabulário político sinalizam para a necessidade do estudo do espaço público. Isso permite vislumbrar a diferença da formação desse espaço nos diversos pontos do sistema colonial atlântico. Nesse sentido, as transformações no processo de Independência foram profundamente determinadas pela relação entre Imprensa e Assembleias Legislativas, duas arenas políticas que se influenciavam e juntas constituíam o que se entende como parte essencial do Espaço Público. Assim, as informações sobre a prática constitucional atlântica eram divulgadas pela Imprensa, da mesma forma que o seu debate público influenciava as decisões dos deputados em Cortes.

⁵⁶ “[...] Assim é que os colonos de São Paulo reconheceram-se como paulistas, mas por aqueles outros domínios do Rei da Espanha com quem se defrontavam, eram percebidos, antes de tudo, como portugueses, e era assim que se sabiam diante dos espanhóis. Portanto, ser paulista, pernambucano ou baiano significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo. O que interessa ressaltar aqui é a concomitante emergência de três diferenças. A primeira é aquela que distinguia um português da América (p. ex.: um baiano) de todos que não fossem portugueses (holandeses, franceses, espanhóis). A segunda, simultânea com a anterior, é a que lhe permitia distinguir-se, ao baiano, de outros portugueses (p. ex.: do reino, do paulista). Finalmente, uma terceira diferença é a que distingue, entre os portugueses, aqueles que são americanos dos que não partilham essa condição” – Idem, *Ibidem*, pp. 136-137.

⁵⁷ Esse termo é usado por Wilma Peres especificamente para caracterizar essa abordagem da Independência. COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia brasileira”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 111-118.

Espaço Público: Definições e Circulação da Prática Constitucional Atlântica

“Os Escritores, que aqui de pouco tempo manifestam ao Público as suas reflexões, [...] reunindo a Opinião em seus escritos julgam fazer um serviço à Nação em geral e aos nossos Deputados em particular; àquela porque lhe facilitam o conhecimento do que se sente, sendo, por assim dizer, órgãos dos que pensam e falam com liberdade e patriotismo, mas sem imprimirem as suas falas e pensamentos; a estes, porque lhes oferecem seguros dados para as suas indicações no Soberano Congresso, estímulos poderosos e indispensáveis.” Redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, *Reverbero Constitucional Fluminense* de janeiro de 1822⁵⁸

A epígrafe do periódico *Reverbero Constitucional Fluminense* sintetiza a relação estabelecida no início do século XIX entre o espaço de debate legislativo e o periódico. Os redatores, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, assim como outros redatores fluminenses e deputados portugueses, atribuíam aos periodistas a tarefa de formar a “Opinião”, o que eles entendiam como uma espécie de “termômetro” da Política. Essa concepção foi uma das principais inovações da Era Moderna⁵⁹ e constituiu o principal elo que se estabelecia entre os debates legislativos e os escritos produzidos pela Imprensa.

Nesse sentido, diante desse campo numeroso de periódicos, a escolha das publicações que serão analisadas em cada capítulo estabeleceu-se tendo em vista a presença de debates mais complexos acerca da apropriação da experiência constitucional atlântica sobre cada um dos três pilares do governo constitucional. Nos outros jornais encontram-se menções sobre o tema desse estudo, porém, sem uma argumentação mais profunda que instigasse grande debate na arena pública. Além disso, é importante destacar a curta duração da maioria das publicações da época, as quais muitas vezes sobreviviam dedicadas ao debate de um tema específico.

O historiador Marco Morel mostra em seus estudos que as ideias circulavam por meio

⁵⁸ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. “Reflexões”. Nº 08 de 01 de janeiro de 1822.

⁵⁹ “Lo radicalmente nuevo no es tampoco la existencia de un nuevo sistema global de referencias en el que se combinan las ideas, imaginarios sociales, valores y comportamientos que deben configurar al nuevo hombre y a la nueva sociedad. En gran medida, todas esas novedades habían ido surgiendo a lo largo del siglo XVIII en grupos restringidos de hombres agrupados en nuevas formas de sociabilidad. Lo radicalmente nuevo es la creación de una escena pública cuando este nuevo sistema de referencias deja los círculos privados en los que hasta entonces había estado recluido, para irrumpir en plena luz. Triunfa entonces una nueva legitimidad – la de la nación o la del pueblo soberanos –, una nueva política con actores de una clase nueva que, por primera vez, pueden ser llamados políticos, en tanto que se constituyen precisamente para conquistar esa nueva legitimidad.” - GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica e Fundación MAPFRE, 1992, p. 13.

de livros, periódicos, panfletos, cartas e pessoas desde os tempos mais remotos, porém, mais efetivamente, a partir da Era Moderna, quando aconteceram as “Grandes Navegações” que interligaram o Atlântico. A partir disso, o que particularizou a Modernidade foi a velocidade. Nesse aspecto a Imprensa teve papel fundamental. Por um lado, o periodismo acelerou a circulação das ideias entre diferentes partes do Atlântico⁶⁰. Os periódicos editados no Brasil continham reflexões sobre eventos revolucionários, trechos de livros traduzidos e citações de periódicos estrangeiros⁶¹. Por outro lado, a Imprensa modernizou a arena pública na América Portuguesa. O debate político proliferou e se ampliou. Nesse momento, até mesmo analfabetos participavam de leituras coletivas que eram frequentes em praças, tipografias, boticas e outros meios de sociabilidade⁶². Além disso, o periodismo proporcionou, em conjunto com outros mecanismos de participação política, um espaço de formação da opinião pública, notadamente de caráter moderno⁶³.

A ideia de modernidade do espaço público, explorada por Morel, diz respeito à afirmação de um circuito de participação política dinâmico, inexistente no Antigo Regime e que compreendia mecanismos de “[...] pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício de coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época [...]”⁶⁴. Isto é, para esse autor, a palavra escrita estava inserida em um circuito de transformações políticas, econômicas e sociais que não dizia respeito apenas à “elite”, mas reunia senhores, escravos e homens livres. Além disso, não era um movimento restrito à América Portuguesa, pois fazia parte de um movimento atlântico de circulação de pessoas e ideias⁶⁵.

⁶⁰ Idem, Ibidem, pp. 11-21.

⁶¹ Cf. MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 623 e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província cisplatina (1821-1822)”. In: FERREIRA, Tânia; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁶² BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder – O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45.

⁶³ Idem, pp. 24 e 47.

⁶⁴ MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 617.

⁶⁵ Isso ajuda a entender por que certos assuntos — como notícias de revoltas de escravos em outros lugares — não eram discutidos. Sabia-se que a notícia chegaria aos ouvidos dos escravos e os incitaria à rebelião. Assim, deve-se observar também os temas não publicados. Sobre isso: MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal do Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Imprensa de Ciências Sociais,

Ainda segundo as ideias do historiador Marco Morel, o espaço público moderno, que reunia os debates legislativos e periódicos, definia-se pela formação da “Opinião” intimamente relacionada à concepção de consciência política. Para ele, isso permitia “[...] a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões [...]”⁶⁶. Aqui, o autor relaciona as transformações no processo de independência e de construção do Estado Nacional com a formação do espaço público. A arena pública é vista por ele não só como lugar de debate, mas também se expressa em decisões e articulações políticas, dela fazendo parte não só a Imprensa, como também as Assembleias Legislativas.

Assim, a Imprensa teve papel central na circulação das informações sobre a prática constitucional atlântica. Os movimentos revolucionários de reorganização dos Impérios coloniais envolveram a sociedade de maneira generalizada, indo além dos deputados que participavam diretamente dessa tarefa no espaço das Assembleias Legislativas. A inauguração da Era Moderna envolveu uma crise do Sistema Colonial Atlântico que foi discutida e pretendia ser solucionada no espaço formal de decisão das Assembleias Legislativas, porém, a informação da prática constitucional ultrapassou os limites das Cortes e foi debatida nos periódicos e influenciada pela Opinião Pública.

Quanto às Assembleias, os debates das Cortes de Lisboa informam sobre a prática constitucional portuguesa e serão analisados com a perspectiva de que representam uma parcela do espaço público moderno e, por isso, são influenciados pela Opinião Pública. Alguns trabalhos são muito importantes para o argumento, dentre eles, dois são indispensáveis e influenciam diretamente este estudo: o do historiador português Valentim Alexandre⁶⁷ e a tese de doutorado de Márcia Regina Berbel⁶⁸. O objeto de análise de V. Alexandre é a atuação dos deputados de Portugal nas Cortes reunidas em Lisboa. Ele mostra a tensão entre o que chama de “nacionalismo português”, mais intenso após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, e as tentativas de preservação do Império⁶⁹. Na análise dos debates constituintes, o autor identifica dois grupos de deputados entre os de Portugal: os “integracionistas” e os “conciliadores”. O primeiro grupo, dos “integracionista”, é

1999.

⁶⁶ BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder — O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 24-25.

⁶⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império — questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993.

⁶⁸ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 28.

a definido como o mais radical, liderado pelo deputado Fernandes Tomás e caracterizado pela defesa de uma nação soberana e integrada, se possível dos dois lados do Atlântico. Já os “conciliadores”, liderados pelo deputado Borges Carneiro, pretendiam negociar certo grau de autonomia para as províncias do Brasil, mantendo, contudo, a nação unida através da integração econômica⁷⁰.

Sobre o posicionamento dos deputados do Brasil nas Cortes, Valentim Alexandre identifica um desalinhamento dos representantes do Brasil com as propostas dos “integracionistas” e relaciona as suas ações com os acontecimentos nas províncias pelas quais foram eleitos. O autor percebe, ainda, a mudança de posicionamento desses deputados depois da chegada da bancada de São Paulo na Constituinte Portuguesa. A historiadora Márcia Regina Berbel faz algumas ressalvas ao trabalho de V. Alexandre. Ela considera que o autor, até mesmo por não ser seu objeto de estudo, não dá a devida atenção às diferenças entre as posições das delegações do Brasil nas Cortes. Ele nomeia as propostas dos deputados do Brasil como “federalistas”, mas não as diferencia ou define de maneira precisa⁷¹.

Na historiografia brasileira, os estudos de Márcia Berbel transformaram a perspectiva de análise da “questão brasileira” nos discursos constituintes portugueses⁷². O objetivo geral da autora é “[...] explorar as diferenças entre esses parlamentares, vislumbrando em seus

⁷⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 574. Márcia Berbel explora essa definição: “[...] Em toda a sua análise [de Valentim Alexandre] destaca-se a tensão entre o nacionalismo português, aguçado após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, e as tentativas de preservação do Império. Diante desse conflito, haveria, segundo o autor, duas linhas básicas de atuação dos deputados liberais de Portugal. A primeira seria a do grupo mais radical, dirigido por Fernandes Tomás – o líder da revolução do Porto –, chamado por Valentim Alexandre de “integracionista”, pois concebia a nação como soberana e integrada, se possível dos dois lados do Atlântico. A segunda, a do grupo composto pelos ‘conciliadores’, liderado pelo deputado Borges Carneiro, que se dispunha a negociar certo grau de autonomia às províncias do Brasil para conservar a unidade do Império, desde que se preservasse a integração econômica” – BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999. pp. 28.

⁷¹ “[...] Refere-se às propostas do Brasil como federalistas, invariavelmente, mas essa designação genérica não permite destacar as diferenças entre elas.” – Idem, ibidem, p. 29.

⁷² Segundo István Jancsó, no Prefácio ao livro de Márcia Berbel, “O grande mérito deste estudo de Márcia Berbel reside justamente em assumir um ponto de partida que procura reduzir a interferência deste pré-conceito historiográfico (dos nacionalismos “português” e “brasileiro”) que fez com que os estudos relevantes sobre a participação brasileira nas Cortes Constitucionalistas fossem de lavra de historiadores portugueses, eles também, em escala diversa, contagiados pelo viés nacional do seu diálogo com o passado. [...]” – Idem, Ibidem, p.16. Sobre o mesmo trabalho de M. Berbel, Wilma Peres Costa afirma: “[...] a autora procura compreender a dinâmica das várias identidades políticas em conflito nas Cortes Portuguesas, desconstruindo uma interpretação que gozava de grande consenso: a de que a ruptura se processou porque nas Cortes se encaminhava um movimento no sentido da ‘recolonização’ do Brasil. [...]” – COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia brasileira”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 116-117.

discursos a nação como um artefato, a ser concluído [...]”⁷³. Ela analisa os discursos constituintes e demonstra o uso do termo “nação” como um instrumento político. A partir disso, Márcia Berbel nega que a tensão nas Cortes de Lisboa era entre o nacionalismo “português” e o “brasileiro”, agravado pela tentativa dos deputados de Portugal de “recolonizar” o Brasil⁷⁴. Na verdade, a autora comprova que esse conflito existia entre duas concepções diferentes para a organização do Império português⁷⁵. Uma delas referia-se a dos deputados de Portugal “integracionistas”, defensores de uma unidade do Império centralizada em Lisboa que se baseava na tradição de uma mesma família portuguesa. A outra esboçava uma “[...] unidade federativa do império luso brasileiro proposta pelos paulistas e aceita pelos baianos e pernambucanos [...]”⁷⁶. A autora explora essas concepções e aponta conclusões que são fundamentais para este estudo⁷⁷.

Recentemente, em parceria com Rafael Marquese⁷⁸ e, posteriormente, também com Tamis Parron⁷⁹, a autora contribui para a compreensão do processo de independência do Brasil na perspectiva da História Atlântica. Com o fim de compreender a construção do Estado do Brasil no século XIX, os autores discutem a questão da cidadania no que se refere às soluções constitucionais encontradas em relação à escravidão nas experiências espanhola, portuguesa e brasileira. Eles revisitam as fontes produzidas pelas Cortes espanholas,

⁷³ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 29.

⁷⁴ Márcia Regina Berbel discute especificamente a utilização do termo “recolonização” em: BERBEL, Márcia R. “Retórica da recolonização”. In: JANCSÓ, István, (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 791-808.

⁷⁵ “Chocavam-se, aí, as duas concepções básicas sobre a organização do Estado Nacional Português. De um lado, os parlamentares lusos pensavam a nação como um todo orgânico, anterior a qualquer acordo, integrado política e/ou economicamente, que se expressava no Estado por meio das Cortes e da Constituição. De outro lado, os deputados do Brasil concebiam a integração com base no acordo entre representantes provinciais, capazes de compor a nação em um pacto social. A nação/tradição, formada pela história, chocava-se com a nação/Estado, formada pela política.” – BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 195.

⁷⁶ Idem. Ibidem, p. 194.

⁷⁷ Essas ideias serão melhor discutidas no terceiro capítulo deste estudo.

⁷⁸ BERBEL, Márcia Regina e MARQUESE, Rafael de Bivar, “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, pp. 63-88 & BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasset. (Org.). *Bastillas, cetros y blasones*. La independencia en iberoamérica. Madrid: Fundacion Mapfre, 2006.

⁷⁹ BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael de Bivar e PARRON, Tamis. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2010. Além disso, Márcia R. Berbel tem outros estudos que analisam a apropriação das Cortes Espanholas na constituinte portuguesa, são eles: BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”. In: *Revista de Índias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, pp. 225-254 & BERBEL, Márcia R.. “Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas”. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas* – Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. JANCSÓ, I. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 17-47.

portuguesa e pela Assembleia Legislativa do Brasil e comprovam a hipótese de que essas três experiências – americana francesa e inglesa – criaram referências para a ação dos atores políticos envolvidos em seus processos constitucionais⁸⁰. Tais trabalhos apontam a necessidade de levar em conta os interesses dos atores políticos face à inserção dos Impérios nas relações sociais de um Espaço Atlântico e, assim, reforçam a preocupação que norteia este trabalho.

Assim, no início do século XIX, enquanto deputados portugueses discutiam a reorganização do Império no espaço legislativo, na Imprensa do Rio de Janeiro, os redatores eram os principais agentes da formação do espaço público e pretendiam retratar em seus periódicos os anseios da “Nação”. Essa tarefa era essencial, já que eles se entendiam como formadores da Opinião Pública, reguladora da Política e “Rainha do Mundo”⁸¹. Os debates nos periódicos funcionavam como uma espécie de “termômetro” para a atuação dos deputados, de maneira a informá-los sobre o respaldo ou não da “Nação” sobre as suas decisões nas Cortes. Além disso, para os liberais dessa época, através de falas na Assembleia Legislativa que eram transcritas e discutidas em artigos e publicadas na íntegra em periódicos exclusivos, os chamados Diários⁸², os deputados eram vigiados de perto pela sociedade. Dessa maneira, refazia-se o vínculo entre a “Nação” e os seus representantes que havia nascido com o voto.

Nesse sentido, prevaleceu a concepção de redatores no Rio de Janeiro e deputados nas Cortes de Lisboa que entendiam a nova forma do governo constitucional organizada em uma câmara legislativa única e em Lisboa. Para a maioria dos liberais, o objetivo do estabelecimento do “governo constitucional”, com a criação da figura do deputado pelo processo eleitoral, era solucionar a impossibilidade da “Nação toda em massa” “efetuar [a]

⁸⁰ BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasquet. (Org.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en iberoamerica*. Madri: Fundacion Mapfre, 2006.

⁸¹ A citação seguinte exemplifica a concepção da Opinião Pública como definidora do mundo da Política: “Diz-se que a Opinião é a Rainha do Mundo o que é Grande Verdade: em vão se luta contra ela, quando está fortemente pronunciada: só os cegos voluntários não viam os sinais dos tempos. É inútil e mortífera a vacilação e demora, quando oculta e irresistível força das coisas impele para a ação e obra.” – CONCILIADOR DO REINO UNIDO, Nº 01, 01 de março de 1821. Sobre essa citação: “Na visão expressa nas citações acima, vai se delineando uma determinada concepção de opinião pública, vista como o reinado da sabedoria, da prudência e da razão, e, sendo assim, antagônica à exaltação política, à revolução, às transformações bruscas da ordem. A opinião pública é a rainha do mundo – expressão repetida à exaustão durante o alvorecer da modernidade política expressa nos diversos liberalismos. A opinião como produto simbólico e abstrato, com força moral e jurídica. A opinião como soberana no reino da razão.” – BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder — O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 28.

⁸² Os debates constituintes eram abertos ao público. A exceção era feita às sessões secretas ou às reuniões de Comissões das Cortes.

representação”⁸³. Diante disso, esses liberais portugueses identificavam a necessidade de estabelecerem meios para que o exercício indireto do Poder Legislativo, por via do deputado, não enfraquecesse a legitimidade da “representação nacional” como a nova fonte de autoridade do governo. Para tanto, era indispensável a relação estabelecida entre a Imprensa e as Cortes por meio do debate público e da formação da “Opinião”⁸⁴.

Desse modo, a “representação nacional” – principal expressão da soberania da nação, fonte de legitimidade do governo constitucional – era legitimada através da relação entre os debates legislativos e os periódicos⁸⁵. Por meio desse vínculo, verificava-se a comunicação atlântica da prática constitucional. Somente a inauguração das Assembleias Legislativas no mundo ibérico e a liberalização da Imprensa permitiram uma verdadeira circulação de ideias vindas de outras partes, típica do espaço moderno de debate público. Nesse sentido, a existência desse trânsito de informações era um elemento de transformação não apenas da comunicação, mas, sobretudo, da definição de uma nova legitimidade política, baseada na Opinião Pública e em práticas sociais ligadas a ela⁸⁶.

Apesar da íntima relação entre os debates das Assembleias e da Imprensa, redatores e deputados produziam fontes de diferentes naturezas. Isso não excluía a participação do público nas galerias do Congresso que em diversos momentos eram chamados à “Ordem” e

⁸³ Deputado de Estremadura, Soares Franco – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 17 de agosto de 1821, p. 1924.

⁸⁴ Por exemplo, na sessão das Cortes de Lisboa de 17 de agosto de 1821, o deputado de Portugal, Moura, discursava no sentido de destacar a força da “Opinião Pública” como nova legitimidade política: “[...] Que fará a Nação se ela destruir o governo constitucional; que fará então? A Nação faria o mesmo então que havia de fazer, quando se alterasse um artigo da Constituição. A norma deste Congresso é a opinião pública. Se a liberdade da imprensa, e a Nação toda disser: faça-se isto, ou aquilo, quem duvida, que a Assembleia Legislativa se há de guiar pelas suas normas? Isso, digo, não se evita deste modo; porque assim como não se podia evitar então, também se não podia evitar agora. [...]” – Ibidem.

⁸⁵ BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder* — O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 27-33.

⁸⁶ São exemplos de estudos que exploram essa ideia: OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999; BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999; LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América Espanhola (1808-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2005; Idem. “Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província cisplatina (1821-1822)”. In: FERREIRA, Tânia; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 19-36. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder* — O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Além disso, Marco Morel não apenas contribui com o mapeamento do “espaço público” fluminense, como também teoriza sobre esse conceito em: MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005 e MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 617-636.

participavam indiretamente do debate. A diferenciação entre a natureza dos periódicos e dos debates das sessões das Cortes é fundamental na análise dessas fontes e pode ser definida, principalmente, com a distinção de três elementos: o público a quem se destinava cada uma delas; a qualidade dos seus autores, ligada ao papel político do redator e do deputado; e a existência inevitável, somente no caso da Imprensa, da mediação do público. Esses elementos são diretamente relacionados e compõem as duas principais fontes pelas quais se pode entender o espaço público moderno da época.

Os “gazeteiros” foram considerados agentes provedores do “esclarecimento”. Por sua vez, os deputados eram vistos como “patriotas” que estabeleceriam a “Nação Liberal Constitucional”. Ambos tinham legitimidade ao serem vistos como formadores ativos da opinião “iluminada”, fundada na razão crítica. No entanto, para isso, cada um tinha uma função política. A tarefa autoproclamada dos redatores era a de uma missão pedagógica de prover as “luzes” a toda a “Nação”. Já nas Cortes de Lisboa, os deputados discursavam para seus pares, sem o mesmo objetivo pedagógico dos redatores e a mediação de um público leitor⁸⁷, mas estimulados pela defesa do que entendiam como a norma “mais liberal” para o Império.

Desse modo, pelo debate na Imprensa, com a participação do público leitor, o objetivo dos periodistas era ampliar a discussão política dos círculos letrados para toda a população, como forma de constituir uma Opinião Pública “Rainha do Mundo”⁸⁸. Enquanto isso, nas Cortes de Lisboa, os deputados exerciam a “procuração” que receberam por meio das eleições. Para isso, no Congresso, o debate de um regulamento podia levar inúmeras sessões, com todos os trâmites de leitura, releitura, discussão, votação etc. Já na Imprensa, a discussão era feita e refeita com a velocidade determinada pelas movimentações que os escritos causavam no público que os discutia nas ruas, boticas, praças, com leituras orais ou respostas publicadas.

No início do século XIX, a maioria dos deputados portugueses e redatores fluminenses

⁸⁷ Isso não exclui a participação do público nas galerias do Congresso que em diversos momentos eram chamados à “Ordem” e, dessa forma, faziam parte indireta do debate. Além disso, é importante lembrar que os debates eram publicados em Diários, como periódicos, porém, os deputados não eram vistos e não discursavam nas Cortes como participantes da arena pública com igual papel político dos redatores. Isso não exclui a preocupação dos congressistas com a repercussão dos debates das Cortes na sociedade, pelo contrário, essa era uma atenção que fazia parte da concepção desses liberais da ordem constitucional, mas se conciliava com a definição do deputado como autorizado e competente a tomar decisões pelo “bem geral da Nação”.

⁸⁸ Inclusive, podemos destacar que nesse momento os redatores se preocupavam em instruir os cidadãos, interessados em angariar votos nos processos eleitorais, uma realidade totalmente nova. Cf. BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder – O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 28-29.

entendia a monarquia constitucional como a forma “mais liberal” de governo para o Império, própria para os “novos tempos”. Segundo as palavras do periódico *Reverbero Constitucional Fluminense* de 22 de janeiro de 1822, o “sistema de representação” era o que unia “Inglaterra, Espanha, Estados Unidos, Portugal” e foi consagrado pela experiência constitucional atlântica como a “nova ordem”, ou seja, a ordem liberal⁸⁹. Assim, esses liberais relacionavam a prática política dos Impérios do Atlântico, informada pelos periódicos ou por pessoas (comerciantes e viajantes), com o intuito de reorganizar o Império e manter seus domínios coloniais.

Estabelecida a monarquia constitucional, a pluralidade dos liberais portugueses se informava pelas publicações da Imprensa da prática constitucional atlântica e acreditava que o diagnóstico das experiências constitucionais era indispensável para o estabelecimento das medidas “mais liberais” que solucionariam a crise atlântica, reorganizariam o Império português e manteriam a sua unidade. A partir do exame da história constitucional atlântica, eles elegeram três pilares desse governo: o primeiro, a Liberdade de Imprensa; o segundo, a existência do processo eleitoral e o terceiro, o exercício da soberania da nação. Para eles, esses três pontos eram pressupostos na definição do governo constitucional. Assim, através da análise dos debates das Cortes portuguesas e dos periódicos da Imprensa fluminense dos anos de 1821 até 1822, este estudo examina, às vésperas da independência do Brasil, a apropriação da história constituinte atlântica na definição do que deputados portugueses e redatores fluminenses entendiam como o Império “mais liberal” do Atlântico.

⁸⁹ “[...] a nova ordem é a do sistema de representação, isso é o que une Inglaterra, Espanha, Estados Unidos, Portugal [...]” – REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, Nº 11 de 22 de janeiro de 1822. Para redatores fluminenses e deputados portugueses, a “nova ordem” não era apenas a da monarquia constitucional, ela também tinha de ser representativa. A “representação”, como nova fonte de legitimação do governo, era algo inédito na história do Império Português. Por exemplo, o discurso do deputado “moderado”, Castelo Branco: “[...] Dizer que todos os Estados têm Constituição. O Grão Turco é um Déspota, faz uma Constituição, é um Déspota Constitucional. Mas por ventura todas as Constituições admitem a forma do governo constitucional, que demonstra que a Soberania reside na Nação, e que, não podendo exercitá-la, ela a delega nos seus Representantes? Certamente só a nossa forma de Governo tem esta prerrogativa. [...] A forma do governo constitucional é muito específica, e não pode ter aplicação se não à forma de Governo que nós adotamos; não é vaga como a forma do Governo Constitucional, porque por esta viríamos a cair em absurdos, pois que todos os Estados têm Constituição.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 12 de maio de 1821, p. 893.

Capítulo 1 – A Liberdade de Imprensa: Fim da Censura Prévia e Lei de Imprensa

*“Sendo o propósito desta Folha Literária o conciliar, e jamais desunir, os ânimos e interesses dos naturais e habitantes da Monarquia Lusitana, convindo por isso, quanto posso e devo, bem dirigir a Opinião Pública, a fim de atalhar os desacertos populares e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas mais zelosos que discretos, e que antes preferem **arder** que **luzir**, por ora, não obstante a agitação do povo, e desvio da atenção, continuo na empreendida tarefa [...]”* Redator José da Silva Lisboa, *O Conciliador do Reino Unido* de março de 1821⁹⁰

“[...] Se a liberdade de pensar, falar, escrever e imprimir é o mais firme baluarte do nosso Liberal Sistema, como já não se duvida, ninguém deve-se escandalizar de que os verdadeiros Patriotas publiquem o que sentem na presente época [...] Os Escritores [...] reunindo a Opinião em seus escritos julgam fazer um serviço à Nação em geral e aos nossos Deputados em particular; a aquela porque lhe facilitam o conhecimento do que se sente, sendo, por assim dizer, órgãos dos que pensam e falam com liberdade e patriotismo, mas sem imprimirem as suas falas e pensamentos; a estes, porque lhes oferecem seguros dados para as suas indicações no Soberano Congresso, estímulos poderosos, e indispensáveis.” Redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, *Reverbero Constitucional Fluminense* de janeiro de 1822⁹¹

A legitimidade do regime constitucional fundava-se na “Nação” como uma nova autoridade política. A Assembleia Legislativa, instituição base das revoluções constitucionais do final do século XVIII e início do século XIX, foi formada por meio do processo eleitoral. Conforme as eleições, a “Nação” depositava sua soberania ao eleger os deputados que a representariam no órgão legislativo. Dessa maneira, estabelecia-se a representação nacional que era entendida como a expressão da soberania da nação. No entanto, esse vínculo entre os deputados no Plenário e a “Nação”, apesar de necessário para a legitimação do governo, não era algo natural e para realizá-lo a Liberdade de Imprensa era imprescindível.

A dificuldade para legitimar o governo constitucional originava-se de sua fonte de legitimidade na “Nação”⁹². Para superar a distância entre esta e o deputado era necessário um instrumento: a Imprensa. Isto é, a legitimidade do novo regime mantinha-se com a fidelidade dos deputados verificada nas decisões legislativas em benefício do “bem comum”, de acordo com os anseios da “Nação”, identificados na “Opinião Pública”. Para a pluralidade dos deputados portugueses e redatores do Rio de Janeiro, desde os primórdios da nova ordem constitucional, essa comunicação, tão cara ao funcionamento do governo e necessária à legítima representação, era

⁹⁰ O CONCILIADOR DO REINO UNIDO n° 04. 31 de março de 1821, pp. 29-30. (Grifo nosso)

⁹¹ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. N° 08 de 01 de janeiro de 1822.

⁹² Nas Cortes de Lisboa, Márcia Berbel, ao analisar os discursos dos deputados, aponta, apesar das suas diferentes concepções, a relação direta entre “Nação” e a ideia de soberania. Nesse sentido, a soberania da nação era o novo princípio legitimador do Estado e representada pela Assembleia Legislativa. (BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 18-19).

estabelecida graças à Liberdade de Imprensa. Ela garantia a proliferação do debate público de ideias políticas, onde se definia pela força da argumentação a opinião mais “ilustrada”, chamada de “Opinião Pública”⁹³. Por essa característica, tal Opinião deveria reger o governo como “Rainha do Mundo”. Assim, a Liberdade de Imprensa era imprescindível para a legitimação do governo constitucional, constituindo-se como um dos seus pilares.

Nesse sentido, as epígrafes são exemplares da ideia generalizada entre os liberais aqui investigados de que a ligação entre os deputados e a Nação estabelecia-se por meio da Liberdade de Imprensa. Para eles, esse nexos realizava-se, principalmente, de duas maneiras: a primeira pelo controle do Poder Legislativo, pois pelas publicações da Imprensa informava-se a “Nação” das decisões das Cortes e os deputados sobre a repercussão de seus atos e a segunda estabelecia-se pela função pedagógica da Imprensa de instruir a “Nação” e edificar a “Opinião Pública”. Assim, prevalecia essa concepção entre os liberais de diferentes grupos políticos: tanto nas publicações de José da Silva Lisboa, redator do *Conciliador* e membro do conselho de censura da Imprensa Régia, como no *Reverbero Constitucional Fluminense*, escrito por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, maçons e representantes de um grupo liberal formado por atacadistas fluminenses e portugueses e donos de engenhos e lavouras mercantis do Recôncavo e de Goitacazes⁹⁴. No entanto, não havia o mesmo consenso sobre a regulamentação da Liberdade de Imprensa, isto é, a respeito da determinação do seu grau.

Para os redatores do *Reverbero Constitucional Fluminense* e a pluralidade dos liberais, a “Opinião Pública” funcionava como uma espécie de termômetro para a Política, isto é, o debate público, ao discutir as sessões legislativas e emitir juízos sobre o posicionamento dos deputados, tinha um duplo papel: por um lado, realizava um “serviço à Nação em geral”, pois permitia que ela expressasse o que sentia, pensava e falava nos escritos periódicos; por outro, esse mesmo debate informava os deputados da repercussão de suas decisões e dava voz aos interesses da “Nação”, colaborando com o funcionamento do regime constitucional ao oferecer aos deputados “[...] seguros dados para as suas indicações no Soberano Congresso, estímulos poderosos, e indispensáveis [...]”⁹⁵. Dessa maneira, pelo julgamento na Imprensa, exercia-se o controle do Poder Legislativo, algo fundamental, já que, em última instância, esse Poder era dotado de soberania graças à “Nação”.

Quanto à epígrafe do *Conciliador*, o redator reflete o entendimento da maioria dos

⁹³ Essa opinião não era necessariamente relacionada a uma espécie de consenso, como a entendemos hoje. Na época estudada, a Opinião se definia pelo critério da ilustração. Cf. BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder – O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 21-33.

⁹⁴ Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999.

⁹⁵ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Nº 08 de 01 de janeiro de 1822.

deputados portugueses e dos redatores fluminenses de que havia uma relação direta entre a formação de uma Opinião Pública “ilustrada” e “racional” da “Nação” e, por isso, benéfica ao governo, e a construção do governo constitucional. Para que o governo constitucional funcionasse em prol do “bem público”, os redatores incumbiam-se da tarefa de “ilustrar” a “Nação”. Isso tinha importância, pois, após a revolução constitucionalista, as pretensões dessa nova personagem na Política, identificadas na “Opinião Pública”, legitimavam o governo no estabelecimento das decisões legislativas. A essa opinião, “Rainha do Mundo”, os políticos da época acreditavam que não tinham como desobedecer⁹⁶, por isso, para eles, para manter o “bom” governo, restava “ilustrar” a “Nação” para garantir opiniões que fossem capazes de “luzir”, ou seja, que produzissem “luzes” e razão, e não “arder”, provocando “desacertos populares” e “efervescências frenéticas”. Nessa tarefa, a Imprensa era o principal instrumento. Nesse sentido, é importante salientar que a maioria dos liberais da época viam a Instrução pública como instrumento primordial para a ilustração da sociedade, porém esta era uma tarefa que exigia um longo prazo de duração para se efetivar, assim, a medida primeira era a liberdade de Imprensa. Isso também explica a preocupação com o controle dessa liberdade, afinal, alguns atores políticos da época diagnosticavam o baixo grau de “ilustração” da sociedade portuguesa, o que impedia o melhor aproveitamento dos debates na arena pública.

Diante dessas colocações, a tentativa neste capítulo é examinar o papel da Liberdade de Imprensa como pressuposto para a legitimidade do governo constitucional e o debate da decisão “mais liberal” a esse respeito. Para isso, são analisados dois momentos: o primeiro, quando ocorreu o debate em torno dos artigos 8, 9 e 10 das Bases Constitucionais, em que se definia a Liberdade de Imprensa, e o decreto sobre o mesmo estabelecimento, ordenado pelas Cortes de Lisboa em 02 de março de 1821; e o segundo, que diz respeito à polêmica relativa à lei de Liberdade de Imprensa, aprovada em 12 de julho de 1821 na Assembleia portuguesa, particularmente, sobre a instituição de inspiração britânica do “Juízo de Jurados”. Este exame se fará considerando a expectativa dos deputados portugueses e dos redatores fluminenses de que, através da análise do tratamento dado à Liberdade de Imprensa nas experiências constitucionais atlânticas pretéritas, eles construiriam o Império “mais liberal” do atlântico.

⁹⁶ Por exemplo, no discurso do deputado Antonio Carlos de Andrada: “[...] se a opinião pública se mostra com a energia que costuma, nem um, nem 20 Congressos, é capaz de abafá-la: a opinião pública é a rainha do mundo, e ela há de vencer sempre; quem quer mudar de governo, muda sem dúvida; a crise poderá ser terrível, mas ao fim há de vencer a razão e a constância da opinião.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa, de 26 de junho de 1822; p. 568. Outro exemplo, na Imprensa Fluminense, pode ser: “[...] Diz-se que a Opinião é a Rainha do Mundo o que é Grande Verdade: em vão luta-se contra ela, quando está fortemente pronunciada: só os cegos voluntários não viam os sinais dos tempos. É inútil e mortífera a vacilação e demora, quando a oculta e irresistível força das coisas impele para a ação e obra.” – CONCILIADOR DO REINO UNIDO, nº 01. 01 de março de 1821.

1.1 A Censura Prévia

“8.º A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Cidadão pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria; contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar.” Bases Constitucionais portuguesas decretadas pelas Cortes de Lisboa, março de 1821⁹⁷

Em Portugal, no dia 21 de setembro de 1820, uma das primeiras medidas da Junta de Governo nomeada pelos revolucionários do Porto foi decretar a Liberdade de Imprensa e de circulação de impressos portugueses fora dos limites metropolitanos⁹⁸. Com esses decretos, verifica-se que os próprios vintistas entendiam o periodismo como parte da nova ordem constitucional. A tentativa era abonar as liberdades necessárias à Imprensa para a formação de um espaço moderno, em que imperasse a proliferação do debate e “reinasse” a Opinião Pública.

A Liberdade de Imprensa, além de decretada, também foi consagrada em três artigos nas Bases Constitucionais aprovadas pelas Cortes de Lisboa em 10 de março de 1821. No oitavo artigo, transcrito acima, os deputados a definiam como “um dos mais preciosos direitos do homem”⁹⁹. Nas palavras do deputado de Portugal, Fernandes Tomás, ela foi considerada “como medida essencial para sustentar o sistema constitucional”¹⁰⁰. Esses artigos foram debatidos no dia 14 de fevereiro de 1821 nas Cortes reunidas em Lisboa. Alguns dias antes, no dia 05, o deputado de Estremadura “integracionista” e antigo redator da *Gazeta de Lisboa* (de 1809 até 1813), Soares Franco¹⁰¹, apresentou um projeto de Lei de Liberdade de Imprensa

⁹⁷ BRASIL. Constituição (1821). Decreto das Cortes de Lisboa. 10 de março de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, Página 1. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009. (Grifo nosso).

⁹⁸ “Uma das primeiras medidas da Junta de Governo da revolução constitucional portuguesa foi o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberaram a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. Estas iniciativas tocavam diretamente o Brasil, que sediava a monarquia portuguesa, pois o rei D. João VI continuava instalado no Rio de Janeiro. Vendo seu poder dividido com a Junta de Governo revolucionária e não querendo perder terreno, o monarca assina, por sua vez, um decreto de 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Tratava-se de uma decisão tardia, já que a livre circulação de impressos tornara-se incontornável naquele momento no Brasil” – MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 205.

⁹⁹ BRASIL. Constituição (1821). Decreto das Cortes de Lisboa, de 10 de março de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 1. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

¹⁰⁰ DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 12 de maio de 1821, p. 890.

¹⁰¹ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 656-670 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos,

que não a excluía da qualidade de princípio das Bases Constitucionais, pelo contrário, reafirmava essa condição.

Com a análise da sessão constituinte do dia 14 de fevereiro, pretende-se explorar as justificativas dos deputados para considerarem a Imprensa como pilar do governo constitucional, além de avaliar como a expectativa deles de construir o Império “mais liberal” do atlântico influenciou suas análises sobre os constitucionalismos pretéritos ocorridos no espaço atlântico.

No dia 14 de fevereiro de 1821, a discussão dos artigos das Bases iniciou-se com a longa fala do deputado “moderado” e eleito pelo Alentejo, Anes de Carvalho¹⁰². Ele justificava sua defesa da censura prévia em matérias religiosas pela experiência espanhola. Para isso, unia a autoridade de uma concepção de lei ao consenso sobre o caráter liberal da constituinte espanhola. O deputado entendia que o legislador deveria avaliar a sociedade em seus traços ligados à história, à cultura, aos hábitos e, baseado nisso, criar a lei. Para o “moderado”, as instituições que eram abstrações teóricas não tinham efetividade e resultavam em “colisões com a massa nacional, (com as quais) perde-se a confiança e destroem-se por uma parte, o que por outra se intentou edificar”¹⁰³. Segundo Anes de Carvalho, foi justamente esse entendimento da lei que os legisladores espanhóis aplicaram quando estabeleceram a censura prévia às matérias de “Dogma e de Moral”¹⁰⁴.

O deputado afirmava ainda em seu discurso que o semelhante patamar de “luzes” das sociedades portuguesa e espanhola legitimava a repetição da decisão espanhola na Constituinte portuguesa. Ele explicava: nos dois casos, a “Nação” não estava preparada para um tamanho grau de liberdade, pois não havia se formado historicamente uma Opinião, devido ao obscurantismo produzido pela Inquisição e a inexistência de uma população

1993, p. 598.

¹⁰² OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 614.

¹⁰³ “É a máxima trilhada constantemente pela sabedoria dos antigos, e dos melhores Legisladores modernos, que as Leis mais aprovadas nas teorias abstratas, não são sempre as que mais adaptadamente convêm aos povos. Não figura por menos sisudo e prudente outro aforismo derivado do precedente, a saber, que cumpre estudar os usos, e abusos, costumes, opiniões, preocupações, e hábitos da grande Sociedade, a fim de que se não cunhem para ela instituições, que punam rigidamente, cara a cara corri o seu modo habitual de pensar, e agir. Do desprezo dessas regras resultam encontros, e atritos com a massa nacional: perde-se a confiança; e destrói-se por uma parte, o que por outra se intentara edificar.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 14 de fevereiro de 1821, p. 89.

¹⁰⁴ “Fiéis a esses sisudos conselhos os sábios Legisladores da Espanha, cuja autoridade tantas vezes, e com tão devido respeito se invoca neste Augusto Congresso, não se arriscarão na matéria presente das nossas deliberações a medidas temporárias, nem a especulações demasiadamente filosóficas. Mas tentando passo a passo o perigoso terreno, que pisavam, precaveram com bem aconselhada timidez, que experiências, desgraçadas, e irremediáveis castigassem sua precipitação.” – Ibidem.

instruída com repertório literário, educação universitária e que pudesse se aprimorar, por exemplo, com bibliotecas públicas. Dessa maneira, para ele, o público leitor dos periódicos não era capacitado para diferenciar “a verdade (do) erro”, por isso, essa tarefa devia ser realizada pelos censores¹⁰⁵.

Anes de Carvalho prolongava-se explorando o argumento que se opunha à sua defesa. Ele afirmava que a decisão pela censura prévia, no caso das matérias religiosas, era contestada pela argumentação baseada na criação de um espaço público moderno. O argumento dos opositores do deputado era que a Liberdade de Imprensa seria um instrumento para a criação de uma sociedade ilustrada¹⁰⁶. Nesse raciocínio, a Imprensa era valorizada por sua função de pedagogia política, instruindo a sociedade e proporcionando o debate público. No entanto, o deputado afirmava que, a respeito de Religião, o conflito de ideias não proporcionava instrução, pois um “[...] Voltaire (causava) maiores males em um dia, do que cem apologistas em um ano.”¹⁰⁷.

Se o deputado Anes de Carvalho utilizava a experiência espanhola para legitimar seu posicionamento, por sua vez, o deputado “integracionista” e eleito na Extremadura¹⁰⁸, Soares Franco, contrapunha-se a ele usando-se do prestígio da Inglaterra como nação próspera para dar autoridade a seus argumentos a favor do veto da censura. Tal condição de prosperidade era atribuída à Liberdade de Imprensa. Segundo seu discurso, foi graças à circulação livre de periódicos que as ideias precursoras de “revoluções por matérias de Dogma e doutrinas”¹⁰⁹

¹⁰⁵ “Sem receio de incorrer na nota como antiliberal ou fanático, tomando por guias Mestres tão seguros, declararei ingenuamente com a franqueza que convém à dignidade que me foi confiada pela Nação, que me parece apolítica a base, pela qual se concede a Liberdade de Imprensa em matérias de Dogma, e de Moral sem prévia Censura. Parece-me, que a Nação não está preparada nem pela opinião, nem pela instrução para tamanha largueza de Liberdade.” – Ibidem.

¹⁰⁶ “Tem-se dito aqui, que os perigos por mim apontados facilmente acautelam-se, e previnem-se por outros meios, que não são os de Censura prévia. Quais são os indicados? Mencionam-se três. 1.º A mesma Liberdade de Imprensa. 2.º A censura posterior dos Ordinários. 3.º A proteção do Governo. Enquanto ao primeiro alega-se que havendo Liberdade de Imprensa facilmente se refutarão os erros, que da mesma Imprensa saírem. Mas não me parece seguro, e infalível esse remédio. Em matérias de Religião convence-nos a experiência, que os erros, principalmente os erros filosóficos se insinuam com mais facilidade do que se curam. Acomodam-se tão docilmente com as nossas paixões! Afagam com tanta meiguice, a isenção da nossa Liberdade! Inculcam-se com tanta eloquência, e unção ao nosso débil entendimento! Tem o cunho, ou antes o traje da moda, tão feiticeira para a mocidade, para as almas vulgares.” DIÁRIO das Cortes de Lisboa, de 14 de fevereiro de 1821, p. 90. Essa posição foi sintetizada pelo deputado que discursou após Anes de Carvalho, Baeta: “Se a Nação estava pouco ilustrada, é que se lhe tolhiam os meios de o ser, é que se lhe vedava a Liberdade da Imprensa, e, se ela não for decretada, os conhecimentos da Nação retrocederão.” – Ibidem, p. 91.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁸ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 656-670 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 598.

¹⁰⁹ DIÁRIO das Cortes de Lisboa, de 14 de fevereiro de 1821, p. 90.

foram combatidas e cessaram, o que possibilitou, “sucessivamente”, a “prosperidade” da Inglaterra¹¹⁰. Caso contrário, com a manutenção da censura prévia, o deputado visualizava a “decadência do Estado e a ignorância e barbaridade dos Povos”. Assim, com esse raciocínio, apesar de não explicitamente, o deputado atacava a decisão espanhola e, por consequência, a argumentação do deputado Anes de Carvalho.

A referência à experiência inglesa gerou um novo enfoque para a discussão, passando o controle da Liberdade de Imprensa a ser debatido em termos do seu papel no governo, isto é, os deputados perguntavam-se qual deveria ser o limite da Lei na restrição da Liberdade do cidadão, sem ferir o regime de governo constitucional. O deputado da Beira, Serpa Machado, ligado ao grupo “moderado”¹¹¹, admitia a Liberdade de Imprensa como um “direito essencial do Cidadão” e relativo à liberdade de expressão. Essa Liberdade derivava do Direito Natural e devia ser preservada no Estado Social, porém, segundo seu discurso, toda Lei era criada com o fim de restringir a Liberdade, entendida como direito. Para ele, isso não rompia com a essência do novo regime constitucional¹¹², pois o critério de avaliação de uma Lei era sua “utilidade”. Dessa maneira, ele defendia que a censura prévia era útil ao governo, pois, ao mesmo tempo, mantinha a liberdade de expressão dos cidadãos e o governo a salvo de “abusos da pública autoridade”¹¹³. Percebe-se que os deputados aceitavam a Liberdade de Imprensa como um dos princípios do regime constitucional, embora sua regulamentação fosse

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ “Silva Dias, depois de analisar a atuação política deste deputado no período *vintista*, integrou-o na ala dos “moderados”, ou seja, longe de qualquer extremismo, mas à ‘direita’ da assembleia, portanto, passível de ser alvo de críticas, por vezes contundentes, da Galeria dos Deputados. [...]” – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 33.

¹¹² “Eu reconheço como verdadeira a máxima que admite a Liberdade da Imprensa, porém faço-a partindo de princípios diferentes daqueles que se acabam de produzir nesse Congresso. Reconheço como direito essencial do Cidadão o manifestar os seus sentimentos, ou de palavra, ou por escrito; porém este ato de liberdade natural, bem como os mais, pode ser guardado pela Lei enquanto ao modo do seu exercício e, por isso, ainda que seja lícito a qualquer o uso de armas para a sua defesa, contudo esta natural liberdade pode ser restrita pela Lei sem ofensa da essência do mesmo direito: e pela mesma razão ainda que seja lícito ao homem o manifestar os seus sentimentos, pode a Lei restringir este direito quanto ao modo da manifestação sem ofender a essência dele.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 14 de fevereiro de 1821, p. 91.

¹¹³ “O verdadeiro fundamento que eu considero para justificar a Liberdade da Imprensa, é a utilidade que a Sociedade tem nessa liberdade. Os governos absolutos, e até os Constitucionais, têm constantemente abusado da Censura prévia, proibindo por este meio indireto que se publiquem os abusos da pública autoridade, e por isso não se deve tirar este remédio necessário para corrigir os abusos do Governo, Ministros, e Empregados públicos; e é este o único recurso dos oprimidos contra as opressões; esses bens e vantagens só se verificam em matérias políticas, e científicas, porém não em matérias de dogma, e moral; nas quais é a minha opinião que haja Censura prévia, porque restringida assim a Liberdade da Imprensa em tais matérias, nenhum mal pode resultar, e do contrário, muitos. Para prova da que é escusado expor à sabedoria deste Congresso os males que pode produzir no Estado a dissensão em matérias de Religião, e de que estão cheias as páginas da História, que por muito sabida agora não refiro.” – Ibidem.

necessária e tema de debate em Cortes.

A concepção de Lei apresentada pelo deputado Serpa Machado repetia-se na fala do deputado "moderado" Trigoso quando este comparava a restrição da Liberdade de Imprensa com a regulamentação da propriedade de bens¹¹⁴. Nesse debate, mesmo os deputados que defendiam a censura prévia argumentavam por meio da nova concepção de Estado, no qual a Liberdade de Imprensa era indispensável. Assim, verifica-se que a retórica política liberal era dominante no Plenário português, o que não significava a inexistência de deputados comprometidos com a defesa da ordem do Antigo Regime¹¹⁵, mas sim que eles utilizavam-se dos princípios liberais e da legitimação da decisão “mais liberal” para defenderem e aprovarem normas que viabilizavam alguma forma de manutenção dos privilégios da “velha ordem”.

O deputado "moderado", Anes de Carvalho¹¹⁶, que fez a primeira defesa em favor da censura prévia, era a favor da definição de Lei pautada na predominância em sua regulamentação dos costumes, da tradição e dos hábitos portugueses. Por sua vez, os discursos dos deputados Serpa Machado e Trigoso, depois da discussão do exemplo inglês, justificavam-se com outra concepção de Lei e de Direito, uma noção moderna. Para eles, a Lei era superior à tradição e servia para modificá-la em benefício da utilidade do Estado e da sociedade.

¹¹⁴ “[...] propriedade das opiniões não pode deixar de ter algumas restrições e de ser regulada pela Lei, assim como as tem e por esta é regulada, (segundo o art. 7.º) a propriedade dos bens: e assim como as Leis limitam a todos a faculdade de dispor de seus bens quando o faz em prejuízo do público, e contra o direito do terceiro; assim também a Liberdade da Imprensa deve ser limitada relativamente às opiniões que tenderem a perturbar não só a ordem pública estabelecida pelas Leis do Estado, o que é expresso no art. 8.º, mas também a paz pública das famílias, e a honra do Cidadão inocente; o que por analogia deve-se acrescentar ao dito artigo.” – Ibidem.

¹¹⁵ A historiadora portuguesa Zília Osório de Castro, ao biografar os deputados das Cortes de Lisboa, determina a máxima moderação de seus posicionamentos políticos avaliando-os na questão do veto do Rei das leis e da organização do sistema cameral. Verificamos isso, por exemplo, analisando a biografia de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. Ele é considerado pela autora como um exemplar da atuação de um liberal mais "moderado", assim como era criticado pelos liberais mais radicais contemporâneos a ele. Ele votou de maneira minoritária pelo veto absoluto do Rei das leis e por uma organização do sistema cameral com duas câmaras. Na época, essas opções soavam como defesas da “velha Ordem” de Antigo Regime. Suas posições moderadas resultaram na sua permanência em Portugal livre de perseguições dos “reacionários” de 1823. – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 268-273. Outro exemplo era Manuel Agostinho Torres. Eleito pela Estremadura, apesar de não concordar com o veto absoluto do Rei, “(...) inclinava-se para a existência de veto suspensivo e de uma segunda câmara, tal como acontecia nos Estados Unidos da América”. Recebeu duras críticas de José Damásio Roussado Gorjão na *Galeria dos Deputados*, ele “[...] lamentava que, no curto lapso de tempo durante o qual exercera o seu mandato, este deputado opinasse contra a liberdade de imprensa, pela existência de duas câmaras e por um veto real mais amplo do que o atribuído ao rei da Espanha, embora não absoluto” – Idem, Ibidem, p. 829.

¹¹⁶ Idem, Ibidem, p. 404-408 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

Os deputados "integracionistas" Barreto Feio¹¹⁷, pela Beira, e Manoel Antonio de Carvalho¹¹⁸, por Estremadura, também argumentavam contra a censura prévia a partir da mesma concepção de Lei e Direito de seus opositores. Eles afirmavam que a Liberdade de pensar era um Direito Natural e “imprescindível” aos Homens e que, no Estado Social, ela se consagrava pela Liberdade de Imprensa¹¹⁹.

O deputado Manoel Antonio de Carvalho ampliava esse argumento, relacionando a Liberdade de Imprensa com a obrigação do governo constitucional de ilustrar os cidadãos. Ele afirmava que a “verdade” só se revelava com o debate pela Imprensa¹²⁰, o que produzia a Opinião Pública, dessa forma, funcionava como uma espécie de censura¹²¹. Além disso, a Liberdade de Imprensa, ao criar esse espaço público de debate político, propagava “as luzes necessárias à felicidade do cidadão”¹²². Assim, os crimes de abuso da Imprensa seriam diagnosticados pelo próprio processo de formação da Opinião Pública e, por isso, deveriam passar por julgamentos nos tribunais comuns, sem a censura prévia.

As falas dos últimos dois deputados, Feio e Carvalho, contra a censura prévia, destacando a Liberdade de Imprensa como fundamento imprescindível ao regime constitucional¹²³, motivaram discursos que identificavam a censura prévia como parte do

¹¹⁷ Interessante informar que o deputado, quando seguia a carreira militar, participou da tentativa de implantar em Portugal a Constituição de Cádiz: “Com um espírito apaixonadamente liberal tentou, depois da paz geral de 1815, juntamente com outros camaradas seus, implantar em Portugal uma Constituição como a de Cádiz (1812). Contudo, a sorte adversa da chamada ‘Conspiração de Gomes Freire’ em 1817 e o destino que tiveram os seus mentores fê-lo adiar *sine die* esse projeto. Porém, com a revolução de 1820, Barreto Feio julgou estarem reunidas todas as condições para de novo intervir em favor da pátria e na defesa dos seus ideais liberais.” – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I, 2002, p. 611.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 425-427.

¹¹⁹ “O direito que tem todo o Cidadão de exprimir os seus pensamentos, falando, ou escrevendo, é tão antigo como a faculdade de pensar, e tão inalienável como ela. O homem no estado natural gozava deste direito em toda a sua plenitude; o homem, entrando na sociedade, não devia, nem podia ceder deste direito; porque o renunciá-lo seria o mesmo que renunciar a faculdade de pensar. Admitido este princípio, que me parece inegável, e sendo a Lei a vontade geral, segue-se necessariamente que a Lei não pode proibir a Liberdade da Imprensa; porque aquilo que não pode, nem deve fazer cada um dos associados por si, não o deve, nem pode fazer a sociedade.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa, de 14 de fevereiro de 1821, p. 92.

¹²⁰ “A verdade só se conhece depois das disputas, e estas devem permitir-se para ela se aclarar. Ela nunca ofende senão ao mau, ao perverso: o Ministro sábio, reto, e justo não teme que se imprima com toda a liberdade, bem convencido, que se um perverso pretender denegri-lo em seus escritos, outro escritor imparcial o defenderá: e assim descansa seguro.” – *Ibidem*, p. 93.

¹²¹ “A malícia que os escritores puserem nos seus escritos, além de ser reconhecida pelo juízo imparcial da Nação e opinião pública, que é a maior censura, vem depois a ser punida pelas Leis para isso estabelecidas: e desse modo ficam guardados os direitos do Cidadão, e reprimidas as calúnias dos Escritores malévolos.” – *Ibidem*.

¹²² “Portanto não temo a liberdade de escritos impressos sem censura prévia; e julgo esta oposta aos direitos imprescritíveis dos homens, e até em um governo Constitucional contraria aos seus fins, que são a propagação das luzes necessárias para a felicidade dos Cidadãos.” – *Ibidem*.

¹²³ Nesse sentido, por exemplo, a fala do deputado Peçanha: “Pelo que tenho ouvido na presente discussão,

sistema de representação. Nesse sentido, retomou-se a utilização da dimensão atlântica, pois, para muitos deputados, tratava-se de construir o sistema constitucional “mais liberal” possível.

A favor da censura prévia, o deputado "moderado" Faria de Carvalho¹²⁴, representante da província do Minho, afirmava a existência de três correntes de pensamento no Congresso. A primeira defendia a censura prévia de todo e qualquer escrito, a segunda previa a censura apenas para os escritos relativos a matérias religiosas e a terceira era contra qualquer tipo de censura¹²⁵. O deputado defendia a censura prévia somente dos escritos sobre matérias religiosas e morais. Como uma saída que, segundo ele, procurava a “coerência” entre as três opiniões.

O que mais interessa da defesa de Faria de Carvalho pela solução “moderada” é que, em seu discurso, ele demonstrava a preocupação de sofrer ataques de deputados que contestassem a “liberalidade” de sua posição. Ele afirmava: “[...] Isto não é fazer mais liberal a base que adotamos, posto que a poderíamos fazer [...]”¹²⁶. Isso significa que quando o deputado reiterou a decisão espanhola da censura prévia apenas de escritos sobre religião e moral, ele previa que seria atacado por não ter ultrapassado o princípio liberal espanhol com mais liberalidade, entendida como o fim de toda e qualquer censura prévia.

O deputado "moderado", Camelo Fortes, também a favor da censura prévia, foi mais enfático na relação dela com o regime constitucional. Ao contrário do deputado Faria de Carvalho, ele identificava que a censura prévia presente na experiência espanhola era diretamente relacionada aos poderes dados aos deputados, base do sistema liberal. Depois de

tenho conhecido que a grande maioria dos Senhores Deputados tem opinado contra a censura prévia para os escritos estranhos à moral, e ao dogma da nossa Santa Religião; e na verdade como poderia subsistir o regime Constitucional sem se fazer efetiva a Liberdade de Imprensa pelo menos relativamente aos escritos da sobredita classe!” – Ibidem.

¹²⁴ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, pp. 409-425.

¹²⁵ “O Augusto Congresso dividido em três opiniões, uma que considerava a censura prévia necessária em todos os escritos; outra, que só apoiava a censura nos escritos que atacassem o Dogma, ou a Moral; e outra, que pretendia libertar todos os escritos indistintamente da dita Censura prévia. Ele porém pensava que todas estas opiniões deviam ser chamadas a um centro de reunião, de que parecia não poderem desviar-se depois de um momento de reflexão.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa, de 14 de fevereiro de 1821, p. 93.

¹²⁶ “Isto não é fazer mais liberal a base que adotamos, posto que a podíamos fazer; é procurar coerência na obra de que se trata, porque só a pode haver impondo censura prévia a todos os escritos, ou a nenhum, pois que não é possível, que os Censores possam separar os antidogmáticos, ou antimorais, sem os verem a todos. Se condenam todos à censura prévia, despreza-se uma obrigação contraída, e inseparável de um Governo Constitucional. Se ficam sujeitos à censura os escritos sobre matérias religiosas, ou fica inútil a censura pela liberdade de se espalharem quaisquer ideias anti religiosas debaixo de títulos políticos, ou científicos: ou finalmente, fica inútil essa parcial Liberdade, por ser necessário que todos passem pela censura para se separarem os anti religiosos. Só uma austera, e bem regulada Lei para a censura posterior é que pode pôr em respeito as propensões para abusar da Liberdade da Imprensa.” – Ibidem.

recuperar a concepção de Lei como restrição da liberdade e útil à sociedade¹²⁷, ele retomava a fala do deputado Anes de Carvalho e afirmava dois princípios do movimento constitucional que, para ele, justificavam a censura prévia. O primeiro era que a “Nação toda jurou obediência à Constituição (Espanhola)”¹²⁸ e, o segundo, que aos “Deputados foram dados poderes amplos nas Juntas Eleitorais de sua Paróquia, e Comarca, como constava de suas procurações”¹²⁹ e com o fim de, conforme a “intenção dos povos” que o elegeram, estabelecerem “uma Constituição que assegurasse a sua futura felicidade”¹³⁰.

Assim, o deputado Camelo Fortes apelou para a legitimidade dos congressistas a fim de justificar a censura prévia. O deputado reconhecia a Liberdade de Imprensa como base do governo constitucional, porém para sua existência em prol do bem do Estado ela devia ser restringida pela censura prévia, o que garantiria seu verdadeiro exercício. Ele argumentava que o artigo nas Bases Constitucionais que estabelecia a censura prévia havia sido jurado, assim como a Religião Católica e isso no regime constitucional mostrava o aval da “Nação” a tais princípios. Além disso, para ele, os deputados, representantes da “Nação”, ao serem eleitos por processo eleitoral, deviam fidelidade aos interesses de seus eleitores que por serem católicos, por definição, concordavam com a censura prévia em caso de matérias religiosas. Portanto, o deputado construiu seu argumento para mostrar que a censura prévia legitimava-se pelas bases do governo constitucional: a representação nacional criada pela existência do processo eleitoral e o exercício da Liberdade de Imprensa.

O deputado "moderado" pelo Minho, Guerreiro¹³¹, retomou a concepção de representação do deputado Camelo Fortes para contrariá-lo e defender a Liberdade de Imprensa sem censura prévia qualificando-a, em seu discurso, como um princípio fundamental à existência do constitucionalismo. Ele justificava que ela criava um espaço político de discussão fundamental à Instrução Pública e à vigilância e controle das decisões do Poder Legislativo¹³². Depois dessa defesa acalorada, o deputado Guerreiro afirmava que a

¹²⁷ “Eu convenho que a liberdade de pensar e comunicar os pensamentos é um dos direitos universais do homem, e que dele não pode ser privado entrando na sociedade civil, mas é inegável que a lei civil pode restringir o seu exercício, se o bem público o pedir. O direito de defesa é um direito essencial, e universal do homem, contudo, na sociedade civil se restringe o seu exercício, prescrevendo-se que ninguém possa em regra fazer justiça a si mesmo, mas que recorra às autoridades constituídas; o mesmo acontece nos direitos essenciais de liberdade, de propriedade, e outros, cujo exercício a lei civil algumas vezes restringe.” – Ibidem, p. 94.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

¹³² “[...] afirmo que a censura prévia, ainda só nos escritos sobre moral e religião, traria consigo males

procuração que cada deputado obteve ao ser eleito pelo processo eleitoral, inclusive a mesma do deputado Camelo Fortes, impôs aos congressistas não a fidelidade às normas espanholas, mas à tarefa de criação de uma “Constituição fundada em bases tanto ou mais liberais do que as da Constituição espanhola”¹³³. Nesse sentido, ele concluía afirmando que a Liberdade de Imprensa era essencial ao favorecimento do sistema Constitucional, por isso, esta deveria necessariamente ser aprovada e, somente dessa maneira, fazia-se jus à procuração dada pela “Nação” a cada deputado¹³⁴.

O deputado "moderado" Madeira Torres¹³⁵, assim como o deputado Guerreiro, também utilizava a experiência espanhola com o argumento de superá-la em sua liberalidade, porém, ele defendia uma posição totalmente oposta a de seu pré-opinante: o estabelecimento da censura prévia indiscriminada. Ele contrariava a opinião de que o “objeto da presente discussão sobre a Liberdade da Imprensa sem Censura prévia se (achava) resolvida na Constituição da Espanha”¹³⁶ e declarava seu voto pela censura indiscriminada, mas que, por

incomparavelmente maiores do que os abusos da liberdade; sim, aquela censura destruiria a Liberdade da Imprensa em todos os seus ramos, aniquilaria a opinião pública, destruiria a Constituição, faria desaparecer a Liberdade do Solo Português [...] o pensamento será escravo; e a Liberdade da Imprensa uma palavra sem significado: a opinião pública forma-se e apura-se pela discussão, pela livre comunicação dos pensamentos, e pela circularão livre dos subscritos; mas quando um pequeno número de Censores são Juizes dos pensamentos, e dos Escritos, como poderá, o Público ser ilustrado? – Todos os Governos tem na contradição dos seus elementos o princípio da sua destruição; os diversos poderes combatem-se continuamente, e desta ação e reação nasce a vida do Estado; os Censores não vêm do Céu, são homens, e sujeitos ao Poder Executivo; este poder tem a força a sua disposição, e quando por meio da censura prévia for senhor da opinião pública, a sua força será irresistível: o poder legislativo não se desliga senão pela sabedoria das suas leis e só uma contínua vigilância da sua parte é que pode manter a observância da Constituição: tirada a Liberdade de Imprensa, como poderá ser informado das infrações da Constituição? Como poderá fazer efetiva a responsabilidade dos infratores? – Ouvi dizer que a Religiosidade do Povo Português o faz estremecer, quando se toca em algum ponto da Religião; porém esta mesma circunstância o torna mais capaz de receber a Liberdade da Imprensa: Opõe-se a sua falta de instrução; mas nós lemos Prelados sábios, e zelosos pelo bem das suas ovelhas; só até agora se descuidaram da sua instrução, foi por não verem necessidade urgente, e logo que a Liberdade de Imprensa lhes mostre algum perigo, eles se apressarão a multiplicar os meios de instrução, e em lugar do mal que se receia, resultará um verdadeiro bem.” – DIARIO das Cortes de Lisboa. 14 de fevereiro de 1821, pp. 94-95.

¹³³ Ibidem, p. 95.

¹³⁴ “Referiu-se um dos Senhores Pré-opinantes os poderes da sua procuração, dizendo que não o obrigam a votar pela Liberdade da Imprensa; suponho que a sua procuração foi semelhante a de todos os outros Senhores Deputados, aliás não teria sido legalizada; impuseram-nos nossos Constituintes a obrigação de fazer uma Constituição fundada em bases tanto ou mais liberais do que as da Constituição espanhola; bases liberais são aquelas que mais favorecem o sistema Constitucional, o qual não pode subsistir sem Liberdade de Imprensa.” – Ibidem.

¹³⁵ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembléia da República, vol. II, 2002, pp. 827-829.

¹³⁶ O deputado explora também a regulamentação espanhola no sentido de mostrar que a censura prévia estabelecida não estava presente apenas nesse artigo: “Apesar de ouvir ultimamente, que o objeto da presente discussão sobre a Liberdade da Imprensa, sem Censura prévia se ache resolvido na Constituição d'Espanha pela parte afirmativa, e por uso decidido igualmente o nosso respeito, visto que a nossa Constituição deve levantar-se sobre as bases d'aquela, com tudo ainda concedido o princípio, n'ele não estaria compreendido o artigo 10 dos propostos agora à discussão; porquanto no Comércio d'Espanha artigo 371, somente se permite o imprimir, e

isso, não podia ser chamado pelos outros deputados de “antiliberal”¹³⁷. A sua explicação contrariava a utilização do exemplo inglês e baseava-se na autoridade de escritores “clássicos em política, bastante livres e [...] Protestantes”¹³⁸. Segundo o deputado, nessas obras, criticava-se a ampla liberdade dada à Imprensa na Inglaterra e na Holanda¹³⁹. Nesse sentido, ele defendia que era “mais liberal” estabelecer a censura prévia indiscriminada e sobre ela criar um regulamento liberal, do que estabelecer uma liberdade muito ampla, como a da experiência inglesa. Desse modo, o deputado transformou uma posição que podia sofrer ataques por sua proximidade com a censura de Antigo Regime, por ser prévia e indiscriminada, em uma proposta que também se legitimava tanto pela superação da liberalidade da experiência espanhola quando se justificava com a criação de um regulamento posterior, quanto da inglesa, por não cometer, para ele, o mesmo erro da total liberdade de Imprensa.

A última fala do dia foi a do deputado Fernandes Tomás, que recuperava a experiência inglesa e espanhola utilizada pelos outros deputados para negá-las e afirmar a particularidade da experiência portuguesa. Ele argumentava no sentido de que não concebia “a possibilidade de existir um Governo Constitucional, ao modo que a Nação o espera e deseja, sem a Liberdade de Imprensa”¹⁴⁰. Para o deputado, as reformas protestantes não eram fruto da Liberdade de Imprensa, mas de outros fatores políticos¹⁴¹. No caso do exemplo espanhol, ele distanciava Espanha e Portugal, não admitindo que a Constituição espanhola fosse um regimento para os portugueses aplicarem sem reflexões, pois, para ele, ao construir uma

publicar livremente as ideias políticas, donde bem se infere, que o contrário deve entender-se nas Religiosas, a que expressamente se declarou no regulamento sobre a Liberdade da Imprensa emanado das Cortes celebradas no ano antecedente tit. 1.º art. 2.º// Parece portanto claro, que com semelhante arma melhor se ataca o artigo 10 das bases da nossa Constituição, e se estabelece a Censura prévia, ao menos sobre as matérias religiosas, do que se exclui inteiramente, como algum dos Ilustres Pré-opinantes tem pretendido.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 14 de fevereiro de 1821, p. 95.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ “Esta opinião não deverá ser avaliada de antiliberal, porque encontro Escritores Clássicos em Política bastante livres e estes, Protestantes, os quais estabelecem a regra de que a Liberdade da Imprensa não deve ser muito limitada, ou circunscrita, nem muito ainda, e devassa, qualificando por tal a d’Inglaterra, e Holanda. Longe de mim o pretender uma anterior censura prejudicada, vagarosa, e opressiva: desejo-a antes pronta, franca e dirigida por um regulamento liberal, que marque a conduta é responsabilidade da Comissão, a quem for mencionada, sobre a qual ainda poderá vigiar um Tribunal de proteção pela Liberdade.” – Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 97.

¹⁴¹ “Tem-se dito também e repetido que é preciso não esquecer da reforma de Lutero, e dos estíados que causará no mundo, porque tudo nascera da Liberdade da Imprensa: mas não será difícil mostrar que esta época tão fatal à Religião foi o resultado das relações políticas dos diversos Estados com o Império d’Alemanha das ideias desfavoráveis que os abusos da Corte de Roma fizeram nascer contra o Chefe da Igreja; e finalmente do estado das luzes que séculos antes principiavam a raiar na Europa, ainda antes da invenção da Imprensa.” – Ibidem.

“Constituição Liberal”, “os espanhóis tiveram seus motivos”¹⁴² e os deputados portugueses podiam ter outros. Ele concluía valorizando a ilustração portuguesa, afirmando-a como suficiente para promover o contato benéfico da sociedade com as ideias da Imprensa livre¹⁴³.

Portanto, no debate das Cortes sobre a Liberdade de Imprensa, a relação desta com a construção de um regime constitucional, unida ao pressuposto dos deputados de irem além da liberalidade das experiências constitucionais anteriores à portuguesa, foi decisiva para a rejeição da censura prévia à Imprensa, votada em 16 de fevereiro de 1821. No caso dos escritos sobre “matérias políticas”, ela foi vetada por 70 votos contra 08 e no caso das publicações sobre “matérias de Dogma e Moral”, por 46 a 32 votos. Esse resultado revela a percepção dos deputados da relação direta entre o maior grau da Liberdade de Imprensa com a construção do governo constitucional “mais liberal” do Atlântico.

Para os deputados, a existência do debate público de ideias através da Imprensa era um pressuposto do novo sistema de governo constitucional. Essa conclusão foi apresentada por eles como resultado da reflexão sobre a história constitucional atlântica. A pretensão de ultrapassar a liberalidade das experiências constitucionais anteriores, manifestada pelos deputados, não foi contestada em momento algum por eles. O grau de Liberdade concedida à Imprensa foi discutido conforme esse objetivo.

Para os mesmos congressistas, a relação direta entre Liberdade de Imprensa e a definição do governo constitucional estabelecia-se, fundamentalmente, por duas funções essenciais da Liberdade de Imprensa nesse tipo de regime. A primeira seria a de fiscalizar as decisões políticas e, assim, controlar o poder Legislativo, e a segunda, a de instruir a população propagando as “luzes” da nova ordem.

Quanto à primeira função da Liberdade de Imprensa no regime constitucional, a argumentação baseava-se na legitimidade do espaço legislativo. O deputado nomeado pelo processo eleitoral havia recebido a procuração da “Nação” para representar seus interesses. Tal concepção de representação legitimava a formação do espaço constituinte legislativo. Nesse sentido, a “Opinião Pública” era vista como expressão da vontade da “Nação” e, por

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ “Que na Espanha se deixasse aos Bispos a censura prévia nestas matérias não é para mim argumento: os Espanhóis tiveram os seus motivos; nós podemos ter outros. – Em Portugal nunca os Bispos censuraram um livro antes de se imprimir, e eu não entendo que seja necessário conceder-lhes agora essa autoridade, quando vamos fazer uma Constituição Liberal. – Diz-se que a Nação não está preparada para tanta luz: o uso sublime da razão é dote do homem de qualquer país: não aniquilemos tanto os Portugueses.” – Ibidem.

isso, podia consagrar ou condenar uma decisão do Congresso¹⁴⁴. Assim, através da Opinião Pública, por um lado, ligava-se os deputados à sociedade, levando as opiniões da “Nação” aos deputados e tornando as decisões legislativas públicas. Por outro, pela via do debate público de ideias, os indivíduos comunicavam-se em sociedade.

Quanto à segunda função atribuída pelos deputados à Liberdade de Imprensa na constituição do governo constitucional, o princípio era que o debate sobre as decisões políticas governamentais informado pelos escritos periódicos, assim como, por exemplo, as traduções de livros, capacitava os cidadãos a opinarem na Política. Dessa maneira, tinha-se cada vez mais contato com ideias “ilustradas” e liberais.

No Rio de Janeiro, em 02 de março de 1821, publicava-se um decreto relativo à Liberdade de Imprensa, com liberação autorizada a partir de 09 de março do mesmo ano, quando as Bases constitucionais portuguesas ainda não eram conhecidas na província fluminense. Nessa ordenação, D. João VI pronunciava-se com o objetivo de criar uma medida temperada, até a definição pelas Cortes de Lisboa da Lei de Liberdade de Imprensa¹⁴⁵, que estabelecesse uma espécie de meio termo entre “os embaraços que a prévia censura dos escritos opunha à propagação da verdade, como sobre os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, à moral, ou à pública tranquilidade”¹⁴⁶. A solução encontrada foi a permissão da circulação de periódicos não-oficiais com a suspensão da censura prévia, mas com o envio pelo “impressor” ao “Diretor dos Estudos” de

[...] dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha impressa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos, a fim de que o Diretor de Estudos, distribuindo uma delas a algum dos Censores Régios, e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, até que se faça as necessárias correções no caso unicamente de se achar alguma coisa contra a religião, moral, e bons costumes, contra a Constituição e a pessoa do Soberano, ou contra a pública

¹⁴⁴ O deputado Sarmiento sintetiza essa idéia na sessão de 02 de maio de 1821: “[...] Estabelecida a forma de governo constitucional, é a liberdade da imprensa o órgão da opinião pública, e assim como ela há de censurar os procedimentos dos Representantes da Nação, do mesmo modo ela há de os iluminar” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 02 de maio de 1821, p. 760.

¹⁴⁵ “Fazendo-se dignas da Minha Real consideração as reiteradas representações que pessoas doutas e zelosas do progresso da civilização e das letras tem feito subir à Minha Soberana Presença (...) Hei por bem ordenar: Que, enquanto pela Constituição cometida às Cortes de Portugal se não acharem reguladas as formalidades que devem preencher os livreiros e editores, fique suspensa a prévia censura que pela atual Legislação se exigia para a impressão dos escritos que se intente publicar, observando-se as seguintes disposições (...)” – BRASIL. *Coleção das Leis do Brazil de 1821*, parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2009.

¹⁴⁶ Ibidem.

tranquilidade.¹⁴⁷

Isto é, retirava-se a censura prévia aos periódicos e a responsabilização única dos redatores para transferi-la aos responsáveis pelas Tipografias, ao mesmo tempo, o poder do Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos, José da Silva Lisboa, era mantido¹⁴⁸. Esse decreto foi fruto das promessas de D. Pedro feitas após as agitações de 26 de fevereiro de 1821, quando se declarou a adesão do Rio de Janeiro às Cortes de Lisboa, e ele e seu pai, D. João VI, juraram à Constituição que os deputados portugueses elaborassem¹⁴⁹.

Esse decreto foi publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* do dia 07 de março de 1821, produzida na Impressão Régia desde 10 de setembro de 1808 e conhecida como a versão americana da *Gazeta de Lisboa*. Esse periódico era de propriedade dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e foi um dos primeiros jornais a circular no Rio de Janeiro¹⁵⁰. Seu redator, desde 1813, capitão Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, antes da transcrição do decreto, mencionava a Liberdade de Imprensa como “[...] sem dúvida uma consequência dos princípios liberais que haviam induzido a SUA Magestade a adotar uma nova ordem de coisas [...]”¹⁵¹. Segundo Araújo Guimarães, relacionada à natureza dessa ordem e aos pensamentos de Montesquieu, a opção mais sábia do governo era “coibir os excessos”¹⁵². Para ele, a lei de Liberdade de Imprensa estabelecida com o “espírito de moderação [...] entre dois limites”¹⁵³ adequava-se às ideias do filósofo francês e à função do legislador na nova ordem. Dessa maneira, segundo o periódico, o decreto fazia da Liberdade de Imprensa o “bem político (e) moral (e, por isso, traria) tantos progressos à propagação das

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ “[...] O decreto provocou manifestações de descontentamento, pois, ao retirar a censura dos manuscritos, transferia-a para as provas tipográficas. Quando não fossem conhecidos os autores, os impressores respondiam pelos escritos. Corriam o risco de ser condenados a pagar multas ou, mesmo, à prisão.” – LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na independência 1821-1823*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p. 106.

¹⁴⁹ “O decreto fora produto das agitações do dia 26 de fevereiro de 1821. Naquela ocasião, D. Pedro, entre outras coisas, prometera a liberdade de imprensa aos revoltosos. Era a consequência direta do que acontecia em Portugal. Lá, uma das primeiras medidas do governo interino de Lisboa, aclamado em 15 de setembro de 1820, fora, mediante portaria do dia 21 seguinte, determinar que fosse facilitada a impressão e circulação de livros e papéis nacionais e estrangeiros.” – Idem, Ibidem, p. 105. Cf. SLEMIAN, Andréa, *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006, pp. 118-119.

¹⁵⁰ “[...] A redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma mistura de redação propriamente dita com a repartição pública e claustro, não só por conta do grande número de funcionários públicos e padres que nela escreviam, mas também, apesar de se classificar como um empreendimento de particulares, por funcionar numa secretaria do governo [...]” – Idem, Ibidem, p. 71.

¹⁵¹ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, nº 19, de 07 de março de 1821.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem.

luzes e a comunicação das notícias [...]”¹⁵⁴.

O decreto relativo à Liberdade de Imprensa foi discutido amplamente em abril de 1821 nos números 05, 06 e 07 do periódico *O Conciliador do Reino Unido*. O seu redator, José da Silva Lisboa, era um dos principais envolvidos com tal norma, pois, como já mencionado, ele ocupava o cargo de “Inspetor-geral dos Estabelecimentos Literários”, empregado responsável pela censura prévia. Seus escritos no *Conciliador* eram uma resposta aos descontentes que concordavam com as ideias de um panfleto que circulava no Rio de Janeiro em abril de 1821 e fora escrito por um Anônimo em janeiro do mesmo ano, em Lisboa¹⁵⁵.

No número cinco do periódico de José da Silva Lisboa, o redator dava legitimidade ao decreto de 02 de março de 1821 dizendo que a determinação sobre a Liberdade de Imprensa foi decretada “para satisfazer o Voto do Povo e produzir a Prosperidade Nacional”¹⁵⁶. Em seguida, ele inseria o regulamento sobre a Liberdade de Imprensa em uma dificuldade que era “um dos mais difíceis Problemas da Legislação Liberal”¹⁵⁷: a de estabelecer o “justo meio entre os extremos, da liberdade absoluta e da indispensável restrição”¹⁵⁸. A defesa da censura prévia pelo periódico relacionava-se com a concepção da constituição de um pacto social no qual os direitos naturais passavam a ser regulados em prol do bem público. Em última instância, o controle da Liberdade de Imprensa era um princípio básico da Monarquia constitucional, pois essa existia para regular as Liberdades Naturais em benefício da convivência social¹⁵⁹.

Ainda no mesmo número, J. da Silva Lisboa contrapunha a sua defesa do decreto com a argumentação do panfleto. Segundo o *Conciliador*, a sua circulação por si mesma comprovava que “a Impressão tem toda a racional, e ainda mais que indulgente liberdade nesta Capital do Brasil”¹⁶⁰. Depois, ele atacava o Anônimo por seu radicalismo. Para J. Silva

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ As ideias desse panfleto em que o redator posicionava-se contra a censura foram conhecidas por meio indireto, ou seja, por citações de J. da Silva Lisboa no *Conciliador*. Elas seguem o mesmo raciocínio apresentado nos discursos dos deputados que defendiam o fim da censura prévia no Congresso em Lisboa que já foram analisados nesse estudo, especialmente, assemelha-se aos argumentos apresentados pelo deputado e periodista Soares Franco.

¹⁵⁶ O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, nº 05, de 07 de abril de 1821, p. 37.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 39.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ “É notório que o dito Decreto (relativo à liberdade de Imprensa) não tem satisfeito a muitas pessoas difíceis de se contentarem. Elas pretendem não sei que quimera de direito de liberdade natural que nunca houve de fala, escrita, e ação na sociedade civil, a qual é essencialmente um estado de restrição dos direitos e liberdades naturais do estado selvagem, pois que o direito e a liberdade de cada indivíduo necessariamente se limita pelo direito e liberdade dos outros concidadãos, atento o interesse de toda a comunidade.” – Ibidem.

¹⁶⁰ O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, nº 05, de 07 de abril de 1821, p. 41.

Lisboa, ele aspirava “a ver entronizado o Império do Prelo”¹⁶¹, como aconteceu na Revolução Francesa e afirmava que o panfleto era “extraído do inexaurível repertório da França depois da Revolução deste País”¹⁶².

A argumentação do redator contra o escrito Anônimo continuava no *Conciliador* número seis de 14 de abril de 1821. Ele citava o folheto: “Perguntar se a Imprensa deve ser livre ou escrava é o mesmo que perguntar, por outras palavras, se a Monarquia deve ser Constitucional ou absoluta.”¹⁶³. Isto é, o redator do folheto de Lisboa estabelecia a Liberdade de Imprensa como princípio básico da Monarquia constitucional. José da Silva Lisboa contestava o Anônimo com o argumento de que a falta de Ilustração da “Nação portuguesa” impossibilitava a liberdade ilimitada de Imprensa, para ele, o único remédio para isso era a Instrução Pública, porém, esta era um “melhoramento gradual (de) efeito lento e tardio”¹⁶⁴. No entanto, o redator do *Conciliador*, para negar a Liberdade de Imprensa total, destacava que nem mesmo no “mais liberal Plano [entre as Monarquias Constitucionais, cujas] Nações na realidade tem (ou presumem ter) superioridade de civilização e luzes, se constituiu a Imprensa inteiramente livre e independente de censura oficial”¹⁶⁵. Segundo J. da Silva Lisboa, a total Liberdade de Imprensa era uma ficção e, assim, defendia a importância do seu cargo como “Inspetor”.

No mesmo número, o redator do *Conciliador* uniu a sua argumentação do número anterior, relativa ao “Problema da Legislação Liberal”, com a proposta de estabelecer medidas “moderadas”, de acordo com a história do Atlântico e, por isso, a decisão “mais liberal” para o Império português. Ele contrapunha a “mania do século” à história dos países constitucionais. Para ele, a reivindicação fantasiosa da Liberdade de Imprensa sem limites, qualificada no panfleto “como direito do homem e cidadão”, e derivada da Liberdade natural de língua, era defendida pelos “pregoeiros de desordens”, influenciados pelos ideais da Revolução Francesa. A isso, José da Silva Lisboa confrontava a realidade para ele incontestável que “em nenhum

¹⁶¹ Ibidem, p. 42.

¹⁶² “[...] O Editor anônimo não admite modificações, não atende às circunstâncias, e só aspira a ver entronizado o Império do Prelo para cada indivíduo inculcar o que lhe vier à cabeça, fazendo de súbito inovações no Estado, e ter a mão alçada para atacar os Administradores Públicos. Tal Folheto, evidentemente extraído do inexaurível repertório da França depois da Revolução naquele país, teria a mesma tendência se o seu fundo fosse adotado nos Reais Conselhos. Os que então ali se presumiam os Oráculos da Terra, deram cabo da sua Monarquia, ajoelharam-se à Tirania de um Corso, e constituíram odiosa a Literatura. Reservando para o Número seguinte opor reflexões sobre tão ponderoso assunto, por ora só replicarei com as seguintes passagens do célebre Edmund Burke, que muito contribuiu a salvar seu país do caos da Revolução Francesa.” – Ibidem.

¹⁶³ Ibidem, nº 06, de 14 de abril de 1821, p. 47.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibidem, pp. 47-48.

país de qualquer forma de regime, jamais foi livre, ou impune, imprimir capitulados ofensivos da Religião, Constituição, Moral e Honra do Estado, e dos indivíduos e Corpos do Governo [...]”¹⁶⁶. Assim, por meio da vinculação das ideias de seus opositores com a apropriação da Revolução em França, o redator do *Conciliador* desqualificava a defesa da Liberdade ilimitada da Imprensa¹⁶⁷.

No último número do *Conciliador*, de 28 de abril de 1821, o redator continuava sua contestação ao folheto vindo de Lisboa. O Anônimo relacionava a Liberdade de Imprensa com a ideia de representação em uma monarquia constitucional. Consoante J. da Silva Lisboa, o redator do panfleto dizia que a “amplíssima liberdade da discussão das opiniões pela Imprensa” era a garantia para se conhecer a “verdade”. Para o periodista anônimo de Lisboa, a Opinião Pública era conhecida pelo debate público e ela era o parâmetro para a Assembleia Nacional. Desse modo, os representantes da Assembleia que seguiam essa opinião formavam uma representação “fiel”, caso contrário, com o estabelecimento da censura, “meia-dúzia de Censores formariam de fato a Representação Nacional”¹⁶⁸. A censura acabava com a legitimidade do novo regime de governo, baseado na “Representação Nacional”, e que tinha a Liberdade de Imprensa como pressuposto para sua existência.

O redator do *Conciliador* contestava a argumentação do Anônimo caracterizando as suas concepções de representação e Liberdade de Imprensa como “jacobinas”, o que tinha um tom claramente pejorativo na época¹⁶⁹. Segundo J. da Silva Lisboa, essa “[...] foi a doce linguagem dos Robespierre, e Marats. Eis como os que presumem instruir, se ensaiam pra

¹⁶⁶ Ibidem, nº 06, de 14 de abril de 1821, p. 50.

¹⁶⁷ “A Liberdade de Imprensa na França foi estabelecida em 26 de Agosto de 1789, pela aprovação da Assembleia Constituinte da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. No artigo 11º, definia-se: ‘A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; qualquer cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, sem prejuízo de responder por abuso desta liberdade nos casos determinados pela lei’. No caso britânico, a Liberdade de Imprensa estabeleceu-se pela Revolução de 1688, quando aboliu-se o cargo de *Imprimeur*. Thomas Paine, em seu texto publicado no *American Citizen*, em 19 de outubro de 1806, explicava: “Antes do que na Inglaterra é chamada A Revolução, que foi em 1688, nenhum texto (*work*) podia ser publicado naquele país sem obter primeiro a permissão de um oficial designado pelo governo para inspecionar os textos que pretendiam ser publicados. O mesmo acontecia na França, exceto que na França existiam quarenta que eram chamados censores e na Inglaterra existia apenas um chamado *Imprimeur*.”

Na Revolução, o cargo de *Imprimeur* foi abolido e os textos podiam, então, ser publicados sem primeiro obter permissão do oficial do governo. A imprensa era, em consequência desta abolição, dita ser livre e foi dessa circunstância que o termo liberdade de imprensa surgiu.” – Artigo de A. de Lima, “Thomas Paine e a liberdade de Imprensa”, publicado no dia 16 de junho de 2009 em meio digital: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

¹⁶⁸ O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, nº 07, de 14 de abril de 1821, p. 54.

¹⁶⁹ Ao analisar vocabulário político na Imprensa fluminense, a autora Lúcia Maria Pereira das Neves afirma: “(...) jacobino e jacobinismo significavam indivíduos perigosos que pregavam doutrinas revolucionárias, sendo comparados aos ‘filósofos de Paris’. (...)” – NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais* – A Cultura Política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 192.

destruir! Toda esta rapsódia se desmente pela experiência [...]”¹⁷⁰. Nesse sentido, a força da argumentação do periodista fluminense também estava na descrição da “desgraça” que foi a Revolução Francesa para a França e para todo o resto da Europa:

Os que prometiam a regeneração dos povos com as mágicas da igualdade e liberdade, até por fim os espoliaram da sua restante propriedade, a esperança da imortal felicidade na vida futura, destruindo e [retirando] do coração os princípios religiosos, e os sagrados vínculos da subordinação civil, preparando-os assim para o mais tirânico despotismo, como sucedeu na França, pondo em convulsão a toda Europa.¹⁷¹

Ainda de acordo com J. da Silva Lisboa, o Anônimo afirmava que a Liberdade de Imprensa produziria a Instrução da “Nação” e, por isso, esta saberia os encargos dos Delegados nas Cortes, impedindo o triunfo do Despotismo do Legislativo¹⁷². Isso significa que, para o Anônimo, o debate público propiciado pela Liberdade de Imprensa seria uma forma de controle do Legislativo e, portanto, a garantia da existência do regime constitucional. J. da Silva Lisboa respondia a esse raciocínio também pela mesma chave argumentativa da representação, afirmando, com ironia, que os “Representantes do Povo” foram bem escolhidos pela Nação, pois esta não era “ignorante”, além disso, os deputados já eram pessoas instruídas, sem necessitarem do que ele chama de “pedagogia” da Imprensa.

O Anônimo foi contestado e desqualificado pelo *Conciliador*, mas restava a experiência da Inglaterra e dos Estados Unidos da América como possíveis exemplos para a legislação portuguesa. Nesse momento, J. da Silva Lisboa relacionava, em proporção direta, o grau de Ilustração de uma “Nação” e a Liberdade de Imprensa¹⁷³. Nesse sentido, para ele, a Inglaterra era o lugar por excelência da Ilustração¹⁷⁴ e, mesmo assim, o “[...] atual Parlamento deu extraordinárias providências contra o abuso da Imprensa de Jornais e papéis volantes, até

¹⁷⁰ O CONCILIADOR DO REINO UNIDO, nº 07, de 14 de abril de 1821, p. 54.

¹⁷¹ Ibidem, p. 55.

¹⁷² “Diz o Anônimo que o Despotismo tinha sido causa de não ser a Nação instruída, e que convém instruí-la para que ela saiba o que lhe compete encarregar a seus Delegados nas Cortes e que sem a liberdade da Imprensa nunca ela pode ser instruída.” – Ibidem, p. 58.

¹⁷³ “Além disto, todos os povos e lugares não estão no mesmo grau de instrução e civilização, e por isso nem todos são susceptíveis de igual grau de Liberdade de Imprensa. [...] Os povos atrasados em Literatura são como os meninos travessos, que estragam tudo que lhes cai na mão. [...] Aqui o benefício da liberdade se transforma em malefício, não sendo gradual e circunspectamente franqueado.” – Ibidem, p. 59.

¹⁷⁴ “A felicidade de cultivar com ardor a sã Literatura desde o Bom Rei Alfredo; e a Providência lhe concedeu a fortuna de ali nascerem os Grandes Luminares Bacon, Locke, Newton, e outros Gênios eminentes, que tem dado especial caráter e moralidade à Nação, e difundindo a Instrução Pública mui extensamente nas classes superiores e médias; o que lhes serve de baluarte contra as fúrias populares. Quanto uma Nação é mais ilustrada, tanto a execração pública superiormente repele, e envergonha aos temerários Editores.” – Ibidem, p.59.

obrigando aos Editores a dar prévia e onerosa fiança, que equivale à censura, e ainda é o maior obstáculo à temeridade.”¹⁷⁵. Conforme o redator, nos Estados Unidos não era diferente, mesmo com a “ânsia de sólida instrução, (eles mantinham a mais favorável maneira de) obstar as exorbitâncias do Prelo livre”¹⁷⁶. Assim, o exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos era utilizado por J. da Silva Lisboa para legitimar a censura prévia na Imprensa portuguesa.

O debate entre *O Conciliador do Reino Unido* e o folheto do Anônimo de Lisboa não era apenas uma querela entre dois redatores, mas refletia o debate público em torno do decreto de Liberdade de Imprensa de 02 de março de 1821. J. da Silva Lisboa preocupava-se com a mudança das disposições do decreto no Rio de Janeiro que, se ocorresse, seria sem o consentimento das Cortes de Lisboa, onde os deputados ainda decidiam uma Lei de Liberdade de Imprensa. Isso mostra que, apesar da adesão fluminense ao constitucionalismo português e do juramento do Rei e do Príncipe à Constituição que fosse elaborada em Lisboa, a obediência da Corte joanina ao Congresso em Lisboa era incerta. Nessa polêmica, pode-se entender a publicação dos três números do *Conciliador* de J. da Silva Lisboa como uma resposta oficial a um descontentamento que estava na pauta do dia nos debates públicos da província fluminense¹⁷⁷, uma vez que o redator, como membro do Conselho de Censura da Imprensa Régia e, depois de 26 de fevereiro de 1821, também nomeado para o cargo de “Inspetor-geral dos Estabelecimentos Literários”, era uma figura diretamente envolvida com a aplicação do decreto.

A resposta do redator do *Conciliador* aos descontentamentos sobre o decreto de Liberdade de Imprensa foi cada vez mais agressiva ao longo dos três números do periódico¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 61.

¹⁷⁷ “Se o Folheto do Anônimo que proximamente apregoou a absoluta Liberdade de Imprensa não tivesse feito impressão no Público, seria indiferente o seu curso efêmero, mas na atual conjuntura do Brasil, é indispensável opor-lhe algumas reflexões pela iminência do perigo em se alterar o disposto no Decreto de 02 de Março passado, não se esperando pela Decisão das Cortes em tão momentoso assunto.” – Ibidem, nº 06, de 07 de abril de 1821, p. 46. Depois, o redator conclui: “Não digo, e menos sustento, qual seja o melhor expediente, se o Sistema de prévia censura dos escritos, ou o da responsabilidade legal dos escritores, isso seria prejudicar a Grande Causa e demanda pendente nas Cortes. Só afirmo que se deve esperar pela Decisão delas, visto o Juramento de 26 de Fevereiro do corrente ano.” – Ibidem, nº 08, de 28 de abril de 1821, p. 62

¹⁷⁸ José da Silva Lisboa reitera o descontentamento público contra o decreto, mas com crescente grau de agressividade: “[...] É notório que o dito Decreto não tem satisfeito a muitas pessoas difíceis de se contentarem. [...]” – Ibidem, nº 05, de 07 de abril de 1821, p. 39. “Vários Editores que têm manifestado público descontentamento do Decreto, não obstante haver este exterminado delongas e despesas na censura, e imposto extraordinária responsabilidade aos Censores” – Ibidem, nº 06, de 14 de abril de 1821, p. 49. Nesse mesmo número, o redator chamou os defensores do folheto anônimo de “ditadores populares”: “Ainda que no juízo dos cordatos por si se refute pelos óbvios absurdos, o Folheto do Anônimo Propagandista da ‘Absoluta Liberdade de Imprensa’ que pela má tendência impugnei nos Números V e VI, contudo, sendo já visível o seu péssimo efeito na extensa alucinação, irritabilidade, e impaciência manifesta de se esperar a Decisão das Cortes de Lisboa em

O fato de J. da Silva Lisboa utilizar-se da experiência jacobina com o fim de denegrir a imagem do Anônimo de Lisboa indica que o debate público sobre o decreto estava cada vez mais intenso no decorrer do mês de abril de 1821. No entanto, mesmo com a oposição de ideias, ambos os periodistas defendiam suas posições com um mesmo fim: o de construir a “mais liberal” monarquia constitucional. Nesse sentido, o Anônimo e J. da Silva Lisboa buscavam a legitimidade de suas argumentações na relação da Liberdade de Imprensa com a garantia da representação e, com isso, o estabelecimento do governo “mais liberal”.

Assim, duas concepções do que era o estabelecimento “mais liberal” sobre a Liberdade de Imprensa chocavam-se. De um lado, para J. da Silva Lisboa, o modo “mais liberal” de regime incluía a moderação na Política, assim, ele defendia a promoção gradual de Ilustração da “Nação”, o que possibilitaria cada vez mais maior grau de Liberdade de Imprensa. Ele defendia que era “mais liberal” admitir a particularidade da sociedade portuguesa, no caso, o seu “grau de Ilustração”, do que estabelecer o fim da censura prévia, meramente por ser um princípio liberal que por definição superava a experiência espanhola e, então, correr o risco de repetir a tragédia francesa. De outro lado, o Anônimo de Lisboa representava o argumento de que a decisão “mais liberal” era a que superava a liberalidade da história constitucional atlântica e estabelecia Liberdade ilimitada de Imprensa.

Portanto, pode-se dizer que, nas Cortes de Lisboa, a retórica política da decisão “mais liberal” no caso da censura prévia foi utilizada desde os liberais mais “conservadores” aos mais radicais “integracionistas”. No caso da defesa da censura indiscriminada por meio da defesa da correção do radicalismo da experiência espanhola e, por isso, da decisão “mais liberal”, os deputados Madeira Torres e Trigoso, os mais “conservadores” no Plenário, utilizaram essa retórica liberal com a intenção de manter na Constituição uma característica do “Antigo Regime”, assim como suas tentativas de aprovarem o veto real das leis e a organização do Legislativo com duas câmaras. Essa opção foi derrotada no debate constituinte português e a polêmica foi mais acirrada entre outros dois grupos: o dos “moderados” em oposição aos “integracionistas”. De maneira semelhante, o debate na Imprensa fluminense utilizava os mesmos argumentos, Silva Lisboa repetia as ideias dos discursos dos deputados “moderados” e o Anônimo de Lisboa apresentava os argumentos dos congressistas “integracionistas”. Nesse sentido, a retórica da decisão “mais liberal” foi proclamada por eles na disputa pelo poder dentro do quadro das instituições da monarquia constitucional.

tão grave objeto, notoriamente atacando-se o estabelecido Expediente de Censura com indecoro intolerável, me considero em dever de adir mais algumas reflexões.” – Ibidem, pp. 53-54.

Na Assembleia portuguesa, os deputados "moderados" como Anes de Carvalho e Camelo Fortes defendiam a censura prévia dos escritos religiosos, ratificando a decisão espanhola, com a justificativa que a decisão “mais liberal” era a que admitia a semelhança de costumes, hábitos, tradição e ilustração entre as duas nações ibéricas. Pode-se dizer que a intenção desses deputados era a conservação na Constituição da influência das instituições religiosas e a possibilidade de sua inserção no quadro institucional do Estado. Por exemplo, Anes de Carvalho além de ligado às instituições religiosas – pertenceu a Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho e depois foi frei da Ordem de Cristo – foi censor régio do Desembargo do Paço¹⁷⁹. Assim, a defesa da repetição da decisão espanhola pode ser entendida como a tentativa de assegurar um lugar no quadro das instituições da monarquia constitucional através da conservação de um ofício já existente na ordem absolutista. Da mesma forma, na província fluminense, J. da Silva Lisboa, como “Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos”, utilizou a mesma semelhança entre o “grau de Ilustração” das nações ibéricas para defender algum tipo de censura e, com isso, a sua ocupação.

Apesar de todo esse cenário, prevaleceram nas Cortes os argumentos dos deputados "integracionistas" e a reivindicação dos periodistas de Portugal pelo fim da censura prévia. Para isso, os "integracionistas" Soares Franco, Manuel Antonio de Carvalho e Barreto Feio utilizaram a retórica da superação da liberalidade da experiência espanhola como a decisão “mais liberal” a ser tomada. Essa defesa e a sua vitória política podem ser entendidas pela ascensão de um novo grupo que tinha participação mais ativa na Imprensa portuguesa e pretendia alijar as figuras que, por meio da censura, controlavam politicamente sua influência na arena pública e no governo. Nesse caso, a figura do antigo redator da *Gazeta de Lisboa*, Soares Franco, pode ser apontada como a mais exemplar. Ele liderou o fim da censura prévia e, depois, formulou a Lei de Liberdade de Imprensa no sentido de ratificar nas Cortes o movimento dos periódicos em defesa da Liberdade de Imprensa¹⁸⁰. Nesse sentido, o panfleto de Lisboa que circulou no Rio de Janeiro e foi veementemente criticado por J. da Silva Lisboa

¹⁷⁹ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I, 2002, pp. 404-405.

¹⁸⁰ Os governos revolucionários do Porto e Lisboa criaram uma comissão de censura em 21 de setembro de 1820 com o intuito de esvaziar o poder das antigas instituições de censura régia. No entanto, Isabel Nobre Vargues afirma a existência da reação na Imprensa portuguesa: “Na imprensa periódica iniciava-se, simultaneamente, e num dos mais significativos exemplos, um movimento tendente a defender a liberdade de imprensa, contra a existência de censura, embora aí se admitissem algumas restrições.” – VARGUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997, p. 230.

pode ser considerado parte desse movimento que repercutiu na província fluminense.

Enquanto no Rio de Janeiro o debate sobre o decreto de 02 de março de 1821 era intenso, do outro lado do atlântico, já na sessão das Cortes de Lisboa do dia 05 de fevereiro de 1821, o deputado Soares Franco apresentava um projeto de lei da Liberdade de Imprensa, que foi discutido nos meses posteriores até a votação definitiva da lei no dia 12 de julho de 1821¹⁸¹, quando o movimento da Imprensa ocorrido no início das atividades legislativas repetiu-se e os periódicos de Portugal publicaram em defesa da Liberdade de Imprensa¹⁸².

¹⁸¹ Na sessão de 19 de dezembro de 1821 foram nomeados os membros do Tribunal especial da Liberdade de Imprensa. Na sessão do dia 30 de janeiro de 1822, apresentou-se uma carta de lei ampliando a responsabilidade dos autores nos abusos da liberdade de Imprensa. Na sessão do dia 06 de setembro de 1822, expôs-se o projeto de lei complementar à liberdade de Imprensa.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, pp. 230-231.

1.2 – A Lei de Liberdade de Imprensa

“[...] A liberdade da imprensa, esta irmã gêmea da liberdade civil e política, esta filha querida dos Governos representativos, é hoje o primeiro e mais apreciável direito do cidadão Português. [...]” “Proclamação das Cortes aos habitantes do Brasil”¹⁸³

O projeto de Soares Franco diferenciava-se do decreto de 02 de março de 1821 em um pressuposto fundamental: enquanto este estabelecia a censura prévia, a lei formulada pelo deputado estabelecia em seu primeiro artigo que “Todo o Português tem direito de publicar os seus pensamentos sem necessidade da censura prévia.”¹⁸⁴. Essa determinação explicava-se no Preâmbulo de seu projeto de lei pela relação que o deputado estabelecia entre o direito natural de pensar e a Liberdade civil no Estado estabelecida pelo pacto. Segundo Soares Franco, quando os “pensamentos” eram registrados nos periódicos no Estado Social, a Liberdade de Imprensa mantinha a Liberdade Natural do Homem de pensar, para ele, “a escritura não (era) mais do que o pensamento publicado no papel”¹⁸⁵.

A inexistência da censura prévia no projeto de lei do deputado não isentava os editores e redatores do controle contra o abuso da Liberdade de Imprensa. A punição aos abusos dessa Liberdade era realizada por meio do Processo dos Jurados, com tribunais de juízes eleitos, para assim, assegurar, ao mesmo tempo, a “salvaguarda da Constituição”¹⁸⁶ e a Liberdade civil. Segundo o deputado, ainda no Preâmbulo de seu projeto de lei, o regime Constitucional estabelecido legitimava-se pelo vínculo entre um “Congresso representativo, onde se delibera e discuta publicamente sobre os seus principais interesses (da Nação)” e o debate público em que os “Cidadãos” examinavam e discutiam os temas do Congresso. O instrumento para a realização desse nexos era, justamente, a Liberdade de Imprensa. Dessa forma,

seria uma notável contradição (negar aos Cidadãos) o exercício daquele direito (de discussão dos assuntos do Congresso) que se tornou base para a formação do Governo, da maneira que repugna a existência de um tal

¹⁸³ De 13 de Julho de 1821 e assinada por: José Joaquim Ferreira de Moura (presidente), João Batista Felgueiras (deputado secretário) e Agostinho José Freire (deputado secretário). Cf. CORREIO BRAZILIENSE, Nº 460, de setembro de 1821, p. 187.

¹⁸⁴ DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 05 de fevereiro de 1821, p. 40.

¹⁸⁵ “Eu venho, Senhores, propor-vos um Projeto de Lei sobre a Liberdade de Imprensa. A faculdade de pensar é o atributo próprio da espécie humana, e inteiramente livre, porque tudo o que se acha reconcentrado dentro do santuário do entendimento escapa a coação e violência das Potências externas. Mas a escritura não é mais do que o pensamento publicado no papel; é por consequência igualmente livre, com tanto que não ofenda os direitos da sociedade, ou dos outros homens por essa publicação. A Liberdade de Imprensa não é só de direito natural quando está restringida nos limites de uma exata justiça, mas é a salva guarda da Constituição.” – Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

Governo com a não existência da Liberdade Política de Imprensa.¹⁸⁷.

Portanto, segundo o projeto de lei do deputado Soares Franco, sem a censura prévia da Imprensa e com a punição por meio do Processo dos Jurados, pretendia-se assegurar o debate público e a Liberdade civil, requisitos básicos do governo constitucional. No entanto, ao mesmo tempo, ele buscava a garantia de “que não (se ofendesse) os direitos da sociedade, ou dos outros homens” pelos escritos periódicos¹⁸⁸. Esse projeto foi alvo de discussões nas Cortes de Lisboa durante vários meses e a nova instituição do “Processo dos Jurados” causou polêmicas não só entre os deputados, mas também entre os redatores fluminenses, envolvendo o objetivo de todos de construírem o Império “mais liberal”.

Em Lisboa, a sessão das Cortes em que se discutiu o “Processo de Jurados”¹⁸⁹ realizou-se no dia 02 de maio de 1821, iniciada pelo discurso do deputado Sarmento. Ele apresentava o pressuposto de que a Liberdade de Imprensa era base para a forma do governo constitucional¹⁹⁰. A partir disso, o deputado elegia a Inglaterra como o exemplo mais bem acabado desse regime e, portanto, modelo para a lei de Liberdade de Imprensa. Mesmo assim, ele ponderava que esse estabelecimento “não foi fácil de conseguir”¹⁹¹.

Em seu primeiro discurso, o deputado “moderado” pela Beira, Sarmento¹⁹², destacava o ano de 1694 na história da Inglaterra pela sua coincidência, nessa data, com o estabelecimento da Liberdade de Imprensa, que trouxe a “prosperidade” e o “espantoso aumento da [...] importância política”¹⁹³ britânica. Conforme o deputado, naquele ano, deixou-se o Despotismo em prol da forma de governo Parlamentar, e por isso ele relacionava

¹⁸⁷ “O espírito do Governo Constitucional consiste na existência de um Congresso representativo, onde se delibere e discuta publicamente sobre os seus principais interesses. Os objetos de utilidade geral passam daí também a ser examinados e discutidos entre os Cidadãos, e seria uma notável contradição negar-lhes o exercício daquele direito que se tomou como base para a formação do Governo, da maneira que repugna a existência de um tal Governo com a não existência da Liberdade Política de Imprensa.” – Ibidem.

¹⁸⁸ “A Lei portanto devo deixar abertas todas as portas para a instrução pública, e para a livre circulação das ideias úteis; e deve refratar e coibir todos os abusos que tenderem a transtornar a ordem e o sossego da sociedade, a comprometer-nos com as outras Nações, e a injuriar os outros Cidadãos em todos os atos que não dizem respeito aos seus empregos públicos.” – Ibidem.

¹⁸⁹ Cf. “Título V: Do modo de proceder neste juízo” - Ibidem.

¹⁹⁰ “[...] Estabelecida a forma de governo constitucional, é a Liberdade da imprensa o órgão da opinião pública, assim como ela há de censurar os procedimentos dos Representantes da Nação, do mesmo modo ela os há de iluminar. [...]” – Ibidem, 02 de maio de 1821, p. 760.

¹⁹¹ “[...] Lançando a vista sobre as Nações, vemos a Inglaterra chegar a um grau de glória, e consideração política a mais extraordinária, e vemos igualmente que ali floresce a liberdade da imprensa mais do que em outra alguma nação. Todavia o estabelecimento da Liberdade da Imprensa não foi tão fácil de conseguir em Inglaterra, como se poderia imaginar. [...]” – Ibidem.

¹⁹² OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, pp. 599-603.

¹⁹³ DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 02 de maio de 1821, p. 760.

diretamente a Liberdade de Imprensa com a forma parlamentar de governo. Para valorizar o exemplo inglês, o deputado analisava a experiência francesa. Segundo Sarmiento, no caso francês, a Liberdade de Imprensa foi estabelecida em 1792, mas de um “[...]” modo tão ilimitado, que ela abriu a porta, à licença, esta à anarquia, donde resultou o despotismo mais violento, de que não só a França, mas nós mesmos como toda a Europa fomos vítimas. [...]”¹⁹⁴. Assim, após esses dois balanços, o deputado concluía, apoiado pela Assembleia, que “[...] a licença (trazia) consigo anarquia, da mesma forma que a censura (produzia) o despotismo”. Por essa razão, ele defendia o “Juízo dos Jurados” como “[...] o meio único para conseguir os fins saudáveis de um tão proveitoso estabelecimento”, de acordo com uma “previdente Legislação, que (podia) reprimir os abusos, e delitos da imprensa”. Ele terminava com a afirmação de que, em semelhança à Inglaterra, na “Nação portuguesa (existiam) costumes, moral, e a necessária instrução que devem ser a base para o estabelecimento dos Jurados”¹⁹⁵.

Depois do discurso de Sarmiento, o deputado "moderado" pela Estremadura, Pereira do Carmo¹⁹⁶, declarava o argumento dos opositores à instituição do Juízo dos Jurados. Consoante o deputado, eles afirmavam que “[...] a Nação não (estava) preparada para esta novidade [...]”¹⁹⁷. Esse juízo dirigia-se a essa instituição por sua origem inglesa, que já havia se revelado no discurso do deputado Sarmiento. O deputado, ao invés de valorizar a instituição diante de sua execução no parlamentarismo inglês como o fez o deputado antecedente, argumentava contra a ideia da novidade da instituição na jurisprudência portuguesa. Para isso, ele apontou no Direito português figuras correlatas aos futuros Jurados, existentes desde as Cortes de Évora de 1481.

Após a discussão da “novidade” do Processo dos Jurados, o autor do projeto de lei da Liberdade de Imprensa, o deputado Soares Franco, discursou e admitiu, em sua criação, tanto a apropriação inglesa¹⁹⁸, quanto a espanhola¹⁹⁹. Por fim, ele afirmou que o resultado favorável

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Interessante informar que Pereira do Carmo, em 1808, foi preso no Porto, acusado de “jacobinismo” e depois absolvido. Mesmo assim, não foi um dos liberais “mais radicais” no Plenário, mas optou por posicionamentos “moderados”. – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I, 2002, p. 361-364 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

¹⁹⁷ DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 02 de maio de 1821, p. 760.

¹⁹⁸ “[...] Não é possível estabelecer a Liberdade da Imprensa, sem que havia Juízo aos Jurados: porque, deixando à parte a História de Inglaterra, que já desenvolveu um Ilustre Pré-opinante; com tudo, esta se acha tão fortemente estabelecida, e sustentada por o Juízo dos Jurados naquela Nação, que por esta causa só a Liberdade

da bem-sucedida experiência dessa instituição nesses dois casos servia como motivação para a ratificação dos Jurados na experiência portuguesa²⁰⁰.

Nesse mesmo sentido, o deputado "integracionista" por Trás-os-Montes, Girão²⁰¹, considerava, em seu discurso, que as experiências pretéritas da Espanha e Inglaterra fundaram o Juízo dos Jurados e a Liberdade de Imprensa como “as duas pedras angulares em que se (firmava) o Templo Sacrossanto da Liberdade” e era ao que “a Inglaterra (devia) a sua prosperidade, e a sua grandeza”²⁰². Assim, segundo o deputado, se a tarefa jurada por eles era a de “[...] fazer uma Constituição mais liberal que todas as melhores do Mundo [...]”²⁰³ não se podia deixar de estabelecer os Jurados, caso contrário, eles estariam manchando seus nomes “de indelével ferrete”²⁰⁴. Fica claro que a Inglaterra era entendida pelo deputado como um exemplo de nação ilustrada, próspera e, por isso, um exemplo a ser seguido. Além disso, ele argumentava que o estabelecimento dos Jurados era o mínimo esperado de uma “nação” que se pretendia “a mais liberal”.

O deputado Sarmiento voltava a discursar, mas agora centrando-se na discussão da apropriação espanhola. Ele aproximava os costumes espanhóis e os portugueses, como fizera em seu primeiro discurso, legitimando a utilização da mesma instituição espanhola no caso português²⁰⁵. Essa mudança na exposição de Sarmiento parece motivada pelas discussões

da Imprensa em Inglaterra é a primeira da Europa. [...]” – Ibidem, p. 761.

¹⁹⁹ Ele já havia admitido a apropriação espanhola no Preâmbulo de seu projeto de lei apresentado em 05 de fevereiro de 1821: “Vós vereis que ele é em grande parte extraído do Regulamento que em Espanha se fez sobre este assunto; mas observareis ao mesmo tempo, que lhe fiz consideráveis mudanças. Nesses dois casos funcionou muito bem.” – Ibidem, 05 de fevereiro de 1821, p. 40. No entanto, verifica-se que no decreto espanhol de 10 de novembro de 1810 (Cf. “Decreto de 10 de Noviembre de 1810. Libertad política de la Imprenta”, Disponível em: <http://www.biblioweb.dgsca.unam.mx/dublanylozano/>) em que se estabeleceu o regulamento da Liberdade de Imprensa não havia essa instituição do Juízo dos Jurados. A incorporação dessa instituição de origem britânica foi uma das “consideráveis mudanças” que o deputado Soares Franco fez nas normas espanholas.

²⁰⁰ “[...] Vamos tirar agora as provas extrínsecas: eu desejarei sempre acostumar os Povos a uma daquelas práticas que já estão sancionadas como boas por experiência. Não seria uma cousa a meu ver bem considerada, se, depois que a Inglaterra, e a Espanha estabeleceram a Liberdade da Imprensa deste modo, e obtiveram bons resultados, quiséssemos chegar ao mesmo fim por um caminho novo, e desconhecido. [...]” – Ibidem. 02 de maio de 1821, p. 761.

²⁰¹ Diferentemente de Trigoso e Torres, Girão fazia parte da nobreza portuguesa, porém: “[...] declarou-se liberal, considerando que a nobreza deveria guiar as novas ideias em vez de a elas se opor. [...]” – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I, 2002, p. 717. Valentim Alexandre o menciona como parte do grupo de deputados "integracionista". – e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 623.

²⁰² DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 02 de maio de 1821, p. 761.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ “[...] muito semelhantes aos de Espanha, não acho dificuldade em adotar neste ponto o que eles adotaram [...]” – Ibidem.

geradas por seu primeiro discurso em que valorizava a instituição devido a sua origem inglesa e, por isso, o estabelecimento “mais liberal”. O debate encaminhou-se para a classificação dessa instituição como uma “novidade” para o Direito português e motivava o único argumento contra a sua adoção. O questionamento em relação ao exemplo inglês era fruto da distância da tradição, costumes, ilustração, hábitos e história da experiência inglesa em relação à “nação portuguesa”. A partir disso, alguns deputados deslegitimavam o exemplo inglês como referência para o constitucionalismo português. Nesse sentido, a legislação “mais liberal” era a que se adequava à natureza da nação portuguesa. Além disso, restava ao deputado explicar a dificuldade francesa no estabelecimento da instituição, o que tocava também na apropriação espanhola, já que era sabido que a experiência da Espanha havia se inspirado nas normas francesas da Constituição de 1791.

No discurso de Sarmento – novamente em semelhança à sua primeira intervenção na sessão –, confrontaram-se os dois modelos: o inglês e o francês. Segundo o deputado, o mau funcionamento do Processo dos Jurados na França devia-se à “divisão ilimitada na propriedade”²⁰⁶, o que gerava a dificuldade de estabelecer o júri, porém, o mesmo não ocorreria em Portugal. Ele explicava que em semelhança com o caso espanhol, em Portugal havia uma história de estabelecimento dos homens-bons e Alcaides-Mores, pela qual se criaram bases que permitiam, pelo vínculo entre as funções destes no passado e os futuros jurados, afirmar que o estabelecimento do Processo dos Jurados não era algo totalmente novo²⁰⁷.

O deputado Sarmento ia além e valorizava o constitucionalismo português diante da experiência revolucionária francesa. Nesse sentido, a revolução em Portugal, diferentemente da acontecida na França, possuía moderação ao

saber conduzir as mudanças políticas, assim como o amor a Pátria, (e isso impossibilitava os) inconvenientes em estabelecer Jurados, (mesmo que a) Nação portuguesa (não estivesse) particularmente familiarizada (com essa instituição).²⁰⁸

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Essa argumentação já havia sido apresentada na sessão no discurso do deputado Pereira do Carmo, como forma de relacionar o sistema de Jurados com a experiência espanhola. Ele dizia que os opositores à instituição afirmavam que a “[...] a Nação não [estava] preparada para esta novidade [...]” – Ibidem, p. 760. No entanto, Pereira do Carmo afirmava que a jurisprudência portuguesa, apesar da novidade dos Jurados, possuía instituições semelhantes. Isso foi o que o deputado Sarmento retomou em seu discurso.

²⁰⁸ “[...] Em Portugal hão de achar-se homens bons em qualquer parte onde se procurarem: por esta razão nele é mais fácil o estabelecimento dos Jurados, e absolutamente proveitoso. A Nação Portuguesa, e todas as Nações Hispânicas foram antigamente afeiçoadas a este estabelecimento se o tiveram. Entre nós os Alcaides-mores eram quem decidiam as Causas e até pronunciavam a pena última, presidindo as Juntas de homens bons: não são ideias novas. Apesar da Nação Portuguesa não estar presentemente familiarizada com esta ideia, não há

O deputado "moderado" pelo Minho, Bastos²⁰⁹, explicitou no seu discurso a polarização entre as duas experiências, a inglesa e a francesa, que já havia sido utilizada por Sarmento. Ele mostrava que a decisão sobre o estabelecimento do Processo dos Jurados refletia o confronto entre o mau funcionamento dessa instituição na experiência francesa e a sua consagração pela experiência inglesa. Automaticamente, elegia a Inglaterra como modelo a ser seguido pela negação da experiência francesa e, dessa maneira, defendia o emprego do Juízo de Jurados. Seu argumento para descartar o exemplo francês baseava-se na instabilidade das formas de Governo empregadas durante a Revolução na França. Para o deputado, essa característica francesa legitimava a argumentação a favor do estabelecimento dos Jurados, contra o argumento que contestava a validade da instituição por esta ter demorado 30 anos para ser implementada na França²¹⁰.

Depois do discurso do deputado Bastos, a implementação do Processo dos Jurados parecia certa e os deputados passaram a discutir o funcionamento dessa instituição e se ela também deveria ser estabelecida nos casos de abuso da Liberdade de Imprensa em matérias religiosas e morais. A votação pelo Juízo de Jurados foi unânime em matérias políticas, em casos de “Dogma e Moral” também foi vitoriosa, com a esmagadora soma de 86 votos contra 5²¹¹.

Assim, a análise dessa sessão das Cortes de Lisboa nos mostra que parecia um consenso entre os deputados que a Liberdade de Imprensa era um dos pressupostos do regime constitucional, porém, também era geral o entendimento da necessidade de uma legislação a “mais liberal” possível que a controlasse, assegurando a Liberdade civil. Já descartada a censura prévia no primeiro artigo do projeto de Liberdade de Imprensa, o Juízo de Jurados foi considerado uma forma necessária e “mais liberal” para executar o julgamento dos crimes de abuso da Liberdade de Imprensa. Nesse ponto, a imagem da Inglaterra como “nação ilustrada”

inconvenientes em estabelecer Jurados, particularmente nas circunstâncias presentes desta revolução: ela tem feito conhecer que a Nação Portuguesa é a única na moderação em saber conduzir as mudanças políticas, assim como no amor da Pátria. Penso por consequência que o estabelecimento dos Jurados podia estender-se até as Causas Cíveis, e que estabelecidos, eles, há de ser esta a época em que se há de renovar a glória antiga da Nação Portuguesa.” – Ibidem, p. 762.

²⁰⁹ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 222-225.

²¹⁰ “[...] Entre os antigos Francos os houve, a Inglaterra sabemos que os tem na França há 30 anos que se está disputando muito, pró e contra, e, talvez os Franceses ainda não estejam de acordo neste ponto: mas os Franceses amam a variedade, hoje querem uma coisa, amanhã outra, e tem mostrado a sua instabilidade pelas diferentes formas de Governo, que hão admitido há poucos anos [...]” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 02 de maio de 1821, p. 762.

²¹¹ Votos em: Ibidem, p. 769; 774.

e “próspera” foi preponderante diante da imagem da Revolução Francesa como “anárquica” e “instável”.

Apesar do Juízo dos Jurados ter sido considerado a regulamentação “mais liberal” da Liberdade de Imprensa, a sua origem inglesa não era facilmente aceita. Percebe-se o questionamento da apropriação da experiência inglesa à portuguesa pela justificativa da diferença de grau de “ilustração”, de história, de costumes, ou seja, de naturezas de “Nações”, a ponto de deslegitimar a utilização das instituições inglesas como exemplo para o constitucionalismo português. A partir disso, alguns deputados argumentavam que com essa apropriação instituir-se-iam novidades que romperiam com o Direito português e, por isso, eram incompatíveis com a Monarquia lusitana. Isto é, para eles era “mais liberal” estabelecer uma legislação adequada à natureza da nação portuguesa do que qualquer outra, mesmo que, por definição, ela estabelecesse um conteúdo político com mais “liberalidade”, porém, justamente por essa razão, incompatível com a sociedade portuguesa.

A solução adotada pelos deputados que defendiam a Instituição e a valorizavam pela sua origem inglesa, algo especialmente visível nos discursos do deputado Sarmiento, foi valorizá-la em contraposição à imagem pejorativa da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, com a mesma intenção, eles aproximavam a experiência espanhola da portuguesa pela semelhança de história, costumes, tradições, enfim, Portugal e Espanha seriam “nações” de mesma natureza, o que se materializava em uma semelhante jurisprudência. Desse modo, eles conciliavam duas concepções diferentes da decisão “mais liberal” e que pareciam contraditórias: a da valorização da superação da “liberalidade”, utilizando o exemplo constitucional britânico, e a que privilegiava a adequação à particularidade da nação portuguesa. Eles tiveram êxito e aprovaram de maneira unânime o “Processo dos Jurados” no Plenário português.

O debate na Imprensa do Rio de Janeiro, relativo ao Processo dos Jurados, foi travado no mês de janeiro de 1822, quando o número 04 do periódico *A Malagueta*²¹² discutiu as observações de Hipólito da Costa, publicadas anteriormente em seu *Correio Braziliense* de

²¹²

Escrita por Luís Augusto May a partir de 15 de dezembro de 1821, o periódico era patrocinado pelo negociante português Manuel Joaquim Portugal Lima que doara o material tipográfico à May. *A Malagueta* constitui-se fundamentalmente em um longo artigo do redator, escrito na primeira pessoa e inúmeras vezes no formato de uma carta ao imperador. A epígrafe era de Jean-Jacques Rousseau: “Quando se diz acerca dos negócios do Estado: Que me importa? Deve-se contar que o Estado está perdido”. O jornal era popular na Corte com cerca de 500 assinantes. Sobre seu estilo, Lustosa afirma: “[...] cheio de circunlóquios, de observações de duplo sentido, de falsa subserviência, que irritava profundamente seus adversários.” - LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 161. O exemplar custava \$120, valor reduzido a \$100 a partir do segundo número.

setembro de 1821. Nesse exemplar do *Correio* que circulou na Corte fluminense, Hipólito da Costa escrevia como um conhecedor das instituições inglesas, fato que se devia à sua formação e vivência em Londres, de onde escrevia o periódico, e por isso valorizava a introdução dos Jurados no julgamento dos abusos da Liberdade de Imprensa. No entanto, havia um ponto de divergência do redator com o estabelecimento dos Jurados pelas Cortes de Lisboa que se concentrava em dois elementos: um relativo à novidade da Instituição, por motivo da sua origem inglesa, e outro que dizia respeito ao grau de “civilização em Portugal” que foi diagnosticado pelos deputados em Cortes²¹³.

Hipólito da Costa iniciava suas reflexões com o elogio da implementação dos Jurados, mas criticava a decisão das Cortes de Lisboa. Para ele, a “[...] lei (ficava) muito aquém da bondade, que pudera ter [...]”²¹⁴ e arriscava uma explicação para isso: “[...] talvez as Cortes assentassem que o presente estado de civilização em Portugal não permitia coisa melhor [...]”²¹⁵. O redator desenvolveu sua argumentação no sentido de que esse diagnóstico das Cortes sobre a “civilização de Portugal” limitara a aplicação da Lei a partir do exame da prática inglesa. Para o redator, isso gerou dois defeitos principais no procedimento de funcionamento dos Jurados, que eram inconciliáveis com a importância da Liberdade de Imprensa como “primeiro paládio das instituições constitucionais”²¹⁶, sendo eles a própria existência de jurados específicos para crimes relativos ao abuso da Liberdade de Imprensa²¹⁷ e o modo de eleição dos Juízes. Segundo Hipólito da Costa, nesses dois pontos não se examinou a prática dos Jurados na Inglaterra, excluindo as maiores “vantagens” dessa Instituição.

O redator construiu sua argumentação fundamentada na crítica ao diagnóstico da “civilização de Portugal” dos deputados das Cortes de Lisboa. Ele nos conduz a concluir que a prática inglesa não foi relevante no debate, pois era entendida pelos deputados como inadequada ao grau de “civilização de Portugal”, muito diferente do inglês. Quanto ao primeiro defeito, ele explicava que com a particularização dos crimes de abuso da Liberdade de Imprensa criaram-se novos delitos que, na verdade, já eram regulamentados em legislações

²¹³ Hipólito da Costa discutia toda a lei de Liberdade de Imprensa, não exclusivamente a instituição dos Jurados, porém, como o foco de análise nesse estudo é o debate com o redator da *A Malagueta*, apenas esse ponto será explorado.

²¹⁴ CORREIO BRAZILIENSE, nº 160 de setembro de 1821, p. 240.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ “Primeiramente, achamos mau o princípio geral da lei, que supõem necessária uma aparatosa lei particular, para os crimes cometidos pelos abusos da liberdade da imprensa [...]” – Ibidem.

anteriores, o que causava conflitos de jurisprudência²¹⁸. Segundo, sobre o modo de eleição dos “Juizes de Fato”, ele qualificava como “sumamente defeituoso” e argumentava que

[...] porque as listas são em número demasiado pequeno, e estes Juizes permanentes durante uma Legislatura [...], [os Jurados eram conhecidos de] [...] antemão, e por consequência, sujeitos aos mesmos inconvenientes que se a causa fosse julgada por Juizes de Direito permanentes.²¹⁹

Para este estudo, o mais importante da discussão realizada por Hipólito da Costa não foi a sua análise da prática inglesa – no caso, em tom valorativo – mas a sua crítica à percepção de que nas Cortes de Lisboa o exercício do “Juízo de Jurados” na Inglaterra foi ignorado quando os deputados decidiram pela normatização da mesma Instituição em Portugal. Além do mais, ele entendia que a justificativa para essa ignorância fora determinada pelo diagnóstico dos deputados sobre a diferença do grau de “civilização de Portugal” em relação à Inglaterra. Para ele, isso produziu um “[...] melhoramento na legislação Portuguesa (pois dava) o primeiro passo para a introdução dos Jurados nas causas crimes [...]”, mas não cumpriu com as suas expectativas diante da potencialidade de tal instituição²²⁰.

A publicação de Hipólito da Costa foi contestada em janeiro de 1822 por *A Malagueta*. Luís Augusto May²²¹, redator do periódico, discutia justamente a “novidade” da instituição

²¹⁸ “Objetamos ao princípio da lei porque vai estabelecer crimes novos, contra a liberdade da imprensa, que não existiam na legislação antiga, quando essa liberdade é altamente proclamada o primeiro paládio das instituições constitucionais; e mui principalmente, quando alguns desses crimes (como por exemplo excitar a rebelião) já estavam compreendidos «'outras leis, que por esta se não revogam; e assim ficará o réu sujeito a consequências de dois crimes [...]” – Ibidem.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Por exemplo, sobre o modo de eleição dos juizes de fato, ele afirmava: “A maior vantagem da instituição dos Jurados, é o não se poder saber quem eles serão; e para isso a prática, na Inglaterra e em outros países, aonde esta legislação se tem adotado, é ter listas preparadas de todas as pessoas do distrito, que são qualificadas para serem Jurados, e em cada sessão do tribunal se tiram dessas listas 36 nomes, dos quais o réu rejeita todos, se tem uma razão geral, ou exclui doze, o acusador exclui outros doze, e os doze restantes servem nas causas todas dessa sessão do tribunal, em que não há objeções particulares, e quando há objeção substitui-se nessa causa outro ao objetado.” – Ibidem, p. 241.

²²¹ Nascido em Lisboa, em 1782, tornou-se capitão de artilharia em 1798. Estudou em Coimbra como seminarista e fez parte do Batalhão Acadêmico com José Bonifácio no período de ocupação francesa. Foi funcionário da Secretaria da Legação Estrangeira em Londres, período pelo qual depois foi acusado de ter vendido documentos do conde de Funchal – embaixador português na Inglaterra – para Hipólito da Costa. Pelo decreto de 10 de dezembro de 1810 adicionado ao estado-maior do Exército. No ano de 1810, May veio para o Brasil a fim de trabalhar como intérprete dos trabalhadores suecos da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo. Foi indicado pelo conde Funchal ao irmão conde de Linhares, então ministro de D. João VI. No Brasil, May tentou garantir inúmeras vezes direitos de promoção nos postos militares, inclusive, requisitando uma promoção ao posto de sargento-mor. Ele recebeu, em fevereiro de 1818, o hábito da Ordem de Cristo. Pelo decreto de D. João VI de 15 de maio de 1820 conquistou uma pensão. A partir da publicação em 15 de dezembro de 1821 do primeiro número da *A Malagueta*, Luís Augusto May passou a ser conhecido como *o Malagueta*. O último número do periódico foi a “*Malagueta Extraordinária*” de 10 de abril de 1832. Nesse período, May exerceu duas vezes a deputação geral no Brasil, uma em 1826 por Minas Gerais e outra pelo Rio

dos Jurados na legislação portuguesa. Ele também viveu em Londres e, inclusive, mantinha contato com Hipólito da Costa, porém, sua opinião quanto à aplicação dos Jurados não era a mesma.

“O Malagueta”, como foi conhecido depois das publicações de seu periódico, retomava os argumentos do redator do *Correio* somente relativos ao exame da Instituição dos Jurados. Ele afirmava que o redator em Londres fundamentava a sua crítica à decisão em Lisboa através da “prática Inglesa”. Nesse ponto estava a divergência de L. Augusto May das ideias de Hipólito da Costa: este entendia que essa instituição era “nova” e que, por isso, “[...] seus princípios são sujeitos a grandes equívocos na aplicação que Legisladores de boa-fé querem fazer de coisas boas, reconciliando-as com hábitos e costumes velhos [...]”²²².

O redator de *A Malagueta* retomava o exame de Hipólito da Costa da prática inglesa para, através da sua negação como modelo para o constitucionalismo português, combater a crítica do *Correio Braziliense* aos deputados reunidos em Lisboa. Para ele, a utilização de uma prática de outra “Nação” não possuía aplicabilidade aos “hábitos e costumes velhos” dos portugueses. Assim, L. A. May desqualificava as colocações de Hipólito da Costa e valorizava os Legisladores “de boa-fé” que estabeleceram o Processo de Jurados com a intenção de “reconciliar” as Instituições novas com os “hábitos e costumes velhos”. Assim, para ele, a Instituição dos Jurados era, necessariamente, “nova” para os portugueses e dependia do seu funcionamento em Portugal como teste para sua qualificação²²³. Nesse sentido, a adaptação da norma inglesa à realidade portuguesa pelos deputados em Lisboa era prudente.

A adoção da instituição inglesa dos Jurados não era negada pelo redator da *A Malagueta*, pelo contrário, era entendida por ele como “indispensável” para a Liberdade de Imprensa, pois dava “lugar à admissão da Prévia Censura (que produziria) cedo ou tarde desgostos a quem pretender admiti-la”. No final de suas reflexões, o redator concluía com a

de Janeiro em 1830. Ele sofreu dois espancamentos. Por “motivo nacional”, a nomeação de May como agente diplomático nos Estados Unidos foi noticiada em 5 de junho de 1822, pelo “Correio do Rio de Janeiro”, a suspensão da *A Malagueta*, até em 2 de julho de 1822, com a anúncio da sua suspensão definitiva. Voltou a publicar o periódico quando desistiu do cargo diplomático pela baixa remuneração de três mil cruzados ao serviço. Escreveu em março de 1824 o seu “Protesto”, desmentindo o boato sobre ter sido desafiado ou ameaçado por José Bonifácio na tarde em que foi agredido. May foi aposentado sofrendo prejuízos de cerca de 2:230\$000 pelo “Protesto”. Ele faleceu com 70 anos, em 1850, no Brasil. Cf. LUSTOSA, Isabel. “Quem era o Malagueta”. In: _____, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 155-160.

²²² A MALAGUETA, nº 04 de janeiro de 1822, p. 16.

²²³ “O Redator argumenta aqui com a prática inglesa. Não sei até que ponto essas reflexões possam ser justas, nem me cumpre censurar as imperfeições que possam existir em Instituições novas, que nos seus princípios são sujeitos a grandes equívocos na aplicação que Legisladores de boa-fé querem fazer de coisas boas, reconciliando-as com hábitos e costumes velhos [...]” – Ibidem.

caracterização de Portugal marcado pelas “antigas instituições” da Inquisição e da Polícia. Por esse motivo, em Portugal, os “[...] homens (foram formados) para (viverem) em um trilho de desconfiança, reserva, e ceticismo social [...]”. Assim, para *A Malagueta*, a Liberdade de Imprensa, regulada pelo Juízo de Jurados, servia para “[...] o melhoramento da educação e o enlaçamento da Sociabilidade a quem (competia) habilitar-nos para tirar os melhores resultados da Liberdade de Imprensa [...]”²²⁴.

Desse modo, depois de decidido o fim da censura prévia, o estabelecimento do “Juízo dos Jurados” pode ser entendido como a derrota final do grupo liberal mais conservador, ligado de alguma maneira aos poderes régios e que antes defenderam algum tipo de restrição à liberdade de Imprensa. Com a aprovação dos “Jurados”, dava-se ao júri o poder de julgamento dos crimes da Imprensa e, assim, retirava-se definitivamente esse poder de cargos nomeados, o que representava alguma possibilidade da manutenção dos antigos censores régios e liberais mais conservadores, ligados ao rei, no quadro institucional da monarquia constitucional. Nesse momento, a retórica dominante defendia que a decisão “mais liberal” era aquela que superava a liberalidade da experiência espanhola por meio da adoção da instituição inglesa e era semelhante à defesa dos deputados “integracionistas” na discussão da censura prévia. No entanto, a polêmica foi mais acirrada no campo político “moderado” das Cortes de Lisboa.

Nas Cortes portuguesas, os deputados mais conservadores desaprovavam a instituição do júri e criticavam seus adversários pela utilização da experiência constitucional inglesa como informação para o constitucionalismo português. Eles afirmavam que a norma “mais liberal” era aquela que levava em conta a particularidade da sociedade portuguesa na definição das leis. Isso se relacionava, principalmente, com a visão da nação portuguesa como menos “ilustrada” que a inglesa e, por isso, igualmente, menos próspera.

Em oposição a esses argumentos, os deputados “moderados” – como Sarmento, Pereira do Carmo e Girão – defendiam a aprovação do “Juízo dos Jurados”, amenizando a incompatibilidade entre a experiência inglesa e a portuguesa atribuída pelos outros liberais. Eles atribuíam uma incoerência na concepção da decisão “mais liberal” dos liberais que eram contra o “Juízo dos Jurados”: ao mesmo tempo em que eles criticavam as Instituições inglesas pela sua inadequação à realidade do “Povo” português, elas, do mesmo modo e, por definição, eram vistas pela generalidade dos deputados como diretrizes para Portugal alcançar a mesma

“ilustração” e prosperidade que a nação inglesa. Além disso, o enfraquecimento dos argumentos de incompatibilidade da instituição britânica com a natureza da nação portuguesa pode também ser compreendido pela descaracterização do “Processo dos Jurados” como uma inovação radical no Direito português.

Nesse sentido, depois do estabelecimento do fim da censura prévia, a aprovação unânime do júri nas Cortes de Lisboa e sua ratificação pelos redatores – Luis Augusto May e Hipólito da Costa – na Imprensa fluminense podem indicar a força de um novo grupo político, que, provavelmente, mantinha articulações diretas com o periodismo, ou mesmo, agiam como redatores, e procuravam retirar do governo os que antes se favoreciam do quadro institucional do Antigo Regime, como antigos censores régios e outros atores políticos ligados a eles. A partir disso, pode-se dizer que, talvez, com a intenção de se aproximar desses liberais e respondendo às reivindicações do periodismo de Portugal, deputados considerados “moderados” e que pretendiam uma transformação gradual dos valores do Antigo Regime para os da ordem da Monarquia constitucional deixaram de defender essa concepção em favor da definição da decisão “mais liberal”, caracterizada pela superação da liberalidade das experiências constitucionais anteriores à portuguesa. No caso do redator de *A Malagueta*, pode-se entender a sua defesa da decisão dos deputados portugueses como uma tentativa de com isso se aproximar dos novos atores preponderantes no regime de governo constitucional, com a intenção de ampliar seus contatos políticos que, até então, eram ligados, sobretudo, aos grupos políticos relacionados ao rei e à sua Corte no Rio de Janeiro²²⁵.

²²⁵ Cf. LUSTOSA, Isabel. “Quem era o Malagueta”. In: _____, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 155-160.

Capítulo 2 – O Processo Eleitoral: Instruções Espanholas e Assembleia na Praça do Comércio do Rio de Janeiro

“[...] qual é o motivo por que se estabeleceu um governo constitucional? É porque a Nação toda em massa não pode efetuar essa representação. Pergunto mais por que se tem assentado em fazer uma Constituição? É porque a este corpo se deram procurações especiais para fazer esta Constituição [...]” Deputado Soares Franco, agosto de 1821²²⁶

Na história da Monarquia Portuguesa, as Cortes existem desde tempos remotos, porém, depois do constitucionalismo, foram dotadas de um novo caráter. No Antigo Regime, elas eram convocadas pelo Rei e funcionavam como espécies de instâncias de aconselhamento para suas decisões tributárias e políticas, sendo organizadas conforme as tradicionais ordens da hierarquia social portuguesa²²⁷. Nessa organização, o “Povo” estava presente na hierarquia, porém, não como eleitor. Em Portugal, depois da revolução do Porto de 1820, os representantes reunidos em Cortes não eram mais os “melhores” do Reino e, portanto, os legítimos representantes de cada Ordem, mas foram escolhidos por processo eleitoral pela Nação.

Na epígrafe, as palavras do deputado “integracionista” de Estremadura, Soares Franco²²⁸, mostram a importância do processo eleitoral para a legitimidade da nova ordem. Ele apontava a impossibilidade de todos os indivíduos da “Nação Portuguesa”²²⁹ de participarem da criação, discussão e votação das leis. Para solucionar essa incapacidade, a figura do deputado nascia pelo processo eleitoral. Os representantes eleitos reuniam-se nas Cortes de Lisboa e, por meio do ato legislativo, expressavam a soberania da nação. Essa era a nova fonte de legitimidade da monarquia constitucional e, por conseguinte, o processo

²²⁶ DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 17 de agosto de 1821, pp. 1926-1927.

²²⁷ Essa é uma forma geral de descrever as Cortes de Antigo Regime. Por exemplo, o historiador Antonio Manuel Hespanha em seu artigo (HESPANHA, A. Manuel, “As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/Ed. UNESP, 2001, pp. 117-182) investiga as especificidades da organização administrativa do Império português e demonstra as variadas formas e funções que as Cortes assumiram durante os séculos XVII e XVIII.

²²⁸ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 656-670 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 598.

²²⁹ “As reivindicações liberais verificadas no início do século XIX clamavam pela soberania nacional como princípio legitimador dos Estados europeus. Nesse sentido, contrapunham-se ao princípio definido em Viena para a definição de fronteiras: o da legitimidade dinástica. A nação entendida como fonte de soberania, aparecia como projeto indefinido que só se concretizaria como princípio da relação entre os Estados no final do século.” – BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 19.

eleitoral era uma novidade indispensável que autorizava a realização da nova tarefa das Cortes: a formulação de um código legal liberal a ser adotado por todo o Império português.

Na independência das treze colônias, os deputados metropolitanos e os colonos americanos debateram a necessidade da eleição dos representantes coloniais no Congresso para sua legitimação como uma “Representação Nacional”. A partir disso, Bernard Bailyn aponta que se formaram duas concepções de representação: de um lado a dos colonos, a partir da ideia do exercício da soberania “compartilhada” e, de outro, a dos parlamentares ingleses, por ele chamada de representação “virtual”²³⁰. O debate desses princípios foi decisivo para inaugurar o processo de independências da América²³¹ e foi retomado pelos deputados espanhóis e portugueses em suas experiências constitucionais.

No Parlamento Inglês, a Câmara dos Comuns era organizada somente com a representação metropolitana, relegando às vozes coloniais o direito de “Representações” enviadas desde a América. Era o que se entendia como representação “virtual”, isto é, uma representação que existia sem a presença dos deputados no Congresso²³². Os parlamentares metropolitanos ingleses afirmavam que a ausência de colonos na Câmara não era a ausência do interesse americano na organização do Império, pois, além das representações, as regiões americanas tinham seus desejos contemplados pelo interesse geral do Parlamento. O que os parlamentares ingleses pretendiam afirmar era que não havia uma identidade distinta de interesses que ligasse o representante à comunidade que o escolheu, mas apenas uma única identidade imperial²³³. Por sua vez, os colonos argumentavam que o Parlamento expressava

²³⁰ BAILYN, Bernard. “Representação e Consenso”. In: *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 2003, pp. 158-169.

²³¹ Fioravanti afirma que nesse momento foi a “[...] primeira vez que o término-conceito de ‘constituição’ é adotado contra a lei em sentido plenamente normativo com a explícita intenção de considerar essa lei inválida, não geradora de uma obrigação legítima” – Tradução livre de: “[...] Es la primera vez que el término-concepto de ‘constitución’ es adoptado contra la ley en sentido plenamente normativo con la explícita intención de considerar esa ley inválida, no generadora de una obligación legítima.” - FIORAVANTI, Maurizio, *Constitucion – de la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001, p. 104.

²³² “Na Inglaterra, a prática da representação ‘virtual’ propiciava razoavelmente bem a representação real dos principais interesses da sociedade e não levantava nenhuma objeção muito difundida. Foi precisamente o oposto, a ideia da representação como procuração, que era vista como ‘um novo tipo de doutrina política sustentada com força pelos atuais descontentes’. Mas nas colônias a situação era inversa. Lá, onde a experiência política levava a uma expectativa diferente do processo de representação e onde o funcionamento da representação virtual no caso em questão era visto como prejudicial, o argumento inglês foi enfrentado imediatamente com rejeição manifesta e universal e finalmente com escárnio. [...]” – BAILYN, Bernard. “Representação e Consenso”. In: *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 200, p. 163.

²³³ “[...] Pois o principal argumento inglês apresentado em defesa do direito do Parlamento de promulgar leis tributando as colônias era que os colonos, como os ‘nove décimos do povo da Grã-Bretanha’ que não elegiam representantes para o Parlamento, eram de fato representados lá. Alegava-se que o poder de realmente votar nos representantes era um atributo acidental e não necessário de representação, ‘pois o direito de eleição

uma desigualdade de poder, e que isto já havia gerado grandes males como a criação de novos tributos e o envio de agentes opressores da metrópole²³⁴.

No processo de independência das treze colônias, os americanos-ingleses entendiam que somente a reunião dos representantes eleitos em cada comunidade formava uma representação que expressasse, com igualdade, a totalidade do Império²³⁵. Por um lado, essa ideia consolidou bases para a defesa de uma proposta de organização do Estado assentada na autonomia²³⁶. Por outro, essa concepção de representação reafirmava a defesa da Constituição Inglesa, pois a desigualdade e a falta de Liberdade, identificadas pelos colonos ingleses, rompiam o equilíbrio que, para eles, antes era garantido pelo Direito Consuetudinário britânico²³⁷. Portanto, os colonos se achavam no direito de romper legitimamente o “acordo

está ligado a certas espécies de propriedade, de direitos de voto peculiares, e à habitação em certos lugares’. No que realmente contava, não havia diferença entre os que porventura viviam na Inglaterra e os que viviam na América do Norte: ‘ninguém está realmente, todos estão virtualmente representados no Parlamento’. [...]” – Idem. Ibidem, p. 162.

²³⁴ Segundo Fioravanti, a reivindicação da representação colonial pelos americanos realizou-se pela oposição, criada por eles, entre a constituição e a lei do Parlamento: “[...] Contra aquele ato legislativo imposto às colônias (a taxação por parte do parlamento inglês), que reconheciam já em suas próprias assembleias verdadeiras e próprias formas legítimas de representação política, e que não se sentiam representadas no parlamento inglês, se alcançaram invocando os mais sagrados princípios da tradicional constituição inglesa, e em particular, aquele presente naquela muito conhecida máxima – não taxação sem representação – que impunham à aprovação formal da imposição de tributos pelas assembleias políticas representativas.” Tradução livre de “(...) Contra aquel acto legislativo las colonias, que reconocian ya en sus propias asambleas verdaderas y propias formas legítimas de representación política, y que no se sentían representadas en el parlamento inglés, se alzaron invocando los más sagrados principios de la tradicional constitución inglesa, y en particular aquel encerrado en la conocidísima máxima – no taxation without representation – que imponía la aprobación formal de la imposición de los tributos por las asambleas políticas representativas.” FIORAVANTI, Maurizio, *Constitucion – de la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001, p. 104.

²³⁵ Segundo Bailyn, a ideia de representação defendida pelos colonos era característica da época medieval, assentada na identidade local: “Mas os colonos, reproduzindo as instituições inglesas em miniatura, haviam sido levados, por força das circunstâncias, a se moverem na direção oposta. Partindo de concepções do século XVII, por necessidade foram levados para trás, por assim dizer, em direção às formas medievais de procuração na representação. Seu ambiente havia recriado em uma medida significativa as condições que haviam moldado as experiências iniciais do povo inglês. As cidades e condados coloniais, como seus contrapontos medievais, eram amplamente autônomos, e era mais o que podiam perder do que ganhar ao aquiescer na ação do governo central. Na maioria das vezes se sentiam como benfeitores e não como beneficiários do governo central, provincial ou imperial; e quando procuravam favores das autoridades mais altas procuravam favores locais e particulares, em suma, privados. Tendo pouca razão para identificar seus próprios interesses com os do governo central, procuravam manter as vozes dos interesses locais claras e distintas; e onde parecia necessário, se empenhavam – embora sem maior consciência de estar inovando ou realizando atos de significação ampla, e nunca em forma completa ou sistemática – em atrelar os seus representantes aos interesses locais. (...)” – BAILYN, Bernard. “Representação e Consenso”. In: *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 200, pp. 160-161.

²³⁶ “[...] A associação de estados mais ou menos autônomos, nas vozes de confederados ou federalistas, aparecia como fórmula de união e respeito à liberdade: todos temiam um excessivo fortalecimento do poder central, agente degenerador das relações com a Antiga Metrópole.” – BERBEL, Márcia Regina. “Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas”. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas – Nova Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 17.

²³⁷ “Acima de tudo, no entanto, havia os próprios ingleses. A atitude dos colonos em relação a todo o

voluntário”²³⁸, pois, para eles, essa espécie de Contrato era baseado no equilíbrio e estabelecia o governo do Império inglês²³⁹.

A experiência constitucional francesa assimilou o debate britânico e permitiu o ingresso dos representantes de São Domingos na Assembleia Constituinte em 1789, mas isso não impediu a fragmentação do Império. No caso espanhol, o mesmo procedimento foi seguido e os representantes da América participaram dos trabalhos legislativos nas Cortes em Cádiz desde o início. As mesmas Instruções eleitorais espanholas foram adotadas para a escolha dos deputados portugueses, porém, o processo eleitoral iniciava-se com a declaração de adesão da capitania que imediatamente se tornava província do Império português.

A partir dessas ideias, a análise examina a apropriação das experiências constitucionais anteriores ao constitucionalismo português, com o fim de investigar o papel da existência do processo eleitoral como pressuposto para a legitimidade do governo constitucional e na tentativa de deputados portugueses e redatores fluminenses estabelecerem a regulamentação a esse respeito com caráter “mais liberal” do Atlântico. Para isso, este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, intitulada “Instruções Eleitorais Espanholas”, explora-se o significado, nas Cortes de Lisboa e na Imprensa do Rio de Janeiro, da adoção dessas normas eleitorais espanholas como diretrizes para a escolha dos deputados portugueses para as Cortes portuguesas. Na segunda parte, denominada “O Processo Eleitoral no Rio de Janeiro”, aborda-se a realização e os desdobramentos do estabelecimento das Instruções eleitorais espanholas no processo eleitoral na província fluminense, realizado nos dias 21 e 22 de abril de 1821, quando aconteceu uma Assembleia pública na Praça de Comércio e, por decreto de D. João VI, adotou-se a Constituição espanhola pelo período de um dia.

A apropriação das experiências constitucionais anteriores ao constitucionalismo português quanto ao processo eleitoral tem relação fundamental com a experiência espanhola nas duas partes deste capítulo. Nesse sentido, na primeira parte, três características das Instruções Eleitorais Espanholas serão, principalmente, discutidas: a província consagrada como unidade eleitoral; e na Imprensa Fluminense, a organização unicameral e a abrangência

mundo da política e do governo era fundamentalmente constituída pela pressuposição essencial de que eles, como britânicos, compartilhavam uma herança ímpar de liberdade. O povo inglês acreditava, embora freqüentemente ameaçado por déspotas que haviam surgido em seu meio, que havia conseguido manter, em um grau maior e por um período de tempo mais longo do que qualquer outro povo, uma tradição bem-sucedida de controle do poder e daquelas tendências maléficas da natureza humana impeditivas do seu uso adequado.” – BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 2003, p. 78.

²³⁸ Idem, Ibidem, p. 72.

²³⁹ Idem, Ibidem, pp. 101-156.

da base eleitoral no primeiro nível das eleições, relacionada com a definição da cidadania.

No segundo subitem, a discussão na Imprensa do Rio de Janeiro sobre a realização do processo eleitoral e a adoção da Constituição espanhola são analisadas a partir da legitimidade e da repressão violenta da Assembleia de abril de 1821 pela definição de duas concepções que deveriam existir no governo constitucional: a de “Representação Nacional” e a de “vontade geral”. Os redatores confrontavam a constitucionalidade da nova ordem e o “radicalismo” político. Por fim, outro fator influenciou esses eventos: o decreto de D. João VI que colocava em vigência a Constituição espanhola, ignorando o seu juramento e do Príncipe D. Pedro à Constituição que se elaborasse nas Cortes em Lisboa de 26 de fevereiro de 1821.

2.1 – Instruções Eleitorais Espanholas

Em Lisboa, depois de decretada a Liberdade de Imprensa em setembro de 1820, a definição de Instruções eleitorais para a escolha dos deputados era a próxima exigência na construção do governo constitucional e para o início dos trabalhos constituintes portugueses. No dia 31 desse mês, foram publicados 38 artigos que constituíam as “Instruções que devem regular as eleições dos deputados que vão formar as Cortes”²⁴⁰. Apresentada pelo governo, essa proposta referia-se ao processo eleitoral restrito ao reino de Portugal, excluindo os domínios ultramarinos. Formulada e dirigida por alguns militares descontentes, como Gaspar Teixeira, António da Silveira e Sá Nogueira, essas Instruções significavam uma recusa ao regulamento espanhol. Isso se tornou o subterfúgio para o movimento de 11 de novembro de 1820, conhecido como Martinhada²⁴¹.

A opinião pública pressionou em prol da adoção dos critérios eleitorais espanhóis, até que em 23 de novembro de 1820 foram publicadas novas Instruções que seguiam as normas espanholas²⁴². Essa escolha possuía um sentido político – fruto da história constitucional espanhola²⁴³ – com o qual os deputados e redatores fluminenses tiveram que lidar. Por um lado, os artigos estabeleciam a proporcionalidade da representação em relação ao total de indivíduos que integravam a “Nação Portuguesa”. Além disso, os representantes eleitos se

²⁴⁰ VARGUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997, p. 58.

²⁴¹ “[...] A Martinhada foi o pronunciamento militar ocorrido em Lisboa nessa data, promovido por descontentes de vários matizes apoiados por forças militares e pelo Juiz do Povo da Casa dos 24. Em resultado dessa conjugação de esforços foi determinado: a) que se jurasse a Constituição espanhola e que se reunissem os deputados em Cortes eleitos em proporção da população do reino; b) que se deviam eleger mais quatro membros para o governo (o conde de São Paio, Pedro Leite Pereira de Melo, José Manoel Ferreira de Souza e Francisco de Sousa Cirne de Madureira); c) que fosse entregue a Gaspar Teixeira de Magalhães o comando de toda a força armada do reino e d) que os membros do governo que tivessem a seu cargo as repartições dos negócios do Reino, Guerra e Marinha, Estrangeiros e Fazenda só tinham voto nos objetos das suas repartições, não poderiam ser empregados em outro ramo público. Em consequência dessas decisões, José da Silva Carvalho, Frei Francisco de São Luis, Manuel Fernandes Tomás, José Joaquim e Joaquim Ferreira de Moura pediram a demissão dos cargos.” – Idem, *Ibidem*, p. 58.

²⁴² Isabel Nobre Vargues descreve a organização do processo eleitoral definida nas Instruções Eleitorais – Idem, *Ibidem*, pp. 59-62

²⁴³ “[...] as recém-criadas províncias do Brasil também careciam de definição. Incorporadas às instruções desde novembro de 1820, carregavam implicitamente todas as polêmicas do Congresso Espanhol quanto às definições de 1812 [...]”. Depois de explorar os projetos autonomistas dos deputados americanos nas Cortes de Madri, Márcia Berbel conclui: “Assim, a adoção da referência constitucional e dos critérios espanhóis para a realidade luso-americana significava, também, a incorporação dos dilemas quanto às definições relativas à autonomia provincial e, em última instância, à formação de um Estado nacional de dimensões atlânticas em um rearranjo parlamentar que incluía antigas metrópoles e colônias.” – BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, pp. 232-233.

reuniriam em uma única câmara. Dessa forma, negava-se a divisão tradicional que separava a sociedade em três ordens – o “Clero”, a “Nobreza” e o “Povo”. Por outro lado, definia-se que “a base da representação nacional é a mesma em ambos os hemisférios”²⁴⁴, isto é, pela primeira vez no Império Português, os habitantes de Ultramar faziam parte do processo eleitoral²⁴⁵.

Outro ponto marcante das definições eleitorais espanholas era relativo ao papel dado às províncias e aos seus governos. No Império português, a designação de “província” já aparecia na legislação desde 1808 e, até 1821, se alternava com o uso do termo “capitania”. Em alvará de 10 de setembro de 1811, D. João VI inovou o sistema administrativo do Império e estabeleceu a formação de juntas eleitas regionalmente, com o fim de auxiliar a Mesa do Desembargo do Paço, órgão que substituiu o vice-rei a partir de 1808 e se instalava no Rio de Janeiro. Maria de Fátima Silva Gouvêa qualifica essa mudança institucional como a criação de um “órgão administrativo intermediário”, ela explica que as juntas conectavam a administração geral, localizada na Corte, e as variadas autoridades espalhadas pelas capitanias, municípios e comarcas²⁴⁶. Depois das Instruções eleitorais, pode-se dizer que a organização das capitanias deu lugar definitivamente às províncias.

Em 1821, as províncias eram as novas unidades de organização política, administrativa e econômica do Império Português. Tal importância também foi conferida a elas no processo eleitoral quando foram consagradas como as últimas instâncias para a escolha dos deputados e seus governos e ganharam certo grau de autonomia na eleição dos representantes para a Constituinte. No Império Luso-americano, a solução para a criação dessas novas organizações administrativas foi a elevação das tradicionais capitanias do Brasil à condição de unidades provinciais, contanto que elas declarassem adesão às Cortes. Nesse momento, estabeleceu-se uma correspondência entre a organização administrativa e territorial da capitania com a nova definição do *status* político da província²⁴⁷.

²⁴⁴ Em abril de 1821, enviaram as Instruções Eleitorais preferencialmente para os habitantes do Brasil. Não foi feito o mesmo com os que residiam nas colônias da África ou da Ásia. Pode-se entender isso como uma evidência da importância do Reino do Brasil no quadro do Império Português. Assim, a questão do relacionamento de Portugal com o Brasil foi central para os liberais de Portugal.

²⁴⁵ Em Lisboa, no dia 26 de janeiro de 1821, iniciaram os trabalhos constituintes, ainda sem a presença de deputados do Brasil.

²⁴⁶ Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, “Província”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 597-599.

²⁴⁷ A partir da adesão, a capitania tinha o direito de eleger seus representantes para as Cortes. As Instruções eleitorais repetem o texto espanhol e nele se definia a província como unidade eleitoral. Sua população definia o número de representantes: “Art. 32. Distribuída a povoação pelas diferentes Províncias, se em alguma houver um excesso maior que 35.000 almas, eleger-se-á mais um Deputado como se o número chegasse a 70.000, se porém,

A adoção da província como unidade política eleitoral revela o anseio por uma adequação dos canais de representação política às necessidades locais. Isso significa que a tentativa era equilibrar a Monarquia e a participação da “Nação” nas decisões políticas – o que Pierre Ronsavallon, em seu estudo *La consagración del ciudadano*, denomina de construção de “mecanismos da formação política da vontade geral”²⁴⁸. O autor designa essa tarefa como uma das primordiais na construção de um sistema de monarquia constitucional. Ele afirma que esse processo foi vivido na França nos primeiros anos da Revolução Francesa, no período de 1814-1815, e na Espanha, nos movimentos em Cádiz de 1810 e em Madri de 1820. Nesse sentido, a promoção da capitania em província pode ser entendida como uma forma dos políticos portugueses acelerarem o pronunciamento de adesão das capitanias do Brasil às Cortes portuguesas.

Em 26 de fevereiro de 1821, a adesão da capitania fluminense às Cortes de Lisboa foi noticiada e aclamada nos diversos periódicos e o Rio de Janeiro tornou-se província do Império português. Nesse dia, após um motim de soldados, comerciantes, pequenos proprietários e outros segmentos sociais, os manifestantes exigiram uma série de providências: a suspensão dos decretos de 18 de fevereiro em que se determinava o retorno de D. Pedro a Lisboa e a criação de uma comissão para elaborar uma Constituição para o Brasil; a nomeação de um novo Ministério; o juramento de D. João VI à Constituição que se elaborasse nas Cortes portuguesas; a partida da Família Real para Lisboa e a eleição dos deputados fluminenses à constituinte portuguesa. Nas Cortes de Lisboa, essas notícias

o excesso não passar de 35.000, tal Deputado não terá lugar.” – Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em: 09 jul. 2009. No Império Espanhol, a compatibilidade territorial e administrativa da província não era tão clara. Nas Instruções para as eleições de deputados para a participação nas Cortes realizadas em Cádiz, para cada um dos quatro vice-reinados e as cinco capitanias gerais correspondia a um representante ser eleito e enviado às Cortes. Os “cabildos abiertos” reconheciam a legitimidade da Junta Central na Espanha e a partir disso organizavam as eleições através das Juntas. (CHUST, Manoel. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto Historia Social/Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1999, pp. 38-46.). Assim, Márcia Berbel sintetiza como se entendia o termo *província* no caso espanhol: “[...] O artigo 10 da Constituição [Espanhola] previa a existência de 14 províncias americanas e o de número 11 dizia que ‘se fará uma divisão mais conveniente do território espanhol por uma lei constitucional logo que as circunstâncias políticas da Nação o permitam’. Dessa forma, restava, ainda, um recurso para ampliar a representação americana. O termo era muito indefinido quando aplicado aos domínios ultramarinos e foi utilizado de três formas distintas: os europeus pretendiam transformar os Vice-reinos em unidades provinciais; os americanos pensavam em unidades menores e usavam a palavra como sinônimo de ‘partido’; a definição constitucional igualava província à Intendência, uma vez que supunha a participação do intendente como membro permanente da deputação provincial.” – BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, PP. 231-232.

²⁴⁸ RONSAVALLON, Pierre. *La consagración del ciudadano*. Historia del sufragio universal em Francia. Cidade do México: Instituto Mora, 1999.

chegaram apenas no mês de maio de 1821. Dessa maneira, a província do Rio de Janeiro alinhava-se ao governo de Lisboa e, em decreto de 07 de março de 1821, D. João VI anunciou sua decisão de retorno a Lisboa, porém, também ordenava a permanência do Príncipe D. Pedro em terras americanas e, com isso, mantinha o estatuto de Reino Unido ao Brasil²⁴⁹.

No mês de março de 1821, depois da adesão do Rio de Janeiro, foram expedidas as Instruções que deviam regular as eleições de deputados para as Cortes de Lisboa na América. Nesse momento, apesar de respeitarem o texto espanhol, as Instruções em Portugal sofreram modificações devido à dependência do texto das Bases Constitucionais Portuguesas. As “Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa” foram decretadas pelas Cortes em 10 de março de 1821 e repetiam os artigos da Constituição espanhola, porém, no decreto português, excluía-se os artigos 22 e 29 espanhóis que nela excluía da cidadania os “oriundos da África”. Assim, nas Bases portuguesas incluíam-se também os “livres” na

²⁴⁹ No Decreto de 07 de março de 1821, em que “Trata do regresso d’El-Rei Rei para Lisboa fiando o Príncipe Real encarregado do Governo Provisório do Brasil.”, D. João VI decretava: “Tendo-se dignado a Divina Providência de conceder após uma tão devastadora guerra o suspirado benefício da paz geral entre todos os Estados da Europa; e de permitir que se comesçassem a lançar as bases da felicidade da Monarquia Portuguesa, mediante o ajuntamento das Cortes Gerais, extraordinariamente congregadas em Minha muito nobre e leal Cidade de Lisboa, para darem a todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves uma Constituição Política conforme aos princípios liberais, que pelo incremento das luzes se acham geralmente recebidos por todas as Nações [...] ansiosos de manterem a união e integridade da Monarquia, **flutuavam em um penoso estado de incerteza, enquanto Eu não Houvesse por bem declarar de uma maneira solene a Minha expressa, absoluta e decisiva aprovação daquela Constituição, para ser geralmente cumprida e executada, sem alteração nem diferença, em todos os Estados da Minha Real Coroa; Fui servido de assim o declarar pelo Meu Decreto de 24 de Fevereiro próximo passado, prestando juntamente com todo a Minha Real Família, Povo e Tropa desta Corte solene juramento de observar, manter e guardar a dita Constituição neste e nos mais Reinos e Domínios da Monarquia, tal como ela for deliberada, feita e acordada pelas mencionadas Cortes Gerais do Reino;** Ordenando outrossim aos Governadores e Capitães Generais, e autoridades civis, militares, e eclesiásticas, em todas as mais Províncias, prestassem e deferissem a todos os seus súditos e subalternos semelhante juramento, como um novo penhor e vínculo que deve assegurar a união e integridade da Monarquia.

Mas sendo a primeira e sobre todas essencial condição do Pacto Social, nesta maneira aceito e jurado por toda a Nação, dever o Soberano assentar a Sua Residência no lugar, onde se ajuntarem as Cortes, para Lhe serem prontamente apresentadas as Leis que se forem discutindo, e Dele receberem sem delongas a Sua indispensável sanção; exige a escrupulosa religiosidade, com que Me cumpre preencher ainda os mais árduos deveres, que Me impõe o prestado Juramento, que Eu Faça o Bem Geral de todos os Meus Povos um dos mais custosos sacrifícios, de que é capaz o Meu paternal e Régio coração, separando-Me pela segunda vez de vassallos, cuja memória Me será sempre saudosa, e cuja prosperidade jamais cessará de ser qualquer parte um dos mais assíduos cuidados do Meu paternal Governo.

Cumpria pois que cedendo ao dever, que Me impôs a Providência de tudo sacrificar pela felicidade da Nação, **Eu Resolvesse, como tenho resolvido, transferir de novo a Minha Corte para a cidade de Lisboa, antiga Sede e berço original da Monarquia;** a fim de ali cooperar com os Deputados Procuradores dos Povos na gloriosa empresa de restituir a briosa Nação Portuguesa, aquele alto grau de esplendor, com que tanto se assinalou nos antigos tempos; **E deixando nesta Corte ao Meu muito amado e prezado filho, o Príncipe Real do Reino Unido, Encarregado do Governo provisório deste Reino do Brasil, enquanto nele se não achar estabelecida a Constituição Geral da Nação.**” - BRASIL. Constituição (1821). Decreto de 07 de março de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, pp. 24-25. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009. (Grifo nosso)

cidadania²⁵⁰. No entanto, as “Bases” só foram conhecidas no Rio de Janeiro no mês de maio, quando o processo eleitoral da escolha dos deputados da província às Cortes de Lisboa já havia se realizado, regulado pelas normas do decreto de D. João VI de 07 de março de 1821²⁵¹.

As “Instruções para as eleições dos Deputados das Cortes, segundo o método estabelecido na Constituição Espanhola” e decretadas por D. João VI no Brasil, mantinham os dizeres relativos ao Império Espanhol, somente alguns artigos receberam adendos que adaptavam, quando necessário, as diretrizes de cada item à realidade do reino do Brasil²⁵². A condição de eleitor dependia diretamente da definição da cidadania, principalmente, no primeiro estágio do processo eleitoral, onde as “Juntas Eleitorais de Freguesias” eram formadas por “[...] todos os cidadãos domiciliados e residentes no território da respectiva freguesia”²⁵³.

Depois do juramento de 26 de fevereiro de 1821 do rei D. João VI e de seu filho D. Pedro à Constituição que se “está fazendo em Portugal”²⁵⁴, a definição da cidadania portuguesa era de determinação exclusiva dos deputados reunidos nas Cortes em Lisboa. No entanto, como vimos, no Rio de Janeiro até o final de maio de 1821 não eram conhecidas as determinações das “Bases portuguesas” nas quais havia tal definição. Assim, a realização do

²⁵⁰ Márcia Berbel e Rafael Marquese analisam a consequência dessas exclusões nas Bases portuguesas para as determinações das Instruções eleitorais. Nelas, autorizava-se a participação, no primeiro nível eleitoral, de todos os cidadãos portugueses e, então, depois do estabelecimento das Bases, também de mulatos e negros livres, incluídos como cidadãos portugueses: “[...] De todo modo, as Bases Constitucionais Portuguesas, ao serem enviadas para a América, foram acompanhadas pelas instruções eleitorais aprovadas na Espanha de 1812. Nesse movimento, ocorreu uma modificação sutil, mas altamente significativa: ao adaptarem as instruções eleitorais espanholas para a realidade portuguesa, os deputados de Lisboa subtraíam as distinções estabelecidas em Cádiz (artigos 22 e 29) para a concessão da cidadania. Assim, o primeiro nível das eleições incluiu, no Brasil, toda a população negra e mulata livre, concretizando de certo modo o sonho americano enunciado em Cádiz durante os anos de 1810 e 1811.” – BERBEL, Márcia R.; MARQUESE, Rafael de Bivar. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasquet. (Org.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en iberoamérica*. Madri: Fundacion Mapfre, 2006, p. 364, (tradução livre).

²⁵¹ As “Bases portuguesas” foram juradas pelo Príncipe D. Pedro apenas no dia 05 de junho de 1821 e como resultado da pressão de tropas portuguesas. Alguns dias depois, no dia 08, D. Pedro expediu um decreto em que mandava publicar e jurar as “Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa” nas províncias do reino do Brasil, “para que todos fiquem sujeitos à sua observância”. – BRASIL. Constituição (1821). Decreto de 08 de junho de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 30. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

²⁵² Sobre isso, Márcia Berbel afirma: “(...) Aqui, queremos destacar a ausência de correção verificada apenas nos itens destacados acima: a definição do território relacionado à nação que se pretendia como soberana. Após os diversos contatos com os representantes espanhóis, é possível supor que a adoção dos critérios eleitorais nessas condições possa indicar, ainda, mais um indício do caminho em direção à União Ibérica constitucional.” – BERBEL, Márcia Regina. “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Índias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, PP. 231-232.

²⁵³ BRASIL. Constituição (1821). Decreto de 07 de março de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 31. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

²⁵⁴ Ibidem, Decreto de 24 de fevereiro de 1821, p. 22.

processo eleitoral contava com o determinado nas próprias regras eleitorais, quando estabelecia-se que a base da “Representação Nacional” era formada pela população

[...] composta dos indivíduos que pelas duas linhas são oriundos dos Domínios Espanhóis; dos que tiverem obtido Carta de Cidadão das Cortes, e dos compreendidos nas disposições do art. 21 que diz assim: - São outrossim cidadãos os filhos legítimos dos estrangeiros domiciliados nas Espanhas, que, tendo nascido em Domínios Espanhóis, nunca os tiverem deixado sem licença de Governo, e que tendo 21 anos completos, se domiciliarem em qualquer povoação dos ditos domínios, exercendo nela algum emprego, ofício ou ocupação útil.²⁵⁵

Com essas determinações nas “Instruções”, para ser cidadão português e compor a base eleitoral era necessário ser filho de pai e mãe de descendência europeia²⁵⁶ e, então, excluía-se os homens livres negros ou mestiços. Assim, segundo as regras eleitorais, participavam do primeiro estágio eleitoral cerca de 40% da população total da província do Rio de Janeiro²⁵⁷. De acordo com o “Mapa Geral da Povoação do Reino do Brasil”, transcrito por Vieira Goulart, em *O Bem da Ordem*, a província do Rio de Janeiro contava com 82.432 “Branços”, 11.601 “Índios” e 45.019 “Pardos” e, então, uma população total de 139.052 indivíduos que pelas regras eleitorais determinavam o direito de eleição de cinco deputados fluminenses às Cortes de Lisboa²⁵⁸. Isto é, segundo as regras eleitorais, a cada 30.000 “almas” haveria a designação de um deputado à Assembleia portuguesa²⁵⁹, e, por isso, o número informado pelo periódico referia-se ao contingente da população livre da província que possuía registro paroquial e servia como base para essa definição. Dessa maneira, conforme as informações do “Mapa Geral”, a população do reino do Brasil, com exceção dos

²⁵⁵ Ibidem, Decreto de 07 de março de 1821, p. 31.

²⁵⁶ A determinação dos pais “oriundos dos Domínios Espanhóis” podia ser interpretado com a inclusão dos indígenas na cidadania portuguesa, como veremos na interpretação de Vieira Goulart do “Mapa Geral da Povoação do Brasil”, transcrito no *O Bem da Ordem* Nº 03.

²⁵⁷ Esse número é fornecido por Cecília Helena de S. Oliveira a partir da informação da “Junta Eleitoral da Comarca” do Rio de Janeiro sobre o censo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que chegou em seu conhecimento em 15 de maio de 1821 e registrava que o número de “cidadãos livres e representáveis” da província era de 159.280 em um total de aproximadamente 400.000 habitantes. - OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 135.

²⁵⁸ No “Mapa Geral da Povoação do Reino do Brasil”, esses números eram divididos da seguinte maneira: na “Cidade”, 22.780 “brancos, nenhum “Índio” e 988 “Pardos” com uma “Soma Total” de 32.688; nos “Recôncavos”, 46.910 “brancos, 4.701 “Índios” e 28.910 “Pardos” com uma “Soma Total” de 80.521; nos “Campos”, 7.499 “brancos, nenhum “Índio” e 3.381 “Pardos” com uma “Soma Total” de 10.880; no “Esp. St.”, 5.243 “brancos, 6.900 “Índios” e 28.940 “Pardos” com uma “Soma Total” de 14.983. Assim, segundo o “Mapa”, seriam 4 representantes calculados pela população da “Cidade” e “Recôncavos”, um pela dos “Campos” e outro pelo “Esp. St.”. - O BEM DA ORDEM, Nº 03, p. 10.

²⁵⁹ “Ad. Para que a Nação Portuguesa goze de uma representação que preencha cabalmente o seu destino, cumpre que o número dos Deputados não desça de 100; haverá pois para cada 30.000 almas um Deputado.” - RASIL. Constituição (1821). Decreto de 07 de março de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 30. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

habitantes do Ceará, Maranhão e Pará, era de “[...] 1.445.619 homens livres, incluindo nesta soma Brancos, Índios, Pardos e Pretos Libertos que não [eram] em pequeno número, com especialidade nas Províncias centrais [...]”²⁶⁰.

No entanto, as informações dadas por Vieira Goulart tornam-se dúbias quando, no parágrafo seguinte, o redator afirmava que “[...] os homens livres das Províncias incluídas no referido Mapa Geral são 1.445.619 e que todos eles são *Representáveis* [...]”²⁶¹. Com o termo “Representáveis”, o redator remetia-se às regras eleitorais e, então, os números divulgados no Mapa não incluíam os livres negros ou mestiços, o que tornava os seus números mais próximos dos registrados no censo citado pela Junta Eleitoral de Comarca no estudo de Cecília Helena S. Oliveira²⁶². Com essa ambiguidade em relação à qualidade dos indivíduos a que os números populacionais referiam-se, parece que o redator induzia os seus leitores a entenderem que os “Pretos Libertos” estavam incluídos no processo eleitoral e, logo, na cidadania portuguesa, o que, como vimos, não condizia com os critérios estabelecidos no decreto de 07 de março de 1821. Assim, pode-se dizer que no debate público fluminense, as regras eleitorais eram utilizadas e manipuladas conforme os interesses políticos, no caso de *O Bem da Ordem*, como veremos, para criticar a abrangência da base eleitoral do primeiro estágio das eleições, estabelecido pelas Instruções, por sua “radicalidade” no quadro das experiências constitucionais atlânticas.

Na Imprensa periódica fluminense, as movimentações de final de fevereiro, com a adesão da província e a expectativa do processo eleitoral, tiveram efeito imediato. Foi publicada uma série de periódicos que discutia as Instruções eleitorais, inclusive *O Gênio Constitucional*, periódico escrito em Portugal e reimpresso na província do Brasil pela Régia

²⁶⁰ O BEM DA ORDEM, N° 03, p. 08.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Outra comparação que nos leva a afirmar os números populacionais no “Mapa Geral” eram formados pela contingente da população somente dos “Representáveis” e, por isso, não incluíam os homens livres negros ou mestiços, é com os números do levantamento realizados entre 1772 e 1782 no Brasil em que a capitania do Rio de Janeiro já contava com 86.751 livres (e 84.282 escravos), portanto, quantidade muito superior à apontada nos dados transcritos no *O Bem da Ordem*. Sobre as regras desse censo: “Portugal promoveu um levantamento sistemático da população, pela circular de maio de 1776. Estabeleceu normas de análise por grupos de idade, sexo. Não havia requisito de registrar a raça e três grupos eram excluídos do cômputo; as tropas pagas, os eclesiásticos e os índios chamados selvagens. Deviam ser assentados os nascimentos e mortes por ano.

Os governos incumbiram juizes de fora, mestres de campo e outras autoridades locais de levantar os dados. Estes funcionários usaram listas de desobriga (comunhão de Páscoa) para realizar a sua tarefa. Precisavam porém de empregar outras fontes pois tais listas não incluíam menores de 7 anos. Segundo Dauril Alden valeram-se de listas paroquiais.” - LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro, 1568/1920”. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1984. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A18.pdf>>. Acesso em 27 de out. de 2010, pp. 2226-2227.

Oficina Tipográfica. Não há informações precisas sobre seus redatores. De acordo com informações do catálogo da Biblioteca de Lisboa, o periódico foi publicado no Porto em outubro e dezembro de 1820, pela Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos e escrito por Alfredo Braga e Antonio Luis de Abreu. Nele, seus redatores, no bojo da discussão da organização do processo eleitoral, exploravam pontos importantes sobre a sua relação com a construção de um governo constitucional. Na província fluminense, foram selecionados números inteiros e, em outros casos, “discursos” retirados de diversos de seus exemplares para publicação na Tipografia oficial da Corte no Rio de Janeiro. A polêmica em torno da definição das normas eleitorais está presente em um exemplar que foi republicado e intitulado como *Discursos Extraídos dos Números 10, 11, 12, 25 e 26 do Gênio Constitucional*.

Nessa reimpressão do *Gênio*, retomava-se a afirmação do redator feita no número anterior quando declarava que o voto era o ato maior de liberdade²⁶³. Ele partia do pressuposto da “[...] absoluta necessidade (em uma monarquia constitucional) de ser a Totalidade da Nação verdadeiramente representada em Cortes por legítimos Representantes que sejam da escolha dos Povos e eleitos por todos os Cidadãos”. No entanto, essa afirmação suscitava para o periodista uma questão: “[...] em que consiste a legitimidade de uma Representação Nacional?”. Para responder a essa indagação, o redator recorria à experiência constitucional espanhola e a apontava como a “[...] inovação no Direito Público da Península (ibérica) [...]”²⁶⁴.

O redator do *Gênio Constitucional* valorizava a adoção das Instruções eleitorais espanholas, pois, através do processo eleitoral para escolha dos deputados às Cortes de Lisboa, a regulamentação das eleições legitimava a “Representação Nacional”. Ele responsabilizava as definições das Instruções por implementarem um método “adequado” ao “Bem Comum” porque consolidavam a novidade do que se entendia como a legítima representação. Segundo o redator, isso se dava pela definição de uma base eleitoral que incluía a “totalidade dos Cidadãos” e pela realização da eleição por meio “[...] de Juntas Eleitorais de Paróquia, de Distrito e de Província [...]”. Com essas duas condições garantia-se a “verdadeira eleição dos Deputados” e, por isso, estabelecia-se a moderna “Representação Nacional”²⁶⁵.

²⁶³ “[...] A escolha será livre: portanto a boa Constituição depende de quererdes vós ser senhores da vossa liberdade um só momento na vida. O momento é aquele de votar [...]” – O GÊNIO CONSTITUCIONAL: sem título, apenas a data da publicação no Porto, 14 de novembro.

²⁶⁴ O GÊNIO CONSTITUCIONAL. DISCURSOS EXTRAÍDOS DOS NÚMEROS 10, 11, 12, 25 E 26.

²⁶⁵ “A Constituição da Espanha tomou por base legítima da sua Representação Nacional a totalidade dos

Essa legitimidade, valorizada pelo redator do *Gênio*, era considerada por ele como algo novo e o principal diferencial entre as Cortes antigas e modernas. Para justificar suas colocações, o periodista considerava necessário um “exame” histórico dessa transformação de legitimidade. Para isso, ele retomava a história de Cortes na Península, citando as Cortes em Lamego²⁶⁶. Consoante o periódico, elas foram criadas na época de D. Afonso, inaugurando o primeiro momento constitucional na história portuguesa e serviam como argumento histórico para legitimar um passado constitucional português. No entanto, o redator utilizava essa menção para desqualificá-la e, assim, explicar a nova legitimidade da “Representação Nacional”.

Ele demonstrava que a convocação das Cortes à época de Lamego era feita de acordo com a forma antiga de três Estados, por isso, não se formava um espaço de “Representação Nacional”. Àquela época, “a totalidade da nação não era verdadeiramente representada”, pois não havia representantes que, por serem eleitos, defendiam os interesses da “totalidade nacional”, mas os seus membros eram de cada Estado ou Classe a qual pertenciam. O redator entendia que outro agravante que anulava a legitimidade da antiga representação era o número de representantes, que desrespeitava a proporcionalidade do número de membros que

Cidadãos, e faz nascer a verdadeira eleição dos Deputados, de Juntas Eleitorais de Paróquia, de Distrito e de Província. Este método, sem dúvida o mais adequado ao Bem Comum, é aquele que unicamente expõe a natureza de tais reuniões, foi notado por alguns, como inovação no Direito Público da Península, segundo nos parece, porque não quiseram suspender a sua opinião até a poderem deduzir mais seguramente de um exame histórico, o qual nós vamos sucintamente resumir.” – Ibidem.

²⁶⁶ As Cortes de Lamego eram entendidas como as Cortes fundadoras da “nação portuguesa” que seriam regeneradas pela revolução constitucionalista. O historiador Geraldo Mártires Coelho mostra a divulgação dessa imagem a partir da obra *Portugal Regenerado em 1820*, de Manuel Borges Carneiro, publicada no mesmo ano. A obra descreve o mesmo sentido “regenerador” do movimento *vinista* defendida pelo redator. Segundo o autor: “[...] Este trabalho, ao lado do *Relatório* de Manuel Fernandes Tomás, antes referenciado, representa um indicador preciso do tipo de liberalismo pensado pela *intelligentsia vinista*, e a que as Cortes de 1821 dariam forma através da elaboração de um sistema jurídico-liberal com que os regeneradores atualizariam historicamente Portugal. [...] Considerando-se que o projeto liberal de 1820 se propunha, como revela o seu discurso, a regenerar Portugal dos *males* provocados pelo absolutismo monárquico, consequente que a argumentação de Borges Carneiro, mesclando o recurso à história – ‘a utilização do passado com o objetivo de justificação do presente’ com a fundamentação do *jusnaturalismo* e com a teoria do estado de direito de Rousseau, aponte para as Cortes de Lamego e para o governo de D. Afonso Henriques como um momento que se assinalou na história portuguesa pela delegação do poder (partida dos súditos) para o rei governar sob o juramento feito às leis fundamentais do reino. A corrupção das instituições com o ‘andar dos séculos’, representada, sobretudo, pelo ‘sistema feudal’, produziu, como frisa o *Portugal Regenerado em 1820*, ‘este monstruoso transtorno de ideias’ materializado pelo regime absolutista, que ‘apresenta como absoluto senhor de um país aquele que só deve ser instrumento da sua felicidade’. Essa corrupção e esse transtorno, segundo Borges Carneiro, e para tanto recorrendo a Mably, receberam o apoio e a legitimidade de teólogos e de canonistas no âmbito das universidades. O *Portugal Regenerado em 1820* denuncia, assim, uma das facetas da simbiose entre trono e altar que a semântica *vinista* haveria de condenar como expressão do sistema de poder que romperia o pacto social que presidiu às Cortes de Lamego, e que o movimento *Vinista* proclamaria ser necessário regenerar.” – COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes* – a Imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993, p. 51-52.

compunha cada “Ordem” ou “Estado”. Por exemplo, segundo o periodista, o “Povo”, a maior parcela da “Nação”, tinha o menor número de mandatários e, por consequência, pouco poder de decisão²⁶⁷.

Desse modo, nos escritos do *Gênio Constitucional*, as Instruções Espanholas apareciam como ruptura com a antiga forma de convocar Cortes e a eleição regulada por elas adequava as Cortes à nova tarefa de “[...] criar a nova Sociedade Portuguesa, e organizar suas leis, e estabelecer um baluarte de defesa, do qual nem a planta possuímos para garantir a Soberania da Nação [...]”²⁶⁸. Isso significa que, para o redator, as Instruções Espanholas eram o resultado da inovação do Direito Público e, logo, o método “mais liberal”, apropriado e existente na história para reunir representantes em Cortes legitimadas pela “Soberania da Nação”. A nova figura do deputado era fundamental para a nova definição de “Representação Nacional”. A existência dessa personagem política criada pelo processo eleitoral era o que, para o redator, diferia as Cortes antigas das “Cortes Extraordinárias da Nação Portuguesa”. Verifica-se, portanto, que para os redatores do *Gênio* a nova monarquia não era apenas constitucional, mas também, representativa. Essa teria sido a grande inovação da modernidade introduzida pelas Cortes espanholas.

Depois dessas conclusões, o redator explicava as qualidades que esse processo eleitoral garantia à “Representação Nacional”, isto é, no que consistia os deputados serem, através das eleições, dotados da “Soberania da Nação”. A maneira encontrada pelo periodista para essa explicação foi definir o que ele entendia como “representação”. Ele afirmava que os deputados – por terem sido escolhidos pela “massa da nação”, sem diferenciação por “Classe” ou “Estado”, mas votados por todos os cidadãos portugueses – quando estavam em Cortes, reuniam “virtualmente” toda a “nação” e, por isso, tinham legitimidade de decidirem pelo “interesse comum” da “Nação Portuguesa”²⁶⁹.

²⁶⁷ “Do que podemos inferir que iam (Prelados e Nobres) aos Congressos da Nação, como Representantes das suas pessoas unicamente, e defensores dos Privilégios Senhoriais; e não como Deputados, ou Representantes do Povo, por isso nenhum vestígio existe e memórias antigas, que prove o serem eles eleitos pelos Povos irem às Cortes, nunca tomaram caráter, nem nome de Procuradores: o que basta para convencer-nos de que não tinham Representação Nacional.” – GÊNIO CONSTITUCIONAL. DISCURSOS EXTRAÍDOS DOS NÚMEROS 10, 11, 12, 25 E 26.

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ “[...] Se vai formar-se um Congresso da Nação, é preciso que toda a Nação seja convocada para, nele, se reunir virtualmente, isto é, por meio de *legítimos representantes*, que sejam da escolha dos povos, e eleitos por todos os Cidadãos, não sendo assim, não haverá Representação Nacional. A população das Cidades, das Vilas, e dos Campos deve formar uma *massa geral*, nenhuma Classe está fora da comunidade dos seus Concidadãos, nenhuma deve ter interesses diferentes do comum da Nação. *Todo o Cidadão Português* tem o mesmo *Direito na eleição* dos seus Deputados, e só usando todos do seu Direito, se poderá obter a legitimidade da Representação [...]” – Ibidem. (Grifo nosso).

Para o redator, o processo eleitoral era uma saída para a impossibilidade de todos os “Cidadãos Portugueses” se reunirem. Para ele, os representantes no Congresso tinham a tarefa, exigida pelo voto de seus eleitores, de decidirem conforme a “vontade geral” da “Nação”. O raciocínio desenvolvido no *Gênio Constitucional* era que cada um dos deputados reunia em si a “vontade individual” de cada eleitor que nele votou. Por consequência, a Assembleia de todos os deputados reunia todas as “vontades individuais” da “Nação Portuguesa”, nisso consistindo a legitimidade de um “Congresso Representativo” e, por esse “Direito Eleitoral” pelo qual se elegeram seus representantes, o Poder Legislativo tinha o poder e a legitimidade de criar uma “[...] nova Constituição Política dos Portugueses [...]”²⁷⁰. Caso contrário, o redator afirmava que se formaria “[...] um Congresso a legislar sem poderes legislativos, autoridades constituídas por quem não tinha autoridade, e a Constituição organizada por Pessoas incompetentes”²⁷¹.

Portanto, a seleção reimpressa de *O Gênio Constitucional*, pela Tipografia Régia, reunia as palavras do redator que relacionavam o processo eleitoral como pressuposto da nova ordem da monarquia constitucional. Para ele, as Cortes da “Nação Portuguesa” eram “extraordinárias”, pois tinham uma inovadora tarefa de estabelecerem uma nova Constituição que “reorganizasse” o “Estado político-social” dos portugueses com “[...] nova ordem de autoridade, novo sistema de Governo, novas leis, novas garantias [...]”²⁷². Para essa tarefa, uma nova legitimidade era necessária: um processo de eleições para deputados com amplas bases eleitorais, organizado através das unidades locais.

Ainda segundo o redator, isso foi contemplado na Península Ibérica pela primeira vez no Direito Público pelas Instruções Eleitorais Espanholas, as quais, para ele, em decorrência das eleições, foram corretamente adotadas para o Império Português que se pretendia o “mais

²⁷⁰ GÊNIO CONSTITUCIONAL. DISCURSOS EXTRAÍDOS DOS NÚMEROS 10, 11, 12, 25 E 26.

²⁷¹ “[...] O Corpo desta nova Sociedade é a geração presente dos Portugueses, a Constituição política será a legítima expressão da vontade geral, e nossas próximas Cortes darão o consenso representativo.

Todo o homem que for assistido em seus pensamentos, da razão, e da Justiça, jamais poderá negar que a vontade geral de uma Nação é composta das vontades individuais e que sua legítima expressão só pode vir de um Congresso representativo da totalidade da Nação. Portanto, o Supremo Poder de formar a Constituição política de que tratamos, reside exclusivamente na Nação, que há de obedecer-lhe e mantê-la, o que toca a todos entra no Direito de todos. Mas não sendo conveniente a reunião coletiva de todos os Habitantes do território, a Nação usa do seu direito, por tácito de legítimos Representantes, os quais devem obter indefectivelmente um Direito eleitoral, pois só em virtude deste Direito alcançarão o nobre título de Legisladores, ou de Criadores da Nova Constituição Política dos Portugueses, a não ser assim teríamos um Congresso a legislar sem poderes legislativos, autoridades constituídas por quem não tinha autoridade, e a Constituição organizada por Pessoas incompetentes.” – Ibidem.

²⁷² Ibidem.

liberal” na ordem monárquica constitucional²⁷³. Pode-se dizer, apesar da informação imprecisa da data dessa republicação, que essa seleção do periódico do Porto, estabelecida provavelmente por alguém ligado à Tipografia Régia, era uma defesa, através das palavras do *Gênio Constitucional*, da nova ordem e da adoção das Instruções Espanholas para sua implementação.

A partir disso, pode-se entender essa reimpressão como uma tentativa de legitimação do decreto de D. João VI, de 07 de março de 1821, expressão de adesão ao constitucionalismo português. Isso se justifica, já que a Tipografia que reimprimiu e selecionou os “discursos” do periódico era ligada à Corte. Além disso, nesse momento, essa manifestação se fazia necessária, já que o respeito por parte de D. João VI às decisões das Cortes de Lisboa era ainda colocado em dúvida por alguns.

Logo, pode-se dizer que a retórica criada com a republicação do *Gênio* pretendia justificar a adoção da norma espanhola para o Império português como a decisão “mais liberal”. Nesse sentido, pretendia-se justificar essa qualidade do decreto por ser o estabelecimento das regras eleitorais espanholas mais adequadas ao caráter da nação portuguesa. O periódico de Portugal definia uma mesma natureza às nações ibéricas – costumes, tradição, ilustração e hábitos – e valorizava as Instruções espanholas como uma inovação moderada do Direito ibero em benefício da ordem constitucional, porque adequada às características dessas nações. Por conseguinte, a republicação do *Gênio Constitucional* no Rio de Janeiro servia para vincular as determinações espanholas e as características da sociedade portuguesa e, enfim, legitimar o decreto de D. João VI, de 07 de março de 1821, como demonstração de constitucionalidade do rei, agora constitucional, através da nova retórica política da construção do Império “mais liberal”.

No entanto, se *O Gênio Constitucional* elogiava a escolha das Instruções eleitorais espanholas para as eleições dos deputados portugueses às Cortes de Lisboa, não havia somente posicionamentos nesse sentido, mesmo no interior da Corte. Exemplo claro do posicionamento contrário ao do *Gênio* foi o número 05 do impresso intitulado *O Bem da Ordem*²⁷⁴ e também publicado pela Tipografia Régia. Nele, seu redator, Cônego Francisco

²⁷³ “Concluamos de tudo o que fica dito que se as próximas Cortes são extraordinárias, atendido o novo objeto dos seus trabalhos, e a nova causa da sua reunião, o Estado Político-social dos Portugueses vai ser reorganizado, nova ordem de autoridade, novo sistema de Governo, novas leis, novas garantias, tudo será obra criada por elas, portanto, o regulamento das Antigas Cortes, e estas mesmas, são para a presente época, como se não tivessem existido. Os motivos mostram-se tão evidentes, como os direitos da Nação.” – Ibidem.

²⁷⁴ Publicado a partir de 16 de março de 1821, durou até dezembro daquele ano, com periodicidade

Vieira Goulart²⁷⁵, criticava a adoção das Instruções eleitorais espanholas, pois entendia que suas normas eleitorais, sem um critério censitário ou outra restrição, abrangiam muitos cidadãos no primeiro estágio eleitoral das Assembleias Primárias. Para defender seu posicionamento, o periodista relacionava a definição de Aristóteles sobre Monarquia Temperada e Democracia com a experiência das definições constitucionais anteriores à portuguesa, de maneira que em seu entendimento se definisse da forma “mais liberal” o novo governo constitucional.

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, em sua biografia política de Francisco Vieira Goulart, aponta a identidade das suas ideias com a ótica das Luzes portuguesas como resultado da sua formação na Universidade de Coimbra. Nesse sentido, ela afirma que Vieira Goulart, como “intelectual ilustrado”, acreditava “(...) no poder das reformas como meio de transformação das instituições políticas, econômicas, administrativas (...)”²⁷⁶. Assim, a intenção do periódico era informar a “classe de cidadãos que não frequentavam estudos”²⁷⁷ sobre o que era uma Constituição, isto é, o redator reiterava a função da Imprensa como pedagogia política e a função autoproclamada dos redatores de “ilustrar” os cidadãos, para defender uma política de reformas que mantinha a tradição e, com isso, pretendia conter a divulgação da radicalização política no Rio de Janeiro que poderia, no limite, contestar a autoridade dos poderes de D. João e das autoridades reais.

A autora descreve a vinda de Goulart para a capitania de São Paulo, em 1796, como secretário do bispo D. Mateus de Abreu Pereira, sua volta para Portugal em 1803 e, finalmente, seu retorno para o Brasil, em 1812, como Diretor do Laboratório Químico Prático do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1820, o Laboratório teve suas atividades suspensas pelo Conde dos Arcos e o futuro redator de *O Bem da Ordem* distanciava-se dos cargos tanto na via das funções ligadas a sua formação religiosa, como aos ligados à função de professor régio e de naturalista. No entanto, seu interesse era permanecer no Rio de Janeiro e, para isso, aos 55

desconhecida. Foi impresso na Tipografia Real em formato de 8 páginas cada número, com uma coluna em cada uma. Não possui indicação de seu preço. Sua divisa era a citação de versos de Virgílio: “*Magnus ab integro saeculorum nascitur ordo!*”. – Informações retiradas diretamente da fonte.

²⁷⁵ Lúcia Maria Pereira das Neves elaborou uma biografia política do redator que auxiliará neste estudo a compreensão dos interesses por trás da publicação do *O Bem da Ordem* – NEVES, Maria Bastos Pereira das, “Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais”. In: Anais do XII Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), *Usos do passado*. Rio de Janeiro: 14 a 18 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303#indice>. Acesso em 09 de out. de 2010.

²⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 01.

²⁷⁷ O BEM DA ORDEM, nº 01, p. 01.

anos de idade, ingressou na atividade jornalística.

Pela trajetória descrita por Lúcia Pereira das Neves, Vieira Goulart sempre dependeu das “(...) benesses da Coroa portuguesa para ocupar um lugar de destaque (...)”²⁷⁸. No contexto revolucionário de 1821, a autora destaca esse mesmo objetivo por trás da linguagem do periódico *O Bem da Ordem*. Ela afirma que o redator misturava ideias da política moderna, ligadas à monarquia constitucional, com visões do que ela chama de um “constitucionalismo histórico”. A ideia era a defesa da moderação em Política, no sentido da qualificação da revolução portuguesa como um movimento de regeneração e, por isso, que pretendia manter o respeito às tradições, “(...) sem os desvarios de uma revolução, nos moldes daquela de 1789.”²⁷⁹.

Ele iniciava *O Bem da Ordem* com uma citação de Aristóteles em que o filósofo definia as diversas formas de governo e suas possíveis degenerações, dentre elas, a da “Monarquia Temperada”. A partir disso, o redator afirmava que o novo governo de Portugal era a modificação do “[...] Governo Monárquico absoluto pela Mistura (com o) Democrático [...]”²⁸⁰. O Cônego Francisco Vieira Goulart analisava essa “mistura” e a caracterizava pela formação em conjunto do Poder Legislativo com deputados e rei. Para ele, o Poder real, através da sua sanção das leis elaboradas, discutidas e votadas pelos deputados, integrava a “Representação Nacional”, esta, por sua vez, era considerada por ele a fonte de legitimidade do Legislativo.

Para o redator, o Rei tem a função de “[...] ordenar a submissão à Lei, e de a fazer respeitar por todos os que (estiverem) debaixo de Sua Dominação”. Na Monarquia Temperada, que para o Cônego Francisco Vieira Goulart era a constitucional: “[...] uma parte essencial no exercício do Poder Legislativo serão as Atribuições da Realeza ainda mais amplas do que as consideradas àquele Sábio, não ficando realmente neste novo Sistema de Governo deteriorado o Soberano na Representação Política de que gozara quando era Chefe de uma Monarquia Absoluta”²⁸¹.

Depois de valorizar a “Monarquia Temperada”, o Cônego Francisco Vieira Goulart criticava a Democracia Pura, conforme a visão de Aristóteles, de que ela era a degeneração a

²⁷⁸ NEVES, Maria Bastos Pereira das, “Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais”. In: Anais do XII Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), *Usos do passado*. Rio de Janeiro: 14 a 18 de agosto de 2006, p. 01. Disponível em: http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303#indice. Acesso em 09 de out. de 2010.

²⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 06.

²⁸⁰ O BEM DA ORDEM, nº 05, p. 48.

²⁸¹ Idem, Ibidem, p. 42.

que o tipo de Monarquia empregada pelo governo português podia incorrer. Conforme a citação do filósofo destacada pelo redator, o desequilíbrio proporcionado pelo excesso de Democracia, pela falta de maiores restrições aos eleitores de primeiro grau, provocava a degeneração da “Monarquia Temperada”. Nesse sentido, o periodista iniciava o seu exame histórico das soluções encontradas nas outras experiências constitucionais para a resolução desse problema.

A primeira forma de evitar a degeneração da “Monarquia Temperada” apontada pelo redator era a adotada pelo governo inglês. Segundo o Cônego Francisco Vieira Goulart, o “Governo Misto da Inglaterra” funcionava pela relação das duas câmaras, dos Pares e dos Comuns, com a restrição dos eleitores para o caso da escolha da Aristocracia, representada na Câmara Alta. Assim, para ele, mantinha-se na Câmara dos Comuns “a parte Democrática, destinada a contrabalancear a preponderância da Monarquia [...]” e “[...] a Aristocracia (era) escolhida só pelos Proprietários de terras, e comerciantes.”²⁸².

Com o fim de equilibrar Monarquia e Democracia e criar-se uma “Monarquia Temperada”, o redator citava mais três exemplos de soluções encontradas na história: a norte-americana, a francesa e a holandesa. No caso da América inglesa, o equilíbrio era dado pelo critério eleitoral censitário, que reduzia o número de eleitores aos mais capacitados e controlava o fator democrático. Na França, a saída encontrada na Constituição de 1791 foi a da divisão dos cidadãos em ativos e passivos. Segundo *O Bem da Ordem*, nas Assembleias primárias só votavam os cidadãos ativos, com critérios que também envolviam um censo e uma série de outros requisitos que, para ele, constituíam uma forma de selecionar apenas os aptos à escolha de deputados²⁸³. Para a Holanda, o critério era a capacidade de ler e escrever²⁸⁴. O periodista valorizava essa solução, pois, para ele, dessa maneira se media o “Grau de Civilização” do eleitor, porém, esta solução era muito distante da realidade do baixo “grau” de ilustração da “Nação” portuguesa²⁸⁵.

A partir dessa reflexão que unia a história das experiências constitucionais à solução do problema teórico levantado pela citação de Aristóteles, o Cônego Francisco Vieira Goulart

²⁸² Ibidem, p. 46.

²⁸³ “A exemplo destes (colonos da América Setentrional), quando os Franceses redigiram a Constituição de 1791 sobre que se ocasionou a Assembléia Nacional Constituinte neste ano, e nos de 1789 e 1790, estabeleceram que não poderiam concorrer nas Assembléias primárias para as eleições, se não Cidadãos ativos, designando-se por este título os Naturais, ou Compatriota dos Reinos, os que tivessem 25 anos completos, os que pagassem em qualquer lugar do Reino um imposto direto ao menos igual no período de três dias, apresentando o título desse pagamento e que não vivessem no estado de domesticidade, isto é, servindo por salário” – Ibidem, p. 47.

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ Ibidem, p. 49.

criticava os legisladores espanhóis pela ignorância da regra teórica e histórica do equilíbrio entre Monarquia e Democracia quando formularam o artigo 35 da Constituição de 1812²⁸⁶. Neste artigo, determinava-se “[...] Que as Juntas Eleitorais se compõem de todos os Cidadãos, domiciliados e residentes no território da Paróquia respectiva, entre os quais são compreendidos os Eclesiásticos Seculares”²⁸⁷. Para o redator, pelo artigo 35, autorizava-se uma abrangência no processo eleitoral muito “democrática”, isto é, para ele, eleições muito inclusivas.

O redator de *O Bem da Ordem* continuava sua crítica das Instruções Eleitorais Espanholas pela afirmação que a sua definição da base eleitoral no primeiro nível das eleições era de “uma Latitude tão demarcada” que se incluía como eleitores indivíduos “despreparados”, isto é, não ilustrados suficientemente para uma “boa” escolha dos deputados. Para o redator, se isso era evitado em toda história constitucional, até mesmo na Inglaterra, onde havia condições de Ilustração e um passado constitucional, no Império Português, o método espanhol resultaria em complicações que tornavam

[...] por extremo punível a redação ou a apuração das Listas (eleitorais); sem que (daí) provenha algum benefício ao bom acerto das Eleições, que não podem deixar de ser muito irregulares, dando ânsia para que os que não tem motivo suficiente para se decidirem na Escolha, se encostem ao parecer, e insinuação dos outros [...]”²⁸⁸

O Cônego Francisco Vieira Goulart insinuava que a adoção da Constituição espanhola pelos políticos portugueses era previsível²⁸⁹, provavelmente, pela proximidade entre liberais portugueses e espanhóis, e apontava uma solução para esse defeito das Instruções. Sua proposta era a adoção de “uma taxa ou tributo, seja direto aos Lavradores, seja indireto (sobre a riqueza comercial nos diferentes períodos da sua circulação) [...]”²⁹⁰ na definição dos eleitores e elegíveis. Isto é, uma medida que, para ele, era compatível com a nova forma de governo. Ele pretendia, com isso, moderar o elemento democrático do governo da “Monarquia Temperada”, definido, segundo o redator, pela participação dos “povos” no

²⁸⁶ “Isso posto, quanto mais se pensa na utilidade que resulta de medidas tão sabiamente e desde tão longo tempo adotadas, tanto mais se admira, que escapasse este princípio regulador do bom acerto das eleições Democráticas aos Redatores da Constituição Política da Monarquia Espanhola, feita pelas Cortes Extraordinárias de 1812[...]” – Ibidem, p. 48.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ “Todos nós sabíamos o motivo, porque nas presentes eleições se seguiu a Constituição espanhola. [...]” – Ibidem.

²⁹⁰ Ibidem, p. 49.

processo eleitoral de escolha dos deputados. Assim, a medida servia para manter a “representação”, embora, para ele, “[...] não deva ser admitida a qualidade de Cidadão Representável, se não àquele que pagar aquela taxa que deveria ser, contudo, tão racional que só sirva para corrigir e não para destruir a Democracia.”²⁹¹. Portanto, com a medida proposta pelo periodista, ele pretendia manter o governo constitucional, embora o fizesse de maneira mais moderada do que se estabeleceu nas Instruções Espanholas. Para o redator, a medida “mais liberal” que superava os constitucionalismos atlânticos era a que corrigia o “radicalismo”, ou “excesso” de Democracia, presente nas Instruções espanholas pelo estabelecimento de restrições censitárias aos eleitores das Assembleias primárias, adequando-a à natureza da nação portuguesa.

Nesse sentido, pode-se dizer que as críticas de Vieira Goulart às Instruções eleitorais refletem esse ideal generalizado pela autora Lúcia Maria P. das Neves na caracterização dos “intelectuais ilustrados”. Nas palavras de *O Bem da Ordem*, as normas eleitorais espanholas, ao incluir todos os cidadãos portugueses no primeiro estágio eleitoral, estabeleciam o regulamento mais radical no quadro das revoluções liberais atlânticas e, então, pela falta de moderação política, o redator criticava as Instruções. A autora aponta que o objetivo da publicação do periódico era “[granjear] a aprovação de D. João VI. Este mandou, inclusive, imprimir o periódico à custa da nação, para ser enviado às várias Províncias do Brasil. (...)”²⁹². Parece que as articulações políticas de Vieira Goulart funcionaram e, a partir de 18 de maio de 1821, ele obteve o cargo de diretor da Junta da Tipografia Régia e, meses depois, em agosto, acumulava o cargo de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

No início de 1821, em meio à indecisão e agitações políticas no Rio de Janeiro, pode-se dizer que a análise de *O Bem da Ordem* indica que para o redator Vieira Goulart, D. João VI e seus aliados era importante enaltecer a adesão ao constitucionalismo português, porém, a crítica das normas eleitorais espanholas, por sua radicalidade, servia como a afirmação de uma vertente e atuação política no campo da moderação e, então, com a retórica liberal, o redator defendia a autoridade dos poderes de D. João VI, rei constitucional, e das autoridades régias, estabelecidas na Corte, na nova ordem constitucional. Pode-se atribuir a publicações dos dois periódicos a preocupação com a radicalização política na cidade fluminense, afinal,

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² NEVES, Maria Bastos Pereira das, “Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais”. In: Anais do XII Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), *Usos do passado*. Rio de Janeiro: 14 a 18 de agosto de 2006, p. 07. Disponível em: http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303#indice. Acesso em 09 de out. de 2010.

mesmo as palavras republicadas do *Gênio* enalteciam o regulamento espanhol relativizando a sua radicalidade com o argumento que, ao mesmo tempo que transformava a organização das Cortes antigas, tornando-as a legítima “Representação Nacional”, adequava-se ao caráter das nações ibéricas.

No entanto, é importante sinalizar uma diferença importante entre esses redatores da ideia de quem eram os eleitores, o que se desdobrava em seus diferentes julgamentos da adoção para o Império português e interpretação das Instruções eleitorais espanholas. Os redatores do *Gênio Constitucional* concebiam que o conjunto dos eleitores era a “massa da nação”, isto é, sua qualidade para legitimar a “Representação Nacional” era determinada pelo número e, por isso, dependia da maior abrangência possível. Por sua vez, o Cônego Vieira Goulart concebia o eleitor como uma figura “ilustrada”, ou seja, selecionado por sua qualidade que capacitava a sua escolha do deputado, igualmente, do homem mais “iluminado” e, então, o Plenário era legitimado por reunir os deputados mais “aptos”, pois mais “ilustrados” e, assim, mais liberais. Desse modo, esses redatores, em uma ponta e outra do atlântico, utilizavam-se da defesa de suas opiniões através da sua qualificação como a “mais liberal” no balanço do quadro das revoluções liberais atlânticas.

Portanto, com todas as diferenças entre as ideias dos dois periódicos, a análise da adoção das Instruções eleitorais espanholas para a escolha dos deputados portugueses às Cortes de Lisboa nos revela que a experiência espanhola era vista, tanto pela maioria dos deputados portugueses quanto pelos redatores fluminenses, como uma ruptura no “Direito Público” ibérico. Essa transformação definia-se pela visão do processo eleitoral como um novo pressuposto para a construção de uma monarquia constitucional e representativa. O processo eleitoral era consagrado como uma nova fonte de legitimidade das Cortes. No entanto, se as eleições eram princípio básico para a existência do novo regime de governo, a adoção do texto espanhol não era incontestável. Isso porque, para esses redatores e deputados, a apropriação das experiências constitucionais pretéritas à portuguesa não significava a repetição da história, mas tinha como objetivo principal a tarefa autoproclamada por eles de criarem o Império “mais liberal” do Atlântico e, para isso, as disposições espanholas foram discutidas. Nesse sentido, os critérios eleitorais eram valorizados ou criticados a partir da defesa ou contestação da abrangência da inclusão de eleitores no primeiro nível eleitoral.

2.2 – O Processo Eleitoral no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, em abril de 1821, estavam marcadas as eleições para a escolha dos deputados da província às Cortes de Lisboa de acordo com os critérios eleitorais espanhóis estabelecidos em 23 de novembro de 1820²⁹³. Naquele momento, a situação era de agitação e descontentamentos. A demora da efetivação dos decretos assinados por D. João desagradava às tropas de linha²⁹⁴. Elas e os funcionários recebiam seus pagamentos atrasados. Os negociantes atacadistas, atravessadores de gêneros e varejistas faziam estoques e aumentavam os preços. O numerário escasso e as alterações cambiais elevavam o custo do dinheiro²⁹⁵. O aumento dos juros provocava a diminuição dos investimentos e a cobrança de dívidas.

Nesse cenário, as forças políticas organizavam-se. O grupo liderado por Gonçalves Ledo e Clemente Pereira defendia a formação de uma junta provisória aos moldes do governo baiano. Isso significava que o Conde dos Arcos e o príncipe D. Pedro não participariam do governo. Este grupo representava os interesses dos proprietários de lavouras comerciais e dos donos de engenho do Recôncavo e de Goitacazes, que enriqueceram com o movimento de expansão do capital. Tais interesses constituíram-se a partir das décadas de 1770 e 1790 quando “[...] se intensificou a formação de lavouras de cana-de-açúcar, algodão, anil, tabaco e gêneros alimentícios em terras devolutas, nas áreas ocupadas por posseiros e em sesmarias anteriormente pertencentes à Companhia de Jesus”²⁹⁶. Essas terras foram divididas em médias e pequenas propriedades nas áreas do Recôncavo e em Goitacazes, incorporando os posseiros e moradores “dependentes” como força de trabalho na produção ou como braços armados nas

²⁹³ Como vimos, em março de 1821, as Bases portuguesas haviam sido decretadas nas Cortes de Lisboa e juradas pelo rei, porém, suas determinações só chegaram à província fluminense no final de maio de 1821. Somente em 05 de junho de 1821, após manifestações espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, elas foram juradas pelo Príncipe D. Pedro. No dia 08 do mesmo mês, D. Pedro expediu um decreto em que mandava publicar e jurar as “Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa” nas províncias do reino do Brasil, “para que todos fiquem sujeitos à sua observância”. - BRASIL. Constituição (1821). Decreto de 08 de junho de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 30. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

²⁹⁴ Segundo notícias da Gazeta do Rio de Janeiro do dia 25 de abril de 1821, informando sobre os acontecimentos da Assembleia na Praça do Comércio, toda a “desordem” começou no dia 20 do mesmo mês daquele ano. No Rio de Janeiro havia “pessoas mal intencionadas (que) espalhavam pelo Povo que não havia unanimidade de sentimentos de adesão à Pessoa de SUA Magestade e à Causa Pública, na Tropa”. D. João realiza uma convocação e reúne “toda a Oficialidade” para falar de suas intenções e exigir da tropa o juramento de obediência a ele. – GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 25 de Abril de 1821.

²⁹⁵ “A desvalorização crescente das moedas de cobre, o entesouramento das moedas de ouro e prata, a remessa de dinheiro para o exterior e a depreciação das notas do Banco do Brasil” foram responsáveis pela escassez de numerário e pelas alterações cambiais. – OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 137.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 73.

“tropas auxiliares”. A vinda da Corte para a América reorganizou essa rede de poderes, tanto pela presença das pressões de interesses ingleses, como a de nobres e membros da burguesia portuguesa emigrada²⁹⁷. Em contrapartida, o grupo majoritário na Corte defendia a concentração dos poderes na figura de D. Pedro.

A luta política em torno do poder na Corte fluminense envolveu o processo eleitoral de escolha dos deputados às Cortes portuguesas. Segundo as Instruções eleitorais espanholas, o primeiro estágio eleitoral realizava-se nas freguesias da província, onde as autoridades municipais definiam e reuniam todos os cidadãos portugueses para a escolha dos “compromissários”. No próximo passo, eles votavam verbalmente em pelo menos onze nomes e definiam uma lista por pluralidade de votos dos possíveis “Eleitores de Paróquia”. Em seguida, os indicados reuniam-se em “casa separada” e resolviam entre si os eleitores paroquiais²⁹⁸. Em abril de 1821, esses eram os trâmites eleitorais já realizados. Não há informações definitivas sobre essas etapas das eleições, porém, Cecília Helena de S. Oliveira, ao descrever os estágios do processo eleitoral conforme as regras espanholas, destaca que a prática dessas normas dependia dos interesses das autoridades municipais²⁹⁹. Elas eram responsáveis e controlavam a realização dessas primeiras etapas das eleições, inclusive, definiam e reuniam os que consideravam cidadãos portugueses e, por isso, eleitores do primeiro nível eleitoral³⁰⁰. Consoante a autora, o controle dessas autoridades do

²⁹⁷ “O aprofundamento do processo de mercantilização da produção e da concentração da propriedade da terra, bem como a luta pelo controle do mercado interno fluminense, do comércio de cabotagem e dos negócios de importação e exportação, ensejou um embate violento entre negociantes abastados da cidade, negociantes ingleses, proprietários do sul de Minas, proprietários estabelecidos no Recôncavo e em Goitacazes e interesses que ricos portugueses emigrados pretendiam concretizar.” – Idem, *Ibidem*, p. 93.

²⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 136.

²⁹⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 133-137. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves também reconstitui os trâmites eleitorais através das normas das Instruções eleitorais espanholas e aponta a existência da lista de “compromissários” eleitos no Rio de Janeiro: “(...) Na Corte, há uma relação impressa dos 31 compromissários nomeados à pluralidade de votos pelos paroquianos da freguesia de Santa Rita em 8 de abril de 1821. Nesta relação, verifica-se que o indivíduo mais votado, com 224 votos, era o único letrado da lista. Destaca-se o elevado número de negociantes, 15 em 31, a presença do vigário e do coadjutor a freguesia em questão. Além desses, registra-se a presença de outros dois sacerdotes, quatro militares, dois professores, um médico, um bacharel, um tabelião, um conselheiro e um funcionário da administração real” – NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 261.

³⁰⁰ Sobre o controle das autoridades municipais do processo eleitoral, Cecília Helena de S. Oliveira afirma: “Além disso, as eleições nas freguesias exteriorizavam a matização de relações que haviam se construído entre os homens livres no interior do mercado. Verificaram-se pela mediação de manobras, subterfúgios, pressões e conflitos engendrados por um cotidiano onde os vínculos pessoais, as atividades mercantis e os negócios públicos não se diferenciavam.

Tornou-se muito difícil reconstruir a trama que envolveu a indicação dos eleitores de paroquiais no Rio de Janeiro. Isso porque eram autoridades municipais que acabavam por decidir as pessoas que participariam ou não do escrutínio, uma vez que cabia a elas aplicar as Instruções. Controlando a administração local, conheciam

recenseamento da população provincial, da realização do processo eleitoral e as “brechas legais” das Instruções impediram “[...] a possibilidade de centenas de pessoas em cada freguesia [de] participarem da escolha dos ‘compromissários’ [...] [e] apenas um número muito restrito de ‘cidadãos’ teria acesso à posição de eleitor e deputado”³⁰¹.

Em abril de 1821, o próximo passo do processo eleitoral definido pelas Instruções espanholas era a reunião dos “Eleitores de Paróquia” na “Junta Eleitoral de Comarca” para a escolha por “escrutínio secreto” dos “Eleitores de Comarca”. Essa era uma etapa de suma importância, pois os escolhidos nessa Assembleia seriam os que participariam da última fase da eleição, quando finalmente a Junta Eleitoral da Província escolheria, com voto aberto e público, os deputados para as Cortes de Lisboa³⁰². Nesse momento, na cidade fluminense, Silvestre Pinheiro Ferreira propôs a reunião em pleito fechado e formal, com o fim de continuar o processo eleitoral e definir os poderes da Regência de D. Pedro. Segundo as Instruções eleitorais, essa Assembleia estava marcada para acontecer no dia 22 de abril, mas foi adiada para a tarde do dia anterior³⁰³.

A historiadora Cecília Helena Salles de Oliveira aponta a mudança da data da reunião da “Junta Eleitoral da Comarca” como um “[...] hábil estratégia de nobres emigrados e ricos aliados ao Conde dos Arcos [...]”³⁰⁴. Com essa mudança, os representantes dos interesses dos donos de engenho e proprietários de lavouras mercantis do Recôncavo e de Goitacazes não chegariam a tempo para participar da Assembleia e, assim, o grupo ligado ao Conde dos Arcos, Barão de Santo Amaro, Pereira de Almeida, Sebastião Tinoco da Silva e Cerneiro Campos, poderiam controlar as decisões e apenas informar sobre o decreto já preparado por eles que continha as atribuições do governo de D. Pedro e os nomes dos que iriam compor o “governo provisório”³⁰⁵.

o número de ‘domicílios’ e de ‘cidadãos’ podendo, também, manipular os dados para determinar maior ou menor número de ‘compromissários’ e eleitores” – OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 134.

³⁰¹ Nesse sentido, a autora fornece os dados do distrito de Macacu que abrangia diversas freguesias e a vila de Santo Antônio de Sá: “[...] nesse distrito, segundo o censo de 1821, havia 2.259 ‘domicílios’ e 9.585 homens livres. Da nomeação dos onze eleitores paroquiais da região participariam apenas cerca de 110 ‘compromissários’” – Idem, *Ibidem*, p. 136.

³⁰² Idem, *Ibidem*, p. 137.

³⁰³ Sobre os acontecimentos na Praça do Comércio Cf. SLEMIAN, Andréa, “A agitação política no Rio de Janeiro após a revolução do Porto”. In: _____, *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006, pp. 113-135.

³⁰⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 138.

³⁰⁵ Cecília Helena descreve a formação de alianças no interior da Corte em que José da Silva Lisboa, Cerneiro Leão e Nogueira da Gama são centrais para a adesão dos negociantes e burocratas. Idem, *Ibidem*, pp.

A estratégia da antecipação não funcionou e a reunião ocorreu no dia 21 de abril de 1821 em uma Assembleia aberta na Praça do Comércio³⁰⁶, como “uma das mais violentas manifestações de rua daquele momento”³⁰⁷. Ledo e Clemente Pereira – com o auxílio de Joaquim José de Queiroz que “por Edital de 20 de abril de 1821” chamou o “Povo” para “assistir em massa as deliberações sobre negócios políticos”³⁰⁸ – conseguiram o apoio de comerciantes, mascates, artesãos, soldados, caixeiros, bacharéis, empregados públicos e homens pobres com o fim de pressionar a reunião para a defesa da partida imediata da Família Real, da aclamação da Constituição espanhola e da formação de uma Junta Provisória³⁰⁹.

A Assembleia pública realizada na Praça do Comércio inviabilizou o processo eleitoral e passou-se a discutir os poderes da regência de D. Pedro. Formado essencialmente por Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Luíz Pereira da Nóbrega, o grupo ligado à Maçonaria aliou-se aos negociantes atacadistas, aos burocratas e aos comerciantes para o envio da “Representação” a D. João VI em que pediam a adoção da Constituição espanhola. No dia 21 de abril, D. João VI aceitou a Representação e lançou um decreto em que determinava que se observasse no Brasil a Constituição espanhola até estar ultimada a Carta Portuguesa. Nesse momento, ignorava-se o juramento do rei D. João VI e do Príncipe D. Pedro à Constituição que se elaborasse nas Cortes portuguesas, realizado no ato de adesão da capitania do Rio de Janeiro ao constitucionalismo, em 26 de fevereiro de 1821. Além disso, todos esses acontecimentos ocorreram em meio a um motim militar, o que tensionava os conflitos políticos.

O grupo liberal do Recôncavo e de Goitacazes via na aclamação da Constituição espanhola, assim como no retorno da Família Real e na formação da Junta Provisória de Governo, medidas que viabilizariam com maior facilidade a elaboração de uma legislação que lhes interessasse. Esta seria a normatização das mudanças ocorridas nas relações sociais

138-139.

³⁰⁶ “[...] Começou às quatro horas da tarde, quando já se achavam reunidos na Praça do Comércio a maior parte dos 160 eleitores. A eles se juntara um considerável número de populares atendendo à convocação geral do Ministro Silvestre Pinheiro. Pretendia este, talvez, influir nos ânimos no sentido de que fosse exigida a permanência de D. João no Brasil” – LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 95.

³⁰⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 137.

³⁰⁸ COMPILADOR CONSTITUCIONAL, nº 09, 02 de Março de 1822.

³⁰⁹ Entre os liberais fluminenses haviam outras posições minoritárias, entre elas, grupos que defendiam que a regência fosse determinada pela Assembleia que aconteceria na Praça de Comércio e outros que advogavam pela espera das determinações das Cortes de Lisboa. Cf. BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 68-69.

estabelecidas no interior do mercado. Dessa maneira, esse grupo pretendia eliminar os obstáculos à mercantilização da produção, da terra e da força de trabalho³¹⁰.

A historiadora Cecília Helena Salles de Oliveira destaca cinco disposições inscritas na Constituição espanhola que justificam a tentativa de sua adoção por esses liberais. A primeira referia-se à soberania dos cidadãos, ou seja, à execução de um governo constitucional. Com esse regime de governo, esse grupo teria espaço através de representantes por eles eleitos para defenderem no Legislativo os seus interesses. A segunda disposição seria a da divisão dos poderes do Estado, que garantiria o controle do poder de D. Pedro e de seus apoiadores. A Constituição espanhola era muito clara ao impedir o Poder Executivo na função de estabelecer impostos, criar ou extinguir cargos públicos, estabelecer tratados de comércio, modificar fronteiras do Reino, conceder privilégios, isenções, estabelecer o confisco de propriedades e a prisão sem culpa formada. A terceira era a definição dos princípios liberais dos direitos individuais, seja da propriedade e, a partir desta, o estabelecimento da contribuição proporcional ao Estado, assim como da Liberdade de Imprensa. A quarta medida era a definição de um Conselho de Estado, indicado pelos Eleitores de Paróquia, que tinha a função de fiscalizar o desempenho dos Ministros e Magistrados. Por fim, esses liberais defendiam a discriminação das disposições entre a Câmara Municipal, o governo provincial e a gestão do Reino, estabelecendo que a Câmara e o governo da província deveriam ser escolhidos pelos Eleitores de Paróquias³¹¹.

Assim, com a adoção da Constituição espanhola, esses liberais pretendiam controlar a Administração e garantir alianças. Nesse sentido, dois elementos da Constituição espanhola podem ser apontados como fundamentais para arregimentar interesses contraditórios de grupos diversificados como a soldadesca, os empregados públicos, artesãos, comerciantes, pequenos proprietários e homens pobres. O primeiro era o caráter vigilante sobre o Poder Executivo e o de seus Ministros. O segundo era a construção de instâncias eletivas. Com isso, pode-se dizer que esses liberais visualizavam, pela adoção da Constituição espanhola, o estabelecimento de um governo que cuidasse de uma sociedade formada por novas forças sociais e políticas.

Gonçalves Ledo e Clemente Pereira acreditavam que, com o apoio da força armada, juntamente às pressões do “povo”, eles conquistariam suas reivindicações através da

³¹⁰ OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, pp. 123-124.

³¹¹ Idem. *Ibidem*, pp. 141-143.

legitimidade dada pela realização da Assembleia da Praça do Comércio. No entanto, advogados, meirinhos, boticários e alfaiates questionaram a organização do governo provisório e defenderam medidas opostas que não foram atendidas pelo grupo liberal³¹². Além disso, pode-se supor que as exigências de artífices, mascates, caixeiros, milicianos e homens pobres também não eram contempladas unicamente pela adoção da Constituição espanhola. Pelo contrário, a vigência dessa Constituição excluía, pelos artigos 22 e 29, a população livre negra ou mulata da cidadania portuguesa. Isso significa que parte da população de homens livres da província do Rio de Janeiro era banida da cidadania. Assim, pode-se dizer que o apoio ou não à adoção das normas espanholas no Brasil também tinha relação com a definição da cidadania.

A oposição de interesses entre o grupo liberal liderado por Ledo e Clemente Pereira e os outros setores sociais, políticos e econômicos reunidos na Praça do Comércio isolou os liberais do Recôncavo e de Goitacazes de suas alianças. Além disso, eles se indispueram com os ricos negociantes e altos burocratas que passaram a não mais admitirem as exigências do “povo” arregimentado por eles mesmos³¹³. Ledo, Clemente Pereira e Cunha Barbosa perderam o controle das manifestações de rua e passaram a apoiar a repressão. Na madrugada do dia 22 de abril, autoridades como Conde dos Arcos e D. Pedro, reunidas no Palácio de São Cristóvão, não desperdiçaram o momento de indecisão e descontentamento e usaram as armas para dissolver a Assembleia, deixando mortos e feridos³¹⁴.

Esse evento foi noticiado no dia 25 de abril de 1821 pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 33. Segundo seu redator³¹⁵, a Assembleia teve dois momentos. No primeiro, os “amigos da

³¹² “[...] Alguns defendiam a permanência do rei, outros pleiteavam a imediata partida da Família Real e do Príncipe D. Pedro. Ao mesmo tempo, comerciantes e artesãos sugeriram o fechamento dos portos do Reino e outros assistentes requereram que nenhuma embarcação ‘nacional’ ou estrangeira deixasse o porto do Rio de Janeiro antes de ser vistoriada pelos oficiais das fortalezas da barra, para evitar a saída de moedas e a remessa de valores para o exterior, pois corriam boatos de que a comitiva real havia realizado ‘estudada rapina’ nos cofres do Banco e do Tesouro Público. Chegou-se mesmo a compor uma comissão de eleitores e votantes cuja tarefa era ordenar aos comandantes das fortalezas a aplicação imediata da decisão.” – Idem. Ibidem, p. 143.

³¹³ “[...] Em decorrência das contradições de interesses e do aberto enfrentamento que presidiu o desenrolar da Assembleia, os representantes do grupo liberal (de Ledo e Pereira) acabaram ficando isolados, indispondo-se ante as pretensões dos ricos negociantes e altos burocratas presentes e contra o ‘povo’ que eles próprios haviam mobilizado [...]” – Idem, Ibidem, p. 143.

³¹⁴ Idem, Ibidem, p. 144.

³¹⁵ Manuel Ferreira de Araújo Guimarães ficou conhecido por sua atividade científica. Nasceu na Bahia (1777) e foi aluno da Academia Real da Marinha de Lisboa. Retornou ao Rio de Janeiro e foi professor honorário de matemática na Academia Real dos Guardas-Marinha e a partir de 1811 da Academia Militar. Foi acusado em 1821 pelo redator do *O Bem e a Ordem*, Francisco Vieira Goulart, de interpretar uma passagem das bases da Constituição em vez de transcrever. M. F. de Araújo Guimarães insistia que apenas havia transcrito. A partir de 04 de agosto de 1821, Vieira Goulart assumiu a redação da *Gazeta*. – NIZZA da SILVA, Maria Beatriz. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*: Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, pp. 13-19.

ordem aguardavam em silêncio o resultado daquela respeitável Assembleia”³¹⁶, até que:

[...] por inesperada fatalidade, inimigos da Causa Pública sofregamente procuravam medidas violentas e providências arrebatadas. Discursos sediosos, vozes tumultuosas substituíram a tranquilidade e (o) sangue frio necessários em deliberações de tanta importância. Objetos alheios daquela Assembleia e, portanto, nulos, sucederam aos legítimos fins a que ela se propunha e rumores anárquicos ressoaram no que deveria ser o sagrado alcançar da liberdade [...]³¹⁷

De acordo com a *Gazeta*, um segundo momento de “desordem” instaurou-se e desviou a reunião do objetivo principal da eleição dos deputados às Cortes de Lisboa.

No mesmo número da *Gazeta*, o redator destacava outro acontecimento como parte da “desordem” do segundo momento da Assembleia na Praça do Comércio: o pedido, por via da Representação “a SUA Magestade”, feita por uma Deputação com 5 membros, nomeada pela Junta de Eleitores e “formada dos eleitores das paróquias, dizendo-se do povo”, da “[...] adoção interina da Constituição espanhola até a instalação da Constituição em que se (ocupavam) as Cortes [...] em Lisboa [...]”³¹⁸.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* continuava sua descrição dos episódios de maneira a justificar a repressão da Assembleia em prol do “sossego público”³¹⁹, presente no primeiro momento da reunião, mas, segundo o redator, perdido pela ação de “desordeiros”. Depois de apontar a adoção da Constituição espanhola pelo Rei como uma “condescendência de um Soberano, que tem o fito na felicidade dos seus Povos”³²⁰, afirmava que esse ato não garantiu, como se esperava, “sossegar os espíritos inquietos”³²¹. Segundo o periódico, a partir da “desordenada efervescência”³²², a Assembleia perdeu o controle das suas demandas e “[...] passaram a ulteriores eleições [dos membros da Deputação] alheias do seu fim [...]”³²³.

Para justificar a repressão à reunião, a *Gazeta* notabilizava “um partido mais prudente”

³¹⁶ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 25 de Abril de 1821.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ Ibidem.

³¹⁹ Isso fica ainda mais claro na GAZETA EXTRAORDINÁRIA, nº 08, 26 de Abril de 1821, em que D. João VI elogia a repressão da assembleia pelas tropas: “Felizmente não foram avante os seus sediciosos projetos, porque o Corpo Militar não quis apoiá-los, nem defendê-los comprometendo a sua honra e fidelidade. Felizmente pela bem regulada disciplina e moderação dele se acautelarão paixões e furores de partidos, que podiam até produzir motins furiosos, e de muito mais funestas consequências; e felizmente este pernicioso veneno não tem infeccionado se não uma pequena parte dos Meus Vassalos.”

³²⁰ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, nº 33, 25 de Abril de 1821.

³²¹ Ibidem.

³²² Ibidem.

³²³ O redator refere-se a decisões que não eram relativas às eleições dos deputados, mas ao destino do governo da Corte no Rio de Janeiro diante da revolução constitucionalista. – Ibidem.

que era definido justamente por sua objeção à Constituição espanhola, em oposição ao grupo que, através de uma Representação ao rei, reclamou a adoção de tal Constituição, e era sustentado “tumultuariamente por outros mais violentos, e inimigos do sossego público”³²⁴. Além disso, no decreto de revogação do seu ato, publicado na mesma *Gazeta*, D. João VI destacava que o decreto de 21 de abril de 1821, dia anterior, foi um desrespeito ao seu juramento e ao do “Povo” feito à futura Constituição Portuguesa. Este ato de adesão foi realizado no dia 26 de fevereiro de 1821 com o juramento à Constituição que fosse elaborada pelas Cortes portuguesas e, portanto, a Representação dos Eleitores de Paróquia era “[...] mandada fazer por homens mal intencionados e que queriam a anarquia [...]” e não fruto da vontade do “Povo”, como se imaginava. Conforme o decreto do dia 22 de abril, o “Povo” continuava “[...] fiel ao Juramento que Eu (D. João VI com ele, de comum acordo), prestamos na Praça do Rocio no dia 26 de Fevereiro [...]” e, por isso, D. João VI decretava e declarava “nulo tudo do Ato feito ontem (em 21 de abril de 1821)”³²⁵.

Segundo a *Gazeta*, ainda sobre a repressão, esta não era à Assembleia de maneira geral, mas apenas ao grupo “anárquico” que atuou de maneira “premeditada” no dia 21 de abril de 1821. Isso era confirmado pelo redator não apenas pelo envio da Representação a D. João VI pedindo a adoção da Constituição espanhola, mas também porque esses homens mantinham “[...] muitas armas que deixaram na fuga, (quando) muitos dos (que) escaparam (da repressão deixaram) floretes e terçados [...]”³²⁶.

Depois das descrições feitas no número do dia 25 de abril, os responsáveis pela *Gazeta* lançavam no dia seguinte um número extraordinário que reforçava a argumentação contra o grupo de liberais liderados por Ledo e Pereira³²⁷. Isso foi feito através da oposição entre os “que queriam a anarquia”, “pérfidos”, defensores da Constituição espanhola, e os que pretendiam a “ordem pública”, “Cidadãos bem morigerados” que queriam “[...] a tranqüilidade na justa observância das Leis, e no cuidado das Autoridades, que vigiam, e a vossa própria segurança e de vossas famílias no desvio de ajuntamentos clandestinos e perigosos [...]”³²⁸. O que merece destaque desse número é o manifesto assinado por D. João VI “aos habitantes do Rio de Janeiro”. Nele apresentava-se, ao lado dos argumentos já

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ GAZETA EXTRAORDINÁRIA, nº 08, 26 de Abril de 1821.

mencionados pelo próprio redator no número 33 da *Gazeta*³²⁹, a construção de uma determinada imagem da Constituição espanhola.

Consoante o texto de D. João VI, publicado na *Gazeta Extraordinária*, as ideias da “suposição da Representação Nacional” e da “vontade geral da Nação” presentes na Constituição decidida em Cádiz iludiram e enganaram o “Povo”. Os “Eleitores das Paróquias” “[...] abusaram da (sic) credulidade (do “Povo”) e (o) enganaram maliciosamente com a vontade geral da Nação”³³⁰. O que D. João VI afirmava era que os “perversos” usaram as disposições da Constituição espanhola para legitimar as decisões tomadas na Assembleia através da ideia de um regime constitucional formado pela “Representação Nacional” e a “vontade geral da Nação”. Isto é, apesar de não termos as vozes desses supostos “anárquicos”, a argumentação do redator e de D. João VI insinuava que os líderes do movimento pelo envio da “Representação” a D. João VI, em que pediam a adoção da Constituição espanhola, usaram a ideia da legitimidade de uma decisão tomada em Assembleia, convocada oficialmente que, por isso, reunia a “Representação Nacional” para legitimar o pedido dessa Representação pela legalidade do que reivindicavam como “vontade geral da Nação”.

O que D. João VI negava sobre a interpretação da “Representação Nacional” e da “vontade geral” nos acontecimentos de abril de 1821 não era a legalidade dessas ideias no novo regime, mas a sua possível interpretação. Segundo D. João VI, os “Eleitores de Paróquias” utilizaram-se dessas ideias em prol de seus interesses “sediciosos” e o “Povo” concordou “maquinalmente” com elas, mas “sem (a) inteligência do que elas (designavam)”³³¹. Para D. João VI, as ideias da “Representação Nacional” e da “vontade geral” usadas como artifícios para “iludirem” o “Povo” deslegitimavam as decisões da Assembleia, reunida em Lisboa. De acordo com a argumentação do rei, o novo governo monárquico tinha na constitucionalidade a legitimidade dos atos políticos. Segundo o manifesto do rei, depois do juramento do dia 26 de fevereiro à Constituição que se elaborasse

³²⁹ Inclusive sobre o rompimento com o Juramento do dia 26 de fevereiro de 1821: “Vejo com mágoa e desprazer, que pessoas mal intencionadas, alucinando e seduzindo alguns de vós, pretenderam que se proclamasse a Constituição espanhola, para ser guardada desde já, contra a solene Proclamação do dia vinte e seis de fevereiro do corrente ano, e Juramento, que Eu a todos vós presto de se observar a que se está fazendo em Lisboa.”. Depois reafirma: “[...] Estes perturbadores da ordem pública, e fautores da anarquia (deputação de eleitores de paróquias que apresentaram a representação a D. João VI pela adoção da Constituição espanhola de 1812), abalaram os fundamentos da Monarquia, postergaram a fé e santidade do Juramento, que todos demos, quiseram perverter e corromper a fidelidade da Tropa, e atentaram contra a Minha Real Autoridade e Governo estabelecido, que não pode, nem deve sofrer outras mudanças, se não as que legalmente se estabelecerem na Constituição que se fizer em Lisboa pelas Cortes. [...]” – Ibidem.

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Ibidem.

nas Cortes portuguesas, as mudanças no governo que podiam ser feitas com “legalidade” somente se originavam do texto constitucional aprovado nas Cortes portuguesas, caso contrário, não havia qualquer legitimidade.

Dessa maneira, D. João VI criava uma oposição entre duas ideias diferentes sobre “Representação Nacional” e “vontade geral”. De um lado, a dos favoráveis à adoção da Constituição espanhola, para ele, sem legitimidade, pois o que consideravam como “Representação Nacional” e “vontade geral” era fruto da manipulação do “Povo” que, por isso, defendeu uma “vontade” que não era “geral”, mas, “[...] somente a dos amotinadores, que no meio de concursos levantaram vozes tumultuosas que outros maquinalmente acompanharam sem inteligência do que elas designavam [...]”³³². De outro, a definição “mais liberal” dessas duas ideias determinadas pela reunião dos deputados nas Cortes de Lisboa como única autoridade legislativa. Assim, através dessa oposição exposta no manifesto de D. João VI, ele identificava no Congresso o espaço da “Representação Nacional”, onde a “vontade geral” se expressaria. Para ele, ao “Povo” cabia “esperar” “que a Constituição que se (estava) fazendo sobre bases sólidas e legais viesse estabelecer a liberdade (sic) compatível com as Leis e consolidar a (sic) prosperidade (do Povo) de todo o Reino Unido [...]”. Ele afirmava que o novo regime de governo era baseado na Liberdade, porém, esta deveria ser regulada para, dessa maneira, não degenerar em “licença” e cair em “[...] anarquia, o maior de todos os males políticos [...]”³³³. Por fim, D. João VI pedia a confiança do “Povo” em D. Pedro como Príncipe regente.

Por conseguinte, consoante os decretos de D. João VI e a argumentação do redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* nesses dois números, o texto constitucional espanhol foi uma das principais motivações para as amplas alianças feitas pelo grupo de Ledo e Pereira. A expectativa da participação na Assembleia organizada na Praça do Comércio ultrapassava o objetivo da realização do processo eleitoral. A legitimidade dessa reunião foi discutida na *Gazeta* a partir da constitucionalidade do novo regime. As ideias de “Representação Nacional” e “vontade geral” foram levantadas por D. João VI em seu manifesto conforme a interpretação da Constituição espanhola como fundadora de um governo constitucional.

Como já vimos em outros periódicos e entre os deputados portugueses, esse entendimento da Constituição espanhola de 1812 não era restrito aos liberais do Recôncavo e de Goitacazes e a seus aliados reunidos na Praça do Comércio. As palavras de D. João VI e a

³³² Ibidem.

³³³ Ibidem.

violenta reação do grupo liderado pelo Conde dos Arcos e D. Pedro foi justificada não pela negação do novo regime constitucional, mas pela afirmação do significado “mais liberal” de seus princípios. Para isso, D. João VI e Araújo Guimarães defendiam o lugar da legitimidade do governo no Congresso eleito e reunido em Lisboa, contra uma Assembleia “anárquica”, formada sem processo eleitoral e que, para eles, “manipulou” o “Povo”.

O decreto do dia 22 de abril de 1821, que anulou a aceitação da Constituição espanhola, foi acompanhado de outros três. Um deles incluía os soldados do Exército do Brasil nas regalias já concedidas aos oficiais em decreto do dia 07 de março do mesmo ano, equiparando as tropas de linha do Brasil aos regimentos do Reino de Portugal. Dessa maneira, revelava-se o acordo realizado entre as autoridades públicas e os comandantes militares que dirigiram a repressão no dia anterior. Além disso, D. João VI ordenou à Mesa do Desembargo do Paço que realizasse uma devassa dos episódios de 21 de abril. A nomeação de desembargadores como Sebastião Luís Tinoco da Silva, João José da Veiga e Clemente Ferreira França para o julgamento de Antonio Correa Picanço também indica o acordo entre eles. Muitos dos liberais ligados a Ledo e Pereira foram escolhidos como “Eleitores de Comarca” e tornaram-se membros da “Junta Eleitoral da Província”³³⁴.

Os liberais foram absolvidos e uma aproximação momentânea entre eles e os negociantes e burocratas da Corte possibilitou-lhes a nomeação de cargos e ordenação de decretos favoráveis. Os negociantes atacadistas, donos de engenho e proprietários de lavouras mercantis do Recôncavo e de Goitacazes foram favorecidos com uma série de decretos assinados por D. Pedro nos meses de maio e junho de 1821. Eles contribuíam para a circulação de mercadorias e incentivavam a produção. O Direito de Propriedade, a Liberdade e Segurança, dispositivos da Constituição espanhola, foram garantidos. Tais direitos, assim como pleiteava esse grupo, interessavam também ao grupo de Nogueira da Gama e de portugueses emigrados que ocupavam cargos na Administração.

Clemente Pereira foi nomeado presidente da Câmara do Rio de Janeiro, enquanto Ledo, Cunha Barbosa, Souza França, Antonio José do Amaral, Fonseca de Sá, acompanhados

³³⁴ Cecília Helena Salles de Oliveira descreve os resultados da devassa, onde o preâmbulo revela as conclusões do processo: “[...] Baseando-se nas Ordenações e na legislação ‘extravagante’ do século XVIII, os desembargadores avaliaram a manifestação pública como ‘crime de lesa-majestade’: o ‘povo’ e ‘homens revoltosos’ haviam contestado a autoridade e determinações reais. Assim, antes da inquirição, os magistrados tomaram como dados incontestáveis a existência de ‘sedição’ e o caráter nulo das decisões da Assembleia, uma vez que os eleitores agiram ‘sob a coação da multidão enfurecida’” – OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 146.

de Nogueira da Gama, José de Oliveira Barbosa, Mariano José Pereira da Fonseca e Antonio Luis Pereira da Cunha, compuseram o grupo dos “Eleitores de Comarca” e formaram a “Junta Eleitoral da Província”, última instância na decisão dos deputados às Cortes de Lisboa³³⁵. Pode-se dizer que com essas nomeações pretendia-se evitar a repetição dos acontecimentos de abril na Praça do Comércio que mostraram a instabilidade e as tensões no Rio de Janeiro e o perigo de motins em caso de reuniões públicas. Além disso, a formação da “Junta Eleitoral da Província” pela nomeação desrespeitava as Instruções eleitorais espanholas que, apesar de excluir os “Eleitores de Paróquia” analfabetos pelo estabelecimento do “escrutínio secreto”, previa a escolha dos “Eleitores de Comarca” por meio de eleições³³⁶.

O terceiro decreto, publicado em 22 de abril de 1821, regulamentava o governo regencial de D. Pedro. Definiu-se, então, que o Poder Executivo podia conferir cargos, postos e condecorações, isto é, atribuições incompatíveis com as determinações da Constituição definida nas Cortes de Cádiz. Em casos urgentes, o Príncipe estava autorizado a fazer guerra ou admitir tréguas. Ao lado de D. Pedro foram formados quatro ministérios – do Reino e dos Negócios Estrangeiros, da Guerra, da Marinha e da Fazenda. Na madrugada do dia 25 de abril e no dia posterior pela manhã, D. João VI e sua família, com exceção de D. Pedro, embarcaram do Rio de Janeiro com destino a Lisboa.

Há poucas informações sobre a escolha dos deputados no Rio de Janeiro, tanto na Imprensa fluminense da época, como na historiografia brasileira. No entanto, pode-se imaginar que o silêncio na Imprensa deve-se ao efeito dos confrontos na Praça do Comércio. De acordo com as normas espanholas que regularam as eleições na província, as duas primeiras etapas eleitorais eram realizadas pelas “Juntas eleitorais das freguesias”. Em um primeiro momento das eleições, os “cidadãos” maiores de 25 anos, com domicílio na freguesia e “ofício, emprego ou ocupação” apresentavam ao Presidente da Junta uma lista com o nome dos seus escolhidos a “compromissários”. Depois de eleitos, os “compromissários” reunidos em uma “casa”, em pleito fechado, definiam os “Eleitores de Paróquias”. Como vimos, essas etapas foram realizadas conforme as regras eleitorais e com todas as modificações e manipulações a que sua prática estava sujeita.

Na terceira fase das eleições, segundo as Instruções espanholas, formavam-se as

³³⁵ Idem, Ibidem.

³³⁶ “Art. 73. Imediatamente se procederá à nomeação do Eleitor, ou Eleitores de Comarca, elegendo-os um depois do outro, e por escrutínio secreto, por meio de bilhetes, nos quais esteja escrito o nome da pessoa, que cada um elege.”- BRASIL. Constituição (1821). Decreto de 08 de junho de 1821, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821*, p. 35. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 16 de junho de 2009.

“Juntas Eleitorais de Comarca”, reunindo na cabeça da Comarca os “Eleitores de Paróquia”. Eles, em reunião aberta e por escrutínio secreto, escolheriam os “Eleitores de Comarcas”. Consoante a análise apresentada, na província fluminense, esse estágio das eleições foi manipulado pelos grupos políticos da Corte e resultou na repressão violenta da Assembleia Pública que foi realizada na Praça de Comércio da cidade e na indefinição dos eleitos. Ignorando totalmente as normas eleitorais do decreto de 07 de março de 1821, não se realizou uma Assembleia pública para a escolha dos “Eleitores de Comarcas” que, como vimos, em vez de eleitos, foram nomeados.

Na “Junta Eleitoral da Província”, última instância de escolha de deputados às Cortes, novamente as regras eleitorais foram desrespeitadas. Depois dos acontecimentos da Assembleia reunida na Praça de Comércio da cidade, as autoridades não se arriscavam a realizar a eleição dos deputados às Cortes com “portas abertas” como estava estabelecido nas “Instruções”. Nesse sentido, as informações de Gomes de Carvalho em sua obra *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821* são coerentes, ele afirma que, no final de maio, os “Eleitores de Comarca” nomeados se reuniram em pleito fechado para a escolha dos deputados fluminenses às Cortes portuguesas. No entanto, entre eles não havia grande interesse em se distanciar das movimentações políticas no Rio de Janeiro, onde o estado era de indefinição política. De acordo com essas informações, pode-se dizer que isso explica o porquê da bancada fluminense ter sido formada por sete deputados titulares e suplentes, sendo cinco deles residentes em Portugal³³⁷. Portanto, pode-se afirmar que, na província fluminense, o processo eleitoral seguiu as Instruções decretadas por D. João VI em 07 de março de 1821 de maneira incompleta, devido aos interesses políticos envolvidos e à participação “popular” nos acontecimentos dos trâmites eleitorais.

³³⁷ CARVALHO, M. E. Gomes de, *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Porto: Livraria Chardron-Lellon & Irmão, 1912, p. 87. Apud: BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 70.

Capítulo 3 – A Soberania da Nação: Representação e Organização do Império

“[...] Que de ora em diante não seja o Pará denominado Capitania, mas sim Província de Portugal; pois que, se a imensa distância nos separa, a igualdade de sentimentos e o amor fraternal nos une. [...]” Deputado de Portugal, Fernandes Tomás³³⁸

O primeiro pronunciamento de adesão do reino do Brasil nas Cortes de Lisboa foi o dos representantes pela província do Pará. Seus enviados, Filipe Patroni e Domingos Simões da Cunha, foram recebidos na sessão de 26 de março de 1821 e ouvidos no dia 05 de abril de 1821³³⁹. Depois de um longo discurso de Patroni – em que afirmava a adesão do Pará à “causa portuguesa” e denominava-o como província do Império –, o deputado peninsular, Manuel Fernandes Tomás, tomou a palavra e propôs o texto transcrito na epígrafe. A proposta do deputado português foi aprovada. Além disso, definiu-se que os representantes do Pará fossem convidados a assistirem às sessões das Cortes em uma tribuna reservada para “pessoas de consideração”, afinal, eles não eram representantes eleitos pela província e, por isso, não estavam autorizados a tomarem assento no Congresso.

O discurso de Fernandes Tomás, em resposta ao representante do Pará, reflete o peso histórico que a nova organização baseada nas províncias possuía tanto em referência direta à colonização portuguesa, quanto à adoção dos critérios eleitorais espanhóis³⁴⁰. Essa organização definiu-se pelo projeto apresentado em Cortes, no dia 04 de junho de 1821, quando já existiam diversas Juntas governativas formadas na América portuguesa, mas

³³⁸ DIÁRIO das Cortes Constituintes de Lisboa, 05 de Abril de 1821, p. 484.

³³⁹ André Machado analisa como se articulou a conspiração na capitania do Grão-Pará que em 1º de janeiro de 1821 depôs o governador e capitão-general, Conde de Vila Flor, e instalou uma junta provisional de governo. Sobre os objetivos de Patroni na volta de Portugal para o Grã-Pará, o autor afirma: “(...) Mesmo tendo um cenário obscuro pela frente, Patroni identificou na Revolução do Porto uma oportunidade histórica, fosse para executar os projetos de mudança que acalentava, como afirmaram muitos historiadores, fosse para alcançar altos cargos públicos que sempre ambicionou, como destacaram outros pesquisadores. Estes dois anseios, que aparentemente não invalidavam um ao outro e que podiam ser perfeitamente harmônicos em um projeto de conquista de poder, parecem estar imbricados não só nas futuras ações de Patroni, mas também no seu impulso inicial quando deixou repentinamente o curso de direito e partiu já em 28 de outubro de 1820 de volta ao Pará sem a certeza exata de quais seriam os rumos da Revolução cujo palco ele acabava de abandonar.” - MACHADO, André Roberto de Arruda, *A quebra da mola real das sociedades – A crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, pp. 120-121.

³⁴⁰ Márcia Berbel, em seu artigo, descreve o estabelecimento da província como unidade política e administrativa do Império português pelas Cortes em Lisboa e destaca a sua importância diante da experiência constitucional espanhola. Cf. BERBEL, Márcia Regina, “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, pp. 232-233.

nenhum representante do Brasil no Congresso³⁴¹. Na proposta extinguiu-se o sistema baseado na existência de capitães gerais locais que, durante a colonização, eram nomeados pelo Rei, e concentrava-se o poder civil e das armas no governo provincial³⁴². Assim, como já se analisou no capítulo anterior, a província não foi somente consagrada como unidade eleitoral. O historiador Manuel Chust afirma que, através da criação da província nas Instruções eleitorais espanholas, também se processou uma mudança qualitativa da participação americana no Império hispano-americano.

Manuel Chust considera que a criação da província no Império espanhol representou a criação de um novo *locus* político da representação. Portanto, segundo o autor, a partir desse momento passou a existir “[...] um espaço político representativo (sic), e assim, (se dava) a politização de uma esfera pública. A América passava a integrar-se com igualdade de direitos em um novo Estado com ausência do Rei [...]”³⁴³. Para Chust, essa transformação teve como resultado político o que ele chama de “ideia provincial da representação”³⁴⁴, na qual “[...] estas entidades representativas, antigos vice-reinados e capitanias gerais, (tomaram) corpo como soberania parcial, conferida pelo conjunto da representação que se supunha nacional [...]”³⁴⁵. Dessa maneira, entendia-se que o representante eleito na província era enviado ao

³⁴¹ “É interessante notar que, somente no mês de junho, procurou-se qualificar o estatuto de província em Ultramar. Os deputados eleitos no Brasil ainda não estavam presentes no Congresso, mas as Juntas governativas espalhavam-se em meio a inúmeros conflitos com os antigos capitães gerais [...]” – Idem. Ibidem, p. 236.

³⁴² “Tendo as Bases da Constituição Portuguesa estabelecido igual liberdade em todas as partes da Monarquia, feito cessar inteiramente o sistema colonial, e constituído todos os Domínios Ultramarinos em *Províncias* do mesmo Reino; fica sendo por consequência incompatível com as sobreditas Bases o Governo absoluto em qualquer das mesmas *Províncias*.”

Não podem, portanto, existir mais Capitánias Gerais, e deve acabar por uma vez o título e atribuições dos antigos Governadores e Capitães Gerais, que, como todos sabem, tinham os poderes mais absolutos e ilimitados, de que infelizmente não poucas vezes abusarão.

Portanto em quanto pela Constituição senão estabelecer a forma dos Governos Provinciais do Reino Unido, nunca deverão os Governadores, que possuo entre tanto ser mandados para as mesmas, ter outros, títulos ou poderes mais, que os de Governadores das Armas, e Regedores das Justiças.

O seu principal encargo, e obrigação, será de fazer observar inteiramente as Bases da Constituição, que deverão jurar; e em qualquer caso extraordinário que possa ocorrer, deverão sempre consultar os Magistrados, e as Pessoas mais conspícuas da Província, pelos seus talentos e virtudes, evitando assim toda a arbitrariedade, e promovendo o melhor interesse, e satisfação dos Povos.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa, 4 de junho de 1821, p. 1100.

³⁴³ Tradução livre de: “(...) un espacio político representativo que antes no existia y, por ende, a la politización de una esfera pública. América pasaba a integrarse con igualdad de derechos en un nuevo Estado en ausencia del Rey (...)” – CHUST, Manuel, “Un bienio transcendental: 1808-1810”. In: (coord.), 1808 – *La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 33.

³⁴⁴ Em seu artigo, a historiadora Márcia Regina Berbel nomeia essa ideia de representação como concepção de unidade nação/coleção. Essas ideias são utilizadas neste capítulo. – BERBEL, Márcia Regina, “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, p. 240.

³⁴⁵ Tradução livre de: “[...] estas entidades representativas, antiguos virreinos y capitanías generales, fueron tomando cuerpo como soberania parcial conferida por el conjunto de la representación que se suponía

Congresso nacional para, nesse espaço, legitimado pela soberania da nação, representar os interesses locais, fazendo jus às aspirações de seus eleitores que nele depositaram sua soberania “parcial”. Chust identifica, nessa concepção, o germe da ideia de uma monarquia de tipo federada, isto é, uma determinada concepção de representação definia uma organização específica de Império.

Essa relação apontada pelo historiador Manuel Chust entre representação, ligada à concepção do exercício da soberania “parcial”, com propostas de tipo federadas para o Império foi apropriada pelos deputados portugueses e redatores no Rio de Janeiro. Na verdade, no caso português, o que estava por trás da defesa de um tipo de representação específica era uma concepção particular do exercício da soberania da nação, noção esta que era defendida conforme diferentes interpretações do que se entendia como a organização “mais liberal” do Império. No caso espanhol, essa concepção de soberania “parcial” originava-se da ideia do *pacto translati*, pela qual se justificava que, na ausência do rei, os “povos” tornavam-se soberanos e, então, a soberania era dividida ou parcelada³⁴⁶.

Neste capítulo, por conseguinte, analisa-se a defesa de diversas concepções sobre o exercício da soberania da nação³⁴⁷, defendidas cada uma como pressuposto para a criação do Império “mais liberal” do Atlântico. Para isso, deputados portugueses e redatores fluminenses debatiam diferentes relacionamentos entre uma concepção do exercício da soberania da nação, de representação e de organização de Império que se justificava pelo exame da história constitucional atlântica. Os liberais portugueses disputavam entre a opção pelo princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, apropriada da experiência francesa e baseada na representação do “deputado da nação”, e a concepção do exercício da soberania da

nacional. [...]” – CHUST, Manuel, “Un bienio transcendental: 1808-1810”. In: (coord.), *1808 – La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 34.

³⁴⁶ CHUST, Manuel, “El liberalismo doceañista, 1810-1837”. In: CORTINA, Manuel Suárez (ed.), *Las máscaras de la libertad. El liberalismo español, 1808-1950*. Madrid: Marcial Pons Historia, Fundación Práxedes Mateo Sagasta, 2003, p. 82.

³⁴⁷ Maurizio Fioravanti destaca a ideia da soberania da nação como uma nova ideia que se disseminou nas revoluções atlânticas e fundamentava a concepção do “poder constituinte” como oposta à tradição constitucionalista: “Las revoluciones del fin del siglo XVIII, primero la americana y después la francesa, representan en este sentido un momento decisivo en la historia del constitucionalismo, porque sitúan en primer plano un nuevo concepto y una nueva práctica que están detinados a poner en discusión la oposición entre la tradición constitucionalista y la soberanía popular. Se trata, en pocas palabras, del poder constituyente que los colonos americanos ejercieron primeiro en 1776, con la finalidad de declarar su independencia de la madre patria inglesa y, después, en los años siguientes, con la finalidad de poner en vigor las constituciones de los distintos Estados y la Constitución federal de 1787. Poder constituyente que los mismos revolucionarios franceses ejercitaron a partir de 1789, con la finalidad de destruir las instituciones del antiguo régimen y de generar una nueva forma política.” – FIORAVANTI, Maurizio, *Constitucion – de la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001, p. 103.

nação das “partes”, justificada pelo exemplo da organização do Império britânico e fundada na ideia de representação do deputado identificado como representante dos interesses da província pela qual foi eleito. Assim, como veremos, esses liberais portugueses apropriavam-se da história das experiências constitucionais atlânticas de forma a legitimar suas opções políticas, sem a preocupação em serem fidedignos a modelos políticos norte-americanos, franceses, espanhóis, britânicos e, inclusive, se autoproclamavam “mais liberais”, pois não fracassariam e manteriam os domínios do Império.

Ana C. Nogueira da Silva analisa os debates das Cortes de Lisboa e identifica a recorrência de uma oposição entre duas formas de entender a representação³⁴⁸. Uma delas, defendida pelos deputados do Brasil, fundamentava-se pelo princípio da “diversidade legislativa”. Para essa concepção, as normas relativas a uma província necessitavam da ratificação do deputado eleito por seus “povos”, pois ele era o conhecedor da realidade da sua unidade eleitoral. Isso envolvia a contestação da legitimidade das decisões constituintes tomadas até o momento.

Como veremos, pode-se acrescentar que a questão apontada pela autora relacionava-se com o princípio de exercício da soberania da nação, pelo qual somente a reunião da totalidade das soberanias referentes à cada unidade eleitoral do Império dava autoridade para decidir sobre regulamentos aplicáveis a sua totalidade. Assim, como afirma Ana C. Nogueira da Silva, a noção era que qualquer decisão tomada nas Cortes que envolvesse o interesse de uma província necessitava, para ser decidida, da presença no Plenário de seus representantes. A outra, relativa à concepção do “Deputado da Nação”, era utilizada pelos deputados portugueses da metrópole e concebia que, a partir do momento que o representante tomava assento nas Cortes, ele tornava-se indistinto da província pela qual foi eleito. A autora não aprofunda essa polarização na análise da apropriação da história constitucional atlântica, mas aponta a semelhança dos princípios da concepção de representação defendida pelos deputados do Brasil com os do constitucionalismo norte-americano.

³⁴⁸ “Este problema da diversidade legislativa acrescentou uma nova dimensão ao tema da representação política ultramarina. Para o primeiro grupo de deputados, se a legislação era diferente, então eram necessários ‘conhecimentos locais’ para legislar. Era lógico, de acordo com isso, que os deputados do ultramar fossem nascidos ou, pelo menos, domiciliados, nos círculos eleitorais que os tinham eleito, i.e., no ultramar. A ideia que se inculcava com essa proposta era a de que deviam estar sempre presentes no Parlamento deputados conhecedores das realidades locais, capazes de interpretar interesses especificamente ultramarinos e garantir a legislação apropriada. Pelo contrário, para o outro grupo de deputados devia haver plena liberdade de eleição, porque os interesses da Nação eram gerais, podendo ser interpretados por qualquer deputado. Uma vez eleito, cada deputado representava toda a Nação, e não somente a sua circunscrição eleitoral.” – NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina, *A cidadania nos trópicos*. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880). Lisboa: tese defendida pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 19.

A afirmação de Ana Cristina Nogueira fundamenta-se na ideia que os liberais norte-americanos possuíam uma “[...] interpretação pluralista da sociedade e do interesse comum [...]”. Essa noção era resultado da concepção do “representante” como porta-voz “[...] dos interesses particulares de cada localidade [...]” e, então, para os liberais estadunidenses, a totalidade da “pluralidade” desses interesses locais formaria o “interesses comum”. Para a autora, os deputados do Brasil ao defenderem a concepção do “[...] deputado como 'representante' dos interesses concretos e múltiplos das respectivas províncias”, relacionada à noção da “diversidade legislativa”, aproximavam-se da visão de “sociedade pluralista” e de “interesse comum” formulada pelos liberais norte-americanos³⁴⁹.

Além da existência da semelhança entre as ideias dos deputados do Brasil e dos liberais estadunidenses no sentido que a autora argumenta, neste estudo veremos que a defesa dessa concepção de representação se relacionava também com a sustentação por eles de uma concepção de exercício de soberania semelhante à dos liberais estadunidenses. Os deputados do Brasil utilizaram o exemplo do Império britânico para sustentarem suas propostas e essa semelhança foi afirmada e utilizada pelos deputados de Portugal como forma de denegrir as propostas dos deputados do Brasil na discussão da delegação do poder real e do Ato Adicional à Constituição. Dessa maneira, pode-se dizer que os discursos e escritos periódicos dos liberais portugueses aqui analisados se apropriavam, para defender ou negar, de duas concepções do exercício da soberania da nação: a de origem britânica, como aponta Ana Cristina Nogueira, e, principalmente, a francesa proveniente da Constituição de 1791.

A concepção do exercício da soberania presente na Constituição da monarquia francesa de 1791 foi a principal influência para definir a mesma noção utilizada pela maioria dos deputados de Portugal nas Cortes de Lisboa e defendida por eles como a “mais liberal”. O texto constitucional reconheceu os princípios básicos da revolução de 1789: o fim dos privilégios da nobreza e um sistema meritório para o ingresso nos cargos públicos³⁵⁰; a

³⁴⁹ “Confrontados com esta noção de deputado como ‘representante’ dos interesses concretos e múltiplos das respectivas províncias, como porta-vozes dos interesses particulares de cada localidade – a remeter para uma interpretação pluralista da sociedade e do interesse comum, próxima do constitucionalismo norte-americano –, os deputados eleitos no continente europeu convergiram em torno de um conceito de representação que, em contrapartida, evocava uma interpretação radicalmente unitária, na qual só o deputado da Nação fazia sentido. (...)” – Idem. Ibidem, p. 25.

³⁵⁰ “Título I – Disposições fundamentais garantidas pela Constituição: A Constituição garante 1º que todos os cidadãos são admissíveis para escritórios e empregos, sem outra distinção do que virtudes e talentos” – Tradução livre de: “Titre Premier – Dispositions fondamentales garanties par la constitution. La constitution garantit comme droits naturels et civils: 1º Que tous les citoyens sont admissibles aux places et emplois, sans autre distinction que celle des vertus et des talents.” – CLERMONT-TONNERRE, Stanislas. *Analyse raisonnée de la constitution française décrétée par l’Assemblée nationale, des années 1789, 1790, et 1791*. Paris: Gattey,

inviolabilidade da propriedade³⁵¹; a liberdade do cidadão, de Imprensa e de culto e a liberdade dos indivíduos perante o Poder Legislativo³⁵². Nela, o Reino era estabelecido como “uno e indivisível”, isto é, baseado na unidade soberana, sendo que o seu território podia ser dividido para sua administração. A soberania da nação era definida como “una, indivisível” e depositada somente na “Nação”³⁵³. Nessa Constituição, a Assembleia Nacional representava a Nação francesa e era formada por uma única câmara que reunia os “representantes temporários, livremente eleitos pelo povo”³⁵⁴. O governo era monárquico e a Assembleia era sancionada pelo rei. No entanto, as marcas dessa Constituição eram a independência e o controle do Legislativo sobre o Executivo, justificado pelo princípio do exercício da soberania nacional.

Devido à definição da soberania da nação, una e indivisível, presente na Constituição

1791, p. 87.

³⁵¹ “Título I – Disposições fundamentais garantidas pela Constituição: a Constituição garante a inviolabilidade da propriedade, ou de uma justa e prévia indenização nos casos em que a necessidade pública, legalmente estabelecida, exija tal sacrifício.” – Tradução livre de: “Título I – Disposições fundamentais garantidas pela Constituição: La constitution garantit l’inviolabilité des propriétés, ou la juste et préalable indemnité de celles dont la nécessité publique, légalement constatée, exigerait le sacrifice.” – Idem, Ibidem, p. 88.

³⁵² “A Constituição garante também como naturais e direitos civis: Liberdade para todos os homens de ir e vir sem ser sujeito à detenção ou prisão, exceto de acordo com a forma determinada pela Constituição; Liberdade para todos os homens a falar, escrever imprimir e publicar suas opiniões sem ter seus escritos sujeitos a qualquer tipo de censura ou de inspeção antes da sua publicação, e de culto como lhe agrada; Liberdade para os cidadãos de reunir pacificamente e sem armas, em conformidade com os regulamentos da polícia; Liberdade para abordar individualmente e assinar petições a autoridades constituídas. O poder Legislativo não pode fazer quaisquer leis que violam ou obstruam o exercício dos direitos civis e naturais registrados no presente título e garantido pela Constituição, mas, uma vez que a Liberdade consiste em ser capaz de fazer tudo o que não é apenas prejudicial aos direitos dos outros ou para a segurança pública, a lei pode estabelecer sanções para atos que assegurem a segurança pública ou os direitos dos outros e que podem ser prejudiciais para a sociedade.” – Tradução livre de: “La constitution garantit pareillement comme droits naturels et civils: La liberté à tout homme d’aller, de rester, de partir, sans pouvoir être arrêté, accusé ni détenu que dans les cas déterminés par la loi, et selon les formes qu’elle a prescrites; La liberté à tout homme de parler, d’écrire, d’imprimer ses pensées, et d’exercer le culte religieux auquel il est attaché; La liberté aux citoyens de s’assembler paisiblement et sans armes, en satisfaisant aux lois de police; La liberté d’adresser aux autorités constituées des pétitions signées individuellement; Le pouvoir législatif ne pourra faire aucune loi qui puisse porter atteinte ni mettre obstacle à l’exercice des droits naturels et civils garantis par la constitution; mais comme la liberté ne consiste qu’à pouvoir faire tout ce qui ne nuit ni aux droits d’autrui, ni à la sûreté publique, la loi peut établir des peines contre les actes qui, attaquant la sûreté publique, ou les droits d’autrui, seroient nuisibles à la société.” – Idem, Ibidem, pp. 87-88.

³⁵³ Na Constituição de 1791 está estabelecido: “Título II – Dos poderes públicos. Artigo Primeiro – A Soberania é una, indivisível e pertence à nação: nenhuma seção do povo, nem qualquer pessoa possa assumir o seu exercício.” Tradução livre de: “Titre III – Des pouvoirs publics. Article Premier – La souveraineté est une, indivisible et appartient à la nation: aucune section du peuple ne peut s’en attribuer l’exercice.” – Idem, Ibidem, p. 112.

³⁵⁴ “Título III – Dos poderes públicos. - III - O poder legislativo é delegado a uma assembleia nacional composta por representantes temporários, livremente eleitos pelo povo, para ser exercido por ela, com a sanção do rei, na forma a ser determinada a seguir.” – Tradução livre de: “Titre III – Des pouvoirs publics. - III – Le pouvoir législatif est délégué à une assemblée nationale composée de représentants temporaires, librement élus par le peuple, pour être exercé par elle, avec la sanction du roi, de la manière qui sera déterminée ci-après.” – Idem, Ibidem, p. 120.

francesa de 1791, o Legislativo tinha papel privilegiado no pacto. Em relação ao Executivo, o rei não tinha autoridade para dissolver a Assembleia Nacional e era obrigado a jurá-la para tomar posse do trono³⁵⁵, caso contrário, era julgado como cidadão comum³⁵⁶. Além disso, o rei era submetido à lei e controlado por ela, tendo apenas autorização do veto suspensivo das leis³⁵⁷, criadas e votadas pelo Legislativo, portanto: “Não há em França autoridade superior à da lei, o rei reina só e, assim, só em nome da lei deve obediência.”³⁵⁸. Também era reservada ao poder real a nomeação de seus ministros, considerados responsáveis³⁵⁹; a dos cargos militares; a de alguns magistrados e a de administradores da Casa da Moeda. Por fim, o Rei era quem sancionava as declarações de guerra³⁶⁰ e ratificava os acordos de paz³⁶¹.

³⁵⁵ “Capítulo II – Da realeza, a regência e os ministros. Seção Primeira – Da realeza do rei. V. Se, um mês após o convite do corpo legislativo, o Rei não fez juramento, ou se, depois de ter jurado, ele retrai, dele deve ser considerado abdicado do trono.” (Tradução livre de: “Chapitre II – De la royauté, de la régence et des ministres. Section Première – De la royauté du roi. V. Si un mois après l’invitation du corps législatif, le roi n’a pas prêté le serment, ou si après l’avoir prêté il se rétracte, il sera censé avoir abdicqué la royauté.” – Idem, Ibidem, p. 182.). Além disso, o rei perde o trono em outros casos, dentre eles, por uma ofensiva do “povo”: “Se o rei coloca-se à frente de um exército e dirige as forças contra seu povo, ou se não, por uma declaração formal, ou por qualquer empresa levada a cabo em seu nome, ele considera-se que abdicou do trono.” (Tradução livre de: “VII. Si le roi se met à la tête d’une armée, et dirige les forces contra la nation, ou s’il ne s’oppose pas, par un acte formel, à une telle entreprise qui s’exécutoit son nom, il sera censé avoir abdicqué.” – Idem, Ibidem, p. 183.)

³⁵⁶ “Após a renúncia expressa e legal, o Rei deve ser classificado como um cidadão e, como tal, ele pode ser acusado e julgado por atos posteriores a sua admissão.” – Tradução livre de: “XIII. Après l’abdication expresse ou légale, le roi sera dans la classe des citoyens, et pourra être accusé et jugé comme eux pour les actes postérieurs à son abdication.” – Idem, Ibidem, pp. 183-184.

³⁵⁷ “Os decretos do corpo legislativo são apresentados ao Rei que pode recusar o seu consentimento. No caso do Rei recusar seu consentimento, tal recusa deve ser apenas suspensiva.” – Tradução livre de: “De les décrets du corps législatif sont présentés au roi, qui peut leur refuser son consentement. Dans le cas où le roi refuse son consentement, se refus n’est que suspensif.” – Idem, Ibidem, p. 213.

³⁵⁸ Tradução livre de: “Ll n’y a point en France d’autorité supérieure à celle de la loi. Le roi ne règne que par elle, et ce n’est qu’au nom de la loi qu’il peut exiger l’obéissance.” – Idem, Ibidem, pp. 181-182.

³⁵⁹ “V. Os ministros são responsáveis por todos os delitos cometidos por eles contra a segurança nacional e da Constituição; [...], VI. Em nenhum caso pode uma ordem do Rei, verbais ou por escrito, dispensar um ministro de sua responsabilidade.” – Tradução livre de “V. Les ministres sont responsables de tous les délits par eux commis contre la sûreté nationale et la constitution; [...] VI. En aucun cas, l’ordre du roi, verbal ou par écrit, ne peut soustraire un ministre à la responsabilité.” – Idem, Ibidem, p. 202.

³⁶⁰ “A Guerra pode ser declarada apenas por um decreto do corpo legislativo, proferido após a formal e necessária proposta do Rei e sancionada por ele. Ao longo de todo o curso da guerra, o órgão legislativo poderá solicitar ao Rei para negociar a paz e o Rei é obrigado a cumprir com tal pedido.” – Tradução livre de: “II. La guerre ne peut être décidée que par un décret du corps législatif, rendu sur la proposition formelle et nécessaire du roi, et sanctionné par lui. [...] Pendant tout le cours de la guerre, le corps législatif peut requérir le roi de négocier la paix, et le roi est tenu de déférer à cette réquisition.” – Idem, Ibidem, pp. 139-140.

³⁶¹ “O rei é o chefe supremo da administração geral do reino, a tarefa de fiscalizar a manutenção da ordem pública e da tranquilidade que lhe é confiada. O rei é o chefe supremo do Exército e da Marinha. A tarefa de vigiar a segurança externa do reino e da manutenção de seus direitos e posses é delegada ao rei. O rei delegou a tarefa de garantir a segurança externa do reino, para manter os direitos e possessões. III. O rei nomeia os embaixadores e outros agentes das negociações políticas. Ele dá o comando dos exércitos e frotas, e as fileiras de Marechal de França e Almirante. Ele nomeia dois terços dos “contra-almirantes”, o “maitié” de tenentes-generais, marechais-de-campo, capitães de navio, e coronéis da polícia. Ele nomeia um terço dos coronéis e tenentes-coronéis e um sexto dos tenentes de navio. Em todos com o cumprimento das leis sobre a promoção. Na nomeação da administração civil da Marinha, os gestores [ordennateurs], controladores, tesoureiras de arsenais, gestores de obras, gerentes adjuntos das construções civis, e uma metade dos gestores de administração e

Na Constituição de 1791, o Poder Legislativo, como lugar da soberania da nação, era responsável em primeiro lugar por estabelecer as leis, isto é, criá-las, discuti-las e votá-las. Além disso, os deputados deveriam determinar as despesas públicas e impostos, podiam criar e suprimir cargos públicos, definir a moeda e as declarações de guerra, entre tantas outras incumbências³⁶². O autor Maurizio Fioravanti, ao analisar esse texto constitucional, afirma

diretores-adjuntos da construção civil na administração da Marinha. Ele nomeia os comissários no tribunal. Ele nomeia o chefe de supervisão da administração dos impostos indiretos e da administração dos domínios nacionais. Ele supervisiona a fabricação de verbas e nomeia os funcionários que são cobrados com o exercício de tal supervisão, na comissão e, em geral, das Casas de Moeda.” – Tradução livre de: “Le roi est le chef suprême de l’administration générale du royaume, le soin de veiller au maintien de l’ordre et de la tranquillité publique lui est confié. Le roi est le chef suprême de l’armée de terre et de l’armée navale. Au roi délègue le soin de veiller à la sûreté extérieure du royaume, d’en maintenir les droits et les possessions. III. Le roi nomme les ambassadeurs et les autres agens des négociations politiques. Il confère le commandement des armées et des flottes, et les grades de maréchal de France et d’amiral. Il nomme les deux tiers des contre-amiraux, la moitié des lieutenans-généraux, maréchaux-de-camp, capitaines de vaisseaux, et colonels de la gendarmerie nationale. Il nomme le tiers des colonels et des lieutenans-colonels, et le sixième des lieutenans de vaisseaux. Le tout en se conformant aux loix sur l’avancement. Il nomme, dans l’administration civile de la marine, les ordonnateurs, les mens civils, contrôleurs, les trésoriers des arsenaux, les chefs des travaux, sous-chefs des bâtimens civils, la moitié des chefs d’administration et des sous-chefs de construction. Il nomme les commissaires auprès des tribunaux. Il nomme les préposés en chef aux régies des contributions indirectes, et à l’administration des domaines nationaux. Il surveille la fabrication des monnoies, et nomme les officiers chargés d’exercer cette surveillance dans la commission générale et dans les hôtels des monnoies.” – Idem, Ibidem, pp. 225-226.

³⁶² “1º proposta e promulgação de leis, o Rei só pode convidar o órgão legislativo a fim de ter uma questão em apreço; 2º o estabelecimento das despesas públicas; 3º o estabelecimento de impostos públicos, bem como a determinação da natureza, da quota, duração e método de recolha coerciva; 4º avaliação dos impostos diretos entre os departamentos do reino, a fiscalização da utilização de todas as receitas públicas e tendo em conta seus prestados; 5º ordenando a criação ou supressão de cargos públicos; 6º a determinação do título, o peso, carimbo e denominação de verbas; 7º permissão ou proibição da introdução das tropas estrangeiras ou forças navais para o serviço da França, e da bolsa de tropas em caso de desmobilização; 9º Legislação em matéria de administração e de ordem de alienação do domínio nacional; 10º do Ministério, do Supremo Tribunal Nacional, da responsabilidade dos ministros e dos principais agentes do Poder Executivo; 11º estabelecimento de leis, segundo as quais, honras ou condecorações serão concedidas aqueles que prestam serviços ao Estado; 12º o órgão legislativo por si só tem o direito de adjudicação pública das honras à memória dos grandes homens.” – Tradução livre de: “1º De proposer et décréter les loix: le roi peut seulement inviter le corps législatif à prendre un objet em considération; 2º De fixer les dépenses publiques; 3º D’établir les contributions publiques; d’en déterminer la nature, la quotité, la durée, le mode de perception; 4º De faire la répartition de la contribution directe entre les départemens du royaume, de surveiller l’emploi de tous les revenus publics, et de s’en faire rendre compte. 5º De décréter la création ou la suppression des offices publics; 6º De déterminer le titre, le poids, l’empreinte et la dénomination des monnoies; 7º De permettre ou de défendre l’introduction des troupes étrangères sur le territoire Français, et des forces navales étrangères dans les ports du royaume; 8º De statuer annuellement, après la proposition du roi, sur le nombre d’hommes et de vaisseaux dont les armées de terre et de mer seront composées; sur la solde et le nombre d’individus de chaque grade; sur les règles d’admission et d’avancement, les formes de l’enrôlement et du dégagement, la formation des équipages de mer; sur l’admission des troupes ou des forces navales étrangères, au service de France, et sur le traitement des troupes em cas de licenciement; 9º De statuer sur l’administration, et d’ordonner l’aliénation des domaines nationaux; 10º De poursuivre devant la haute cour nationale la responsabilité des ministres et des agens du pouvoir exécutif; D’accuser et de poursuivre devant la même cour ceux qui seront prévenus d’attentat et de complot contre la sûreté générale de l’état, ou contre la constitution; 11º D’établir les loix d’après lesquelles les marques d’honneur ou décorations purement personnelles seront accordées à ceux qui rendu des services à l’état; 12º Le corps législatif a seul le droit de décerner les honneurs publics à la mémoire des grands hommes.” – Idem, Ibidem, pp. 205-207.

que essa “primazia do poder legislativo”³⁶³ fundava-se na

[...] estrutura *monista* da constituição, isto é, na tendência, já dominante na primeira fase revolucionária e confirmada em 1793, de representar o sujeito soberano, a nação ou o povo, em *um dos poderes* previstos pela constituição, que, nesse momento, não podia ser outro que o legislativo, o poder dos representantes ou dos mandatários do mesmo povo soberano.[...] ³⁶⁴.

Ainda segundo o estudo do mesmo autor, havia outra forma de entender o exercício da soberania que recuperava a tradição medieval britânica dos direitos absolutos do “britishmen” e a relacionava com a nova base do poder constituinte que proclamava os direitos naturais dos indivíduos. Depois da independência das treze colônias, essa concepção constituiu a “base intelectual da Constituição federal de 1781”³⁶⁵ e, como veremos, foi atribuída pelos deputados de Portugal às propostas dos deputados do Brasil como forma de denegrir seus posicionamentos no debate constituinte.

Nesse sentido, de acordo com M. Fioravanti, os norte-americanos relacionaram a matize democrática do poder constituinte do povo com a tradição inglesa do governo limitado e recuperaram a organização constitucional da relação entre os poderes das chamadas

³⁶³ “Así sucedió cuando se llegó a la construcción de la forma de gobierno con la Constitución de 3 de septiembre de 1791. Se trataba de una constitución completamente em torno a la *primacía del poder legislativo*, privada casi totalmente de verdaderos y auténticos contrapesos, y así de la posibilidad misma de contrastar, em el plano legal y constitucional, esse mismo poder. Es cierto que la Constitución atribuía al rey un importante, aunque sólo suspensivo, poder de veto. Pero también es cierto que el rey debía ejercitar ese poder sólo y exclusivamente em su tradicional, y evidentementeeno del todo superada, cualidad de representante de la unidad nacional; y no como titular de un verdadero y auténtico poder distinto, que la Constitución intentase contrapesar com el legislativo, como sucedía em el caso – ya conocido – del poder ejecutivo del presidente de los Estados Unidos. También como tal, es decir, como jefe del poder ejecutivo, el rey aparecía em la Constitución em una posición de total subordinación al legislativo. La Constitución partía, em efecto, de la idea de que el gobierno de la nación debía ser llevado adelante por la misma asamblea legislativa, y que el poder ejecutivo se agotaba por ello em la simple administración superior, em la organización de los medios necesarios para la aplicación de la ley. Um poder así entendido, privado – entre otras cosas – casi totalmente de autónoma potestad normativa, podía ser bien guiado por el que ahora era ya sólo el primer funcionario del Estado, es decir, por el mismo rey.” - FIORAVANTI, Maurizio, *Constitucion – de la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001, p. 115.

³⁶⁴ Tradução livre de: “(...) existe también un solidísimo hilo de continuidad, que une a las dos primeiras Constituciones de la Revolución. Se trata, em pocas palabras, de la estructura monista de la constitución, es decir, de la tendencia, ya dominante em la primera fase revolucionaria y confirmada em 1793, de representar el sujeto soberano, la nación o el pueblo, em uno de los poderes previstos por la constitución, que em esse momento no podía ser otro que el legislativo, el poder de los representantes o de los mandatarios del mismo pueblo soberano.[...]” - Ibidem, p. 117.

³⁶⁵ “La complejidad de estas alusiones, em parte referidas a la nueva realidad com fundamento iusnaturalista del, poder constituyente, y em parte referidas a la tradicional constitución inglesa, es lo que constituye em su conjunto la base intelectual de la Constitución federal de 1787. (...)” – Idem, Ibidem, p. 105. É importante destacar que essa concepção foi explorada por Fioravanti através da análise das páginas do Federalista, publicadas em 1788 e com o objetivo de defender a causa da Constituição federal. Além disso, não se deve deixar de mencionar que essa Constituição era republicana.

“técnicas de contrapesos” com o fim de equilibrar e limitar os poderes do governo³⁶⁶. Os federalistas entendiam que o Legislativo era o poder mais ameaçador ao equilíbrio da constituição republicana, pois reunia as atribuições da criação de leis e de tributos que consideravam as mais importantes. Assim, eles acreditavam que deviam lidar com a

“[...] a ‘tendência do legislativo a absorver os outros poderes’, o executivo e o judicial, e advogar e impor ‘a subordinação às leis’, mas não ‘a dependência absoluta à autoridade legislativa’: especialmente quando os representantes do povo ‘parecem acreditar que são o mesmo povo’ e já não um dos poderes constituídos, que deriva como os outros do poder constituinte do povo soberano e, por ele, somente legitimado e autorizado em certos casos.”³⁶⁷

A solução dos federalistas para manter o equilíbrio entre os poderes, principalmente, limitar o legislativo e, ao mesmo tempo, proteger as minorias políticas e os direitos dos indivíduos, foi o controle da constitucionalidade, isto é, os atos dos agentes do governo e dos poderes do Estado tinham sua validade submetida diretamente e somente às determinações do texto constitucional³⁶⁸. Dessa maneira, a partir das ideias de M. Fioravanti, Reinaldo de Lima Lopes conclui que, nesse caso, a soberania “[...] era assim uma soberania compartilhada por Judiciário, Executivo e Legislativo. [...]” e, então, o Estado organizava-se pela federação, com uma “constelação de soberanias”³⁶⁹.

Assim, o que ambos os autores sinalizam é que essa concepção de exercício de soberania definida pelos norte-americanos federalistas diferenciava-se da presente na

³⁶⁶ “(...) Lo que al fin emerge fue una constitución democrática dirigida a instituir un gobierno limitado, en el sentido específico de un gobierno comprensivo de poderes que resultan ser todos intrínsecamente limitados, precisamente porque no eran originarios, sino derivados del poder constituyente que los había previsto en la constitución con ciertas competencias, de manera que los considera legítimamente operantes sólo en un determinado ámbito previamente definido, y además los dispone de manera que puedan y deban frenarse recíprocamente, utilizando la técnica de los contrapesos que la tradición inglesa todavía ponía a su disposición.” – Idem, Ibidem, pp. 106-107.

³⁶⁷ Tradução livre de “[...] la 'tendencia del legislativo a absorber los otros dos poderes', el ejecutivo y el judicial, y propugnar e imponer 'la subordinación a las leyes', pero no 'la dependencia absoluta a la autoridad legislativa': especialmente cuando los representantes del pueblo 'parecen creerse que son el mismo pueblo' y ya no uno de los poderes constituidos, que deriva como los otros del poder constituyente del pueblo soberano y, por ello, sólo legitimado y autorizado en ciertos casos.” – Idem, Ibidem, p. 108.

³⁶⁸ A verificação da constitucionalidade dos atos do poder legislativo era feita por juízes, mas que se justificavam pelas determinações do texto constitucional: “[...] Los jueces – en el momento en que declaran nula una ley contraria a la constitución – no están afirmando su superioridad sobre el legislativo, sino que son instrumentos de la constitución, que se sirve de ellos con la finalidad de reafirmar la superioridad de la ley fundamental sobre las leyes ordinarias, del poder originario del pueblo entero sobre el poder derivado del legislador, de las asambleas políticas, de la mayoría de turno.” – Idem, Ibidem, p. 109.

³⁶⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima, “Iluminismo e Jusnaturalismo no Ideário dos Juristas da Primeira Metade do Século XIX”, pp. 202-203. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2005, pp. 195-219.

Constituição francesa de 1791. Nesse sentido, o que prevalecia na Constituição federal não era a vontade dos Legisladores reunidos no Congresso e portadores da “Soberania da Nação”, mas a constitucionalidade de cada ato, conforme o estabelecido no texto constitucional e conclamado como expressão do poder originário do “povo”. Desse modo, para esses liberais norte-americanos, o respeito à norma constitucional estabelecia o vínculo de equilíbrio entre os Poderes e mantinha o Estado unido, mesmo que formado por diversos países.

Como veremos neste estudo, os deputados do Brasil apropriaram-se da experiência constitucional, inclusive, utilizando o exemplo da organização do Império britânico, para defender suas propostas de delegação do poder real e de Cortes no reino do Brasil como as “mais liberais” para o Império português. Na Imprensa fluminense, essa defesa foi realizada pelos redatores do *Reverbero Constitucional*, relacionando as propostas dos deputados do Brasil com a defesa das reivindicações de autonomia dos deputados hispano-americanos nas Cortes de Madri. Contudo, a defesa da delegação do poder real e, depois, também a proposta do órgão legislativo na América, mantinham a “primazia do poder legislativo” como característica fundamental do exercício da soberania da nação, diferentemente da experiência norte-americana. Pode-se dizer que o que estava em jogo no debate da definição do exercício da soberania da nação era a definição do centro do Império: as propostas dos deputados paulistas consolidavam o reino do Brasil como o centro do Império português e, então, contrapunham-se ao projeto “integracionista”, retirando definitivamente a prevalência de Lisboa na organização do Império.

A polarização entre diferentes organizações de Império foi cada vez mais acirrada até a separação política do Brasil do Império português e suas motivações políticas tornaram-se também mais claras. Esse enfrentamento foi agravado pelos conflitos entre deputados do Brasil e de Portugal depois dos decretos de 1º de outubro de 1821 das Cortes de Lisboa. De um lado, os deputados escolhidos pelas elites do centro-sul do Brasil defendiam o exercício da soberania que exemplificavam pela organização do Império britânico, evitando a vinculação de suas propostas com a experiência norte-americana e, logo, com a república e o federalismo.

Os deputados do centro-sul do Brasil apresentaram uma organização do Império com mais de um centro Executivo e Legislativo e que se justificava por uma ideia específica de representação da nação. Nesse sentido, os deputados do Brasil defendiam que o representante era conhecedor da realidade e porta-voz dos interesses exclusivos da província que o elegeu e, então, justificavam pela “heterogeneidade do Império português” a exigência da reunião da

totalidade dos deputados da nação nas Cortes para a aprovação de qualquer decisão que vigorasse em todo o Império. Além disso, havia a necessidade de um delegado do Executivo no reino do Brasil para manter a sua unidade. Depois, essa concepção foi radicalizada e, no limite, justificava a reivindicação de Cortes no Brasil como uma reunião dos representantes de suas províncias que, por isso, seria capaz de discutir e decidir leis que se adaptavam às particularidades do reino do Brasil, as quais os deputados da península desconheciam. Essa definição de representação pode ser encontrada nos discursos dos deputados hispano-americanos nas Cortes espanholas na concepção da “unidade da nação/coleção”³⁷⁰ e os desdobramentos políticos concretos dessa retórica também são semelhantes. Nas Cortes de Madri, em junho de 1821, os deputados da Nova Espanha pleiteavam em seu programa de “15 pontos” delegações do Executivo e Cortes na América³⁷¹.

A semelhança entre as propostas dos deputados do Brasil e dos deputados hispano-americanos não foi nem mesmo mencionada nos discursos dos representantes portugueses. Elas foram criticadas pelos deputados de Portugal pela acusação de que foram criadas com inspiração no exemplo de organização do Império britânico e, por isso, eram necessariamente inadequadas às condições do Império português, rompendo com uma concepção de exercício de soberania da nação, una e indivisível, instaurando a “federação”. Por sua vez, na Imprensa fluminense, a relação entre as propostas dos deputados paulistas e os discursos dos deputados hispano-americanos foi amplamente divulgada.

Neste capítulo, pretende-se mostrar que esse silêncio na Assembleia, espaço formal de

³⁷⁰

Márcia Regina Berbel explora essa ideia de “representação” em sua tese de doutoramento (BERBEL, Márcia Regina, *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 198-200.). Ela também relaciona a ideia com a concepção de unidade nação/coleção presente nos discursos dos deputados espanhóis e destaca sua utilização política para a reivindicação de autonomia na organização do Império: “As discordâncias apresentadas pelos deputados do Brasil até o final de 1822 ressaltavam a heterogeneidade do Império português, tal como os americanos haviam feito na Espanha. Essa heterogeneidade – da nação portuguesa, dos ‘povos do Brasil’ e das províncias – era implicitamente entendida como justificativa para a autonomia pleiteada. O baiano Lino Coutinho sintetizou a divergência: ‘(...) eu não posso aqui ouvir tão abertamente que cada deputado é somente deputado na Nação inteira. É verdade que trazemos em nossas procurações que olhemos para o bem geral da Nação, mas devemos advertir que também se diz, e para o bem particular da província (...)’. Ele reivindicava aqui, tal como se fez muitas vezes, a natureza de sua representação definida pelos revolucionários vintistas: a integração à Nação dependia da adesão expressa politicamente no nível provincial através da eleição de representantes para as Cortes. Eram, então, representantes de um pacto provincial e, por isso, sistematicamente recusavam-se a decidir sobre assuntos pertinentes a outras províncias. Ressaltando a heterogeneidade, clamavam pela ampliação da representação, mas sempre associada à inclusão de todas as províncias do Brasil.

Aproximavam-se, então, da concepção apresentada em Cádiz e em Madri sobre a unidade de uma nação/coleção. A unidade da nação portuguesa só se concretizaria diante da presença da maior parte dos representantes provinciais do Brasil. (...)” – BERBEL, Márcia Regina, “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, p. 240.

³⁷¹ FRASQUET, Ivana, *Las caras del águila – del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castellón de la Plana: Universit Jaume I, 2008, pp. 72-73.

decisão, pode-se relacionar com o objetivo dos deputados de evitar qualquer menção aos processos de independências ocorridos na América espanhola, o que poderia desencadear a interpretação das propostas dos deputados do Brasil como reivindicações de independência e, então, o diálogo entre os representantes de Portugal e do Brasil seria certamente prejudicado. Ao contrário, na Imprensa fluminense, espaço informal de debate político, a publicação dos acontecimentos constitucionais espanhóis e reflexões sobre eles podem apontar que essa experiência foi uma das principais fontes de informação política do constitucionalismo português e também utilizada pelos redatores do Rio de Janeiro como um exemplo em defesa de um Legislativo no Brasil.

Dessa maneira, mostrar-se-á que a defesa de determinada concepção de organização de Império, defendida como a “mais liberal”, foi utilizada pelos deputados do Brasil e redatores fluminenses para justificar o estabelecimento, primeiramente, de um centro Executivo no Rio de Janeiro e, a seguir, a instalação de um órgão Legislativo no Reino do Brasil. Com a reivindicação da “igualdade política” das porções do Império e a conciliação da delegação do poder real com o exercício de soberania da nação, una e indivisível, os deputados do centro-sul do Brasil legitimavam a manutenção do Príncipe D. Pedro na província fluminense. Posteriormente, a partir da apresentação dos Artigos Adicionais à Constituição e das movimentações no Rio de Janeiro em torno da convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, essa organização passou a incorporar três órgãos legislativos e a sua defesa foi reelaborada com o intuito de conciliar a ideia da “primazia do poder legislativo” e, então, o princípio de exercício da soberania da nação, una e indivisível, com a justificativa do estabelecimento de um Legislativo no reino luso-americano. Assim, eles afirmavam que por meio da reunião dos representantes das províncias do Brasil em Cortes na América, assegurava-se com o melhor funcionamento e aproveitamento econômico possíveis a unidade do reino e do Império português e, então, para eles, essa era a organização “mais liberal” para o Império.

De outro lado, este capítulo também analisará a reação dos deputados “integracionistas” às propostas dos deputados do Brasil através da radicalização da concepção de exercício da soberania da nação, una e indivisível, também defendida como a “mais liberal”. Eles passaram a privilegiar a construção de Portugal como um país liberal, mesmo que, para isso, reduzissem a necessidade de manter o Império transatlântico. Nesse momento, a organização do Império de acordo com a proposta dos deputados do centro-sul do Brasil

criava uma relação entre os reinos de Portugal e Brasil em que se mantinha o Império unido, porém, com tamanho grau de autonomia entre as “partes” que Lisboa perdia definitivamente a posição de centro do Império. Nesse sentido, a união reivindicada pelos deputados do Brasil como a “mais liberal” não interessava mais politicamente e economicamente aos deputados de Portugal e a seus aliados, principalmente, aos “integracionistas”, empenhados desde o início dos debates constitucionais na proposta da organização da “nação integrada”.

3.1. Concepções da soberania da nação: o “Programa de São Paulo”, a delegação do Poder real e um Executivo no reino do Brasil

Do dia 26 de janeiro de 1821, quando se iniciaram os trabalhos constituintes em Lisboa até agosto do mesmo ano pode-se definir uma primeira fase das discussões. Nesse período, a partir do mês de julho, o debate constitucional era marcado pela chegada do rei em Lisboa³⁷². O campo liberal nas Cortes portuguesas dividia-se em duas vertentes: os “moderados” ou “conciliadores”, liderados pelo deputado Borges Carneiro, que propunham o envio de tropas para o controle das revoltas e do governo do Rio de Janeiro; e os “integracionistas”, dirigidos pelo deputado Manuel Fernandes Tomás, que sustentavam a plena integração política constitucional como forma de governo³⁷³.

Nas Cortes de Madri, os deputados recebiam as notícias dos acontecimentos na Nova Espanha, quando Augustín de Iturbide proclamou a independência da Nova Espanha e apresentou seu “Plano de Iguala”, enquanto nas Cortes reunidas na metrópole, os deputados pela mesma província reivindicavam o cumprimento da Constituição contra a emancipação³⁷⁴. Nos dias que se seguiram nas Cortes espanholas, os deputados hispano-americanos apresentaram uma série de projetos em que reivindicavam a autonomia como solução para impedir a ruptura com a metrópole espanhola³⁷⁵.

Nas Cortes de Lisboa, em agosto de 1821, os deputados “moderados” foram vitoriosos

³⁷² “No momento em que chegaram (os deputados pernambucanos, em 29 de agosto de 1821), a expectativa dos deputados de Portugal era alimentada por várias notícias sobre o Brasil. A chegada da Corte e do monarca em julho atualizara as notícias sobre a capital fluminense. Conheciam-se os decretos de D. João conferindo ao príncipe todos os poderes sobre o Reino do Brasil e, também, as notícias sobre a adesão do Pará e da Bahia ao governo constitucional. No entanto, a ausência dos representantes em Portugal causava dúvidas sobre a posse desses deputados, pois se temia a interferência do príncipe regente.” – BERBEL, Márcia Regina, *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 84.

³⁷³ “Diante desse quadro (contexto da chegada das notícias do Brasil e da ausência dos deputados do Brasil no Congresso), a possibilidade do controle militar do Rio de Janeiro passou a ser discutida abertamente. Já em 06 de julho, Borges Carneiro propôs, pela primeira vez, o envio de tropas para essa cidade. Nesse momento, porém, foi contrariado por Fernandes Tomás, que conseguiu derrotar a proposta, usando argumento de que a força do regime constitucional seria irresistível aos habitantes do Brasil. A oposição ocorreu entre dois importantes líderes liberais, cujas diferenças de concepção sobre o Brasil seriam expressas muitas outras vezes, como veremos.” – Idem. Ibidem.

³⁷⁴ FRASQUET, Ivana, *Las caras del águila – del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castellón de la Plana: Universit Jaume I, 2008, pp. 77-88. Também Cf. BERBEL, Márcia Regina, “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, p. 236.

³⁷⁵ Sobre esses projetos, Ivana Frasquet analisa as 15 proposições americanas apresentadas nas Cortes na sessão do dia 24 de junho de 1821, e destaca que tinham a intenção de criarem um Império de organização federal, isto é, segundo a denominação do historiador Manuel Chust, uma espécie de *Commonwealth* americana: “¿Qué pretendían los americanos? ¿No era esto un federalismo em toda regla? ¿No se trataba, como há dicho Manuel Chust, de uma especie *Commonwealth* americana? [...]” – FRASQUET, Ivana, Ibidem, p. 73.

na aprovação do envio de tropas para o Rio de Janeiro³⁷⁶, porém, foram derrotados no mês seguinte com a aprovação do projeto de reorganização dos governos das províncias. No projeto apresentado no dia 21 de agosto de 1821, estabelecia-se a integração plena do Império por vínculos político-administrativos: o Legislativo unificado em uma Câmara e reunido em Lisboa; o Executivo exercido pelo Rei, residente na mesma província e o Judiciário com todas as últimas instâncias de julgamento realizadas na capital lisboeta. No ultramar, as Juntas obedeciam a essa lógica e, então, os presidentes de cada governo provincial eram subordinados às Cortes e ao Rei e a administração da província não tinha nenhuma autoridade militar, apenas formava-se um governo de armas em cada uma delas, embora este estivesse sempre submetido a Lisboa. No mesmo momento, todos os órgãos de governo instalados no Rio de Janeiro foram extintos e foi ordenado o retorno do príncipe regente à Europa. Pode-se dizer que esse projeto esclarece os interesses políticos concretos em torno da defesa da ideia do exercício da soberania da nação, una e indivisível, e do princípio da representação do “deputado da nação” como as decisões “mais liberais” porque as únicas capazes de manter o Império pela fidelidade aos princípios liberais e, por isso, superando a “liberalidade” das experiências constitucionais anteriores à portuguesa.

Na discussão do projeto apresentado em agosto e discutido no mês de setembro, os deputados de Pernambuco, presentes em Cortes desde 29 de agosto, e os do Rio de Janeiro que participavam das sessões a partir de 10 de setembro, não se opuseram as suas determinações. Isso pode ser explicado pela análise de Márcia Regina Berbel, em que afirma que: “[...] as determinações feitas em Lisboa (decretos de outubro) incorporavam várias das reivindicações apresentadas em Cádiz [...]”³⁷⁷, ao mesmo tempo, o decreto “[...] reproduzia a concepção político “integracionista” já verificada nas Cortes espanholas. O líder *vintista* Manuel Fernandes Tomás repetia as máximas dos liberais vizinhos ao afirmar a união e a

³⁷⁶ BERBEL, Márcia Regina, *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 86.

³⁷⁷ “[...] incluíam os descendentes da África e admitiam a existência de Juntas relativamente autônomas e elites no nível provincial. Diferentemente dos termos estabelecidos na Constituição de Cádiz, o decreto português não definia que o chefe político (ou presidente) da Junta deveria ser nomeado pelo rei e legitimava as escolhas feitas pelos diversos conselhos provinciais; não estabelecia o número de integrantes deste conselho e tampouco o número de sessões previstas para um ano de gestão. Assim, as Juntas do Brasil não eram então entendidas como simples extensão do poder central da monarquia. Além disso, o decreto concretizava a separação entre o mando civil e o militar (reivindicação pleiteada pelos hispano-americanos até o ano de 1821) de forma que, também diferente dos termos espanhóis, o governador das armas não integrava a Junta civil como membro vitalício. No entanto, este último governador era nomeado pelo rei e, distante das decisões tomadas pelas administrações locais, tornava-se um instrumento armado e dirigido pelo governo central.” – Idem, “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Índias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, p. 239.

indivisibilidade da nação portuguesa.[...]”³⁷⁸. Nesse momento, os deputados "integracionistas" dominavam o Congresso e, por isso, a política das Cortes fundamentava-se na concepção radical do exercício da soberania da nação, una e indivisível, o que se desdobrava em algumas diretrizes: a indiferenciação dos deputados eleitos nas províncias do Brasil ou em Portugal como deputados da Nação; a total centralização em Lisboa; a força dos argumentos em detrimento da intervenção armada na América e uma proposta de controle dos governos das províncias³⁷⁹.

Até o momento, o silêncio dos delegados de Pernambuco contra os decretos das Cortes de setembro de 1821 e a sua aprovação garantiu a eles o afastamento do governo da província do capitão general Luís do Rego Barreto. Ele representava a repressão enviada pelo governo de D. João VI contra o movimento revolucionário de 1817. No entanto, essa aliança não se perpetuou e foi rompida com a aproximação dos deputados pernambucanos das ideias de Borges Carneiro. Essa aproximação pode ser verificada nos discursos desses deputados pela aprovação de artigos retirados do texto constitucional espanhol que eram fundamentados na concepção da representação do deputado como porta-voz dos interesses da província pela qual foi eleito e, então, defendiam a “igualdade política das porções do Império”. Nas Cortes de Lisboa, esses liberais justificavam a sanção desses artigos como a decisão “mais liberal” para o Império português³⁸⁰.

O discurso dos deputados por Pernambuco afirmava a distinção dos deputados no Congresso como defensores dos interesses provinciais, ou mesmo, em última instância, de interesses americanos. Nessa defesa estava o princípio de que o pacto era algo construído politicamente naquela arena e não produto de laços tradicionais e de uma história comum dos

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

³⁷⁹ “[...] Assim como o liberal espanhol Arguelles, apostava nas soluções constitucionais para a realização da unidade nacional. Preferia a força dos argumentos e custou a aceitar a intervenção armada na América. Fundamentava a unidade, a ser racionalmente pactada em Lisboa, em uma tradição assentada durante os séculos: a de uma mesma família espalhada pelos ‘quatro cantos do mundo’ e que se reconhecia na origem comum, de uma mãe pátria europeia. A integração política dessa nação deveria ocorrer, tal como na concepção espanhola, na afirmação da homogeneidade. Para os “integracionistas”, não havia diferenças entre os deputados eleitos na América ou em Portugal: eram todos, igualmente, deputados da Nação. Dessa concepção, extraíam a necessidade da total centralização: Executivo (reis e ministros), Legislativo (as Cortes) e Judiciário (as instâncias máximas para os julgamentos) deveriam estar sediadas em Lisboa. E, por isso, propunham a extinção dos poderes do Rio de Janeiro e, paralelamente, adiantavam uma proposta para o controle das províncias.” – Idem, *Ibidem*.

³⁸⁰ Essa defesa foi utilizada para a aprovação de diversos artigos, já que o projeto da Constituição portuguesa, base para a discussão nas Cortes de Lisboa, utilizou o texto constitucional espanhol e a Constituição francesa de 1791 como diretrizes para sua formulação e, por isso, diversos de seus artigos eram extraídos ou muito semelhantes às normas constitucionais espanholas. Por exemplo, na sessão dos dias 14, 21 e 24 de setembro de 1821, o artigo que estabelecia a necessidade da presença de deputados do ultramar para a abertura das Cortes; nas sessões do dia 12 e 14 de novembro de 1821, a norma que determinava a distinção entre membros do ultramar e da metrópole na formação da Junta Permanente das Cortes.

quatro cantos da nação portuguesa. Para eles, nas Cortes deveriam se reunir deputados que conhecessem as realidades provinciais e que, por isso, fossem capazes de interpretar interesses especificamente ultramarinos e defender uma legislação apropriada. Nesse sentido, para esses deputados, os interesses da Nação eram gerais por se constituírem das aspirações da totalidade das “partes”, onde a realidade e necessidades de cada uma das províncias do Império não eram plenamente compreendidas por qualquer deputado que não fosse o seu mandatário, autorizado pelo processo eleitoral³⁸¹.

Essa concepção de representação assemelha-se à utilizada pelos deputados hispano-americanos nas Cortes espanholas e foi defendida pelos deputados “moderados” e contestada pelos “integracionistas”. Por um lado, a aprovação desses artigos espanhóis pela Assembleia portuguesa não interessava à organização de Império visualizada pelos “integracionistas” que tinham interesse na centralização do Império em Lisboa.

No plano retórico, essa oposição converteu-se no embate entre duas concepções de representação: a do deputado da nação, defendida pelos “integracionistas”, e a do deputado como porta-voz dos interesses da província de sua circunscrição eleitoral, utilizada por pernambucanos e “moderados”. Por outro lado, os representantes de Pernambuco

³⁸¹ Na discussão da formação da Junta Permanente de Cortes, a indicação do deputado de Pernambuco, Muniz Tavares, radicalizava a concepção da paridade: ““Não podendo uma só Deputação permanente de Cortes, residindo na capital de Portugal, preencher exatamente o fim, para que é criada, por motivos que ninguém ignora: proponho, como aditamento ao artigo 38, que as Cortes, antes de se dissolverem elegerão duas Deputações da mesma maneira que o artigo prescreve, só com a diferença de que uma residirá na capital de Portugal, e será composta de Deputados das províncias da Europa, e a outra residirá em qualquer das províncias do Brasil, e será igualmente composta dos Deputados das províncias do Ultramar; tendo a seu cargo além das obrigações indicadas no artigo manter uma correspondendo invariável com as câmaras de cada uma das províncias, a fim de ter bem liquidadas as necessidades, que padece cada uma delas, e representar às Cortes em cada ajuntamento que fizerem.” - DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 12 de novembro de 1821, p. 3048. Ainda na discussão do mesmo tema, o discurso do mesmo deputado é exemplar da concepção dos deputados pernambucanos: “[...] Portanto direi, logo os meus sentimentos, e vem a ser que não nos devemos regular nesta matéria por vans teorias. Cada um Deputado, qualquer que seja a província a que pertence, é representante da Nação, isto é, deve promover o bem geral da Nação; mas cada um Deputado de qualquer província sempre é Deputado daquela província que o elegeu. Isto venceu-se no artigo 76, e esta decisão ha de estar na ata. Ora quando se trata de escolher entre estes Deputados aqueles que devem ficar de guarda á Constituição sendo estes Deputados de Portugal, e do Ultramar, devem eleger-se necessariamente Deputados de uma, e outra parte; nem se diga que isto é macaquice da constituição espanhola. Os legisladores de Cádiz maduramente considerarão quanto lhes importava harmonizar com seus irmãos de América; virão que eles até então tinham sido excluídos dos eminentes empregos, e em consequencia para darem uma prova decisiva de que este mau tempo tinha passado, estabelecerão um igual artigo na sua Constituição. Os Brasileiros tem dado provas decisivas de adesão a Portugal. E porque não havemos nós dar também uma prova decisiva da alta consideração que eles merecem? Mormente tendo-se praticado com eles até agora o mesmo terribilíssimo sistema de exclusão, apesar da sede da monarquia ter-se transplantado para ali? Nem se pode dar peso algum ao que disse um ilustre Preopinante, que foi só a constituição espanhola que se lembrou desta especulação. A constituição espanhola lembrou-se porque só a Espanha conservava riquíssimas possessões na América, e as mais nações não as tinham. Por tanto a não se aprovar a minha indicação voto pelo artigo tal como está. [...]” – Ibidem, 14 de novembro de 1821, p. 3074. Além disso, Márcia Berbel analisa essa concepção de representação em: BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 109-111.

aproximavam-se da proposta de “mercado integrado” do líder “moderado”, Borges Carneiro, vista como opção razoável diante da proposta da “nação integrada” de Fernandes Tomás. Em contrapartida, os deputados “moderados” defendiam a aprovação de artigos semelhantes ou iguais aos do constitucionalismo espanhol como a decisão “mais liberal” para o Império português e, então, concediam aos representantes do Brasil as mesmas reivindicações que os deputados espanhóis conferiram aos representantes hispano-americanos³⁸². Assim, duas formas de defesa da decisão “mais liberal” foram utilizadas no debate como definidora de diferentes formas de entender a representação.

O discurso dos deputados “moderados” era que a aprovação pelas Cortes de Lisboa de artigos que estabeleciam a “igualdade política” de todas as partes do Império e eram retirados da Constituição espanhola era a decisão “mais liberal”, pois, da mesma forma que na experiência espanhola, a aprovação desses artigos funcionava como uma prova do empenho dos deputados portugueses em benefício da união do Império. Segundo seus discursos, esses artigos concediam as mesmas prerrogativas políticas aos deputados e às províncias do Brasil e de Portugal e estabeleciam a igualdade política entre a totalidade das “partes” do Império. Dessa maneira, esses deputados pretendiam recuperar a memória em torno das tentativas dos deputados espanhóis em manterem a unidade do Império³⁸³.

Os deputados “integracionistas” opunham-se a essa concepção pela contestação da

³⁸² Por exemplo, a aprovação da Junta Permanente das Cortes com a distinção de seus membros entre deputados de Portugal e do ultramar.

³⁸³ A discussão da formação da Junta Permanente das Cortes pode ser apontada como exemplar para a análise desses posicionamentos e foi analisado especificamente por Ana Cristina Nogueira da Silva em “Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o ‘modelo’ colonial português do século XIX”. In: Revista eletrônica *Almanack Braziliense*, Nº 09, maio de 2009. Disponível em <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2010. Nesse sentido, os debates em que essa diferenciação de concepções de representação se apresentaram foram analisados por Márcia Regina Berbel. Cf. BERBEL, Márcia Regina. *Ibidem*, p. 99-111.

Uma fala exemplar dessa argumentação dos “moderados” foi a do deputado Macedo, na sessão do dia 14 de novembro de 1821, em defesa da distinção de membros do ultramar e da metrópole na Junta Permanente das Cortes. Vale a pena a transcrição: “Tem-se dito, que talvez não lembraria esta declaração do numero dos Deputado, de Ultramar que deve compor a deputação permanente se acaso não estivesse na constituição espanhola. Digo eu, que se acaso os espanhóis se não lembrassem de fazer uma Constituição, também nós muito provavelmente nos não lembraríamos de outro tanto: e posto isto, não posso deixar de adotar uma opinião que foi aprovada pelos legisladores de Cádiz em igualdade de circunstancias. Os mesmos motivos políticos que eles tiveram, assento eu que temos nós também; consequentemente julgo que devemos seguir o seu exemplo. Tenho ouvido proclamar o principio de que deve haver igualdade entre os Portugueses europeus, e ultramarinos. É porém necessário que este principio não só se publique em teoria, mas se ponha em pratica: e ninguém pode negar que o Congresso dará uma prova clara de que reconhece de facto esta igualdade, estabelecendo que haja um numero igual de Deputados europeus, e ultramarinos ha deputação permanente, que na verdade vem a ser uma junta de mui grande importância. Por conseguinte se temos em vista estreitar os vínculos, que nos unem aos nossos irmãos de Ultramar, será mui conducente para este importante fim o determinar na Constituição, que na deputação permanente haja a possível igualdade de indivíduos de um e outro hemisfério.”- DIÁRIO das Cortes de Lisboa. 14 de novembro de 1821, p. 3074.

utilização da experiência espanhola como exemplo para o constitucionalismo português. Eles defendiam que a partir do momento em que os deputados ocupavam assento no Congresso tinham a autoridade do exercício da soberania da nação, una e indivisível, e não eram mais diferenciados pela identidade da província que o elegeu, o que se pode chamar de representação do “deputado da nação”. Eles defendiam que a decisão “mais liberal” era aquela que, ao manter esse princípio de representação, demonstrava a maior liberalidade dos deputados de Portugal em relação aos congressistas espanhóis. Concretamente, esse princípio de exercício da soberania pretendia evitar indicações como a do deputado pernambucano Zeferino dos Santos em favor da espera dos delegados fluminenses a fim de discutir o envio de tropas para o Rio de Janeiro. Esse pedido significava a incapacidade dos deputados de decidirem medidas que não fossem exclusivamente relativas às suas unidades eleitorais e era uma ameaça à legitimidade das decisões tomadas até aquele momento nas Cortes de Lisboa.

Em 15 de dezembro de 1821, tomaram assento nas Cortes os deputados da Bahia. Segundo Márcia R. Berbel, “a chegada da delegação baiana alterou significativamente” as forças políticas nas Cortes³⁸⁴. Até então, os deputados “integracionistas” eram minoritários no Congresso, como vimos, eles foram vitoriosos na proposta de organização dos governos provinciais, inclusive, com os votos dos deputados pernambucanos. Não havia uma bancada “brasileira” e outra “portuguesa” no Plenário. A historiadora Márcia R. Berbel afirma que a chegada desses congressistas no Congresso português “[...] gerava, então, grande expectativa” nos deputados portugueses³⁸⁵.

Um dos deputados baianos, Cipriano Barata, na sessão do dia 17 de dezembro do mesmo ano, por meio de uma indicação, retomava a concepção de representação defendida pelos deputados pernambucanos e propunha: “[...] suspender o progresso da discussão de Constituição enquanto se não reunirem todos os Deputados do Brasil, e para se discutirem de novo os artigos já aprovados sem audiência dos mesmos [...]”³⁸⁶. A indicação ficou para segunda leitura e foi refeita pelo mesmo deputado na sessão do dia 19 do mesmo mês e ano, quando foi assinada também pelo outro deputado da Bahia, Francisco Agostinho Gomes³⁸⁷:

³⁸⁴ BERBEL, Márcia Regina. *Ibidem*, p. 111.

³⁸⁵ *Idem*. *Ibidem*.

³⁸⁶ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 17 de dezembro de 1821, p. 3440.

³⁸⁷ Filho de Agostinho Gomes e Isabel Maria Maciel Teixeira, Gomes nasceu em 4 de julho de 1769 na Bahia e faleceu em 19 de fevereiro de 1842. Destinado à vida eclesiástica, chegou a tomar ordens de diácono, mas não prosseguiu com os estudos e passou a se dedicar às Ciências Naturais, Economia Política e Literatura. Em 1821, foi eleito deputado nas cortes portuguesas pela província da Bahia, estava entre os deputados que se recusaram a assinar a constituição, indo de Lisboa para Falmouth. Foi deputado pela Bahia na Constituinte de

Devendo ser o artigo 21 das bases da Constituição religiosamente observado; sendo incontestável que o estabelecimento de leis orgânicas exigem conhecimentos locais dos países que elas tem por fim organizar; sendo finalmente certo que alguns dos artigos do projeto de Constituição já discutidos por esta soberana Assembleia, não podem deixar de ser modificados para que possam ser úteis ao Brasil; proponho: que se declare na ata, que nós pelo fato de tomar assento neste augusto Congresso, não aprovamos alguns dos artigos já aprovados; e que toda a matéria da Constituição até agora vencida, e a que se for vencendo daqui em diante, não se julgue definitivamente sancionada para obrigar o Brasil, se não depois que se acharem reunidos a esta assembleia todos os representantes daquele Reino; podendo em consequência submeter-se a nova discussão, alteraste qualquer artigo, que se conhecer não convir aquele país.³⁸⁸

Em sua indicação do dia 19 de dezembro de 1821, o deputado baiano fundamentava sua proposta com a legalidade do artigo 21 das Bases da Constituição portuguesa, em que se registrava:

[...] somente **à nação pertence fazer a sua constituição ou lei fundamental**, por meio de seus **representantes legitimamente eleitos**. Esta lei fundamental obrigará por ora somente aos portugueses residentes nos reinos de Portugal e Algarves, que estão **legalmente representados nas presentes Cortes**. Quanto aos que residirem nas outras três partes do mundo, ela lhes tornará comum, logo que pelos seus legítimos representantes declarem ser esta a sua vontade³⁸⁹.

No texto do artigo 21 das Bases, a “nação” não se relacionava estritamente ao termo “portugueses”, ela era formada pela representação que tinha poderes para estabelecer a “constituição ou lei fundamental”. Ainda segundo o artigo, a Constituição decidida pelos deputados reunidos em Cortes obrigava os “portugueses residentes” nos domínios do Império que, através de seus “representantes”, declarassem ser essa “a sua vontade”. Assim, segundo o regulamento desse artigo, a “nação” era formada pelos “representantes legitimamente eleitos”, isto é, necessariamente, a “nação portuguesa” era politicamente constituída pela

1823 e na 1ª legislatura brasileira em substituição ao Visconde de Cayru. Em 1826, foi Senador. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento, *Dicionário Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional de Imprensa e Imprensa Nacional, 1883, volume 3, pp. 383-384; GUIMARÃES, Argeu, *Diccionario Bio Bibliographico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1938, p. 199; MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo, *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typografia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, volume 2, p. 283.

³⁸⁸ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 17 de dezembro de 1821, p. 3474.

³⁸⁹ Apud: BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 112. (Grifo nosso)

representação.

O artigo 21 das Bases portuguesas legitimava a indicação dos deputados da Bahia e a sua utilização ligava-se à defesa de duas concepções relacionadas: a do exercício da soberania das “partes”³⁹⁰ e a da representação que concebia o deputado como mandatário dos interesses da localidade da sua circunscrição eleitoral. Como já foi dito, entre os deputados portugueses era generalizada a definição das Cortes como o lugar por excelência da soberania, pois, através da reunião dos representantes da “Nação” portuguesa, ela se expressava por meio do ato legislativo³⁹¹. Entretanto, o modo de conceber o exercício da soberania da nação não era um consenso entre eles e essa definição determinava uma forma específica de entender a representação e, então, de organizar o Império. Cada uma das formas de entender essa relação entre exercício da soberania, representação e organização do Império era defendida pelos deputados como a decisão política “mais liberal” para a construção do Império português e era definida por meio do diagnóstico da experiência constitucional atlântica.

Assim, através das Bases portuguesas que eram “[...] o documento legal ante o qual se

³⁹⁰ Esse termo deriva das análises do estudo de Márcia R. Berbel – Idem. Ibidem – e da análise de Ana Cristina Nogueira da Silva. Cf. NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina, *A cidadania nos trópicos*. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880). Lisboa: tese defendida pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

³⁹¹ “No plano político, a liberdade da Nação chamava-se “soberania”, que – dizia o artº 26º – “residia essencialmente em a Nação”, não podendo “porém, ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos”. A palavra “essencialmente visava distinguir entre o detentor originário da soberania e o seu exercício atual, já que a possibilidade de a nação a exercer direta e imediatamente – em democracia direta – aparecia como inviável. A soberania consistia em a Nação não ser patrimônio de ninguém, em só poder ser representada politicamente pelos seus representantes eleitos e em ter o exclusivo do poder constituinte e legislativo. Isto também constitui uma reivindicação liberal recentíssima, pois antes, a “soberania” tinha como sujeito os reis (ou os reinos) e apenas apontava para a ideia do caráter absoluto do seu poder, ou seja, para a sua isenção relativamente a qualquer outra jurisdição (nomeadamente, superior). O que acontece nas constituições liberais do tipo da de 1822 é que o sujeito da soberania passa a ser, exclusivamente, a Nação, que, ao mesmo tempo em que se declara isenta de qualquer poder superior (aspecto externo da soberania), também não reconhece qualquer poder interno autônomo ou paralelo com quem tenha que dialogar ou pactar, desqualificando os poderes internos existentes como meramente delegados, quer estes sejam o poder real, quer sejam um poder inferior (aspecto interno da soberania).

A soberania manifesta-se, antes de tudo, no primado da lei, como expressão da autodeterminação da Nação. Por isso, os representantes eleitos da Nação têm o exclusivo da legislação (mas não da definição do direito, como se verá); e, por isso também, a lei não necessita do consentimento dos destinatários. Depois, manifesta-se na reserva para o legislativo (sem sanção real) dos atos políticos mais importantes. Finalmente, manifesta-se na vinculação de todos os poderes, agentes e actividades do Estado em relação à lei: o poder executivo tem como finalidade “fazer executar as leis” (art. 122); os secretários de Estado respondem pela falta de observância das leis, o mesmo acontecendo com os Conselheiros de Estado (art. 169); os impostos não são obrigatórios se não tiverem sido votados em cortes (arts. 224, 234); os funcionários não são proprietários dos seus ofícios (art. 13), respondendo pelas violações da constituição e das leis (art. 14); a força militar está sujeita ao governo e ligada por uma obediência essencial (arts. 171 e 172); as juntas de administração e as câmaras devem obediência às leis nas matérias de governo administrativo e económico (arts. 216, 218).” - HESPANHA, Antonio Manuel, *Guiando a Mão Invisível* – Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português. Coimbra : Livraria Almedina, 2004, pp. 51-52.

faziam os juramentos e que servia de base para a eleição dos deputados. [...]”³⁹², Cipriano Barata e Agostinho Gomes destacavam o fundamento do novo governo constitucional para levar ao limite o que, como vimos, Ana Cristina Nogueira da Silva nomeia como “o problema da diversidade legislativa”³⁹³. Nesse sentido, na indicação, a afirmação que era “[...] incontestável que o estabelecimento de leis orgânicas exige conhecimentos locais dos países que elas têm por fim organizar [...]”, relacionava-se com a defesa que a diversidade entre o Reino de Portugal e o do Brasil, ou ainda, entre as províncias da totalidade do Império, exigia uma legislação específica para cada “parte”³⁹⁴.

Pode-se dizer que esse debate recupera as discussões relativas às definições de exercício da soberania da nação, de acordo com determinadas concepções de representação que foram formuladas nos processos de independência das treze colônias, na revolução francesa e nas emancipações da América espanhola. Nesse sentido, pode-se traçar uma ligação entre a concepção da representação “virtual” – utilizada pelos parlamentares ingleses para justificar a inexistência dos representantes das colônias americanas no Parlamento –, o princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, na definição do “deputado da nação”, presente na Constituição francesa de 1791, o mesmo definido pelos deputados da Espanha nas Cortes de Madri – contra as propostas autonomistas dos hispano-americanos – e, finalmente, a concepção utilizada pelos deputados “integracionistas” nas Cortes portuguesas³⁹⁵. Isto é, todas essas concepções vislumbravam a unidade da nação como um

³⁹² BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 112.

³⁹³ NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina, *A cidadania nos trópicos*. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880). Lisboa: tese defendida pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 19. A questão da “diversidade legislativa” para a autora foi discutida na introdução desse capítulo.

³⁹⁴ Márcia R. Berbel destaca a utilização do termo “país” e “reino” e a não menção de “nação” na indicação e, sobre isso, afirma: “(...) Notava a ausência de representantes do reino do Brasil, os quais dariam conhecimento sobre a realidade de seu país. Este podia ser entendido como o próprio reino, e então os deputados presentes poderiam cumprir o papel referido acima.” – BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 113.

³⁹⁵ Ao analisar o “decreto de outubro”, Márcia Regina Berbel compara a concepção “integracionista” e a do liberal espanhol Arguelles: “(...) O líder Manuel Fernandes Tomás repetia as máximas dos liberais vizinhos ao afirmar a união e a indivisibilidade da nação portuguesa. Assim como o liberal espanhol Arguelles, apostava nas soluções constitucionais para a realização da unidade nacional. Preferia a força dos argumentos e custou a aceitar a intervenção armada na América. Fundamentava a unidade, a ser racionalmente pactada em Lisboa, em uma tradição assentada durante os séculos: a de uma mesma família espalhada pelos ‘quatro cantos do mundo’ e que se reconhecia na origem comum, de uma mãe pátria europeia. A integração política dessa nação deveria ocorrer, tal como na concepção espanhola, na afirmação da homogeneidade. Para os “integracionistas”, não havia diferenças entre os deputados eleitos na América ou em Portugal: eram todos, igualmente, deputados da Nação. Dessa concepção, extraíam a necessidade da total centralização: Executivo (reis e ministros), Legislativo (as Cortes) e Judiciário (as instâncias máximas para os julgamentos) deveriam estar sediadas em Lisboa. E, por isso, propunham a extinção dos poderes do Rio de Janeiro e, paralelamente, adiantavam uma proposta para o controle das províncias.” – Idem. “Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas”.

todo homogêneo.

Em contrapartida, pode-se relacionar a ideia de representação utilizada pelos colonos ingleses no processo de independência das treze colônias e deputados das colônias espanholas e portuguesas nas Cortes em Cádiz, Madri e Lisboa. Os americanos ingleses contestavam a representação “virtual” com uma outra forma de entendê-la que, como vimos, era resultado de uma concepção de exercício da soberania chamada “compartilhada” e que defendia a legitimidade do Parlamento pela reunião da totalidade dos representantes do Império, cada um como porta-voz dos interesses da sua comunidade local³⁹⁶. A mesma ideia era central na definição da unidade da nação formada pela “coleção hispânica” e utilizada pelos deputados americanos nas Cortes em Cádiz e os da Nova Espanha nas Cortes de Madri, estes últimos, quando defendiam sua proposta de autonomia³⁹⁷. Nas Cortes em Lisboa, deputados pernambucanos e baianos defendiam o exercício da representação de acordo com a identidade do deputado com a sua circunscrição eleitoral e, então, a legitimidade da Assembleia era garantida somente pela reunião da totalidade dos representantes de cada província do Império

In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas* – Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 239.

³⁹⁶ Cf. BAILYN, Bernard. “Representação e Consenso”. In: *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 2003, pp. 158-169 e FIORAVANTI, Maurizio, *Constitucion – de la Antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001. Além disso, essas definições formuladas a partir da análise do processo de independência das treze colônias foram exploradas na introdução desse capítulo.

³⁹⁷ Assim como os colonos ingleses que retomaram a tradição medieval britânica para fundamentar a sua concepção de representação, os deputados espanhóis também reivindicavam os direitos tradicionais dos “vecinos” como habitantes do Império espanhol para formular a concepção de “coleção hispânica”. Sobre essa concepção Cf.: CHUST, Manoel, “Nacion y federacion: cuestiones del doceañismo hispano”. In: _____(org.), *Federalismo y cuestión federal em España*. Castellon de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2004. Além disso, Márcia Regina Berbel ao analisar a reivindicação da igualdade política dos deputados americanos nas Cortes em Cádiz mostra a utilização política dessa concepção e, para isso, destaca o discurso do deputado peruano Ramón Feliu: “(...) Os americanos destacavam a heterogeneidade da Nação Espanhola e, por isso, argumentavam pela necessidade de representação, em igualdade de direitos, das diversas partes e setores da população americana. Argumentavam que só este reconhecimento impediria o esfacelamento do Império. Enfrentaram as teses defendidas pelos liberais europeus na afirmação da unidade: para estes últimos, tratava-se de buscar uma integração da Nação indivisível e entendida como homogênea, a partir da definição racional dos direitos políticos.

Na defesa da primeira concepção, um deputado peruano dizia: 'Assim como a soberania una e indivisível se divide praticamente no exercício de suas faculdades, também se compõe de partes real e fisicamente distintas, sem as quais, ou sem muitas delas, não se pode entender a soberania. As nações diversas, as províncias de uma mesma nação, os povos de uma mesma província e os indivíduos de um mesmo povo, se relacionam hoje, como se relacionam os homens no estado natural. Nele, cada homem é soberano de si mesmo e a coleção dessas soberanias individuais resulta na soberania do povo. Entendo por esta soberania, não a independência da legítima autoridade superior, mas uma soberania negativa, e que se relaciona apenas com outro povo igual. Da soma da soberania dos povos nasce a soberania da província [...] e a soma de soberanias das províncias constitui a soberania da Nação'. (...)” - BERBEL, Márcia Regina. “Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas”. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas* – Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, pp. 28-29.

e, como veremos, essa concepção de representação foi depois generalizada entre os deputados do Brasil³⁹⁸. Enfim, os colonos opunham-se aos discursos dos representantes da metrópole através de uma concepção da unidade da nação baseada na heterogeneidade e, por isso, o Plenário era soberano quando formado pela reunião da totalidade das “partes” da nação.

Desse modo, nas experiências britânica, espanhola e portuguesa, os liberais debateram sobre diferentes concepções de exercício de soberania da nação na forma da definição da representação. Da mesma maneira, nesses debates, o objetivo de salvaguardar a legitimidade da Assembleia como *locus* da soberania da nação e, então, garantir a centralização dos Impérios nas suas porções europeias era comum entre os deputados metropolitanos ingleses, espanhóis e “integracionistas”. Por sua vez, os deputados americano-ingleses, hispano-americanos e eleitos pelas províncias de Pernambuco e Bahia legitimavam seus interesses pela utilização da concepção do exercício da soberania, fundamentado na definição da unidade da nação como a totalidade das “partes” do Império e, por isso, cada deputado era definido como o porta-voz dos interesses locais³⁹⁹.

Dessa forma a indicação dos deputados baianos mostra a concretização normativa de uma concepção de representação como exercício da soberania da nação. Num primeiro momento dos debates portugueses, os deputados metropolitanos “moderados” estavam dispostos a atender às reivindicações feitas pelos deputados do Brasil. No entanto, depois das inúmeras tentativas, esse quadro foi se modificando e as tensões entre deputados tornaram-se cada vez mais profundas.

Nesse sentido, a radicalização dos discursos produzia o enfrentamento de dois posicionamentos centrais que eram defendidos por seus porta-vozes como as definições políticas “mais liberais” na construção do Império português. A partir de 11 de fevereiro de 1822, com a chegada no Congresso dos deputados de São Paulo⁴⁰⁰, a polarização entre

³⁹⁸ “As discordâncias apresentadas pelos deputados do Brasil até o final de 1822 ressaltavam a heterogeneidade do Império português, tal como os americanos haviam feito na Espanha. Esta heterogeneidade – da nação portuguesa, dos ‘povos do Brasil’ e das províncias – era implicitamente entendida como justificativa para a autonomia pleiteada. (...) Ressaltando a heterogeneidade, clamavam pela ampliação da representação, mas sempre associada à inclusão de todas as províncias do Brasil.

Aproximavam-se, então, da concepção apresentada em Cádiz e em Madri sobre a unidade de uma nação/colecção. (...)” - “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Indias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, p. 240.

³⁹⁹ Márcia Regina Berbel analisa essa ligação entre as retóricas políticas utilizadas nas experiências constitucionais atlânticas na questão da reivindicação da autonomia pelos colonos. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 225-254.

⁴⁰⁰ Os deputados por São Paulo que tomaram acento no Congresso foram três: Diogo Antonio Feijó, Antonio Carlos de Andrada e Silva e Nicolau Campos Vergueiro. Sobre a chegada da bancada de São Paulo: “A chegada dos primeiros paulistas, porém, iniciou alteração significativa no conteúdo das discussões do Congresso.

diferentes concepções de representação e, então, de diferentes propostas de organização do Império, tornou-se drástica⁴⁰¹. Pelas análises deste estudo, pode-se dizer que a pluralidade dos deputados de Portugal passou a defender que o Império “mais liberal” era aquele que radicalizava o princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, de inspiração francesa e, para isso, organizava-se com um único centro Executivo e Legislativo, concentrados em Lisboa. Com esse fim, os congressistas minimizavam a importância de conceder as reivindicações dos deputados do Brasil quando, para isso, se abandonasse esses princípios em benefício da manutenção da unidade do Império. Eles justificavam esse posicionamento pela afirmação de que esse foi o “erro” dos deputados nas experiências constitucionais anteriores à portuguesa e, por isso, eles superariam essas experiências sendo “mais liberais” ao manter a todo custo o exercício da soberania da nação, una e indivisível.

De outro lado, os deputados do centro-sul do Brasil afirmavam que a decisão “mais liberal” no quadro dos movimentos constitucionais do atlântico era a que privilegiava o funcionamento do Império e, assim, a manutenção da sua unidade e o seu melhor aproveitamento político e econômico. Para eles, isso era possível com o estabelecimento de uma organização política com mais de um centro Executivo e Legislativo. Para isso, eles justificavam a delegação do poder real e, depois, a reivindicação de um Legislativo no reino do Brasil, pela relação entre uma série de princípios construídos durante os debates constitucionais e apropriados da experiência constitucional atlântica. Eles relacionavam a noção da unidade da nação formada por “partes” e, então, a representação nacional definida como legítima quando reunia a totalidade dos deputados das províncias do Império português, com a qualidade heterogênea do Império e a característica da “primazia do poder legislativo”

Como já foi visto, já haviam sido debatidos em 31 de janeiro os direitos de recurso de revista e suas instâncias, evidenciando as diferentes concepções sobre o grau de autonomia do Judiciário cabível às províncias ultramarinas. Vimos que a tônica das intervenções da maioria dos representantes brasileiros era a defesa da manutenção da autonomia provincial, prescindindo-se de um centro de decisão no reino do Brasil.” – Idem. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 127-128.

⁴⁰¹ “Durante o ano de 1822, o discurso sobre a diversidade das províncias que compunham a Nação e a necessidade de leis acomodadas a (e que acomodassem) essa diversidade e, para as formar, de deputados conhecedores das realidades locais, atingiu o seu ponto máximo, dando lugar à tese da necessidade absoluta da presença de deputados. Ouvi avançar outras proposições, que não me pareceram grande coisa, como que o poder real não podia ser delegado. Pois então o Rei da Suécia não denegava o poder de sancionar as leis? Em Escócia e Irlanda não acontece o mesmo? Não se lembra o ilustre Preopinante o Sr. Trigoso, que na América Inglesa os governadores respectivos têm o poder de sancionar as leis por todas as Assembleias? Por tanto *a posteriori* se vê que o poder real pôde ser delegado, nascidos e domiciliados no ultramar [...]”. Esse “ponto máximo” identificado pela autora “[...] esteve diretamente relacionado com a chegada, a 11 de fevereiro, dos deputados por S. Paulo [...]” – NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina, *A cidadania nos trópicos*. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880). Lisboa: tese defendida pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 23.

na concepção do exercício da soberania da nação.

A partir de janeiro até junho de 1822, as políticas predominantes no Congresso foram as dos deputados "moderados". Liderados por Borges Carneiro, a união defendida era pactuada através de uma relativa autonomia político-administrativa do Brasil em relação a Portugal e também pela manutenção de um mercado integrado. Inicialmente, a proposta de Carneiro obteve o apoio dos representantes da Bahia. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro já havia declarado sua permanência no Rio de Janeiro, contrariando o decreto "integracionista" de setembro de 1821. Essa decisão abriu uma frente de confronto direta entre o governo do Rio de Janeiro e o de Lisboa, a tal ponto que a ideia de uma integração de mercados ganhou força entre os deputados. Nesse sentido, a conciliação seria fundada na autonomia. Os baianos defendiam a existência de um Executivo eleito nas províncias, onde legislariam e seriam responsáveis por sua execução provincial⁴⁰².

Esse era o cenário em Lisboa com o qual os representantes paulistas deveriam lidar. Escolhidos pelas elites do centro-sul do Brasil, eles viajaram com diretrizes políticas bem definidas para a sua atuação no Congresso e que foram reunidas no que ficou conhecido na historiografia como "Programa de São Paulo". No que interessa a este estudo, o objetivo da Junta de São Paulo na formulação de uma nova proposta de organização para o Império português era conciliar a "primazia do poder legislativo" na definição do exercício da soberania da nação com a manutenção do estatuto de Reino Unido do Brasil pela permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro⁴⁰³.

Os deputados paulistas relacionavam a definição da unidade da nação formada por "partes", a valorização do Legislativo como único poder que concentrava a soberania e uma organização do Império com a delegação do poder real. Além disso, defendiam essa configuração do Império como a construção com maior "liberalidade", pois era o produto do diagnóstico das experiências constitucionais anteriores à portuguesa. Para analisar a relação estabelecida pelos deputados de São Paulo e, depois, articulada com deputados de outras bancadas do Brasil, este estudo analisa a discussão da defesa do "Programa de São Paulo" no debate da delegação do poder real e, posteriormente, a discussão em torno do projeto de

⁴⁰² BERBEL, Márcia Regina, *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 127-168. O envio de tropas para a província baiana em 22 de maio de 1822, contra o voto da maior parte dos deputados do Brasil, foi a medida que definitivamente aproximou os deputados da Bahia, São Paulo e Pernambuco.

⁴⁰³ A utilização da palavra "soberania" ou de seus derivados totaliza 32 discursos e 53 ocorrências nos Diários das Cortes. Entre os deputados que mais usam a expressão, estão os da província de São Paulo, que o fazem em 13 discursos, em especial, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva que a afirma 10 vezes. Outra bancada que se destaca na utilização da palavra é a baiana, que a emprega 12 vezes.

artigos adicionais à Constituição, apresentado pela Comissão de Negócios do Brasil, em 26 de junho de 1822⁴⁰⁴.

Na sessão de 11 de fevereiro de 1822, Antonio Carlos de Andrada, o principal orador da bancada de São Paulo, ao discutir a possibilidade do rei de delegar o poder de suspender magistrados à autoridades locais no reino do Brasil, afirmava:

[...] Ouvi avançar outras proposições, que não me pareceram grande coisa, como que o poder real não podia ser delegado. Pois então o Rei da Suécia não delegava o poder de sancionar as leis? Em Escócia, e Irlanda não acontece o mesmo? Não se lembra o ilustre Pre-opinante o Sr. Trigoso, que na América Inglesa os governadores respectivos têm o poder de sancionar as leis por todas as Assembleias? Por tanto *a posteriori* se vê que o poder real pode ser delegado. [...] ⁴⁰⁵.

Com esse discurso, o deputado paulista identificava no rei o poder soberano, no caso, responsável pela suspensão dos magistrados, porém, isso não impossibilitava a delegação do poder do rei. A experiência constitucional do Império britânico e a federação da América inglesa serviam a Antonio Carlos de Andrada como legitimação para afirmar que o poder real podia ser delegado sem constituir em divisão da soberania da nação. Nesse momento, a concepção de exercício da soberania, de representação e da organização de Império defendida por ele envolvia duas questões: a primeira, da possibilidade de delegação do Poder Executivo e, a segunda, da diferença entre a essência do princípio de soberania e a sua execução. Conforme o exemplo apresentado pelo deputado, essa delegação garantia a igualdade entre os “povos” portugueses do Brasil e de Portugal⁴⁰⁶.

A utilização da experiência constitucional do Império britânico e da América inglesa foi contestada pelo deputado “moderado” pela Estremadura, Trigoso⁴⁰⁷, por um argumento que foi diversas vezes reiterado ao longo das discussões nas Cortes de Lisboa. Ele afirmava que Antonio Carlos de Andrada confundia “países inteiramente diferentes” dos portugueses⁴⁰⁸. Isto é, para o deputado, a natureza dos Estados de origem britânica e o português eram

⁴⁰⁴ A análise do debate em torno do Ato Adicional à Constituição portuguesa será feita no próximo subitem desse capítulo.

⁴⁰⁵ No discurso: “[...] A respeito de dizer-se, que os povos apesar de gozarem os mesmos direitos não hão de ter todos as mesmas comodidades, digo, que se isto assim fosse, a nossa união não durava um mês; os povos do Brasil são tão portugueses, como os povos de Portugal, e por isso são de ter iguais direitos. [...]” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 11 de fevereiro de 1822, p. 147.

⁴⁰⁶ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 128.

⁴⁰⁷ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 268-273.

⁴⁰⁸ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 11 de fevereiro de 1822, p. 149.

diferentes, o que impedia comparar as suas experiências constitucionais. Sobre isso, ele afirmava:

[...] De quais (países) trata ele? Trata de países que tinham posto estabelecido antes de serem unidos: trata de países, que estabelecem um novo pacto para o fim de se unirem; trata de países que se confederaram para fazer um Estado. E qual é o nosso país? O nosso país é aquele que esteve unido com o Brasil desde o descobrimento do Brasil: é aquele que esteve unido com todas as províncias ultramarinas desde o seu descobrimento; que formou o Reino Unido antes mesmo de ter este nome; que muito antes da regeneração política estava unido a Portugal; e que veio a fazer a sua regeneração quase no mesmo momento que Portugal a fez; por isso é um Reino inteiramente unido, que não estava desmembrado que não se formava de províncias isoladas. [...] ⁴⁰⁹

O deputado Trigoso contestava a defesa da delegação do poder real, defendida pelo deputado paulista, utilizando-se da diferença entre o tipo de pacto estabelecido entre os Estados de origem anglo-saxônica e os de origem ibérica. No primeiro caso, ele afirma que um Estado estava se construindo no momento da fundação do pacto, ou seja, a “nação” britânica era uma construção política. Segundo o congressista, ela aglutinava diferentes “países” em um único Império e, por isso, formava uma “confederação” que se mantinha unida por vínculos estritamente políticos, por exemplo, pela delegação do poder real. No Império português, a “Nação” se “regenerava”, isto é, havia uma história, uma tradição, que unia Portugal e Brasil e que devia se concretizar no pacto político da nação.

Ele se opunha ao discurso do deputado de São Paulo atribuindo-lhe a concepção de exercício de soberania de inspiração anglo-saxônica. Como já vimos, a soberania da nação, una e indivisível, defendida por Trigoso era o fundamento do projeto “da unidade nacional por meio da integração irrestrita”⁴¹⁰ de centralização em Lisboa e proposta pelos deputados “integracionistas”. Nesse momento, seu discurso sinaliza para a configuração de uma oposição entre deputados de Portugal e do Brasil na disputa em torno das concepções de exercício da soberania da nação e de representação, reduzindo a divergência política entre deputados de Portugal “integracionistas” e “moderados”.

Os debates portugueses envolvendo a delegação do poder real continuaram na sessão do dia 13 de fevereiro de 1821 com posicionamentos cada vez mais radicalizados. O tema da sessão era o da criação de uma autoridade do Poder executivo no Brasil com o objetivo de

⁴⁰⁹

Ibidem.

⁴¹⁰

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 109.

suspender magistrados conforme determinações da lei.

O deputado da Bahia, Cipriano Barata, foi o primeiro a discursar. Ele defendia a delegação do Poder Executivo como uma forma de “[...] estreitar os vínculos de união entre o Brasil e Portugal e fazer desaparecer os inconvenientes das distâncias [...]”⁴¹¹. Com seu discurso, o deputado baiano se opunha aos deputados “integracionistas” que discursaram nas sessões anteriores sobre o mesmo tema. Ele se apropriava da experiência francesa com o objetivo de contestar a radicalização da concepção de exercício da soberania da nação, una e indivisível, que eles utilizavam e afirmava:

[...] Por isso não direi o que já disse um representante na assembleia Francesa: antes se percam todas as colônias, do que se desminta um só dos nossos princípios. Nós não somos franceses, somos portugueses; por isso devemos procurar o bem da Nação, ainda que alteremos alguns desses princípios; pergunto eu: quando os povos refundindo e reformando o seu governo, reassumem a sua soberania, não encerram em si todos os poderes? certamente que sim: e depois de que forma os manejam? Eles delegam o poder executivo. Este último poder se ramifica e sub-delega. E sendo isto assim, não se a de delegar para o Brasil uma porção ou parte deste poder? Dizem os Preopinantes que o país é muito distante; que tem muitos inconvenientes, e eu digo que estará muito perto, uma vez que o Soberano Congresso o saiba unir com boas leis.[...]”⁴¹²

Com esse discurso, o deputado Cipriano Barata recuperava os acontecimentos da Assembleia Constituinte francesa de 12 de maio de 1791, quando Robespierre respondeu com essas palavras aos colonos das Antilhas que se recusavam a autorizar o voto aos escravos, porém, queriam incluí-los no censo eleitoral para a eleição de deputados às Assembleias parisienses e, com isso, aumentar a sua representação no Legislativo⁴¹³. Pode-se dizer que a intenção do deputado baiano ao estabelecer a semelhança entre os jacobinos e os deputados “integracionistas” era insinuar que, da mesma forma que o radicalismo dos deputados franceses ao defenderem seus princípios custou a eles a fragmentação do Império, a atitude dos deputados de Portugal ao negarem a delegação do Poder Executivo por meio da

⁴¹¹ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1822, p. 170.

⁴¹² Ibidem. (Grifo nosso)

⁴¹³ “O famoso grito de Robespierre (‘Pereçam as colônias, mas salvem-se os princípios...’), situado em seu contexto e restabelecido em sua formulação exata (Assembleia Constituinte, sessão de 12 de maio de 1791), não tem o alcance ideológico que com frequência lhe atribuem. Trata-se de uma ressalva, entre muitas outras (especialmente as de Brissot e Mirabeau Filho), contra a pretensão dos colonos antilhanos, que recusavam o direito de voto aos seus escravos mas queriam contabilizá-los no total da população, com vistas a aumentar o número de seus próprios representantes nas assembleias parisienses.” – FERRO, Marc. *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 2004, p. 728.

radicalização do princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, faria com que eles perdessem o Brasil.

O congressista da Bahia afirmava que para o “bem da Nação” portuguesa deviam ser alterados alguns princípios. A transformação proposta pelo deputado estabelecia-se pela distinção entre o princípio da soberania e o seu exercício, o que ele chamava de “manejo”. Para ele, o “povo” era a fonte da soberania da nação e a sua delegação era o que dava legitimidade para cada Poder. Assim, com essa diferença explorada pelo deputado, o princípio da soberania, relacionado com a ideia francesa de “institucionalizar a soberania popular”⁴¹⁴, conciliava-se com a delegação do Executivo no Brasil, algo que os deputados “integracionistas” negavam por meio da radicalização do exercício da soberania da nação, una e indivisível.

O discurso de Cipriano Barata não teve repercussão imediata entre os deputados “integracionistas”. O próximo a discursar foi o deputado Borges Carneiro, que de maneira cautelosa admitia a delegação do Poder Executivo e, ao mesmo tempo, recuava diante da questão: “[...] Não entremos agora na questão de quais sejam as faculdades do poder executivo que admitam delegação [...]”⁴¹⁵.

Quem retomou o tema foi o deputado de Pernambuco, Araújo Lima, que tentou destacar a Constituição como a definidora da delegação do Poder Executivo. Dessa maneira, o deputado desvinculava da “natureza das coisas”, da “formação das sociedades” e da “teoria do sistema de representação”⁴¹⁶ a premissa de que o poder real era indelegável e tornava a questão passível de definição política nas Cortes, afirmando: “[...] é pois a Constituição que há de declarar quais são os poderes delegáveis [...]”⁴¹⁷. Com isso, o deputado contrariava a ideia dos deputados “integracionistas” de que o exercício da soberania, por ser a nação una e indivisível, era por natureza “indelegável”. Araújo Lima concluía: “se este poder (Executivo)

⁴¹⁴ “[...] O modelo francês diferia [do britânico] porque pretendia revolucionariamente refazer um Estado que a rigor já existia. No constitucionalismo francês o que se pretendia era transferir o poder do monarca e de uma classe para o povo soberano. Daí a ideia de institucionalizar a soberania popular, concentrando os poderes na Assembleia, constituinte primeiro e legislativa depois. [...]” - LOPES, José Reinaldo de Lima, “Iluminismo e Jusnaturalismo no Ideário dos Juristas da Primeira Metade do Século XIX”, pp. 202-203. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 203.

⁴¹⁵ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1821, p. 171.

⁴¹⁶ “[...] Já por mais de uma vez tenho dito que poderes reais e poderes indelegáveis não conheço se não aqueles que são declarados tais na Constituição. Não se acha na natureza das coisas, nem na formação das sociedades, nem na teoria do sistema de representação uma perfeita e exata divisão de poderes, de maneira que só por estas considerações gerais possamos marcar as atribuições de um ou outro poder. [...]” – Ibidem, p. 172-173.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 173.

não é de sua natureza indelegável, nem tal se acha decretado na Constituição, não (se) pode duvidar da sua utilidade, antes devendo ter seus efeitos para o Brasil [...]”⁴¹⁸.

Antonio Carlos de Andrada, deputado por São Paulo, também saiu em defesa da delegação do Poder Executivo, inclusive, esse era um dos pontos fundamentais do “Programa de São Paulo”⁴¹⁹. Para isso, o congressista não utilizava a mesma concepção de exercício da soberania do deputado Cipriano Barata, mas conciliava a ideia da soberania da nação localizada no Legislativo, una e indivisível, com a delegação do Poder Executivo. De acordo com seu discurso, ele reelaborava a noção francesa de exercício da soberania da nação, una e indivisível, tornando-a “mais liberal”, pois permitia a delegação do poder real e, com isso, o funcionamento do Império e a manutenção da sua unidade. Para isso, ele estabelecia a diferença entre o princípio da soberania e o seu exercício.

Consoante o congressista, o Poder Executivo era exercido por uma única pessoa, movido por sua vontade e dependente das decisões do Legislativo, por isso, podia ser delegado. Por sua vez, o Legislativo reunia a vontade de toda a Nação, por essa razão sendo impossível a delegação de seus poderes:

[...] a índole do poder legislativo faz com que ele não possa ser delegado, porque ele é a expressão da vontade, e ela deixa de ser se ele pudesse ser delegado. Do Poder executivo não sucede assim; as funções do Poder executivo, ainda que se deleguem, em autoridade dependente não mudam de natureza, são atos de homem, passam a outros atos de homem; para isso temos já a regra de direito, que ela diz, que aquilo que se obra por outrem em verdade, parece ser

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ “Como já tem sido assinalado, esta atitude dos representantes paulistas não era a simples expressão do seu espírito combativo ou do maior radicalismo das suas opiniões pessoais: ao contrário do que acontecia com os deputados das outras províncias brasileiras, eles vinham providos de instruções precisas, que os vinculavam, redigidas pela junta do governo de S. Paulo com base em consultas dirigidas às câmaras da região. Ora, essas instruções contrariavam a linha seguida pelo Congresso nas relações com o Brasil em pontos fundamentais. Desde logo, nelas se punha em causa a permanência definitiva da corte em Lisboa: segundo o art. 3º do seu capítulo primeiro, teria de «determinar-se onde deve ser a Sede da Monarquia; se no Reino Unido do Brasil [...] ou alternativamente pelas séries dos Reinados em Portugal e no Brasil; ou finalmente no mesmo Reinado por certo tempo, que se determinar». Em segundo lugar, as instruções defendiam o estabelecimento de um «Governo Geral Executivo para o Reino do Brasil», a que ficariam «sujeitos os Governos Provinciais» – governo geral esse que, quando a corte residisse em Portugal, seria sempre presidido pelo «Príncipe Hereditário da Coroa» (art. 4º do capítulo II). Por outro lado, preconizava-se ainda a igualdade no número de deputados portugueses e brasileiros a eleger de futuro para as Cortes, qualquer que fosse a população dos territórios europeu e americano (art. 7º do capítulo I). Tudo isto contrariava a lógica da política do Congresso – que era a de um único reino, dividido em províncias que leriam em Lisboa o seu centro supremo de poder –, opondo-lhe uma outra, que tendia à federação dos dois reinos, vistos como entidades distintas. Uma outra disposição – o art. 4º do primeiro capítulo –, prevendo a elaboração de «Leis orgânicas da União» em matéria de relações externas e de comércio, reforçava ainda o federalismo implícito das instruções.” – ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 611.

obrado por si mesmo [...]”⁴²⁰

Para demonstrar a existência da delegação do Poder real na história, Andrada citava o exemplo do Império inglês, em que o “[...] Rei da Inglaterra também delega varias funções, como são a declaração da guerra e os tratados de paz, os quais são feitos em Bengala simplesmente pelo governador geral. [...]”⁴²¹.

O deputado Andrada Carlos continuava seu discurso negando a contestação dos outros congressistas à sua utilização do exemplo da experiência inglesa. De acordo com o deputado, seus opositores afirmavam que o “estado de Portugal” era muito “distinto” da relação estabelecida entre a Inglaterra e a Irlanda ou Bengala, pois o país ibérico foi “sempre unido”, diferentemente dos britânicos que eram “povos” de “Nações diferentes”⁴²². Ao contrário, ele afirmava que a Inglaterra era unida a esses “povos” e que Portugal já havia sido desunido do Brasil, para ele, justamente por isso, as Cortes pediram e necessitavam da adesão das províncias do Brasil ao constitucionalismo:

[...] citei o exemplo de povos que não foram separados de Inglaterra. Hanover e outras diferentes colônias inglesas nunca foram separadas e, entretanto, o Rei de Inglaterra delega os seus poderes aos governadores destes povos. De mais o Brasil esteve por algum espaço desunido de Portugal. Este sábio Congresso o pareceu reconhecer, visto que exigiu a nossa vontade para ver se queríamos as reformas estabelecidas. Por tanto houve um tempo em que estivemos divididos. [...]”⁴²³

Depois de mostrar que a comparação entre o Império português e o inglês era razoável, o deputado paulista retomava a ideia de que a sua defesa da delegação do Poder real baseava-se na diferenciação entre o princípio e o exercício da soberania. Segundo Antonio Carlos de Andrada, os deputados que contestavam a delegação do Executivo afirmavam que essa “[...] introduzia uma secção entre os dois Reinos, que reunidos formam um só [...]”⁴²⁴. Ele contestava e afirmava:

[...] Isto não é coisa alguma, porque todo o mundo sabe que a união de uma Nação consiste na unidade dos dois poderes, esta existe sempre e importa pouco que uma ou outra fração de um poder seja exercitada não pelo mesmo

⁴²⁰ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1821, p. 174. (Grifo nosso).

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² Ibidem.

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ Ibidem.

chefe, mas por delegados. [...]”⁴²⁵.

Assim, com a diferenciação entre o princípio e o exercício da soberania, o deputado Antonio Carlos de Andrada conciliava a concepção de união da Nação portuguesa pela indivisibilidade do exercício da soberania da nação à delegação do Executivo no Brasil. A ideia era que os Poderes Executivo e Legislativo continuassem indivisíveis, mesmo quando o Executivo fosse delegado. Para ele, a delegação de um Poder era a decisão “mais liberal” para o Império, pois ela servia para viabilizar o funcionamento de um Império que se pretendia transatlântico. Isto é, o deputado tentava afastar de sua argumentação a ideia que a delegação do poder real estabelecia-se, necessariamente, em oposição ao exercício da soberania da nação, una e indivisível.

A reação ao discurso de Andrada ficou clara no discurso do deputado “integracionista” Moura. Ele afirmava que o rei era parte do Poder Legislativo como “representante da Nação”, da mesma forma que qualquer deputado presente no Plenário, pois ele representava “[...] a nação no **exercício** do poder legislativo [...]”⁴²⁶. Para o deputado, os Poderes Legislativo e Executivo eram originários do exercício da soberania da nação, una e indivisível, que foi delegada aos deputados e ao rei pela nação, assim não havia como delegar novamente esse Poder. Ele declarava que: “[...] as atribuições do poder executivo são delegações da nação e é contra os princípios do governo constitucional permitir que estas atribuições deleguem [...]”⁴²⁷. O deputado Moura, em seu discurso, submetia radicalmente o rei às Cortes e relacionava a definição do governo constitucional à defesa do exercício da soberania da nação, una e indivisível.

Para o deputado “integracionista” Moura⁴²⁸, não havia como diferenciar exercício e princípio de soberania. O fundamento do regime de governo constitucional, para ele, era a transferência da soberania da nação para o Poder Legislativo. Nesse sentido, segundo o seu discurso, na nova Monarquia a “Nação” não autorizou a delegação de sua soberania a outros que não fossem os deputados e o rei.

Dessa maneira, o deputado Moura contestava o deputado de São Paulo ao relacionar

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem, p. 175, (Grifo nosso).

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, p. 279-299 e ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

sua utilização do exemplo do Império britânico ao que ele identificava como a defesa de uma ideia de exercício da soberania “compartilhada”. Ele negava que os três Poderes compartilhavam o exercício da soberania da nação, que, para ele, era una e indivisível e, por isso, o rei não era um representante de uma parcela de soberania que lhe foi depositada pela Nação, mas de toda ela, assim como qualquer deputado. No entanto, pode-se dizer que essa contestação foi justificada pelos opositores ao deputado paulista pela utilização por ele do exemplo inglês como legitimação histórica de seus argumentos. Como foi mostrado, Antonio Carlos de Andrada tentava manter a concepção do exercício da soberania da nação, una e indivisível, e seu artifício foi o da diferenciação do princípio e do exercício da soberania, porém, a oposição de Moura aponta para o fracasso do objetivo do deputado paulista.

O deputado “moderado” Trigoso também reagiu ao discurso de Andrada. Para contestá-lo, ele não admitia a utilização do exemplo inglês como influência para o constitucionalismo português:

[...] O honrado membro argumenta com agudeza dizendo, que é necessário diferenciar os dois poderes legislativo e executivo. Que o poder legislativo de sua natureza não pode dividir-se e delegar-se, mas que o executivo é suscetível da delegação, e isto tanto de direito como de feito. Eu disse, com efeito, que o poder executivo não poderia delegar-se; ainda é repito, e digo que não pode delegar-se de direito, nem de feito.[...] ⁴²⁹.

O deputado “moderado” de Portugal utilizava a identidade portuguesa para diferenciar este Império do britânico. Ele afirmava que o Direito português era “contrário” ao britânico. No caso anglo-saxão, o pacto aconteceu quando já existiam nações diferentes e nele a delegação do Poder real funcionou como uma ligação para todas elas. Quanto às colônias inglesas, o deputado era incisivo: “Queria o honrado Membro (Antonio Carlos de Andrada) reduzir as províncias do Brasil ao estado das colônias inglesas? Certamente não”. Para o deputado, no caso português, havia uma identidade imemorial e essa foi a motivação das províncias do Brasil a aderirem às Cortes lisboetas. Assim, elas “[...] estavam unidas de fato antes de estarem unidas legalmente.” ⁴³⁰.

Contra a argumentação de Trigoso, o deputado pela Estremadura, Castelo Branco ⁴³¹,

⁴²⁹ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1821, p. 177.

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Valentim Alexandre afirma que o deputado transitava entre posicionamentos “moderados” e “integracionistas”, mas “[...] geralmente (era) próximo das posições de Fernandes Tomás (...)”, nesse momento,

discursava a favor da delegação do Poder Executivo, mostrando a dificuldade de delimitarmos rigidamente uma oposição entre deputados de Portugal e do Brasil. O congressista Castelo Branco via na delegação do Executivo a declaração de uma prova da igualdade de Direitos a todas as partes do Império e, por isso, a decisão “mais liberal”, pois em benefício da união. Para isso, ele voltava aos primórdios da criação do sistema de representação para justificar a partilha do exercício da soberania da nação entre os Poderes Legislativo e Executivo, e a possibilidade da delegação do poder real.

O deputado "moderado" afirmava que na Democracia, no caso legislativo, a soberania era executada diretamente pelo “Povo”, porém, com a experiência, os “defeitos” desse sistema vieram à tona e, para solucioná-los, os “sábios” mantiveram a raiz da legitimidade do Estado e criaram a forma de governo representativa. Nesse caso, o exercício da soberania estabelecia-se por meio dos Poderes da Monarquia: o Legislativo e o Executivo. Assim, cada um possuía uma parcela da soberania que foi transferida da nação à monarquia, o que ele chamava de “subdivisão de Soberania”⁴³².

A “subdivisão de Soberania”, caracterizada pelo deputado Castelo Branco, mantinha a impossibilidade da delegação do Poder Legislativo, conservando a origem da nova legitimidade do Estado. No caso do Poder Executivo, o “poder de fazer executar as leis” tinha sua “unidade” conservada na “pessoa do Rei, que é autoridade imediatamente representativa da Nação [...]”. Para o deputado, a “Nação” quando concedeu o Poder Executivo ao Rei

[...] havia de conceder este direito (de representar a Nação) com o de delegar. De outra maneira, seria contraditória consigo mesma. Por consequência, todas as autoridades que tendem subalternamente a executar a lei são pela

ele agia ao lado dos argumentos "integracionistas". – ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 598.

⁴³² “[...] Eis-aqui o princípio contra o qual eu não levanto em primeiro lugar; e se me não engano demonstrarei em toda a evidência a falsidade deste argumento. Examinarei o primeiro governo das sociedades, quero dizer, a democracia; porque for este, segundo dizem todos os historiadores, o primeiro governo das sociedades; e pelo conhecimento dos seus defeitos, é que os homens inventaram as outras formas de governo. Na democracia, o povo exercita por si mesmo a soberania: não vi jamais delegar ela o poder; não vi jamais que a assembleia do povo delegasse a outrem o poder de fazer as leis; mas por ventura não delegava ela o poder de executar essas leis? Como é que o povo, a não ser uma república circunscrita dentro de curtos limites, poderia por si mesmo fazer executar as leis.... Ora os homens quiseram emendar estes defeitos da democracia; quiseram emendar este defeituoso governo e depois de passarem por imensos degraus de experiência, escolheram governos diversos da democracia; em todos eles se encontravam defeitos; os sábios do nosso tempo, inventarão o sistema de representação; este sistema não é mais que a sub-divisão da soberania que compete ao povo, e que ele na democracia exercia: da subdivisão desta soberania, por diferentes partes, se originou o corpo legislativo que exercita uma parte da soberania; criou-se o poder executivo com o poder de executar as leis. Por tanto aqui temos uma democracia para assim dizer repartida; aqui temos este governo privativo, que se chama democracia, dividido por diferentes classes. [...]” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1821, p. 178.

natureza das coisas delegadas do chefe do Poder executivo.[...] ⁴³³.

Assim, o deputado contestava a argumentação dos deputados Moura e Trigo através de uma concepção de exercício da soberania que reelaborava a definição "integracionista", mantendo o Poder Legislativo indelegável, mas permitindo compartilhar a prática da soberania entre os Poderes, conservando o que Fioravanti chamou de "estrutura monista". O deputado Castelo Branco justificava, desse modo, a delegação no caso do Poder Executivo, e alinhava-se ao discurso de Antonio Carlos sem citar o exemplo do Império britânico e sem uma diferenciação rígida entre deputados "integracionistas" e "moderados". Os dois, entretanto, contestavam a radicalização do princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, e de inspiração francesa.

Os deputados continuavam posicionando-se sobre a delegação do Poder real. Por um lado, os deputados "integracionistas" como Peçanha ⁴³⁴, Freire e Fernandes Tomás ⁴³⁵ combatiam a presença de uma autoridade do Poder Executivo no Brasil porque afirmavam a sua incoerência com a legitimidade do pacto da Monarquia portuguesa, que, para eles, era definida pelo exercício da soberania da nação, una e indivisível. Por outro lado, o deputado fluminense Vilela ⁴³⁶, o baiano Pinto da França ⁴³⁷ e o "integracionista" Feio ⁴³⁸ discursavam no

⁴³³ Ibidem, pp. 178-179.

⁴³⁴ Eleito pela província de Trás-os-Montes. – ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

⁴³⁵ Líder do grupo de deputados "integracionistas", Manuel Fernandes Tomás foi eleito pela província da Beira. – OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II, 2002, pp. 812-827.

⁴³⁶ Nasceu em 20 de novembro de 1769 na província do Rio de Janeiro e faleceu em 11 de setembro de 1846. Filho de Francisco Vilela Barbosa e de Ana Maria da Conceição. Em 1796, formou-se bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra. Em 1797, iniciou sua carreira militar como 2º Tenente da Armada Real. Em 1823, retornou ao Brasil para participar do processo de Independência, sendo um dos colaboradores na confecção da Constituição Imperial e, depois, nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, ocupou o ministério até 1827, na pasta da Guerra e mais tarde na da Marinha. Em 1826, foi eleito e nomeado senador do Império pela província do Rio de Janeiro. Em 1829, recebeu a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e foi nomeado Ministro da Marinha, ficando no cargo até 1831. Em 1840, quando já era o primeiro Visconde e Marques de Paranaguá, foi eleito Presidente do Senado e concorreu decisivamente para a proclamação da maioria de D. Pedro II. Em 1841, entrou para os Conselhos da Coroa na pasta da Marinha. Foi também membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional de Imprensa e Imprensa Nacional, 1883, volume 3, pp. 134-137; GUIMARÃES, Argeu, *Diccionario Bio Bibliographico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1938, p. 335; SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, volume 3, pp. 81-82; volume 9, pp. 389-390; SISSON, S., *A galeria dos Brasileiros Ilustres*. São Paulo: Martins Editora, 1859, pp. 313-319.

⁴³⁷ Nasceu na cidade da Bahia em 30 de junho de 1771. Ao longo de sua vida foi o primeiro senhor do Morgado de Fonte-Nova, Comendador das Ordens de Cristo e Conceição, Cavaleiro da Torre e Espada, condecorado com a medalha de ouro da guerra peninsular, Marechal de Campo. Em 1821, foi deputado nas

sentido de defender a delegação do Poder real como um princípio de efetividade da igualdade política das partes do Império e em benefício da manutenção da união⁴³⁹. No entanto, a delegação do poder real não foi aprovada no Plenário.

Enquanto isso, na província do Rio de Janeiro, os redatores também debatiam a definição do exercício de soberania da nação, da sua relação com a ideia de representação e disso com uma proposta de organização de Império. Esta era proclamada pela pluralidade dos redatores fluminenses como a “mais liberal” e, por isso, capaz de manter a unidade do Império português. Nesse sentido, a partir da apresentação já analisada do “Programa de São Paulo” nas Cortes, pode-se dizer que a discussão na Imprensa do Rio de Janeiro manifestava as articulações políticas que movimentavam os liberais do centro-sul em torno da manutenção do Príncipe D. Pedro na província fluminense e, logo, do estatuto do Brasil de reino unido de Portugal, concretizadas nas diretrizes que foram levadas pelos deputados de São Paulo para defenderem nas Cortes portuguesas. Além disso, como veremos, diferente das discussões nas Cortes portuguesas – onde a defesa da delegação do poder real não foi atrelada diretamente à reivindicação de um Legislativo no Brasil – na Imprensa fluminense, o debate do estabelecimento de um centro Executivo no Rio de Janeiro relacionava-se com as movimentações dos grupos políticos para a realização de Cortes no Brasil.

Desde os últimos meses do ano de 1821, as notícias das reivindicações dos hispano-americanos nas Cortes espanholas eram publicadas no periódico *Reverbero Constitucional Fluminense* como “[...] (aplicáveis) as circunstâncias do Brasil e próprio para nele se prevenirem os males que há onze anos oprimem as Américas Espanholas [...]”⁴⁴⁰. Nesse sentido, o periódico dedicou dois números à transcrição do discurso dos “Deputados da América” feito nas Cortes espanholas na sessão de 25 de junho de 1821. Esse discurso foi o preâmbulo do que a historiadora Ivana Frasquet chama de “[...] projeto autonomista mais

Cortes Constituintes de Lisboa pela província da Bahia. Faleceu em 24 de janeiro de 1824 a bordo de um navio que regressava de Lisboa. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, volume 3, pp. 81-82; volume 9, pp. 311-312.

⁴³⁸ OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.), *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I, 2002, pp. 610-618.

⁴³⁹ No dia 14 de fevereiro de 1822, os deputados insistiam em seus posicionamentos e declararam: “[...] Os Srs. Araújo Lima, Moniz Tavares, Assis Barbosa, Martins Ramos, Malaquias, Ferreira da Silva, também declararam os seus votos da maneira seguinte: Na sessão de ontem 13 do corrente fomos de parecer, que além do poder, que o Rei exerce em todo o Reino Unido, de suspender temporariamente os magistrados, houvesse no Ultramar uma autoridade, que exercesse este poder.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 13 de fevereiro de 1821, p. 183.

⁴⁴⁰ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Nº 05, 15 de novembro de 1821, p. 54.

ambicioso (proposto) por parte dos americanos [...]”⁴⁴¹.

As reivindicações americanas apresentadas no discurso publicado foram organizadas em um projeto liderado pelos deputados hispano-americanos e tinha como ponto central o estabelecimento de Cortes na América⁴⁴². Depois de afirmar a igualdade entre os espanhóis de todas as partes do Império, e enumerar os inconvenientes da distância e gastos para o envio de deputados americanos à Península, o deputado de Guadalajara, José Miguel Ramírez, destacava a incapacidade de um deputado de uma província ter conhecimento suficiente de outra que o autorizasse a propor e votar leis “boas” para ela. Assim sendo, a questão da “diversidade legislativa” que Ana Cristina Nogueira da Silva analisa nos debates das Cortes em Lisboa também pode ser identificada na experiência constitucional espanhola, porém com as implicações da noção dos liberais espanhóis que recuperava a ideia tradicional do *pacto*

⁴⁴¹ FRASQUET, Ivana, *Las caras del águila – del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castellón de la Plana: Universit Jaume I, 2008, p. 69.

⁴⁴² A autora analisa as propostas mexicanas: “Las quince proposiciones americanas fueron firmadas por cuarenta y nueve diputados, la mayoría novohispanos, y en el *Diário de Sesiones* aparecen fechadas el 24 de junio, día en que Toreno anuncio la incapacidad de la cornisión para presentar un dictamen ai respecto. La primera proposición planteaba la cuestión principal. Consistia en dividir las Cortes en três secciones americanas que tendrían sede en México — para la parte septentrional y Guatemala —, en Santa Fé — para el Nuevo Reino de Granada y las provincias de Tierra Firme — y en Lima -para el Peru, Buenos Aires y Chile- respectivamente. Estas Cortes tendrían las mismas facultades que las de la península y se reunirían según los plazos establecidos en la Constitución. Tan solo las Cortes generales de Madrid se reservarían los temas relacionados con la política exterior y todo aquello que afectara de manera general a la monarquía. El poder ejecutivo en cada sección seria ejercido por una delegación nombrada por el rey y que podría ser ocupada por cualquier persona de la familia real. Adernas, los ministerios se reducirían a cuatro: Gobernación, Hacienda, Gracia y Justicia y Guerra y Marina. Obsérvese que se suspendía el de Ultramar. Claro, carecia de sentido en la propuesta federal americana. El Consejo de Estado también se dividia en três, compuesto por siete personas en cada una de las secciones. Por su parte, el poder judicial quedaria separado en três ramas del Tribunal Supremo que se compondrían de un presidente, ocho ministros y un fiscal. ¿Qué pretendían los americanos? ¿No era esto un federalismo en toda regia? ¿No se trataba, como ha dicho Manuel Chust, de una espécie *Commonwealtk* americana? El texto seguia con el comercio, un tema que había preocupado mucho a los diputados americanos; este seria libre entre la península y las provincias ultramarinas, considerándose como interior y disfrutando de las mismas ventajas en ambos hemisférios. Para calmar los ánimos peninsulares que sabían iban a despertar, las propuestas incluían un proyecto económico mediante el cual la Nueva Espafia se comprometia a contribuir a la extinción de la deuda peninsular y a los gastos de la marina. Ya lo hemos expuesto más arriba. El plan, pensado y elaborado por novohispanos, iba destinado, exclusivamente a Nueva Espana, con la posibilidad de ser extensivo ai resto de los territorios. Por esta razón, en el tema económico no se proponía nada respecto de las otras secciones y se es-peraba a que las circunstancias lo permitieran. Ni siquiera los americanos que estaban en las Cortes estaban seguros de si las provincias independientes iban a querer aceptar el plan, tampoco los diputados de aquellas provincias eran capaces de dar una respuesta, ya que los insurgentes no los reconocían como representantes y por lo tanto, no podían saber quê pensaban estos ai respecto. ¿Hubiera aceptado Buenos Aires este proyecto trás más de diez anos de independência? Es probable que no, pues ni sus diputados suplentes en el Congreso, ni los chilenos, ni tampoco los representantes por Santa Fe, suscribieron el documento. Tal vez no se sentían con competencias para afirmar que ése era el deseo de sus provincias. Tal vez desconocían cuál era exactamente la situación de las mismas o tal vez estaban seguros de que el proyecto no seria aceptado por las autoridades constituídas en sus territorios. Por otro lado, tampoco aparecieron las firmas de los diputados por Cuba, Filipinas, Puerto Rico y Santo Domingo.(...)” – Idem, *Ibidem*, pp. 72-73.

translatti para justificar a visão da soberania dividida entre os “povos”⁴⁴³.

A historiadora Ivana Frasquet, na análise desse discurso, qualifica as reivindicações americanas como “autonomistas”, mantendo a união com a Espanha e a Monarquia e como um projeto de realização de um “federalismo” pela reivindicação de legislativos na América, fundamentados pela ideia da “representação provincial”. Ela afirma que na proposta de Cortes na América, “[...] os americanos insistiam de forma reiterada em uma representação provincial que desse mais profundidade às leis das Cortes. Projetavam assim um federalismo, mas mantendo a monarquia como forma de governo [...]”⁴⁴⁴. A autora define o conjunto dessas Propostas como um projeto de tipo “federalista”, destacando a divisão do Poder Legislativo em mais de uma Corte e a fundamentação disso naquela concepção de representação do deputado, visto como conhecedor e mandatário da província pela qual foi eleito.

O argumento apresentado no Preâmbulo transcrito no *Reverbero* era que um Corpo Legislativo com capacidade de legislar para todas as partes do Império deveria ser formado necessariamente com a presença da totalidade dos deputados das províncias espanholas. Assim, quando reunidos, eles expressariam a “vontade geral” da Nação⁴⁴⁵. Nesse sentido, segundo o Preâmbulo, um deputado da América não tinha autoridade de legislar sobre qualquer província americana, somente a que ele representava, pois cada deputado tinha conhecimento das particularidades, necessidades e interesses dos eleitores somente da província pela qual foi eleito. Portanto, no discurso, a legitimidade de uma Lei para a totalidade do Império exigia a presença dos deputados de todas as suas províncias⁴⁴⁶. Como

⁴⁴³ Essa ideia foi explorada na introdução desse capítulo e foi o germe para a formulação de uma organização de Império de tipo federada.

⁴⁴⁴ Tradução livre de: “[...] los americanos estaban insistiendo de forma reiterada en una representación provincial que diera más profundidad a las leyes que se daban en las Cortes. Planteaban así un federalismo, pero manteniendo la monarquía como forma de gobierno [...]” – Idem. Ibidem, p. 71.

⁴⁴⁵ “as Leis feitas pelas Cortes são expressões da vontade geral pronunciada pelos Representantes do Povo” – REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, Nº 06, 01 de dezembro de 1821, p. 62.

⁴⁴⁶ “Examinemos em primeiro lugar, a que vêm estes Deputados? Esta questão é mais interessante do que parece, vem concorrer com os da Espanha Europeia para formar um Corpo Legislativo, que dê leis a Povos distantes entre si 4 ou 5 léguas. Agravaríamos a notória ilustração do Congresso, se nos puséssemos agora a demonstrar, que as mesmas Leis que são boas para a Península, não o serão talvez para cada uma das Américas. Não haveria coisa mais fácil, que o legislar, se se pudesse dar a mesma Lei para todos os Países, porém desgrazadamente assim não pode ser, e sabemos que as Leis de Solón, Minos, Licurgo e Pen eram entre si tão dessemelhantes como os costumes e localidades dos povos a quem se elas deram. Far-se-ão Leis diferentes para estas tão distantes partes da Monarquia? Eis aqui um outro inconveniente. Como podem os Deputados da nova Espanha, por exemplo, dar Leis a Províncias que não conhecem, nem viram, e de cujos costumes nada sabem? Cujos usos, preocupações, situação, relações que tem, ou podem ter, lhes são totalmente desconhecidos, bem como o caráter de seus habitantes? Quer-se-á que os Deputados das Américas formem os Projetos de Leis das suas respectivas Províncias? Neste caso, ou o resto do Congresso seguirá cegamente os planos que se lhe

vimos, essa concepção de representação foi central nas discussões entre deputados portugueses em Lisboa e se opunha diretamente à noção de inspiração francesa que considerava o deputado como representante da nação, sem diferenciação da província da sua circunscrição eleitoral.

Assim, o discurso do deputado hispano-americano transcrito no *Reverbero* articulava três elementos para finalizar com a sua proposta de manutenção do Império através do estabelecimento de Cortes na América. Ele relacionava a concepção de representação do deputado, baseada na sua identidade provincial, às dificuldades da distância e gastos para o envio de deputados americanos à reunião de Cortes na Península⁴⁴⁷ e a distância dos governos provinciais americanos do centro de Poder, para propor a instalação da Assembleia nas Américas da seguinte maneira:

Suponhamos, por um momento, posto em prática o plano de uma **Representação nas Américas**, que por todas as razões expedidas julgamos necessário, podem os Americanos apetecer um plano de Governo **mais liberal**, melhor constituído, mais econômico, e mais análogo às ideias do nosso Século? Parece que não.[...] ⁴⁴⁸

A proposta hispano-americana de Cortes na América era qualificada pelo deputado J. Miguel Ramírez como a última saída para manter o Império espanhol unido e aproveitando economicamente ao máximo dessa união. Segundo o discurso do deputado, com essa nova organização desenvolver-se-ia “[...] todos (sic) os recursos (do Império), sem o menor embaraço, caminhando ao alto grau de prosperidade de que (o Império espanhol) é suscetível [...]”⁴⁴⁹. Assim, a proposta era defendida como a “mais liberal”, pois estabelecia princípios políticos como o da representação do deputado da província que se adequavam às “circunstâncias” do Império. Isso se materializava na unidade imperial realizada através da sua organização com mais de uma Corte, o que beneficiaria diretamente a sua “prosperidade econômica”.

propuser ou não, se os adota, então para que é fazê-los vir de tão longe, separá-los da sua pátria, isolá-los de seus Conciudadãos, dos quais deveriam receber Conhecimentos mais interessantes? Se não adota, a proposta do Projeto é verdadeiramente ilusória.” – Ibidem, p. 58.

⁴⁴⁷ “[...] a remessa bienal de Deputados da América para a Metrópole é outro inconveniente que não podemos deixar de manifestar. Duzentos Deputados deverão sair dos vários pontos da América de dois em dois anos para formar o Congresso em Madrid. Ocioso é agora entrar na análise desta penosíssima peregrinação: tão impraticável é ela à primeira vista que é inútil manifestá-lo. Também não falaremos dos enormes gastos que cumpre fazer para verificá-la, não podemos, porém, deixar de oferecer ao Congresso algumas reflexões interessantes.” – Ibidem, Nº 05, 15 de novembro de 1821, p. 58

⁴⁴⁸ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, Nº 06, 01 de dezembro de 1821, p. 64

⁴⁴⁹ Ibidem.

Pode-se dizer que a transcrição desse discurso no periódico fluminense sinalizava a defesa dos redatores do *Reverbero* de uma ideia de representação do deputado como porta-voz dos interesses da província pela qual foi eleito. Essa noção era relacionada com a ideia da representação da nação como a reunião da totalidade dos representantes do Império. Além disso, no Preâmbulo, apontava-se as dificuldades e gastos do envio de deputados para as Cortes na península ibérica e a necessidade da proximidade dos governos provinciais americanos do centro de poder. Assim, pode-se dizer que a aproximação da situação dos Impérios português e espanhol estabelecida pelos redatores tinha como objetivo persuadir os indivíduos da arena pública do Rio de Janeiro de que os mesmos argumentos utilizados pelos deputados hispano americanos nas Cortes em Madri, quando justificavam a reivindicação de Assembleias legislativas na América, também legitimavam a proposta dos deputados brasileiros nas Cortes em Lisboa de organização do Império com uma Assembleia no Brasil.

Conforme a análise de Cecília Helena L. de Salles Oliveira e como já mencionou-se nos acontecimentos de abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, no momento dessas publicações, seus redatores, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, ao lado de José Clemente Pereira, representavam o grupo liberal formado desde atacadistas fluminenses e portugueses até donos de engenhos e lavouras mercantis do Recôncavo e de Goitacazes. Eles viam no estabelecimento da Assembleia no Rio de Janeiro uma forma de articular a “primazia do poder legislativo” e o “fortalecimento do mercado interno”. As Cortes instaladas na América seriam a solução para a manutenção da união do Império português⁴⁵⁰ como um espaço de

[...] elaboração das leis norteadoras das relações entre os homens livres e iguais [...]. Essa assembleia, destinada a reorganizar os vínculos entre interesses locais e regionais, entre os grupos proprietários fluminenses e os revolucionários *vintistas*, seria o espaço público das contendas que permeavam

⁴⁵⁰ Sobre a união política entre Portugal e o Brasil para os redatores: “[...] a construção do governo representativo estava vinculada, por um lado, à realização de um profundo “processo civilizatório” que incidia sobre os homens livres pobres, os índios, os escravos, as crianças e os jovens. E, por outro, ao delineamento da “independência nacional” que não exprimia, de modo algum nesse momento, a separação de Portugal. A sinonímia entre “independência” e separação, como será analisado mais adiante, foi se constituindo no decorrer do movimento de luta política, pois, entre 1821 e 1822, os liberais ligados ao *Reverbero* preconizavam uma possível conciliação de seus interesses com as pretensões dos revolucionários em Lisboa. Assim, “independência” queria dizer a constituição da “nação portuguesa” livre, soberana, idêntica às demais nações, capaz por isso mesmo de expandir seus interesses no mercado internacional.” – OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 154.

o mercado [...] ⁴⁵¹.

Nesse sentido, alguns liberais justificavam uma proposta de organização de Império através de uma concepção específica de representação. Esta era entendida como expressão da “vontade geral” quando todos os representantes da totalidade das províncias do Império estavam reunidos no Congresso. Com essa concepção, eles justificavam a necessidade da organização do Império com mais de uma Corte legislativa e a defendiam como a solução “mais liberal”, pois se adequava às “circunstâncias” e “necessidades” do Império português ou espanhol. Para esses liberais, a existência de uma Corte na América era o desdobramento concreto dessa concepção de representação, pois ela manteria a unidade do Império, algo inédito na história das constituintes realizadas no Atlântico.

A relação entre essa ideia de representação e a defesa de uma organização de Império com mais de uma Corte legislativa, presente no discurso do deputado espanhol transcrito no *Reverbero*, foi recorrente nos pronunciamentos dos deputados hispano-americanos nas Cortes de Madri e assemelhava-se às defesas dos deputados paulistas nas Cortes de Lisboa. Essa relação pode sinalizar uma aproximação dos redatores e de seus aliados políticos aos interesses desses deputados e aos que antes eram seus adversários, como: José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonseca e Luís Gonçalves dos Santos ⁴⁵². Assim, eles se organizavam em torno do estabelecimento de uma Assembleia Legislativa no Brasil e da manutenção do Príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro ⁴⁵³.

No *Reverbero*, o discurso do deputado espanhol era seguido por uma “Reflexão” em que os redatores discutiam o posicionamento do periódico baiano *Semanário Cívico da Bahia* sobre a transcrição desse discurso na Imprensa fluminense. Segundo a “Reflexão”, o redator do *Semanário* tinha “[...] mais condescendência para com Portugal do que (sic) amor ao Brasil, ou ao verdadeiro bem da Nação toda [...]” e, por isso, defendia que as Cortes deviam “celebrar-se em Lisboa”. Os redatores do *Reverbero* afirmavam que o periódico da Bahia construía esse posicionamento pela negação da “[...] congruência e identidade de

⁴⁵¹ Idem, Ibidem, p. 155.

⁴⁵² Idem, Ibidem, p. 187.

⁴⁵³ Como nos mostra a análise de Cecilia Helena L. de S. Oliveira, é importante esclarecer que essa aproximação só se tornou clara em torno da figura de D. Pedro depois do “Fico”: “Ledo, Clemente Pereira, Santos Portugal e Cunha Barbosa, entre outros liberais, no decorrer das movimentações que redundaram no episódio de 9 de janeiro de 1822, acabaram por descobrir a importância política de D. Pedro e o apoio do “povo” ao Príncipe. Por isso mesmo passaram a atuar no sentido de uma aproximação maior com o Regente, até porque sua permanência poderia ser transformada em instrumento para a consecução de um ajustamento de interesses com os liberais vintistas, a despeito de deputados terem demonstrado, com nitidez, suas pretensões em relação ao fortalecimento da ingerência de negociantes radicados em Portugal no mercado interno das províncias e nas operações comerciais do Reino, bem como no âmbito da configuração política das províncias.” – Idem, Ibidem, p. 154.

circunstâncias entre o Brasil e a América Espanhola [...]”⁴⁵⁴. A partir disso, o *Reverbero* relacionava essa reação de contestação do periódico baiano à sua comparação entre o caso do Brasil e da América hispânica⁴⁵⁵, feita pela transcrição do discurso do deputado hispano-americano nas Cortes em Madri, com a oposição do Governo da Bahia à proposta de “dois centros de uma mesma Monarquia”, chamando-a de “um monstro em Política”⁴⁵⁶.

A historiadora Cecília Helena L. de Salles Oliveira esclarece a relação de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa - responsáveis pela redação do periódico fluminense - com os redatores baianos. A folha da Bahia representava os interesses dos negociantes de Salvador, a oposição apresentada em seus escritos ao projeto da Assembleia no Rio de Janeiro custou aos seus redatores a “pecha” de “servis”, dada pelos autores do *Reverbero*. Eles entendiam que o jornal da Bahia “expressava opiniões que negavam ‘direitos’ ao ‘Reino em que viviam’”⁴⁵⁷ e privilegiava a relação da sua província com Portugal, defendendo a política das Cortes de Lisboa e não privilegiando a sua relação com as outras regiões do Reino do Brasil.

Nesse sentido, pode-se dizer que o *Reverbero* relacionava a proposta de Cortes na América com a defesa da unidade das províncias do Reino do Brasil. Os redatores do periódico fluminense justificavam a viabilidade da proposta por meio da comparação de uma Assembleia no Rio de Janeiro à proposta hispano-americana de Cortes na América, apresentada a poucos meses dessa publicação no Congresso espanhol. A ideia era a construção de um centro na América e um mercado integrado que daria conta da unidade do reino do Brasil e, ao mesmo tempo, manteria o vínculo com Portugal por meio de uma Constituição única: “A Constituição do Estado deve ser uma só: eis a cadeia principal, eis a grande força que deve atrair e ligar os dois centros [...]”⁴⁵⁸. Assim, a negação da semelhança entre o caso

⁴⁵⁴ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, Nº 06, 01 de dezembro de 1821, p. 66.

⁴⁵⁵ Importante destacar que os redatores do *Reverbero* afirmavam a semelhança entre a relação Brasil-Portugal e a da América espanhola, mas afirmavam que a união e a identidade entre a colônia e a metrópole no Império português era “natural”, diferentemente do caso espanhol: “[...] identidade que existe (entre as circunstâncias do Brasil e da América Espanhola em relação a suas metrópoles ibéricas), com a diferença, como já dissemos, que aqui é preciso prevenir males, e ali remediá-los parece fazer de Alexandre, cortando com o golpe ‘não são as mesmas’ o nó Górdio, que não soube desatar, e evade-se sem mostrar-nos a desigualdade que encontra. [...]” – Ibidem.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 69.

⁴⁵⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 179.

⁴⁵⁸ REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, Nº 06, 01 de dezembro de 1821, p. 70. Essas conclusões são fruto da análise do estudo de Cecília Helena L. de Salles Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, pp. 179-181.

do Brasil com a América espanhola, feita no periódico baiano, pode ser entendida como uma forma de oposição de seus redatores ao projeto de Assembleia no Rio de Janeiro.

No início de dezembro de 1821, chegaram na província fluminense as notícias sobre a aprovação dos decretos "integracionistas"⁴⁵⁹. Segundo Lúcia Maria Bastos Neves, isso agravou a “[...] tensão entre as elites dos dois lados do Atlântico e, conseqüentemente, entre o príncipe D. Pedro e o soberano congresso. Surgiram, assim partidos e grupos que começaram a externar a concepção de uma autonomia brasileira, sob a forma de um Império exclusivamente brasileiro.”⁴⁶⁰. No entanto, como vimos, as propostas de organização do Império português com Cortes no Brasil, atreladas à defesa da manutenção do Príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro, já era tema de debate na Imprensa fluminense desde meados de novembro, porém, é inegável que depois do conhecimento desses decretos das Cortes de Lisboa as opiniões radicalizaram-se. A oposição foi liderada pela Junta de São Paulo e divulgada em periódicos de maneira recorrente a partir do início de janeiro de 1822.

No dia 08 desse mês, a *Gazeta Suplemento ao N° 04* publicava um Ofício em respeito à ordem de D. Pedro e assinado pela Junta de São Paulo⁴⁶¹. O mesmo foi publicado dias depois em *O Espelho*⁴⁶².

O ofício divulgado pela *Gazeta* e por *O Espelho* iniciava-se com a crítica aos decretos das Cortes de Lisboa, qualificando-os como uma tentativa dos deputados portugueses de “desmembrarem” a unidade das províncias do Brasil. Os paulistas utilizavam o artigo 21 das Bases portuguesas como elemento legal para justificar a inconstitucionalidade dos decretos, alegando a ausência dos deputados do Brasil quando ocorrida a votação. Como vimos, essa argumentação era a mesma dos discursos dos deputados do centro-sul do Brasil nas Cortes de Lisboa e o mesmo artigo foi utilizado nas indicações de deputados como Cipriano Barata e Agostinho Gomes, relacionando-se a uma determinada concepção de representação do deputado da província. Essas ideias já eram divulgadas nos periódicos do Rio de Janeiro, inclusive, como vimos, relacionando-se com a experiência espanhola e com a proposta de

⁴⁵⁹ Sobre a relação desses decretos e a criação de uma “retórica da recolonização” Cf. ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: histórias de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

⁴⁶⁰ NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 283.

⁴⁶¹ Sobre esse Ofício: “O primeiro número da *Malagueta* saíra em 18 de dezembro. Dias depois o que circulou no Rio foi o documento dos paulistas, que D. Pedro mandou publicar na *Gazeta do Rio de Janeiro*, do dia 08 de janeiro de 1822. Apesar de assinado por vários outros, sabia-se que era de autoria de José Bonifácio. [...]” – LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 162.

⁴⁶² O ESPELHO, N° 16, de 11 de janeiro de 1822.

Cortes no reino do Brasil. A novidade ficava por conta da utilização do exemplo da organização do Império britânico para mostrar a viabilidade e a necessidade da permanência do Príncipe D. Pedro no Brasil através da defesa da delegação do Poder real:

Note V. A. R., que se o Reino de Irlanda, que faz uma parte do Reino Unido da Grã Bretanha, apesar de ser infinitamente pequeno em comparação do vasto Império do Brasil e estar separado da Inglaterra por um estreito braço de mar, que se atravessa em poucas horas, todavia conserva um Governo geral, ou Vice-Reinado, que representa o Poder Executivo do Rei no Reino Unido, como poderá vir à cabeça de ninguém que não seja ou profundamente ignorante ou loucamente atrevido, pretender que o vastíssimo Reino do Brasil haja de ficar sem centro de atividade e sem Representante do Poder Executivo, como igualmente em uma mola de energia e direção [...] ⁴⁶³.

Enquanto a *Gazeta* e *O Espelho* defendiam a manutenção do Príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro por meio da publicação do Ofício da Junta de São Paulo, logo, pelo exemplo do Império britânico, o *Reverbero* continuava a divulgação das propostas hispano-americanas. No dia 05 de fevereiro de 1822, o periódico publicou a proposta dos deputados da Nova Espanha com todos os seus itens. Consoante a publicação, na proposta havia três Cortes na América – uma no México, outra em Santa Fé e mais uma em Lima – e em cada uma delas um Tribunal Supremo de Justiça e delegados executivos que seriam nomeados e amovíveis pelo rei que podiam ou não pertencer à “Família Real” ⁴⁶⁴. Dessa maneira, ficava ainda mais evidente a relação estabelecida pelo periódico entre a experiência espanhola com a proposta de Cortes no Rio de Janeiro e, pode-se dizer que somente depois dos eventos do “Fico”, aliada à defesa da figura de D. Pedro como Poder Executivo no Rio de Janeiro de forma semelhante a

⁴⁶³ SUPLEMENTO AO Nº 04 DA GAZETA DO RIO, de 08 de janeiro de 1822.

⁴⁶⁴ “Propostas que fizeram os Deputados da América Espanhola na Sessão de 15 de Junho do ano passado das Cortes Gerais de Espanha que já foram aprovadas: I. Serão 3 as Sessões das Cortes na América. II. As 3 Sessões das Cortes na América serão uma na Setentrional e duas na Meridional. A I compreenderá Nova Espanha, as Províncias do Interior e Guatemala. A II a Nova Granada, e as Províncias de Terra Firme. A III o Peru, Chile e Buenos Aires. III. As Capitais, aonde por hora se deverão fazer as Sessões, serão as seguintes: o México, para a Nova Espanha, Santa Fé para o Reino de Granada e Terra Firme, Lima para Peru, Chile e Buenos Aires. Se para o futuro convier mudar de local, poder-se-há fazer com aprovação do Executivo. IV. Haverá em cada uma das três Sessões um Delegado que exercerá em nome do El-Rei o poder executivo. V. Estes Delegados serão da livre escolha de Sua Majestade e tirados das Pessoas mais distintas pelas suas relevantes qualidades, fora, ou dentro da Família Real. Esta Pessoa será igualmente amovível à vontade de Sua Majestade. Será inviolável a respeito das Sessões das Cortes daqueles Países e só responsável da sua conduta a Sua Majestade. VI. Haverão 4 Ministros – do Interior, ou Governança, da Fazenda, da Graça e Justiça, da Guerra e Marinha. Poderão reunir-se alguns destes em um, precedendo Lei. VII. Haverão 3 Sessões do Tribunal Supremo de Justiça.” – REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, de 05 de fevereiro de 1822, pp. 162-163.

reivindicação hispano-americana nas Cortes espanholas⁴⁶⁵.

Nesse sentido, *O Espelho*, do dia 15 de fevereiro de 1822, retomava o debate entre o *Reverbero* e o *Semanário Cívico da Bahia* para discutir a questão da delegação do Poder real e sua relação com a proposta de um Poder Legislativo no Brasil. O coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães – antes redator da *Gazeta* e, nesse momento, de *O Espelho* – transcrevia um trecho do *Semanário da Bahia* em que seu redator falava das “notícias do Rio de Janeiro que chegam até 12 de Dezembro apenas em alguns periódicos”, onde:

[...] a grande questão agora (e) favorita naquela Cidade (do Rio de Janeiro, era se convinha) ao interesse geral da Nação e, em particular do Brasil, (que houvesse) também reunião de Cortes nesta parte da Monarquia e, por consequência, se deve ou não regressar para a Europa S. A. R., o Príncipe Regente [...].

Segundo o redator do periódico fluminense, com essas palavras, o jornal baiano referia-se “[...] aos Extratos do Discurso que os Deputados da América fizeram nas Cortes de Espanha a 25 de junho, transcritos nos números V e VI do *Reverbero* [...]”⁴⁶⁶.

A partir da transcrição completa das propostas hispano-americanas no *Reverbero* e das deduções do redator de *O Espelho*, ao discutir com o *Semanário da Bahia*, pode-se dizer que em fevereiro de 1822, os periodistas Ledo e Barbosa posicionavam-se a favor da delegação do Poder real, aliada à realização de Cortes na América. No entanto, esse não era um consenso entre os liberais fluminenses. Por exemplo, o autor de *O Espelho* retomava o debate entre esse periódico e o jornal baiano para também defender a manutenção do Príncipe D. Pedro no Brasil e, assim, se posicionava contra as opiniões do redator da Bahia. Nesse momento, esse posicionamento era majoritário na Imprensa, afinal era também uma espécie de reação aos decretos “integracionistas” das Cortes de Lisboa. Contudo, pode-se dizer que Ferreira de Araújo discordava dos redatores do

⁴⁶⁵ “Ledo, Clemente Pereira, Santos Portugal e Cunha Barbosa, entre outros liberais, no decorrer das movimentações que redundaram no episódio de 9 de janeiro de 1822, acabaram por descobrir a importância política de D. Pedro e o apoio do “povo” ao Príncipe. Por isso mesmo passaram a atuar no sentido de uma aproximação maior com o Regente, até porque sua permanência poderia ser transformada em instrumento para a consecução de um ajustamento de interesses com os liberais vintistas, a despeito de deputados terem demonstrado, com nitidez, suas pretensões em relação ao fortalecimento da ingerência de negociantes radicados em Portugal no mercado interno das províncias e nas operações comerciais do Reino, bem como no âmbito da configuração política das províncias.” – OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1999, p. 186.

⁴⁶⁶ O ESPELHO, Nº 26 de 15 de fevereiro de 1822.

*Reverbero*⁴⁶⁷ em relação à necessidade de Cortes no Brasil e, para isso, utilizava-se da definição dos Poderes Legislativo e Executivo para dissociar a defesa da manutenção do Príncipe D. Pedro no Brasil da proposta de uma Assembleia no Rio de Janeiro⁴⁶⁸:

[...] não reconheço legítima a consequência de regressar para a Europa S. A. R., o Príncipe Regente. Não podereis S. A. R. residir no Brasil, sem haver aqui uma reunião de Cortes? Delegado do Poder Executivo que a Nação depositara nas Mãos do Seu Augusto Pai havia Ele mister um duplicado Legislativo? Não representa S. A. R. o primeiro único e indivisível, assim como o segundo reside inalienavelmente no Supremo Congresso? Como pois se podem ligar, tão estreitamente estas duas proposições que a segunda se derive da primeira? Ou estamos inteiramente esquecidos dos princípios de Lógica ou as ideias de Constituição que temos bebido nos Clássicos mais modernos não se ajustam a esta asserção.⁴⁶⁹

A delegação do Poder real era aceitável para o redator de *O Espelho* por constituir-se na transferência do Poder Executivo pessoal de D. João a seu filho, D. Pedro, isto é, continuava sendo um Poder “único e indivisível”. No caso do Poder Legislativo, para o redator, não se podia delegar e, no limite, quando ele de modo retórico questionava e afirmava que esse Poder residia “inalienavelmente no Supremo Congresso”, Ferreira de Araújo posicionava-se pela impossibilidade de Cortes no Rio de Janeiro. Para ele, isso era incoerente com a natureza do Poder Legislativo, porém, a inexistência desse órgão no Brasil não custava a volta de D. Pedro para Portugal, pois ele se mantinha como delegado do Poder real. Pode-se

⁴⁶⁷ Ferreira de Araújo, redator de *O Espelho* e os redatores do *Reverbero* já haviam se enfrentado na arena pública em outubro de 1821. Eles se envolveram na polêmica em torno do “Diálogo político e instrutivo entre os dois homens da roça André Raposo e seu compadre Bolônio Simplicio, acerca da bernarda do Rio de Janeiro e novidades sobre a mesma”, mostrando a “[...] diferença de postura com relação aos portugueses que marcará a atuação dos liberais e dos monarquistas. Ledo e seu grupo, do qual faziam parte vários portugueses, tenderão para uma atitude menos radical no que dizia respeito às críticas aos portugueses. Já *O Espelho*, monarquista, atacava os portugueses, mas defendia o rei.” – LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 149.

⁴⁶⁸ A estudiosa Isabel Lustosa descreve as polêmicas entre *O Espelho* e outros periódicos da arena pública fluminense, como *A Malagueta*, o *Correio do Rio de Janeiro*, *Semanário Cívico da Bahia* e o *Reverbero*, porém afirma que o redator coronel Ferreira de Araújo, “jornalista profissional”, não tinha um projeto de Estado liberal bem definido que defendesse: “*O Espelho* tinha como redator o único jornalista profissional do Rio de Janeiro. O coronel Ferreira Araújo vinha de quase dez anos de atuação na imprensa, período durante o qual, além da Gazeta, publicara a revista *O Patriota*. Mas Ferreira de Araújo não estava comprometido com os liberais nem se podia dizer que era um valente defensor do Trono e do Altar, como Cairu. Parece que as atitudes assumidas pelo *Espelho* eram mais orientadas por ligações pessoais do coronel com pessoas próximas ao príncipe e, logo depois, com José Bonifácio, do que por uma agenda de princípios políticos bem definidos que ele pretendesse ver aplicados, como era o caso dos redatores do *Reverbero* e da *Malagueta*. É possível até que o *Espelho* já tivesse surgido para atender à demanda por um veículo que se contrapusesse ao *Reverbero*. O fato é que o *Espelho* abrigaria, durante o ano de 1822 e início de 1823, os mais agressivos artigos contra May e contra o grupo de Ledo.” – Idem. *Ibidem*, pp. 172-173.

⁴⁶⁹ O ESPELHO, Nº 26, de 15 de fevereiro de 1822.

dizer que essa argumentação do periodista se assemelha com a defesa de Antonio Carlos nas Cortes de Lisboa da delegação do poder real, isto é, da manutenção do Príncipe D. Pedro e da condição do Brasil de reino unido de Portugal, mantendo a “primazia do poder legislativo”.

A polêmica em torno da delegação do Poder real definida pela divisão e definição do exercício da soberania e da reivindicação de Cortes no Reino do Brasil apenas se iniciou com essas publicações e tornou-se um dos principais motes da Imprensa fluminense nos meses de abril e maio de 1822. Pode-se dizer que um debate exemplar para analisar a defesa da decisão política “mais liberal” a partir da experiência constitucional atlântica em relação à definição do exercício da soberania ocorreu entre *A Gazeta* e *O Correio do Rio de Janeiro*.

Em publicações de início de maio de 1822, a discussão entre *O Correio do Rio de Janeiro* e *A Gazeta* foi motivada pelo decreto real de D. Pedro, de 16 de fevereiro de 1822, em que ele criava um “Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil”⁴⁷⁰. Esse órgão reuniria os representantes das províncias do Brasil, escolhidos pelos eleitores de Paróquia⁴⁷¹, e foi justificado pela necessidade de formar-se um “centro de meios e de fins, com que melhor se sustente e defenda a integridade e liberdade [...]” do reino do Brasil contra os “males da anarquia e da guerra civil [...]”⁴⁷². Esse organismo era convocado e presidido pelo Príncipe D. Pedro e por seus Ministros; os Secretários de Estado tinham assento e voto, ou seja, o Conselho serviria como um espaço de aconselhamento real.

Suas atribuições reduziam-se a aconselhar o Príncipe, examinando os “grandes

⁴⁷⁰ “[...] A criação do Conselho de Procuradores foi pedida ao príncipe pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro e pela junta governativa de Minas Gerais logo depois da partida da Divisão Auxiliadora. Composto de representantes das diversas províncias, ele formaria, junto com o ministério, o Conselho de Estado do Regente. A ideia surgira na loja maçônica de Gonçalves Ledo. No dia 08 de fevereiro, em sessão pública da Câmara presidida por José Clemente, a proposta foi aprovada. O decreto foi lido em solenidade no Paço, em 26 de janeiro de 1822 por José Bonifácio, seu autor, e marcava as eleições para o Conselho de Procuradores para 18 de abril. Mas, segundo Varnhagen, apareceram pasquins de ‘abaixo o ministério paulista’ que este resolveu adiá-las, sem definir um novo dia para elas. O próprio José Bonifácio daria notícia de alguns desses em carta a D. Pedro. [...]”

No preâmbulo do decreto, D. Pedro falava na Constituição que ‘jurara dar’, uma das expressões que evidenciavam as tendências autocráticas do príncipe. Expressões que sempre emergiam em discursos pronunciados em momentos decisivos, provocando sempre grande celeuma. [...]” – LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 166-167.

⁴⁷¹ Sobre as regras que definiram o número de representantes de cada Província e o modo de proceder as eleições: “Estes Procuradores serão nomeados pelos eleitores de paróquia juntos nas cabeças de comarca, cujas eleições serão apuradas pela Câmara da Capital da Província, saindo eleitos afinal os que tiverem maior número de votos entre os nomeados, e em caso de empate decidirá a sorte, procedendo-se em todas estas nomeações e apurações na conformidade das Instruções, que Mandou executar Meu Augusto Pai pelo decreto de 7 de Março de 1821, na parte em que for aplicável e não se achar revogada pelo presente Decreto.” – Decreto de 16 de fevereiro de 1822, disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E6_5.pdf. Acesso em: 01 jun. 2010.

⁴⁷² Ibidem.

projetos de reforma”, propondo ao rei “medidas e planos [...] mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino-Unido” e “advogando e zelando” “pelas utilidades de sua Província respectiva”⁴⁷³. A tentativa era criar um espaço de negociação entre D. Pedro e seu Ministério e os representantes das outras províncias, subordinado o órgão ao seu controle, mas com a pretensão de funcionar como ensaio e demonstração de compromisso do Príncipe com a unidade do reino do Brasil.

Redigido por João Soares Lisboa, o *Correio do Rio de Janeiro* pode ser considerado o periódico “[...] mais claramente radical do Rio [...]”⁴⁷⁴. Nesse momento, essa caracterização tinha um sentido preciso: esse redator contestava as decisões das Cortes de Lisboa, era associado às ideias revolucionárias francesas e em seus escritos fazia oposição aos Andradas, por exemplo, refutando a criação do Conselho de Procuradores. Ao contrário, a *Gazeta*, escrita pelo Cônego Francisco Vieira Goulart, figura conhecida da Imprensa fluminense, como antigo responsável pela redação de *O Bem da Ordem* e *O Constitucional*, representava o periódico como porta-voz de D. Pedro e de seu “ministério Andrada”. Assim, o debate sobre esse decreto de D. Pedro envolvia posicionamentos políticos claros que foram justificados a partir da argumentação em torno da defesa da definição “mais liberal” do exercício da soberania da nação. Para isso, os redatores debateram a delegação do Poder real, a autoridade soberana dos atos do Poder Executivo no Reino do Brasil e a legitimidade das Cortes de Lisboa como “Representação Nacional”.

No *Correio do Rio de Janeiro*, Nº 22 de 04 de maio de 1822, seu redator José Soares Lisboa considerava nulo o decreto de D. Pedro de 16 de fevereiro do mesmo ano porque considerava que D. Pedro não tinha “Poderes Legislativos”. O redator retomava os argumentos da *Gazeta* para discutir, a partir da autoridade soberana dos atos de D. Pedro, a legitimidade do decreto. Ele afirmava que a *Gazeta* atribuía legalidade à ordem de D. Pedro por este expressar a “vontade geral dos mencionados povos (das três Províncias do Brasil que lhe mandaram Representações afirmando que não lhes convinha a execução dos Decretos de 29 de Setembro)”⁴⁷⁵. No entanto, José Soares Lisboa negava D. Pedro como porta-voz da “vontade dos Povos”, pois, para ele, o Poder Legislativo cabia somente às Cortes de Lisboa.

O redator do *Correio* atribuía legitimidade ao Poder Legislativo conforme a sua

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 174.

⁴⁷⁵ CORREIO DO RIO DE JANEIRO, Nº 22 de 04 de maio de 1822.

qualidade como expressão da soberania da nação. Ele destacava o juramento às Bases portuguesas, especificamente ao artigo 21⁴⁷⁶, como um compromisso assumido pelo governo do reino do Brasil e seu “Povo” à soberania da nação, depositada unicamente nas Cortes de Lisboa. O redator interpretava a adesão ao constitucionalismo português como a aceitação da mudança da fonte de legitimidade do Estado da soberania real à soberania da nação, representada pela reunião dos deputados do Império português e, por isso, expressão da “vontade geral dos Povos”. Para ele, antes do juramento às Bases, o que legitimava as Leis era a autoridade real, justificada pela origem divina do poder do Rei. Em 1822, com a Nação sendo a nova fonte de decisão, as determinações do Legislativo subordinavam o Poder Executivo. Por fim, para o redator, a soberania real e a da nação não podiam coexistir de forma harmônica, isto é, para o cumprimento com o Juramento às Bases, o Poder Executivo devia necessariamente subordinar-se ao Poder Legislativo⁴⁷⁷.

Nesse sentido, pode-se dizer que para José Soares Lisboa o respeito à constitucionalidade através da aceitação do exercício da soberania da nação, una e indivisível, e depositada no Plenário em Lisboa era a decisão “mais liberal” para o Império português. Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, esse posicionamento assemelhava-se à defesa de D. João VI e do redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* ao discutirem os eventos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Comércio da província fluminense. No entanto, percebe-se que no debate da delegação do poder real na Imprensa fluminense, em maio de 1822, quando os decretos “integracionistas” das Cortes de Lisboa já haviam sido aprovados e comunicados no Brasil, a opinião do redator da *Gazeta* modificou-se. O periódico era o porta-voz oficial da Corte e de seus aliados em torno de D. Pedro, como os Andradas. Esse grupo participava indiretamente das Cortes de Lisboa pelas intervenções dos deputados do centro-sul do Brasil, especialmente, as de Antonio Carlos de Andrada. Assim, a alteração da concepção de “representação nacional” considerada “mais liberal” pelo redator da *Gazeta* pode ser entendida e era coerente com os novos objetivos e interesses concretos de seus aliados.

⁴⁷⁶ Ele transcreve o artigo 21: “[...] Somente a Nação pertence fazer a sua Constituição ou Lei fundamental, por meio de seus Representantes legitimamente eleitos. [...] Quanto aos que residem nas outras três partes do Mundo, ela se lhes tornará comum, logo que pelos seus legítimos Representantes declarem ser esta a sua vontade.” – Ibidem.

⁴⁷⁷ “[...] Nisto há contradição: ou os Povos promulgam a Lei, ou não; no primeiro caso, usam a Soberania, o acima de Soberano só Deus, e se não promulgam, reconhecerão a El-Rei como Absoluto, e lá se vai a Soberania Nacional. Não podemos conciliar dois princípios que parecem opostos, isto é, a Soberania Nacional podendo e não podendo ao mesmo tempo. [...]” – Ibidem.

O autor do *Correio* negava a validade do Poder de D. Pedro como delegação do Poder de D. João VI⁴⁷⁸. José Soares Lisboa, seu redator, valorizava a decisão tomada nas sessões das Cortes de Lisboa de 11 e 13 de fevereiro de 1822, como ato legítimo, pois tratava-se da expressão da soberania da nação⁴⁷⁹. Como vimos, nesses debates, apesar do esforço argumentativo, principalmente do deputado paulista Antonio Carlos de Andrada, para defender a delegação do poder real no Reino do Brasil e, logo, de um dos pressupostos do “Programa de São Paulo”, definiu-se que o Poder real era indelegável e, por isso, o redator negava qualquer soberania ao decreto de D. Pedro.

Além disso, o redator lembrava-se do voto da maioria dos representantes da Nação a favor dos “Decretos de Setembro” e, por esse motivo, contestava o argumento da ilegitimidade das decisões tomadas em Cortes. Com essa argumentação, J. Soares Lisboa opunha-se à publicação do redator da *Gazeta* e, como vimos, também aos discursos de deputados do Brasil nas Cortes em Lisboa que entediavam a desobediência às decisões das Cortes portuguesas autorizada e legitimada pela inexistência de toda ou da maioria dos representantes da nação na Assembleia em Lisboa, o que desqualificava o Plenário como “Representação Nacional” e retirava a soberania dos seus atos⁴⁸⁰.

Os argumentos do redator do *Correio do Rio de Janeiro* - através da negação da delegação do Poder real pela afirmação da soberania da nação localizada no Congresso de

⁴⁷⁸ “Continua o Sr. Redator (da *Gazeta*) no mesmo § ‘para o qual tinha toda a autoridade emanada de Seu Augusto Pai, com o caráter de Seu Lugar Tenente, sem ser necessário recorrer a uma facção de Direitos, etc’”. Nisto não podemos concordar, e se valem as decisões do Soberano Congresso para provar que os Decretos Regulamentares sem força de Lei são da competência do Poder Executivo, também hão de valer as que não concedem a El Rei autoridade para Delegar absolutamente nada do Poder Executivo (Sessões de 11 e 13 de fevereiro transcritas no *Correio* Nº 09) e portanto é sem o mais leve fundamento, e com total ignorância do que se tem decidido a este respeito que se faz consistir a Autoridade Executiva que exerce S. A. R. na Delegação que lhe fizera Seu Augusto Pai.” – Ibidem.

⁴⁷⁹ “Sr. Redator (da *Gazeta*), isto não são *teorias fundadas em concepções inteiramente cerebrinas*, são raciocínios para tirar ilações de princípios certos, claros, e reconhecidos: a diferença que se encontra entre o meu deduzido e as representações feitas pelas Câmaras a S. A. R. vem daqueles que as redigiram, ou para melhor dizer, do mau hábito em que quase todos ainda estamos de ouvir falar no Absoluto Poder Real, não obstante, S. Majestade e a S. A. R. terem declarado, reconhecido e jurado obedecer à Soberania da Nação, pois que dela, e não de Deus, lhes vem o Poder, parece-nos que o Sr. Redator (da *Gazeta*) se ofende com esta nossa linguagem, porque diz serem nossas explicações forçadas, que mais destroem esse Poder que nos (sic) de conferir a S. A. R. do que o consolidam. Nisto há sua tal ou qual ironia.” – Ibidem.

⁴⁸⁰ “Sendo inegável que a Soberania reside essencialmente em a Nação (art. 20 das Bases) se seus legítimos Representantes obrarem contra seus interesses, pode, ou não, perguntamos, uma grande parte daquela Soberania reclamar, e anular as determinações do Soberano Congresso? Parece que sim: porque a Soberania é propriedade que se pode delegar, mas não alienar, e os proprietários podem fazer uso do que é seu, como melhor lhes convier, tendo respeito à Lei (no caso presente é a Lei natural e Divina ‘não faças a outrem o que não queres que te façam’). A maior parte dos Representantes da Nação, atualmente em Congresso, promulgaram os Decretos de Setembro, e decidiram que El-Rei não podia Delegar o Poder Executivo. S. A. exerce este Poder, Seu Augusto Pai não pode Delegar-lhe, logo, onde lhe vem? [...]” – Ibidem.

Lisboa - atacavam a legitimidade do poder de D. Pedro e do grupo dos Andradas a ele articulado. Ao negar a ilegalidade das decisões das Cortes de Lisboa pela inexistência dos deputados do Brasil, o redator contrapunha-se à concepção da representação do deputado da província, utilizada nos debates no Congresso português pelos deputados de São Paulo e por seus aliados políticos. Ademais, ele argumentava de forma coerente com a sua defesa do exercício da soberania da nação, una e indivisível, pois a compreendia depositada exclusivamente no Poder Legislativo reunido em Lisboa e, para ele, o deputado assumia a ideia da representação do Deputado da Nação, de maneira semelhante à concepção dos deputados de Portugal, especialmente os "integracionistas".

O Cônego Francisco Vieira Goulart, redator da *Gazeta*, em 09 de maio de 1822, publicava um número especial para combater as ideias de José Soares Lisboa. Ele iniciava com a seguinte afirmação:

[...] para que nossas expressões sejam tomadas no verdadeiro sentido que lhe damos e não dêem ocasião à inteligência contrária às nossas ideias, exporemos como questão preliminar, o que entendemos por Soberania da Nação, visto que da estabilidade desse princípio é que depende a decisão da lide que ainda permanece *apud judicem*⁴⁸¹.

Da mesma forma que o redator do *Correio*, o redator da *Gazeta*, com o fim de esclarecer a sua concepção de exercício da soberania da nação, retomava as Bases constitucionais portuguesas, no seu caso, o artigo 20: “que a Soberania reside essencialmente em a Nação”. Com isso, ele pretendia provar através da origem do artigo na Constituição espanhola e francesa de 1791 que “nunca se quis, nem (se) podia excluir a Sua Majestade de fazer parte integrante da Nação e, por consequência, de participar com ela dos atributos da Soberania”⁴⁸².

Segundo o redator da *Gazeta*, a Nação portuguesa era formada por “todos os Portugueses de ambos os Hemisférios” e o rei. Para ele, o representante do Poder Executivo devia no mínimo ser considerado como “um simples Português” e, por isso, fazia parte da nação com soberania. Para ele, a procuração dada pela Nação aos congressistas reunidos em Lisboa determinava que “mantida a Religião Católica e Apostólica e a Dinastia da Sereníssima Casa de Bragança” se organizasse a Constituição política da Monarquia

481

SUPLEMENTO AO Nº 56 DA GAZETA DO RIO, de 09 de maio de 1822.

482

Ibidem.

portuguesa tendo “[...] por base a (Constituição) Espanhola com as alterações que fossem apropriadas às diferentes circunstâncias destes Reinos, com tanto que estas modificações não fossem **menos liberais** (que a espanhola)”⁴⁸³.

Com esse raciocínio, o Cônego Goulart pretendia concluir que a decisão “mais liberal” era a que, no mínimo, não negava a:

[...] já conhecida dos Povos autoridade ou poder de que gozava o Rei da Espanha pela Constituição Política daquela Monarquia e sendo igualmente conhecido o Poder que exerciam os outros Monarcas Constitucionais que (tinham) o Executivo com alguma ou nenhuma parte no Legislativo [...] (e) mantinham as prerrogativas, e atribuições (do Rei) que são anexas a aquele eminente emprego (do Poder Executivo) [...] ⁴⁸⁴.

Assim, a concepção de exercício da soberania da nação defendida pelo redator e valorizada como a “mais liberal” pois se adequava as “circunstâncias” dos Reinos que compunham o Império português era a estabelecida pela Constituição espanhola e francesa de 1791. Como vimos, esse era o princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, pois se originava da autorização do governo pela nação, mas seus poderes eram exercidos pelo Rei e pelo Congresso, já que formada pelo Povo e seu Chefe, o rei:

[...] E, portanto, se os Legisladores Espanhóis, tirando a sua Constituição pela maior parte da Francesa de 1791, não declararam que os Representantes da Nação eram o Corpo Legislativo e o Rei, como ali se estabelece em tit. 3 art. 3, no que foram imitados pelos nossos, nem por isso se segue que o Rei deixe de fazer uma parte notável da Nação; e tão notável que ele **exerce** um dos grandes poderes da Soberania, enquanto o Povo que o manteve nesse Direito, **exerce** o outro pelos seus legítimos Representantes, o qual como fica dito e sancionado nas bases da Constituição, é o Poder Legislativo. ⁴⁸⁵

Essa argumentação do redator da *Gazeta* reelaborava a concepção do exercício da soberania da nação, una e indivisível, com a participação do rei no seu exercício e assemelhava-se à defesa do deputado Antonio Carlos de Andrada realizada nas sessões das Cortes de Lisboa em que se discutiu a delegação do poder real e que foram citadas pelo

⁴⁸³ Ibidem. (Grifo nosso)

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ Ibidem. (Grifo nosso).

redator do *Correio*. Como se analisou, nessa ocasião, o deputado paulista diferenciava o princípio e a execução da soberania da nação para justificar a delegação do Poder real. Dessa maneira, o redator da *Gazeta* mantinha-se fiel à concepção do exercício da soberania da nação, una e indivisível, localizada exclusivamente nas Cortes. Ao mesmo tempo, a sua concepção de exercício da soberania da nação possibilitava a articulação da noção com a delegação do Poder real. Ele entendia que o rei não gozava de parcela da soberania da nação, que se mantinha única e indivisível, porém, o Soberano, por ser “parte notável da Nação”, estava autorizado a “exercer” os atos legislativos do Congresso e, então, executar poderes que eram expressão de soberania.

O redator da *Gazeta* continuava sua contestação às ideias defendidas por José Soares Lisboa no *Correio do Rio de Janeiro*. O Cônego Goulart afirmava que o Congresso tinha sua fonte de legitimidade no “Povo”, assim como afirmou José Soares Lisboa, porém, para o periodista da *Gazeta*, o Executivo, como poder executor da soberania da nação, foi “reconhecido” pelas Bases Constitucionais e por ela autorizado. Isto é, para ele, a delegação do Poder real, feita por D. João VI ao seu filho, Príncipe D. Pedro, estabelecida um ano antes das sessões das Cortes de Lisboa de fevereiro de 1822⁴⁸⁶, era resultado dessa autoridade e não podia ser contrariada pelo “Povo”⁴⁸⁷. Para ele, ao contrário da decisão do Executivo, o estabelecido pelo Congresso podia ser contestado pelo “Povo”, pois as Cortes eram soberanas somente quando reuniam os seus representantes. Dessa forma, o redator da *Gazeta* justificava a oposição aos decretos “integracionistas” de setembro de 1821 e defendia o Poder de D. Pedro.

O redator da *Gazeta* terminava suas reflexões identificando as ideias de José Soares Lisboa com as concepções jacobinas de radicalização do princípio do Legislativo como lugar único da soberania e, então, neutralizando o poder do rei como expressão da soberania real e

⁴⁸⁶ “o Sr. Redator (do *Correio*) que lhe neguemos a paridade ou identidade de razão. As Leis e Decisões do Soberano Congresso, que são todas muito anteriores ao Decreto de 16 de fevereiro podem autorizar, e legalizar o mesmo Decreto na forma por nós indicada, mas a recentíssima deixam de não dever haver no Brasil uma Delegação do Poder Executivo que suspenda os Magistrados (como ultimamente se vencera nas Sessões de 11 e 13 de fevereiro) não pode invalidar uma Delegação que S. M. deu um ano antes para ser exercida por Seu Augusto Filho na qualidade de Regente do Brasil e Seu Lugar Tenente. Emprego em que devia continuar em quanto não se estabelecesse a nova organização do governo deste Reino.” – Ibidem.

⁴⁸⁷ “[...] Ora o menos que o Senhor Redator quer aqui entender é o Poder Executivo, o qual não se compreende no Legislativo, antes está d’ele separado pelas bases da Constituição e reconhecido por elas com atribuição exclusiva de S. M. Logo não podia ser conferido a S. A. R. pelo Povo. E portanto não podendo o Príncipe Regente receber essa autoridade do Povo, porque ninguém dá o que não tem, não querendo o Sr. Redator (José Soares Lisboa) que ele a receba de Seu Augusto Pai que é o Chefe Supremo do Poder Executivo, então também nos há de permitir que suponhamos que este Poder lhe veio *ob alto!!!*” – Ibidem.

monárquica. Ele afirmava que os representantes portugueses eram mandatários da “Nação” enquanto provedores da “utilidade da Nação em geral” e tudo que fosse contrário a isso era considerado “nulo”. Para ele, os revolucionários franceses radicalizaram o poder da soberania atribuída aos representantes do “Povo” e, por decreto de 22 de outubro de 1789, estabeleceram “que a ata da eleição era o único título das Funções dos Representantes da Nação, cuja liberdade de sufrágio não podia ser coarctada por nenhum Mandamento particular.”⁴⁸⁸. Isto é, para ele a decisão “mais liberal” era a que estabelecia a moderação política, oposta ao radicalismo francês, e já presente na Constituição francesa de 1791.

Pode-se dizer que, diferenciando o constitucionalismo português da radicalização revolucionária francesa, o Cônego Goulart pretendia associar a defesa de José Soares Lisboa do respeito da soberania da nação pelo cumprimento das decisões das Cortes de Lisboa às ideias jacobinas. O redator da *Gazeta* relacionava a concepção de exercício da soberania da nação do publicista do *Correio*, na qual o Legislativo era o único Poder de expressão da “vontade geral dos Povos” e, por isso, o decreto de D. Pedro de 16 de fevereiro era ilegal, com o fundamento do Decreto francês de 1789. Segundo o artigo publicado na *Gazeta*, nesse ano os revolucionários franceses passaram dos “limites” e atribuíram aos representantes da Nação uma “latitude” de poder desmedida e prejudicial à “utilidade e bem geral da Nação”⁴⁸⁹.

Dessa maneira, a intenção do redator da *Gazeta* era qualificar sua concepção do exercício da soberania da nação como a “mais liberal”. Ela estava depositada no Legislativo, una e indivisível, mas diferenciada em seu exercício e princípio e, por isso, adequada às “circunstâncias” do Império português, que necessitava da delegação do Poder real para manter a unidade do reino do Brasil. Como vimos, esta não era apenas a concepção defendida por esse redator, mas assemelha-se à defendida pelos deputados do Brasil unidos em torno do “Programa de São Paulo”.

488 Ibidem.

489 Ibidem.

3.2. Uma nova apropriação da concepção do exercício da soberania da nação: o Ato Adicional à Constituição Portuguesa e uma Assembleia Legislativa no reino do Brasil

Em março de 1822, os deputados reunidos nas Cortes em Lisboa receberam notícias sobre a disseminação na província do Rio de Janeiro de duras críticas às decisões das Cortes de Lisboa, inclusive, contestando a legitimidade dos seus atos. Nesse momento, os deputados portugueses tomavam conhecimento do principal argumento publicado nos periódicos fluminenses para justificar suas críticas aos decretos da Assembleia. Neles, como já vimos, afirmava-se que pelo artigo 21 das bases da Constituição, o juramento feito por D. Pedro tinha a condição de que as decisões sobre o Brasil fossem tomadas com a presença dos seus representantes no Congresso pois, caso contrário, não teriam validade⁴⁹⁰.

A mesma contestação ao procedimento das Cortes era o fundamento dos deputados do Brasil em Lisboa e novas articulações foram feitas. Isso transparece em algumas decisões e indicações políticas. Em março de 1822, depois do pedido de leis especiais para o Brasil, formou-se uma Comissão “(...) encarregada de preparar todos os artigos constitucionais (...) requeridos pela especial situação, e circunstâncias das províncias ultramarinas, para serem discutidos ao tempo da revisão da Constituição”⁴⁹¹. No mesmo mês, o deputado pela Bahia, Borges de Barros, propunha o adiamento do debate e da decisão sobre o “[...] capítulo 1 do título 6 do projeto da Constituição, até chegar o maior número possível de Deputados do Ultramar, que possam dar as necessárias informações [...]”⁴⁹².

Nesse momento, a polarização entre duas formas de entender a representação ganhava ainda mais gravidade. A questão da “diversidade legislativa”, assim chamada pela historiadora Ana Cristina Nogueira da Silva, foi retomada com os mesmos argumentos utilizados pelos deputados Cipriano Barata e Agostinho Gomes na indicação que fizeram em dezembro de 1821. Os deputados do Brasil, como Andrada, Lino Coutinho, Borges de Barros, Araújo Lima e Vergueiro defendiam a aprovação da indicação de Borges de Barros justificada pela concepção do “deputado da província”. Mesmo o deputado líder dos “moderados”, Borges Carneiro, representante que nos debates opunha-se às posições “integracionistas” e atendia a inúmeras das reivindicações dos congressistas do Brasil, a essa altura, não deixava de

⁴⁹⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, pp. 611-613.

⁴⁹¹ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 12 de março de 1822, p. 445.

⁴⁹² Ibidem, 06 de março de 1822, p. 378.

defender a concepção do “deputado da nação” e afirmava:

[...] quando não esteja [a maior parte dos Deputados do Brasil no Congresso], todo o Reino Unido está suficientemente representado, porque cada Deputado não representa singularmente a sua província, mas é Deputado em sólido de toda a Nação [...]⁴⁹³

Da mesma forma, o deputado pela Bahia, Lino Coutinho, era enfático: “Eu não posso aqui ouvir afirmar tão abertamente que cada Deputado é somente Deputado da Nação inteira. [...]”⁴⁹⁴.

O cenário era de ruptura política em caso da insistência na polarização entre deputados de Portugal e do Brasil na defesa de diferentes concepções de organização de Império. Como já foi dito, os “integracionistas” perderam poder e os “moderados”, com a proposta de “mercado integrado”, tentavam manter o Império transatlântico. A indicação de Borges de Barros surtiu efeito e a matéria ficou “transferida para o fim da Constituição”⁴⁹⁵. A estratégia moderada era adiar o conflito e criar espaços para a negociação com os deputados do Brasil fora do espaço público das Cortes. Nesse sentido, a “Comissão de Constituição” formada pelos deputados “integracionistas” deixou de existir e uma nova Comissão foi formada, com seis deputados do Brasil e outros seis deputados de Portugal, cinco “moderados” e somente o deputado “integracionista” Moura⁴⁹⁶.

⁴⁹³ Ibidem.

⁴⁹⁴ Ibidem.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 384.

⁴⁹⁶ “Como seria de esperar, também nas Cortes as repercussões dos acontecimentos no sul do Brasil foram consideráveis. Aí, o debate sobre a questão brasileira começou a tomar um novo rumo a partir da sessão de 12 de Março (portanto ainda antes de recebidas as notícias de fins de Dezembro, com a representação da junta de S. Paulo), com a leitura de duas cartas de D. Pedro, datadas de 14 e 15 de Dezembro, onde fazia já referência à determinação em que se encontravam os brasileiros de não o deixarem sair do Brasil, sob a ameaça de, caso persistisse no regresso, se tornarem independentes de imediato. Logo após a apresentação das cartas, Pereira do Carmo propôs a formação de uma comissão especial «para tratar dos negócios daquela província», «porque com efeito» - explicava - «já não podemos obscurecer o estado a que estão reduzidos os Brasis». Apoiando a proposta, José António Guerreiro apresentou uma «indicação» no mesmo sentido, mas alargando o âmbito da comissão em causa, que ficaria «encarregada de preparar todos os artigos constitucionais [...] requeridos pela especial situação, e circunstâncias das províncias ultramarinas, para serem discutidos ao tempo da revisão da Constituição» e de «redigir, e apresentar com urgência os projetos de lei gerais» destinados a «regular todos os ramos da pública administração daquelas províncias»⁽⁶⁸¹⁾. Nestes termos, a moção não encontrou grandes resistências da assembleia⁽⁶⁸²⁾, que veio a aprovar a criação de uma comissão especial de doze membros, dos quais seis europeus e seis brasileiros. A escolha destes últimos refletia a preocupação de dar voz a todas as regiões do Brasil, tanto quanto possível: António Carlos Ribeiro de Andrada e Campos Vergueiro, por S. Paulo; Gonçalves Ledo, pelo Rio de Janeiro; Vieira Belford, pelo Maranhão; Marques Grangeiro por Alagoas; e Almeida e Castro, por Pernambuco. No que respeita aos deputados portugueses nomeados para a comissão, apenas um deles, Ferreira de Moura, representava a linha que temos vindo a apelidar de «“integracionista”», enquanto todos os outros — Trigosso Morato, José António Guerreiro, Anes de Carvalho, e sobretudo Borges Carneiro e Pereira do Carmo — tinham geralmente manifestado posições menos rígidas na questão brasileira.

Entre os meses de fevereiro e junho de 1822, a aliança entre os deputados do Brasil foi várias vezes negociada⁴⁹⁷. Enquanto isso, o parecer sobre o julgamento da junta de São Paulo por motivo da sua representação era adiado, mas não sem pressões dos deputados "integracionistas" que, ao contrário dos deputados "moderados", não se mostravam dispostos a fazer nenhuma concessão a esse respeito.

Os deputados do Brasil articulavam-se a partir do “Programa de São Paulo” e, nos Artigos Adicionais à Constituição, consolidavam a organização do Império com centros Executivo e Legislativo no reino do Brasil. A nova configuração de Império foi defendida como a “mais liberal”, a exemplo do Império britânico e, por isso, única capaz de manter o Império unido. No entanto, isso rompia diretamente com a formação do Império português imaginada pelos deputados "integracionistas" e, em última instância, pela maioria dos deputados de Portugal, mesmo os "moderados". Nesse sentido, as palavras do deputado "integracionista" Xavier Monteiro exemplificam o conflito e mostram a seriedade da situação:

[...] Quem ouviu aquela representação (adendo ao Programa de São Paulo), viu nela sem dúvida os princípios mais subversivos; e o Congresso obrando com circunspecção a mandou para uma Comissão: mas se esta, depois de se ter usado já da circunspecção de incumbida de dar sobre a dita representação o seu parecer, se depois de ver na mesma representação sinais tão claros de anarquia, e subversão, ainda hesita em emitir a sua opinião, então digo eu, que a circunspecção vai converter-se em pusilanimidade. (Apoiado). E porque há esta pusilanimidade? Vem de receios fundados, ou não fundados de uma perda; e não se considera que desse modo vamos a perder uma coisa que vale mais que dez Brasis, que vem a ser a dignidade da nação? (Apoiado, apoiado)⁴⁹⁸

O deputado "integracionista" Xavier Monteiro⁴⁹⁹ privilegiava, em seu discurso, a condenação da Junta de São Paulo e com ela a negação de uma organização imperial assentada na autonomia pela manutenção do estatuto de Reino ao Brasil. Para isso, ele alegava que Portugal perderia mais com essa organização presente no “Programa de São

Deste modo, o significado político da formação da comissão especial aparece-nos claro: na realidade, tratava-se de desapossar a Comissão de Constituição (onde dominavam os «integrado-nistas») da direcção dos negócios do Brasil, passando-a a uma outra em que, agregados aos brasileiros, os deputados portugueses mais conciliantes detinham a supremacia.” – ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 614.

⁴⁹⁷ Idem. Ibidem, pp. 614-615.

⁴⁹⁸ DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 22 de março de 1821, p. 579.

⁴⁹⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993, p. 620.

Paulo” e justificada pela Junta paulista pela crítica às decisões das Cortes de Lisboa, do que privilegiando a construção de um Portugal liberal, organizado conforme o princípio radicalizado de exercício da soberania da nação, una e indivisível, considerado pelo congressista como o “mais liberal”⁵⁰⁰.

O clima político se acirrava ainda mais a partir de junho de 1822. No início desse mês, D. Pedro convocou a Assembleia Legislativa do Brasil. O órgão deveria reunir delegados eleitos por todos os homens que recebessem determinada renda mínima de terra ou de alguma profissão liberal. A exigência de uma Assembleia Legislativa para o Brasil materializava a ideia da distinção entre deputados europeus e deputados ultramarinos e afirmava a defesa da autonomia do Reino do Brasil na monarquia portuguesa. Assim, cada vez mais o significado de “nação” transformou-se da defesa do Brasil como uma “parte contratante” da nação portuguesa para o de nação soberana. Em Lisboa, o maior número dos deputados reagiu com ameaças, envio de tropas e, por fim, com a condenação da Junta de São Paulo, seguida da exigência do regresso imediato do Príncipe.

No dia 17 de junho de 1822, a Comissão de Negócios do Brasil apresentou uma proposta de Ato Adicional à Constituição Portuguesa. O objetivo era manter a união entre os reinos, para os membros da Comissão, impossível com um centro único Executivo e Legislativo, e, ao mesmo tempo, contemplar os interesses dos delegados do Brasil⁵⁰¹. Essa proposta concretizava a introdução da defesa de uma nova configuração do Império que mantinha a “primazia do poder legislativo”, mas reelaborava o princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, pela afirmação da unidade da nação formada por “partes” e, então, justificava a existência de Cortes no Brasil. Ela motivou o debate político

⁵⁰⁰ Outros deputados “integracionistas” expressaram as mesmas ideias: “(...) do mesmo modo [que Xavier Monteiro], Gonçalves de Miranda clamara que a nação devia ‘salvar a sua dignidade’, impondo as ‘penas da lei’ aos que, como a junta de S. Paulo, insultavam ‘o seu corpo representativo’. Encontramos expressões semelhantes nas palavras de Soares Franco e de Girão. Na mesma linha, mas com maior ênfase, Margiochi faz intervenção de teor nacionalista mais acentuado, partindo de um paralelo histórico (...)” – Idem, *Ibidem*, p. 622. Além disso, Valentim Alexandre interpreta o significado dessas defesas, relacionando a “dignidade da nação” com a manutenção do poder soberano do Congresso: “Defesa da dignidade da nação, portanto, como primeiro imperativo – o que, dando satisfação aos sentimentos nacionalistas que tanto se haviam afirmado desde 1808, obedecia também a um objetivo político preciso: o de conservar incólume o poder soberano do Congresso, como forma de preservar o regime constitucional, por um lado, e de garantir a hegemonia portuguesa no sistema luso-brasileiro, por outro.” – Idem, *Ibidem*, p. 623.

⁵⁰¹ Nas palavras de Antonio Carlos Andrada: “[...] Nesse estado a Comissão se viu no triste dilema de, ou desmembrar o Brasil em províncias separadas, e ir de frente contra a vontade daquele Reino, produzindo assim a separação, ou conceder esse poder legislativo (Congresso no Brasil); mas como a Comissão queria a união, buscou salvá-la de modo que não atacasse defronte a vontade daqueles povos, nem os princípios reconhecidos; se porém se acharem outros meios melhores, a Comissão não duvida discuti-los, e por minha parte, sendo convencido, não duvidarei aceitá-los.” – DIÁRIO das Cortes de Lisboa de 26 de junho de 1822, p. 562.

final entre diferentes concepções de organização de Império discutido entre os deputados do Brasil e os de Portugal nas Cortes de Lisboa, um dos motivos do esgotamento de qualquer conciliação que, nesse momento, já parecia quase impossível.

O deputado Antonio Carlos de Andrada foi o porta-voz da nova organização de Império formulada na proposta dos Artigos Adicionais à Constituição⁵⁰². As bases de funcionamento do pacto proposto supunham um Executivo único, porém composto de diferentes agentes – rei, em Portugal, e príncipe no Rio de Janeiro. Desse modo, ele retomava a diferença entre o princípio e a execução do Poder Executivo com a qual defendeu a delegação do poder real como a decisão “mais liberal”. Nesse sentido, como já foi dito, ainda era possível conciliar essa organização com o princípio de exercício da soberania da nação, una e indivisível, de inspiração francesa e que fora reelaborado pelo deputado paulista.

A novidade da organização proposta pelo Ato Adicional estava na concepção da união entre o reino de Portugal e do Brasil como uma construção política: o pacto das “partes” soberanas e contratantes que a organização da “nação separada” incorporava. O Ato fundamentava o Império em uma nova elaboração do princípio de exercício da soberania que relacionava uma série de princípios apropriados da experiência constitucional atlântica para constituir o que a Comissão, nas palavras de Antonio Carlos, dizia tratar-se da organização “mais liberal” para o Império português. Um deles era o da “estrutura monista”, conceitualizada por M. Fioravanti e por ele considerada como indispensável na definição do exercício da soberania da nação de origem francesa. Outro era o da concepção da unidade da nação formada por “partes” que, para o deputado Antonio Carlos e outros deputados de Portugal, era de inspiração britânica. Finalmente, o princípio da representação do deputado como porta-voz dos interesses da província pela qual foi eleito, o que, como vimos, estava presente nas propostas autonomistas reivindicadas pelos deputados hispano-americanos nas Cortes de Madri⁵⁰³.

A nova configuração do Império proposta pela Comissão possuía três Cortes legislativas: duas especiais – uma instalada em Lisboa e outra no Brasil – e uma Geral que agruparia, discutiria e votaria as decisões tomadas nos dois Reinos. Dessa maneira, a prática

⁵⁰² O artigo 1º define a existência de dois Congressos, um em Lisboa e outro no Brasil; no artigo terceiro as províncias da África e da Ásia declarariam a que Congresso se filiariam; o artigo 4º definia a atribuição que caberia ao Congresso do Brasil, a de legislar “sobretudo especialmente às províncias” e as leis do Brasil seriam sancionadas e publicadas pelo Regente (artigo 5º). O acordo contempla o resultado de negociações no âmbito do reino do Brasil, a previsão da Constituinte na América viabiliza a negociação das autonomias provinciais, além de representar um espaço institucional de controle do governo do Rio de Janeiro. Cf. Ibidem.

⁵⁰³ O silêncio sobre a experiência espanhola nesses debates pode indicar justamente essa relação.

legislativa, ato máximo da soberania como expressão da vontade geral da representação da nação, era compartilhada entre as Cortes, assemelhando-se com a federação norte-americana. No entanto, pode-se dizer que, na proposta, o Poder Legislativo continuava a ser o único depositário da soberania da nação. As Assembleias legislativas de Lisboa e Brasil eram formadas, respectivamente, pelos deputados escolhidos por processo eleitoral em Portugal e no Brasil e, por isso, não eram delegados do Legislativo, como o Poder real de D. Pedro era do Executivo. Além disso, a presença da Corte Geral fundamentava-se na ideia de que a decisão de um código que vigorasse em todo o Império precisava necessariamente do voto dos representantes da totalidade das províncias do Império e, então, recuperava a concepção de representação e unidade que, como vimos, foi tantas vezes utilizada pelos deputados do Brasil.

A oposição dos deputados "integracionistas" à organização apresentada no Ato Adicional concentrava-se na contestação da sua filiação britânica. Eles afirmavam que ela era inconciliável e inconstitucional com o princípio jurado nas Bases portuguesas de se estabelecer uma Monarquia assentada no exercício da soberania da nação, una e indivisível, que, para eles, era a “mais liberal” quando concentrada, oriunda e representada em uma única Corte reunida em Lisboa.

Na defesa do Ato Adicional, o deputado paulista Antonio Carlos de Andrada reconhecia a influência britânica e minimizava a importância da fundação da história e tradição romana e depois ibérica como fontes de legitimidade para a organização do Império português. Assim, a proposta da Comissão de Negócios do Brasil era interpretada pelos deputados de Portugal como uma configuração de Império que desconsiderava a história comum dos portugueses dos “quatro cantos do mundo”⁵⁰⁴. Nesse sentido, o deputado "integracionista" Moura estabelecia a relação entre o exercício da soberania compartilhada entre as três Cortes e a utilização do exemplo do Império britânico para caracterizar o Ato Adicional como uma “federação” e indagava: “que outra cousa seria isto se não uma pura

⁵⁰⁴

Exemplar a reação do deputado "integracionista", Girão: “Ora eis-aqui uma bela união!!! O Brasil é muito grande, e muito rico, mas ninguém me negará que os Estados Unidos ainda são mais, logo se assim se unem as nações, como diz o projeto, podemos unir-nos aos Estados Unidos; lá tem um Congresso, cá temos outro, está a união feita. Igualmente nos podemos unir à Grã-Bretanha, à Espanha, à França, e até à Turquia; pois que também tem o seu Divan, que é mui semelhante ao Governo, e Conselho Excelentíssimo do Rio de Janeiro. Em verdade, Sr. Presidente, não sei quem deu tais poderes aos ilustres Autores do projeto, pois as nossas procurações opõe-se a isto, autorizando-nos para fazer uma Constituição fundada sobre as bases da Espanhola, e estas bases não admitem dois Congressos, isto seria fazer um monstro com duas cabeças, e pretender que a árvore da liberdade tivesse dois troncos. [...]” – Ibidem, p. 569.

federação?”⁵⁰⁵.

O deputado paulista Antonio Carlos de Andrada admitia a influência britânica e a valorizava como a “mais liberal” e um exemplo a ser seguido de Império vasto que se manteve por meio de uma construção política. Assim, ele impedia a relação da proposta do Ato com a experiência norte-americana, republicana e federal, e com a espanhola que fracassava com uma série de independências hispano-americanas e lidava com a reivindicação dos deputados hispano-americanos de Cortes na América. Além disso, ele apontava a Opinião Pública como uma força a favor da aprovação dessa organização⁵⁰⁶. Dessa maneira, o deputado criava uma hierarquização de argumentos no debate. Consoante seu discurso, os congressistas de Portugal que não admitiam essa organização eram considerados “menos liberais”, pois eles privilegiavam a tradição por si mesma – no caso a romana — enquanto a proposta do Ato Adicional era o resultado do balanço das experiências constitucionais precedentes à portuguesa, optando “racionalmente” por adequá-las às exigências conjunturais do Império português, com o fim do seu maior benefício:

[...] O que é de admirar é que uma Nação que decanta princípios tão liberais, não queira conceder às suas províncias ultramarinas o que os Ingleses às colônias Inglesas. Não há colônia Inglesa que não tenha um corpo legislativo particular, sendo sancionado pelo delegado do poder executivo, e sendo revogado somente no caso em que o Parlamento Britânico assente, que não deve ser executado. As diferenças pois, que aqui se propõem, são muito pequenas. É necessário considerar, que as circunstâncias dos povos do Brasil pedem que tenham á mão quem proveja as decisões precisas. [...] ⁵⁰⁷

Quanto à possível associação dessa organização formulada pela Comissão com uma “federação”, o deputado Antonio Carlos de Andrada esclarecia que a intenção do projeto não era a de unir várias “repúblicas federadas”, mas beneficiar a união do Império, de modo que negava qualquer relação da proposta do Ato com a experiência republicana norte-americana. Pode-se dizer que seu esforço era no sentido de reelaborar a concepção do exercício da soberania “compartilhada” que, como vimos, tinha inspiração norte-americana, e manter na proposta a característica da “primazia do poder legislativo” que era negada na tradição

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 567.

⁵⁰⁶ “[...] se a opinião pública se mostra com energia que costuma, nem um, nem 20 Congressos, é capaz de abalar: a opinião pública é a rainha do mundo, e ela há de vencer sempre; quem quer mudar de governo, muda sem dúvida; a crise poderá ser terrível, mas ao fim há de vencer a razão, e a constância da opinião. [...]” – Ibidem, p. 568.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 569.

britânica, já que, neste caso, a preocupação era de por meio do respeito da Constituição estabelecer o equilíbrio entre os Poderes. Ademais, apesar de não serem mencionados, o deputado tinha que lidar com os acontecimentos espanhóis, tanto as independências hispano-americanas, como a proposta dos deputados da Nova Espanha que também defendia Assembleias legislativas na América e foi interpretada nas Cortes de Madri como a concretização da independência. Esse silêncio pode indicar que esses deputados acreditavam ser prejudicial e arriscado ao diálogo entre deputados do Brasil e de Portugal relacionar a proposta do Ato Adicional com a experiência espanhola.

Apesar da organização desse Império proposta no Ato Adicional assentar-se na autonomia, em seu preâmbulo, a afirmação era que a soberania da nação residia no Congresso geral, onde todos os representantes do Império se reuniriam. Dessa forma, retoma-se a ideia da representação provincial do deputado, afirmando que a representação, para ser nacional, dependia da reunião da totalidade das “partes”. A natureza dos Congressos em que se decidiriam as leis interiores era diferente das Cortes Gerais. A justificativa da existência das duas Cortes residia na particularidade do regime nos trópicos, considerado incipiente em relação à Europa e, por isso, com a exigência de um legislativo próprio que funcionaria também como um controlador do agente Executivo e, então, pode-se dizer, reafirmando a “primazia do poder legislativo”⁵⁰⁸.

Segundo o deputado paulista, com a reunião de deputados em Cortes no Brasil, o Reino na América teria a garantia do exercício legislativo separado das Cortes em Portugal para decidir o seu destino político conforme suas particularidades. O que ele argumentava era que isso não era a concretização da independência⁵⁰⁹, pois no Congresso geral, com a reunião de todos os representantes do Império, a totalidade ou a maioria das “partes” da nação se reuniria e formaria a “Representação Nacional”. Assim, o pacto pretendia unir as “partes” da nação com menor centralização, isto é, com a regulamentação da divisão de atribuições entre os Congressos “interiores” ou “particulares” e o “geral”. Para ele, quando jurado o pacto

⁵⁰⁸ “É de evidência, que as leis gerais, interessando a ambos os Reinos, devem ser feitas por legislaturas comuns a ambos, pois de outro modo seria um sujeito ao poder absoluto do outro, o que é contra os princípios constitucionais admitidos. As leis, porém, do regimento interior são de outra natureza, e outra deve ser a providência a seu respeito. [...]” – Ibidem, p. 558.

⁵⁰⁹ “[...] Diz mais o parecer da Comissão que o decreto de 3 de Junho [D. Pedro convoca um Assembleia Legislativa no Brasil] tende a dissolver a suspirada união do Brasil com Portugal. Não concebo, eu concebo muito bem como é possível conservar a união ainda com dois corpos legislativos separados. Foi desprezado o meu projeto, mas não me convenceram, porque por mais que leia o que se me disse, não vejo senão palavras. Eu concebo muito bem como hajam dois corpos legislativos peculiares em duas partes da monarquia dependendo de um corpo geral. [...]” – Ibidem, 19 de setembro de 1822, p. 498.

político por todas as “partes da nação”, todos os portugueses pertenceriam a uma mesma nação portuguesa e essa era para ele uma “nação inteira”:

[...] O que se vê que o Brasil quer, Senhor Presidente, é uma espécie de união. Esta palavra união é vaga. Uns restringem a mais, outros a menos. Em uns é quase o mesmo que federação, n'outros denota, unidade absoluta dos dois poderes sociais. Entre estas duas opiniões é que o Brasil tem vacilado. Um espectador imparcial, e que olha para a marcha dos negócios do Brasil, vê que ao princípio tendeu a uma união mais restrita, e que agora tende a uma casta de união mais frouxa. Mas nunca até agora nenhuma autoridade, nenhuma província falou em independência.[...] ⁵¹⁰

Como já foi mencionado, a exemplificação dada pelo deputado Antonio Carlos de Andrada sobre a proposta do Ato com a experiência britânica e a sua negação do termo “federação” podem ser entendidas como formas de distanciar-se do exemplo das independências da América espanhola e dos acontecimentos contemporâneos nas Cortes espanholas. Ele negava a “federação” e reafirmava a união: “[...] faz os povos em tudo soberanos [...] mas no projeto proposto [...] não pode ser federação, mas sim união”⁵¹¹.

Andrada contrapunha-se, portanto, à organização dos deputados “integracionistas” baseada na radicalização do princípio do exercício da soberania da nação, una e indivisível, de inspiração francesa, ao mesmo tempo em que reelaborava a concepção de exercício da soberania “compartilhada” de inspiração britânica para manter a “estrutura monista”, conceitualizada por M. Fioravanti. Apesar de ser contestado justamente por esse motivo, na análise do discurso do deputado paulista, pode-se verificar que ele mantinha o princípio de um Legislativo como *locus* da soberania da nação. Porém, ele incorporava a ideia da diferenciação entre princípio e execução da soberania e, logo, entre princípio e execução dos Poderes. Ele defendia essa concepção de exercício da soberania como a “mais liberal”, pois ela possibilitava o pleno funcionamento da unidade do Império português por meio da autonomia das “partes” e, ao mesmo tempo, compartilhava a prática legislativa entre as Cortes “interiores” e a “geral”, mas criava uma hierarquia entre elas pela qual mantinha o Congresso Geral como o lugar, por excelência, da soberania da nação, pois reunia a totalidade dos representantes das províncias do Império português.

Os deputados de Portugal entenderam a proposta do Ato Adicional como a

⁵¹⁰ Ibidem, p. 496.

⁵¹¹ Ibidem.

personificação da independência. Eles não admitiam essa reelaboração do princípio de exercício da soberania porque esta se relacionava com o princípio da representação do deputado como representante da província pela qual foi eleito e da concepção da unidade da nação formada por “partes” e, então, consideravam “mais liberal” manter o princípio radical da prática da soberania da nação, una e indivisível, mesmo que isso custasse a independência da porção americana do Império. A defesa do princípio político no debate era motivada pelo prejuízo que uma organização do Império, como a proposta no Ato Adicional, representava aos interesses políticos e econômicos da maioria dos deputados de Portugal. O Congresso recusou o Ato Adicional por 87 votos. Embora esse número incluísse alguns deputados do Brasil, a votação mostrou o alinhamento da maioria deles a essa organização de Império, assentada na autonomia, e a união dos delegados de Portugal em torno da defesa de Lisboa como o centro do Império.

Nesse momento de maior grau de radicalização no debate, pode-se identificar a oposição entre os deputados do Brasil e os congressistas de Portugal, caracterizando-a pela defesa da relação “mais liberal” entre uma concepção de exercício da soberania, de representação e de organização de Império. Como vimos, essa diferença foi estabelecida a partir do diagnóstico da história constituinte atlântica e, nesse caso, pela apropriação de princípios das experiências francesa, espanhola, britânica e norte-americana.

Em maio de 1822, chegou ao Rio de Janeiro por via de correspondência de Portugal a cópia do relatório que a Comissão Especial de Negócios do Brasil apresentou às Cortes na sessão de 22 e 23 de março desse ano⁵¹². A partir disso, as discussões sobre a delegação do Poder real e o estabelecimento de Cortes na América foram acompanhados de publicações sobre o Parecer. Nesse momento, os redatores radicalizaram o debate sobre a polarização das diferentes concepções de representação do deputado. Ao discutir o Parecer, os redatores do *Reverbero* afirmavam: “(na Assembleia em Lisboa, os deputados de Portugal) fazem valer além dos limites a maquiavélica máxima: *o Representante de uma Província é Representante*

⁵¹² “[...] Inicialmente, as manifestações foram de júbilo, com a população espontaneamente iluminando suas casas e participando de festejos com banda de música. *A Gazeta* e *O Espelho* felicitaram o Brasil, porque o Congresso havia afinal anuído aos desejos dos brasileiros e parecia forçado a reconhecer a franqueza e lealdade de D. Pedro. Contudo, o sucesso logo se desvaneceu. Segundo o Marechal, foi a influência dos jornais, em sua maioria favoráveis ao partido brasileiro, que fez o espírito público mudar de opinião. *O Correio do Rio de Janeiro*, ao ler o ‘desgraçado Parecer’, não via motivos de tais festejos, uma vez que, composto de palavras ambíguas, que pareciam ‘prometer tudo e tudo fazendo o contrário’, iludia um povo sincero.” – NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais* - Cultura Política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 341.

*da Nação toda, desde que presta o seu juramento e toma assento no Congresso [...]*⁵¹³.

Assim, o debate mais importante na Imprensa fluminense não era entre os redatores, mas deles dialogando com as ideias expressas nos discursos dos deputados de Portugal nas Cortes de Lisboa. Esses periodistas criticavam os que se posicionavam contra o projeto de Cortes no Brasil e a manutenção do Príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro, nesse caso, principalmente, os redatores de publicações de Portugal e da Bahia⁵¹⁴. A partir disso, os periodistas fluminenses mostravam com espanto e indignação⁵¹⁵ a clara opção dos deputados "integracionistas" pela construção de um Portugal que consideravam "mais liberal", em detrimento da manutenção da união do Império, no caso da insistência dos deputados do Brasil na sua construção assentada na autonomia das "partes":

[...] O Sr. Moura foi o único Membro da Comissão que não assinou esse Parecer. (o Parecer) Foi muito combatido pelos Srs. Freire, Ferreira Borges, Fernandes Thomas, Moura, Castelo Branco, e outros e defendido pelos Srs. Pereira do Carmo, Pinto da França, Borges Carneiro, Muniz Tavares. **É notável o que avançou o Sr. Fernandes Thomas...** "Que o Brasil se há de separar de Portugal, ninguém o pode duvidar, quando? É o que não sei... Se o Congresso precisa mais notícias para determinar, é melhor que digamos Adeus ao Brasil e cuidemos de nossos negócios, a minha opinião é que o Brasil desde já se desligue (a ordem, a ordem) e que fiquemos sós, venho a dizer que se o Brasil só quer se separar o faça, mas que se os seus povos se querem se ligar a Portugal se sujeitem às deliberações que o Congresso determinar e se não querem estar por isto, que se desliguem, e tiremos daqui o sentido, se o Brasil se quer desligar, ninguém o pode embaraçar, pois que é um direito que tem todo povo de escolher a forma de Governo que melhor lhe convier, o meu parecer é, pois, que não há receio algum desta desunião e, quando o houvesse, então devíamos acabar de legislar para o Brasil."⁵¹⁶

Portanto, os desdobramentos da polarização entre concepções de exercício da soberania no Congresso português e os dilemas vividos pelos deputados em Lisboa repercutiram na Imprensa fluminense. Pode-se identificar a discussão do parecer da Comissão

⁵¹³ REVERBERO EXTRAORDINÁRIO, Nº 01 de 12 de maio de 1822, p. 10. Além disso, Cf. A MALAGUETA, Nº 24 de 11 de maio de 1822 e O ESPELHO, Nº 56 de 31 de maio de 1822.

⁵¹⁴ NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pp. 338-342.

⁵¹⁵ "[...] Se um dos escritores venais e incendiários do Rio de Janeiro (como nos honraram os Srs. Da Comissão) dissesse isto não admirava. Mas diremos com Talleyand: *eh refiro, não commento.*" – O ESPELHO, Nº 56 de 31 de maio de 1822.

⁵¹⁶ Ibidem.

de Negócios do Brasil “[...] sobre a Representação dos Membros da Junta de Governo Provisório de S. Paulo que só reduzia a que se esperasse mais notícias do Brasil (para qualquer decisão) [...]”⁵¹⁷ como um debate final. Em 23 de maio de 1822, uma “Representação” de “homens verdadeiramente constitucionais”, organizada pelos redatores fluminenses e membros da elite como: Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, os padres Januário da Cunha Barbosa e Antonio João Lessa, João Soares Lisboa e Bernardo José da Gama e acompanhada de 2.982 assinaturas, pedia a D. Pedro a convocação de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil⁵¹⁸. A partir desse evento, a experiência constitucional atlântica continuava a ser retomada pelos debates na Imprensa fluminense, porém, esses diagnósticos serviam para a definição das decisões políticas “mais liberais” na nova tarefa de construção do Império do Brasil.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pp. 340-345

Considerações Finais

Neste trabalho, analisou-se o debate em torno das diversas concepções dos liberais portugueses sobre o que eles entendiam como a decisão “mais liberal” em relação a cada um dos três pilares do governo constitucional: a Liberdade de Imprensa, a existência do processo eleitoral e o exercício da soberania da nação. Sendo assim, para concluir, pretende-se relacionar as definições sobre cada um desses pressupostos do novo governo e esboçar as diferentes configurações de sistemas de representação imaginadas pelos liberais portugueses analisados.

Este percurso final foi dividido em duas partes: na primeira, é apresentada uma síntese das principais concepções de Império, cada uma defendida como a “mais liberal” e identificadas na discussão dos “pilares” do governo constitucional e, na segunda, recupera-se a radicalização e a polarização dos discursos em torno da definição do exercício da soberania da nação, atrelada à defesa de diferentes organizações de Império.

Nos momentos finais dos debates nas Cortes de Lisboa, as forças políticas reorganizaram-se na Assembleia e os deputados de Portugal uniram-se em torno da defesa de uma mesma concepção de organização de Império, em oposição a uma nova, introduzida e defendida pela maioria dos deputados do Brasil e redatores fluminenses. Importante esclarecer que o conflito de ideias não foi responsável por essa reorganização dos grupos políticos no Plenário. Esse estudo pretende mapear esse impasse argumentativo que existia a partir de interesses concretos e econômicos que estão além dos nossos objetivos. Apresenta-se uma tentativa de sinalizar os grupos políticos ou mesmo os interesses que estavam implícitos na utilização das diferentes apropriações da história constitucional atlântica, porém, como já foi dito, esse estudo não pretende mapear ou analisar os interesses políticos e econômicos concretos desses grupos, mas sim relacionar diferentes retóricas liberais ligadas a concepções de organização de Império com grupos políticos existentes e já analisados pela historiografia.

Nesse sentido, pode-se identificar, principalmente, três diferentes concepções de organização de Império entre os liberais portugueses que eram defendidas cada uma como a “mais liberal”: uma proveniente dos “liberais conservadores”; outra utilizada, sobretudo, pelos deputados “moderados” ou “conciliadores” e a defendida pela maioria dos deputados “integracionistas”. Os representantes do Brasil e os redatores fluminenses sobre a questão da Liberdade de Imprensa e a existência e regulamentação do processo eleitoral transitavam

entre essas concepções. Ademais, tratava-se de ideias que tinham o mesmo objetivo final de não fracassarem na reorganização do Império, mantendo, inclusive, a sua unidade. Era isso o que dava sentido à tarefa autoproclamada por eles de construir o Império “mais liberal” no quadro das revoluções constitucionais atlânticas.

Não se pretende, aqui, criar uma tipologia rígida. Em direção oposta, a análise feita até o momento pretende mostrar a inviabilidade dessa ideia. A utilização da categoria criada por Valentim Alexandre sobre a divisão dos deputados de Portugal entre “conciliadores” e “integracionistas” novamente será utilizada, mas com cautela. A defesa de uma concepção de organização de Império no debate político estava sujeita ao desenrolar da discussão, isto é, como retórica era sujeita aos interesses de seus porta-vozes. Assim, nesta conclusão, quando se sinaliza que uma determinada visão de organização de Império, defendida como a “mais liberal”, era utilizada pelos deputados “integracionistas” ou “conciliadores”, isso não quer dizer que ela era exclusiva desse grupo político, mas que foi constantemente empregada por eles, o que aponta para o objetivo deste trabalho de servir como mais um elemento para a caracterização do pensamento político desses deputados e redatores, reconhecendo-se, porém, o caráter provisório dos posicionamentos no debate político.

A concepção de organização de Império menos recorrente no debate era a que continha a ideia da superação da experiência espanhola pela moderação da sua “liberalidade”. Seus adeptos radicalizavam a exigência do respeito estrito à Lei no novo Estado e justificavam-se dizendo que a superação dos equívocos dos deputados espanhóis realizava-se pela adequação da norma à natureza da nação portuguesa – sua história, costumes e tradição. Eles afirmavam que os congressistas espanhóis interpretaram mal a natureza da nação e, por isso, estabeleceram normas de uma liberalidade inadequada a ela. Como solução, afirmavam que era necessária a instituição de normas mais restritivas. Dessa maneira, esses liberais conciliavam a defesa de uma decisão mais conservadora que a definida pelos deputados espanhóis com a justificativa de que o Império “mais liberal” era aquele que se estabelecia sob normas adequadas ao caráter da nação portuguesa, mesmo que, para isso, se revogasse alguma demonstração de “liberalidade” dos deputados das Cortes espanholas.

A existência dessa concepção de organização de Império interessa diretamente a este estudo pelo fato de demonstrar a exigência do uso da retórica liberal no regime da monarquia constitucional. Os porta-vozes dessa definição presente nas Cortes de Lisboa⁵¹⁹ ou na

⁵¹⁹ Zília Osório de Castro usa o termo “liberais conservadores” para descrever a biografia de Trigo e

Imprensa fluminense eram os defensores da manutenção de alguma característica do “Antigo Regime” na Constituição. Aqui, eles são representados pelos deputados de Portugal Serpa Machado, Trigoso e Madeira Torres e pelo redator de *O Bem da Ordem*, Cônego Francisco Vieira Goulart. Dessa forma, na Assembleia e na arena pública periódica – espaços liberais por excelência – com a utilização da retórica liberal, eles evitavam ataques dos outros congressistas e redatores que poderiam acusá-los de defensores da “velha ordem” e, ao mesmo tempo, legitimavam suas propostas pela justificativa da superação da “liberalidade” das outras experiências constitucionais através da crença total no “Império da Lei”.

Quanto à Liberdade de Imprensa, esses deputados defenderam a censura prévia indiscriminada. Para eles, os deputados espanhóis estabeleceriam normas inadequadas ao “grau de Ilustração”, à “tradição” e à história da nação espanhola. Assim, diagnosticavam que a decisão “mais liberal” era a que reavaliava essas decisões e estabelecia regulamentos efetivamente adequados à natureza das nações ibéricas. Eles defendiam que a censura indiscriminada era melhor regulada com a criação de normas posteriores à Constituição. Por isso, esses liberais argumentavam que a obediência da sociedade à Lei e a criação de normas reguladoras construiria a organização do Império “mais liberal”. Como vimos, essa retórica serviu para justificar a tentativa de manutenção da instituição da censura, típica do Antigo Regime e controlada pelos grupos políticos ligados aos círculos cortesões aos quais esses deputados eram ligados.

No que se refere à existência do processo eleitoral e à sua regulamentação, o Cônego Francisco Vieira Goulart, em *O Bem da Ordem*, escrevia pela maior restrição dos eleitores no primeiro nível eleitoral, selecionados pelo critério censitário. Ele criticava as Instruções espanholas e defendia que a nação portuguesa não estava preparada para esse regulamento e, por isso, sua ampla base eleitoral no primeiro nível eleitoral não era adequada ao Império. Para ele, os deputados espanhóis se equivocaram na análise do “grau de ilustração da Nação espanhola” e, por isso, estenderam a participação de tantos indivíduos no primeiro nível eleitoral. Para Vieira Goulart, isso permitia o voto de “despreparados” que não sabiam escolher seus representantes⁵²⁰. Desse modo, a organização de Império “mais liberal” era aquela formada pelos congressistas “mais aptos”, que somente seriam eleitos se os “mais

Madeira Torres e destaca, por exemplo, o posicionamento de ambos pela existência de duas câmaras como uma das marcas desse “conservadorismo”. Cf. OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.). *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembléia da República, vol. II, pp. 268-275 e 827-830.

⁵²⁰

Como vimos, o redator não menciona a ampliação dessa base eleitoral pelas Bases portuguesas.

ilustrados” da Nação os escolhessem. Para isso, o redator afirmava que era necessário reduzir o número de eleitores e, inspirado pela experiência norte-americana, propunha uma solução: a seleção censitária dos eleitores. Divulgando a constitucionalidade de D. João VI ao decretar as Instruções eleitorais em 07 de março de 1821, o redator demonstrou a adesão ao constitucionalismo e, ao mesmo tempo, opôs-se às opiniões mais radicais que poderiam, no limite, contestar a autoridade dos poderes do rei e das autoridades régias, com as quais Vieira Goulart era diretamente ligado.

Outra concepção de organização de Império privilegiava a “moderação” na Política. Ela era defendida de maneira recorrente pelos deputados “conciliadores” ou “moderados” e, na Imprensa fluminense, pode ser reconhecida nas palavras de José da Silva Lisboa no *Conciliador do Reino Unido*, nas publicações de Luís Augusto May em *A Malagueta* e na republicação do *Gênio Constitucional*. Consoante essa visão de organização de Império, a decisão “mais liberal” era a que respeitava as particularidades da Nação portuguesa, como sua história, tradição e costumes e estabelecia uma norma adequada para, então, ao longo da prática liberal, ampliar a “liberalidade” da legislação e das instituições da nação. Para isso, eles acreditavam que a melhor inspiração eram as decisões do constitucionalismo espanhol, pois havia uma semelhança entre a natureza das nações ibéricas e, ao contrário daqueles liberais mais conservadores, eles acreditavam que os deputados espanhóis souberam avaliá-la. No debate constitucional, essa definição foi recorrente quando se discutiu os três “pilares” do governo constitucional.

Nesse sentido, esses deputados e redatores argumentavam que as nações ibéricas possuíam o mesmo “grau de Ilustração” devido a uma semelhança de costumes, tradição e história, inclusive, com a presença da Inquisição em ambas e uma analogia entre as suas relações coloniais. A partir disso, eles justificavam a defesa do estabelecimento da norma espanhola para o Império português: a censura prévia dos escritos periódicos sobre matérias religiosas e a adoção das Instruções eleitorais espanholas. A defesa da adoção da mesma regulamentação não significava que esses deputados e redatores acreditavam em uma repetição do que ocorreu na experiência espanhola, pelo contrário, eles apostavam no êxito da manutenção da união do Império. Eles negavam o equívoco dos deputados espanhóis na definição de regulamentos e entendiam que as independências hispano-americanas foram fruto das circunstâncias políticas que o Império espanhol vivia. No caso da experiência portuguesa, para eles, as condições eram totalmente diversas e como a última experiência de

uma série de movimentos constitucionais, o Império português seria o “mais liberal”. Com a mesma lógica, esses liberais entendiam que instituições e leis de origem anglo-saxônica, como o “Juízo de Jurados” e a delegação do Poder real, eram incompatíveis com a natureza da nação portuguesa e, por isso, quando aprovadas, no mínimo necessitavam de inúmeras adaptações.

No que concerne ao tema da Liberdade de Imprensa, os seus principais representantes foram derrotados tanto na defesa da aprovação da censura prévia dos escritos periódicos sobre temas religiosos, quanto na do veto do “Juízo de Jurados” na regulamentação da Lei de Liberdade de Imprensa. Os deputados “moderados” Anes de Carvalho e Camelo Fortes foram seus principais representantes nas Cortes de Lisboa. Na Imprensa fluminense, expressavam essa concepção de organização de Império, José da Silva Lisboa, redator do *Conciliador do Reino Unido* e sobre a polêmica a respeito do “Juízo de Jurados”, Luís Augusto May, responsável por *A Malagueta*. Como vimos, tanto os deputados, como Silva Lisboa se interessavam pela manutenção da censura prévia com o fim de manter seus cargos e influências no governo.

Quanto à existência do processo eleitoral, o periódico escrito no Porto e de nome *O Gênio Constitucional* foi o principal representante na defesa dessa concepção de organização de Império como “mais liberal”. Esse periódico foi republicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Régia e valorizava as Instruções Eleitorais espanholas no quadro das revoluções liberais atlânticas. Como vimos, pode-se dizer que ele foi utilizado pelas autoridades da Corte para defender a adoção dessas regras para as eleições nas províncias do Brasil.

Em relação à definição do exercício da soberania da nação, os deputados “moderados” argumentavam que o Congresso, com a aprovação de artigos retirados da constituição espanhola, estabelecia a decisão “mais liberal”. Eles entendiam que essas normas serviam como demonstrações do esforço dos congressistas em benefício da igualdade política de todas as “partes” do Império, pois recuperavam a memória da experiência espanhola, quando essa determinação significou a concessão das reivindicações dos deputados hispano-americanos. Como vimos, essa retórica serviu aos “moderados” para se aproximarem dos deputados do Brasil na tentativa de estabelecer uma aliança em torno da ideia do “mercado integrado”, formulada por Borges Carneiro e alternativa à proposta “integracionista” da “nação integrada”.

No entanto, a reivindicação dos deputados do Brasil pela delegação do Poder real,

relacionada ao “Programa de São Paulo” e de uma nova organização de Império, presente no Ato Adicional à Constituição Portuguesa, apresentado pela Comissão de Negócios do Brasil, foram compreendidas por esses deputados como a utilização de um princípio de exercício de soberania, ligado à concepção norte-americana e, por isso, federalista, e incompatível com a nação portuguesa, colocando em risco as decisões constitucionais já aprovadas na ausência da totalidade dos deputados do Brasil. Nesse momento, a maioria dos deputados “moderados” abandonou a justificativa da “moderação” e da concessão das reivindicações dos congressistas do Brasil e uniu-se à defesa de outra concepção de organização de Império que também era defendida como a “mais liberal” e utilizada, principalmente, pelos deputados “integracionistas”.

Grande parte dos deputados “integracionistas” advogava em defesa da concepção de organização de Império “mais liberal” como aquele que, em suas normas, superava a “liberalidade” dos constitucionalismos atlânticos, especialmente, o espanhol. Para seus adeptos, os deputados espanhóis equivocaram-se porque não seguiram radicalmente os princípios liberais pelos quais o Estado deveria se fundar, como o exercício da soberania da nação, una e indivisível, a “vontade geral” e a “representação nacional” formada pelo “deputado da nação”. Como vimos, essas idéias eram definidas por esses deputados conforme o uso político no debate, sem uma conceitualização que seguia um modelo, por exemplo, o jacobino.

Com o passar dos debates constitucionais, em seus momentos finais, essa definição de organização de Império foi radicalizada e uniu em sua defesa deputados “integracionistas” e “moderados” em oposição à outra, mantida pela maioria dos deputados do Brasil. Na Imprensa fluminense, esse tipo de argumentação foi utilizada por Hipólito da Costa e o “Anônimo” – redator do panfleto escrito em Lisboa e polemizado por Silva Lisboa na discussão da Liberdade de Imprensa; pelo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* e no Manifesto de D. João VI, na discussão da regulamentação do processo eleitoral, sob efeito da sua realização no Rio de Janeiro; e, por fim, ela também aparece nas palavras de Soares Lisboa, em seu *Correio do Rio de Janeiro*, quando negava os atos de D. Pedro como expressão da soberania da nação.

Quanto à Liberdade de Imprensa, a defesa desses liberais era a do estabelecimento da máxima Liberdade dos escritos periódicos e, por isso, deputados discursavam e redatores escreviam pelo fim da censura prévia. Assim, para eles, a Imprensa funcionava como um

instrumento de modernização da sociedade, pois ela era responsável pela divulgação do ideário liberal. Nas Cortes de Lisboa, os principais representantes desse posicionamento eram os deputados "integracionistas" Soares Franco (antigo redator da *Gazeta de Lisboa*), Manuel Antonio de Carvalho e o deputado "moderado", Guerreiro. Na Imprensa fluminense, o redator do *Conciliador do Reino Unido*, José da Silva Lisboa, travou um debate com um panfleto anônimo de Lisboa que circulava no Rio de Janeiro e que pode ser considerado o principal representante da defesa do fim da censura prévia da Imprensa através dessa concepção de organização de Império.

Depois de vitoriosos na aprovação do fim da censura prévia e na discussão da regulamentação da Lei de Liberdade da Imprensa, esses liberais defenderam e foram vitoriosos na aprovação do “Juízo de Jurados” como a forma “mais liberal” de controle dos escritos periódicos. Eles acreditavam que essa instituição de inspiração britânica era “mais liberal”, pois responsabilizava os redatores e estabelecia o julgamento por meio de um júri. Nas Cortes de Lisboa, os deputados que representavam essa concepção eram os congressistas "moderados" Sarmento, Bastos e Pereira do Carmo e os "integracionistas" Soares Franco, Barreto Feio e Girão. Verifica-se nesse debate a utilização, pelos deputados "moderados", dessa concepção característica da retórica dos representantes "integracionistas". Isso pode ser entendido pela derrota política na questão da censura prévia, restando aos "moderados" a tentativa de aceitar o “Juízo dos Jurados” e debater com a mesma chave argumentativa para, ao menos, ter êxito na defesa de sua regulamentação.

No Rio de Janeiro, o periódico *Correio Braziliense*, redigido por Hipólito da Costa, elogiou o estabelecimento do “Juízo dos Jurados”, porém, criticou a moderação dos deputados portugueses que, para ele, deviam criar uma regulamentação que superasse a “liberalidade” da experiência britânica. Como vimos, esses deputados eram ligados a grupos políticos articulados com as novas formas de discussão política, como a Imprensa, e, com essa retórica, eles estavam interessados em afastar do governos os antigos censores régios e grupos políticos unidos a eles.

No que diz respeito à existência e regulamentação do processo eleitoral, os liberais que defendiam essa concepção de organização de Império argumentavam a favor do respeito às decisões dos deputados reunidos nas Cortes de Lisboa para a construção do Império “mais liberal” do Atlântico. Assim, os porta-vozes dessa concepção de organização de Império eram os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* e o próprio D. João VI, em seu manifesto publicado

no mesmo periódico. Importante destacar que, como vimos, a *Gazeta* era o periódico oficial da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e, depois dos decretos "integracionistas", mudou significativamente seus posicionamentos, passando da defesa da concepção de Império semelhante à dos deputados "integracionistas" para a adesão à nova idéia introduzida pelos deputados do Brasil com o Ato Adicional à Constituição apresentado nas Cortes de Lisboa. Como vimos, nas movimentações eleitorais na Praça de Comércio do Rio de Janeiro, essa retórica servia para justificar a repressão violenta do dia 22 de abril de 1821 e se opor ao grupo liberal liderado por Gonçalves Ledo e Clemente Pereira.

No que tange à definição do exercício da soberania da nação, os liberais que discursavam a favor dessa concepção de organização de Império foram contra a delegação do Poder real e da organização de Império proposta no Ato Adicional à Constituição. Eles radicalizaram a ideia da superação da "liberalidade" das experiências constitucionais atlânticas precedentes à portuguesa pela fidelidade aos princípios liberais como de exercício da soberania da nação, una e indivisível, de "vontade geral" e da representação do "deputado da nação", e minimizaram a importância de manterem os domínios coloniais do Império.

Nesse momento, para a maioria dos deputados "integracionistas", a manutenção do reino do Brasil no Império custava a aceitação da delegação do Poder real e de sua organização baseada na autonomia, para eles, fundada no exercício da soberania das "partes" de inspiração norte-americana. Para esses deputados, isso significava romper com aqueles princípios liberais, principalmente, com o exercício da soberania da nação, una e indivisível, apropriado da Constituição francesa de 1791 e, concretamente, com a condição de Lisboa como centro do Império.

A partir dessa síntese, pode-se perceber que na questão da Liberdade de Imprensa e da definição da existência e regulamentação do processo eleitoral como "pilares" do governo constitucional definiram-se, fundamentalmente, três concepções do que se entendia como a organização "mais liberal" de Império e não se criou uma polarização entre deputados do Brasil e de Portugal, o que repercutiu na Imprensa fluminense. Por sua vez, no debate em torno da concepção do exercício da soberania da nação, depois da indicação do deputado baiano Cipriano Barata, da apresentação do "Programa de São Paulo", do julgamento da Junta de São Paulo e da polêmica em torno dos Artigos Adicionais à Constituição Portuguesa, pode-se dizer que os deputados de Portugal, "integracionistas" e "moderados", uniram-se contra a maioria dos deputados do Brasil e criou-se uma polarização entre concepções de exercício da

soberania da nação, de representação e da forma de organização do Império, cada qual defendida de forma radical e como a “mais liberal”.

A introdução de uma proposta para a organização do Império pelos deputados do Brasil foi justificada como a construção da organização de Império “mais liberal” do Atlântico e também repercutiu na Imprensa fluminense. Os deputados do Brasil – como o paulista Antonio Carlos de Andrada, o pernambucano Araújo Lima, o baiano Cipriano Barata e a maioria dos redatores fluminenses – defendiam a ideia da organização do Império “mais liberal” como aquela que levava em conta a particularidade da nação portuguesa, formada por diferentes domínios transatlânticos, e sem desrespeitar a tradição reivindicada pelos deputados “moderados”, porém, para a sua modificação em benefício da construção do Império “mais liberal” do Atlântico. Desse modo, para eles, a superação da “liberalidade” das experiências constitucionais precedentes à portuguesa significava não somente a manutenção da unidade do Império, mas o seu pleno funcionamento político e com o maior aproveitamento econômico da união. Para eles, isso só era possível com uma nova organização do Império que levava ao limite a ideia da sua heterogeneidade.

Nesse sentido, para a maioria dos congressistas do Brasil, a maior superação liberal era manter o Império unido, aproveitando a identidade portuguesa que o fundava, estabelecendo o funcionamento político com o fim do maior aproveitamento econômico possível. No entanto, os deputados de Portugal discordavam irremediavelmente dessa concepção de organização de Império. Pode-se dizer que esse conflito fez parte do processo de independência e se fundamentava em interesses concretos e contraditórios entre os liberais de Portugal e do Brasil. Nesse sentido, é importante salientar que este estudo não pretende dar uma resposta às motivações ou uma explicação para a Independência do Brasil, e sim contribuir com mais uma perspectiva e com elementos para a reflexão em torno da questão. Assim, é possível dizer que essa configuração de Império, proposta pelos Atos Adicionais à Constituição e entendida pelos deputados do Brasil como a forma “mais liberal”, ao tirar de Lisboa a qualidade de único centro do Império, beneficiava somente os interesses dos deputados do Brasil, principalmente, dos do centro-sul, e dos liberais a eles ligados. Em contrapartida, os representantes de Portugal e seus aliados perdiam os privilégios e negócios que eram garantidos pela centralização do Império em Lisboa.

Para a maioria dos deputados do Brasil e redatores fluminenses, o estabelecimento do Império “mais liberal” era organizado baseado na autonomia das “partes” que formavam a

unidade da nação. Assim, a partir da ideia da representação do deputado como porta-voz da província que o elegeu; da concepção da representação da nação como a reunião da totalidade dos representantes das províncias do Império; a exemplo da organização do Império britânico e inspirados na proposta dos deputados da Nova Espanha nas Cortes espanholas, os deputados do Brasil e redatores fluminenses reivindicavam a delegação do Poder real e o Legislativo no Brasil. Além disso, como vimos, é importante salientar que somente na Imprensa fluminense a semelhança entre a proposta de centros Executivo e Legislativo no reino do Brasil, apresentada pelos deputados brasileiros nas Cortes portuguesas, e o programa autonomista liderado pelos deputados da Nova Espanha nas Cortes de Madri foi declaradamente estabelecida. Nas Cortes de Lisboa, o silêncio dos deputados portugueses sobre essa vinculação pode ser atribuída aos acontecimentos de independência na América hispânica.

Portanto, a retórica dos deputados do Brasil de uma concepção de exercício de soberania, de representação e de organização de Império, estava atrelada aos interesses e articulações da Corte do Rio de Janeiro pela manutenção do Príncipe D. Pedro na província fluminense e a convocação de uma Assembleia Constituinte do Brasil. Por sua vez, esse tipo de organização de Império, ao retirar definitivamente de Lisboa a sua posição de centro, não interessava aos deputados de Portugal. Sob essas condições, a unidade da monarquia tornou-se irreconciliável.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes — Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Afrontamentos, 1993.

BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder — O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. São Paulo: Edusc, 2003.

_____. *Atlantic History. Concept and Contours*. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional de Imprensa e Imprensa Nacional, 1883, v. 7.

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). In: *Revista de Índias*. Espanha: vol. LXVIII, Nº 242, 2008, pp. 225-254.

_____. “Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas”. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas – Nova Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, pp. 17-47.

_____. “Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, Identidade e Vocabulário Político”. In: JANCSÓ, I. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2003, pp. 345-363.

_____. MARQUESE, Rafael de Bivar. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças e SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.), *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, pp. 63-88.

_____. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. In: BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *Soberania e conflito – configurações do Estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 2010, pp. 78-117.

_____. PARRON, Tamis. *Escravidão e política – Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional de Imprensa e Imprensa Nacional, 1883, volume 3.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Imprensa Dom Quixote, 1983.

CHUST, Manoel. *La cuestión nacional americana em las Cortes de Cádiz*. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto Historia Social/Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

_____. “El liberalismo doceañista, 1810-1837”. In: CORTINA, Manuel Suárez. *Las máscaras de la libertad – el liberalismo español, 1808-1950*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2003, pp. 77-100.

_____. “Nacion y federacion: cuestiones del doceañismo hispano”. In: _____(org.), *Federalismo y cuestión federal em España*. Castellon de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2004, pp. 11-44.

_____. “Un bienio transcendental: 1808-1810”. In: (coord.), *1808 – La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

CLOCLET da SILVA, Ana Rosa. “De Comunidades a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831)”. In: *Almanack Braziliense*, Nº 02, novembro de 2005, pp. 43-63.

_____. “Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831”. In: Revista eletrônica *Almanack Braziliense*, Nº 01, maio de 2005, pp. 103-113. Disponível em <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2010.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes – a Imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

COSTA, Wilma Peres. “A Independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, pp. 53-118.

DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. São Paulo: dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA, Tânia; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pererira das. *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FRASQUET, Ivana. “Cádiz en America: liberalismo y constitución”. In: *Mexican studies - Estudios Mexicanos*, Nº 01 (20), 2004, pp. 21-46.

_____. *Las caras del águila – del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castellón de la Plana: Universit Jaume I, 2008.

_____. “La cuestión nacional americana en las Cortes del Trienio Liberal”. In: RODRÍGUEZ O., Jaime E. (coord.). *Revolución, Independencia y las Nuevas Naciones de América*. Madrid: Fundación MAPFRE TAVERA, 2005.

GODECHOT, Jacques. *Histoire de l'atlantique*. Paris: Bordas, 1947.

_____. *As Revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

_____. “Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986 (2. ed.), pp. 27-37.

_____. PALMER, Robert R. “Le Problème de l’Atlantique Du XVIIIème au XXème Siècle”. In: *Relazioni del X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, Florence: Storia Contemporanea, 1955.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los Espacios Públicos en Iberoamérica — Ambigüedades y Problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos/FCE, 1998.

_____. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica e Fundación MAPFRE, 1992.

GUIMARÃES, Argeu, *Diccionario Bio Bibliografico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1938.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*, investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAYES, Carlton J. H.. “The American frontier — frontier of what?”. In: Nova York: *American Review*, Nº 51, 1946.

HARTOG, François. “Time, history and writing of history: the order of time”. In: KVHAA Konferenser 37: 95-113, Stockholm, 1996. Versão utilizada traduzida pelo Profº Drº Murari Pires encontrada no site <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>, acessada em 20 de novembro de 2007.

HOBSBAWN, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780 — Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

HOFFMAN, Ross. “Europe and the Atlantic Community”. In: Nova York: *Thought*, Nº 20, 1945.

JANCSÓ, István [coord.]. *Projeto Temático. A Fundação do Estado e da Nação Brasileiros (1780-1850)*. São Paulo: Projeto temático enviado à FAPESP em março de 2003, mimeo.

_____. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

_____. (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____. (orientação). *Cronologia de História do Brasil Colonial: 1500-1831*. São Paulo: FFLCH, USP, Série Iniciação Científica, 1994.

_____. (orientação). *Cronologia de História do Brasil Monárquico: 1808-1889*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2000.

_____. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, vol. 1, Cia das Letras, 2002, pp. 387-437.

_____. PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Coimbra: Separata da *Revista de História das Idéias*, vol. 21, Faculdade de Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ/Contraponto, 2006.

_____. *Crítica e Crise: uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999.

KRAUS, Michael. *The atlantic civilization: eighteenth-century origins*. Nova York: Cornell University Press, 1966.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro, 1568/1920”. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1984. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A18.pdf>>. Acesso em 27 de out. de 2010, pp. 2226-2227.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, volume 2.

MACHADO, André Roberto de Arruda, *A quebra da mola real das sociedades – A crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal dos Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

MAURO, Frédéric. “A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, pp. 38-47.

MCFARLANE, Anthony. “Independência americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 387-418.

MELO, Luis Correa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1954.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 617-636.

_____. “La Génesis de la Opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)”. In, François-Xavier Guerra e Annick Lempérière et all, *Los Espacios Públicos em Iberoamérica — Ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos e FCE, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEVES, Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais — A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. “Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais”. In: Anais do XII Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH), *Usos do passado*. Rio de Janeiro: 14 a 18 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303#indice.>. Acesso em 09 de out. de 2010.

NIZZA da SILVA, Maria Beatriz, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2007

NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina. *A cidadania nos trópicos: o ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito, tese de doutoramento defendida em 2004.

_____. “Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o ‘modelo’ colonial português do século XIX”. In: Revista eletrônica *Almanack Braziliense*, Nº 09, maio de 2009. Disponível em <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2010.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1877-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001 (1ª Ed. 1979).

_____. “As dimensões da independência”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986 (2. ed.), pp. 15-26.

_____. *A Independência Política*. São Paulo: Moderna, 1986.

OLIVEIRA, Cecília Helena de S. *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos na Corte do Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: USF, 1986.

OSÓRIO de CASTRO, Zília (dir.). *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa: Assembléia da República, vol. I e II, 2002.

PALMER, Robert R. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760-1800*, Vol. I. Princeton: Princeton University Press, 1959.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 55-98.

PIMENTA, João Paulo Garrido. “Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província cisplatina (1821-1822)”. In: FERREIRA, Tânia; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 19-36.

QUIJADA, Mônica. *Modelos de interpretación sobre las independências hispanoamericanas. Lecciones sobre federalismo*. México: Consejo Nacional de Ciência y Tecnología, Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

RIEU-MILLAN, Marie-Laure. “Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: Elecciones y representatividad”. In: *Quinto centenario*. Madri: Univ. Complutense, N° 14, 1988, pp. 53-72.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: histórias de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

RODRIGUES, Jaime (org.). *Revolución, Independência y las Nuevas Naciones de América*. Madri: Mapfre Tavera, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. São Paulo, Edusc, 2002.

_____. *La consagración del ciudadano*. Historia del sufragio universal em Francia. Cidade do México: Instituto Mora, 1999.

SCHULTZ, Kirsten. “A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 125-152.

SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, volume 3.

SISSON, S. *A galeria dos Brasileiros Ilustres*. São Paulo: Martins Editora, 1859.

SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempo de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SMITH, Anthony D. “La Identidad Nacional y Otras Identidades”. In: (org.), *La Identidad Nacional*. Madrid: Trama, 1997.

STEELE, Ian K. “Review essays: Bernard Bailyn’s american atlantic”. In: *History and Theory*. Middletown: Wesleyan University, N° 46, 2007, pp. 48-58.

TOMICH, Dale. “O Atlântico como espaço histórico”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. São Paulo: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, ano 26, maio-agosto de 2004, pp. 221-240.

VAINFAS, Ronaldo (org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARGUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*. Lisboa: João Sá da Costa, 1985.

_____. *Hidalgos, Amotinados y Guerrileiros*. Pueblos y Poderes em la Historia de España. Barcelona: Crítica, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. Capitalist agriculture and to he origins of the european world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

FONTES

Periódicos

- **A Malagueta:** redigido por Luís Augusto May; publicado de 15 de dezembro de 1821 até 10 de abril de 1832, com periodicidade irregular; na Oficina de Moreira e Garcez de 1821 até 1822, na Oficina de Silva Porto de 1822 até 1824; impresso na Oficina da Astreia de 1828 até 1829; na Oficina de R. Ogier em 1832; formato de 4 páginas por número com duas colunas em cada; preço de 120 réis, valor reduzido a 100 réis a partir do segundo número; sua divisa era a citação de Jean-Jacques Rousseau: “Quando se diz acerca dos negócios do Estado: Que me importa? Deve-se contar que o Estado está perdido”.

Localização: IEB Microfilme JD6

- **A Verdade Constitucional:** redator desconhecido; publicado em 16 de março de 1822; único exemplar; impresso na Tipografia de Santos e Souza; formato de 4 páginas cada número, com duas colunas em cada; não possui o preço; sua divisa era “Amiens Plato, sed magis amica veritas”.

Localização: IEB Microfilme JD3

- **Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura:** redigido por José Vitorino dos S. e Souza; publicado em janeiro de 1822; único exemplar; impresso na Tipografia de Santos e Sousa; formato de 115 páginas e 8 tabelas; não possui o preço e divisa.

Localização: IEB Microfilme JD1

- **Compilador Constitucional Político e Literario Brasiliense:** redigido por José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Batista de Queirós (a partir do sexto número); publicado de 5 de Janeiro a 26 de Abril de 1822, com periodicidade irregular; impresso na Tipografia Nacional, os dois últimos números na Oficina Moreira e Garcez; preço de 80 réis; não possui divisa.

Localização: BN — Microfilme PR-SOR 00287-00296 e AEL pelo título

- **Despertador Brasiliense:** redigido por Francisco de França Miranda; publicado em dezembro de 1821; único exemplar; impresso na Tipografia Nacional; formato de 3 páginas com duas colunas em cada; não possui o preço e divisa.

Localização: IEB Microfilme JD1

- **Diário do Rio de Janeiro:** redigido por Zeferino Vito de Meireles; publicado de 1 de Junho de 1821 até 29 de Agosto de 1822, com periodicidade diária; a partir de Março de 1822; impresso em Oficinas próprias "do Diário"; formato até dezembro de quarto, depois fôlio pequeno; preço de 2 vinténs o avulso e 26 vinténs a assinatura mensal; não possui divisa.

Localização: BN — Microfilme PR-SPR 00005[1-101] e AEL pelo título

- **Gazeta do Rio de Janeiro:** redigido primeiro pelo frade português Tibúrcio José da Rocha e revisado pelo conde de Linhares. Com a morte do conde em fevereiro de 1812, o conde das Galveias, ministro da Marinha, passou a revisar. Em março de 1812, por desavenças entre o frade e o conde das Galveias, o primeiro se demitiu e foi substituído pelo capitão Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, redator de 1813 até 1821. A partir de 04 de agosto de 1821, a Gazeta foi escrita pelo Cônego Francisco Vieira Goulart. Publicado de 10 de Setembro de 1808 até Dezembro de 1822, com periodicidade aos sábados, mas logo passou a ser editada também na quarta feira; impresso na Impressão Régia; formato de 4 páginas, às vezes, seis ou oito, em formato in-quarto; não possui o preço e divisa.

Localização: Site BN

- **Jornal de Annuncios:** redator desconhecido; publicado de 5 de Maio até 16 de Junho de 1821, com periodicidade semanal; impresso na Imprensa Régia o primeiro exemplar e os restantes na Tipografia Real; formato de 2 páginas em cada número, com uma coluna cada; não possui o preço e divisa.

Localização: IEB Microfilme JD3

- **O Amigo do Rei e da Nação:** redigido por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, com o pseudônimo de J. P. F.; publicado no período de Março à Junho de 1821; único exemplar; impresso na Tipografia Real; formato de 8 páginas; não possui o preço; sua divisa era a citação de Ferreira: “Quantas vezes o mal causa bens grandes” e “Amor, e lealdade esta

ousadia/ Me dão: dá-ma a Rasão, que tem tal força/ Que inda que se não siga, não se nega”.

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Bem da Ordem:** redigido pelo Cônego Francisco Vieira Goulart; publicado de Março até Dezembro de 1821, com periodicidade desconhecida; impresso na Tipografia Real; formato de 8 páginas cada número, com uma coluna em cada uma; não possui o preço; sua divisa era a citação de versos de Virgílio: “Magnus ab integro saeculorum nascitur ordo!”.

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Brasil:** redator desconhecido; publicado em janeiro de 1822; único exemplar; impresso na Tipografia Annaes; formato de 2 páginas, com duas colunas em cada uma; não possui o preço; sua divisa era “Não acabava quando huma figura se nos mostra no ar robusta, e valida”.

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Conciliador do Reino Unido:** redigido por José da Silva Lisboa; publicado de 01 de março até 28 de abril de 1821, com periodicidade média de um número a cada 12 dias; impresso na Tipografia Régia e “Com Licença”; formato de 7 páginas em cada número, com uma coluna única em cada; não possui o preço; sua divisa era a citação de versos de Camões (Lus. C. VI. E. 4. C. V. E, 71, e 72): “Em quanto seu corpo o espirito reja/ Estará de contínuo aparelhado/ A pôr a vida e Reino totalmente/ Por tão bom Rei, por tão sublime Gente/ Crês tu, que se este nosso Ajuntamento/ De Soldados, não fora Lusitano,/ Que durará elle tanto obediente/ Por ventura á seu Rei, e á seu Regente?/ Grandemente por certo então provados;/ Pois que nenhum trabalho grande os tira/ D’aquella PORTUGUEZA ALTA EXCELENCIA/ De LEALDADE FIRME, e de OBEDIENCIA.”.

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Constitucional:** redigido por José Joaquim da Rocha e o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira; publicado de 5 de julho a 31 de setembro de 1822, com periodicidade irregular, apesar de que pretendia-se bissemanário; impresso na Tipografia Diário, localizada na rua dos Barbonios, Nº 72; formato de 4 páginas cada número com duas colunas em cada; preço de 80 réis o exemplar e 3600 réis a assinatura; sua divisa era a citação dos versos de Ovídio:

“Tantum ne noceas, dum vis prodesse, videto”.

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Correio do Rio de Janeiro:** redigido por João Soares Lisboa; publicado de 10 de Abril de 1822 a 21 de Outubro de 1822, depois da interrupção, retomado de 1 de Agosto de 1823 até 24 de Novembro de 1823. Publicaram-se Edições Extraordinárias de 24 de Maio de 1823 a 31 de Julho de 1823. A periodicidade era diária. Impresso na Tipografia de Silva e Porto & Cia, de 10 de Abril de 1821 a Outubro de 1822, na Tipografia de Torres de 1 de Agosto a 24 de Novembro de 1823; formato de 4 páginas por número em fólio pequeno; preço de 80 réis o avulso e 4000 réis a assinatura trimestral, 7200 réis a assinatura semestral e 10000 réis a assinatura anual; sua divisa era a citação dos versos de Filinto: "Neste limpo terreno/ Virá assentar seu trono/ A sã filosofia mal aceita".

Localização: BN — Microfilme PR-SOR 000904-00095[1-2]

● **O Espelho:** redigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; publicado de 1 de Outubro de 1821 até 27 de Junho de 1823, com periodicidade semanal até janeiro de 1822, depois bissemanário; impresso na Imprensa Nacional; formato de 4 páginas por número in 4º e in 6º; preço de 80 réis in 4º e 120 réis in 6º, a assinatura trimestral era de 1200 réis até Janeiro de 1822 e de 2400 réis a partir disso; não possui divisa.

Localização: AEL Microfilme pelo título

● **O Gênio Constitucional:** redator desconhecido; publicado de 02 de Outubro de 1820 até 30 de Dezembro de 1820, depois da interrupção, retomado em 14 de novembro de 1821 e no mesmo ano sem data, mas com reimpressões de números anteriores datados, com periodicidade irregular; impresso na Imprensa Régia; formato de 4 páginas por número com uma coluna em cada; preço de 80 réis e as reimpressões de 120 réis; sua divisa era a citação de Benjamin Constant, de *Cours de Politique*: "Huma Constituição he um acto d'união, que determina as reciprocas relações do Monarcha e do Povo, indicando lhes os meios de se conservarem, de se apoiarem, e de se auxiliarem novamente.".

Localização: IEB Microfilme JD1

● **O Macaco Brasileiro:** redigido por Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Porto; publicado de Junho até Agosto de 1822, com periodicidade irregular; impresso na Tipografia Silva Porto & Cia; formato de 4 páginas cada número com duas colunas em cada; preço de 80 réis o avulso e 400 réis a subscrição mensal; sua divisa era “...Ah, si faz dicere! Sed faz”.

Localização: IEB Microfilme JD3

● **O Papagaio:** redigido por Moitinho Lima Alves e Silva; publicado de 4 de maio de 1822 até 8 de Agosto de 1822, com periodicidade de um exemplar a cada 12 dias; impresso na Oficina de Moreira e Garcez; formato de 4 páginas cada número com duas colunas em cada; preço de 80 réis; sua divisa era a citação de Molière: “Lês bêtes ne sont pás si bêtes que l’on pense”.

Localização: IEB Microfilme JD3

● **Reclamação do Brasil:** redigido por José da Silva Lisboa, com o pseudônimo de “Fiel à Nação”; publicado de 9 de Janeiro de 1822 até 22 de Maio de 1822, com periodicidade semanal, ao todo de 14 semanas; impresso na Imprensa Nacional; formato de 3 páginas por número, com duas colunas em cada; preço de 80 réis; sua divisa era a citação da Lei de 21 de Outubro de 1821 escrita cada uma de suas partes em cada número.

Localização: IEB Microfilme JD3

● **Reverbero Constitucional Fluminense:** redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa; publicado de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, com periodicidade de quinzenário, mas passou a semanário em 1 de janeiro de 1822; os primeiros 28 números foram impressos na Tipografia Moreira e Garcez e os outros dez posteriores e três números extraordinários na Tipografia Nacional, já os últimos dez na Oficina de Silva Porto & Cia; formato de 12 páginas in 4°; preço de 12° réis, excepcionalmente, os de número 14 e 16, respectivamente, 140 réis e 160 réis; sua divisa era a citação de Horácio: “Redire sit nefas”.

Localização: Impressão fac-símile da Biblioteca Nacional

- **Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Commum:** redigido por José da Silva Lisboa; publicado de 8 de dezembro de 1821 a 5 de janeiro de 1822, com periodicidade irregular; impresso na Tipografia Nacional; formato de 7 páginas por número com uma coluna única em cada; preço de 80 réis; sua divisa era “vida sem letras é morte”.

Localização: IEB Microfilme JD1

Diário das Cortes de Lisboa:

- Inteiramente microfilmado, cedido pela Prof^a Dr^a Márcia Regina Berbel. E completo no site “<http://debates.parlamento.pt>”. Além disso, foi feito o “download” completo do Diário.